



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO

ANA CLAUDIA SILVA ALMEIDA

**O PAPEL DOS IMIGRANTES JAPONESES NA AGRICULTURA DO NORTE DO
PARANÁ: O CASO DOS MUNICÍPIOS DE ASSAÍ, MARIALVA E URAÍ**

MARINGÁ

2015



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO

ANA CLAUDIA SILVA ALMEIDA

**O PAPEL DOS IMIGRANTES JAPONESES NA AGRICULTURA DO NORTE DO
PARANÁ: O CASO DOS MUNICÍPIOS DE ASSAÍ, MARIALVA E URAÍ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra

MARINGÁ

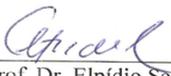
2015

O PAEPL DOS IMIGRANTES JAPONESES NA AGRICULTURA DO NORTE DO PARANÁ: O
CASO DOS MUNICÍPIOS DE ASSAÍ, MARIALVA E URAÍ

Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em 08 de maio de 2015.

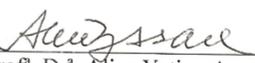
BANCA EXAMINADORA



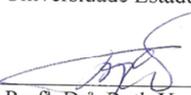
Prof. Dr. Elpídio Serra
Orientador - UEM
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof.ª Dr.ª Alice Yatiyo Asari
Membro convidado
Universidade Estadual de Londrina



Prof.ª Dr.ª Ruth Youko Tsukamoto
Membro convidado
Universidade Estadual de Londrina



Prof.ª Dr.ª Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol
Membro convidado
UNESP/PP

Dedico este trabalho a duas pessoas muito especiais: minha mãe, Ana Julia, meu porto seguro; e meu marido, Sidney, parceiro de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua grande misericórdia em minha vida;

A meus maravilhosos pais, Ana Julia e José Expedito, por estarem sempre ao meu lado com um carinho especial à minha mãe pelas palavras com poder de bálsamo e pelas orações;

Às minhas irmãs, Maria Regina e Marcia e em especial ao meu irmão, Paulo Roberto, pelo incentivo e inúmeras dicas de pesquisa desde a graduação;

A meu marido Sidney, pela compreensão da importância que o estudo sempre teve em minha vida e por todo o apoio nos momentos angustiantes e delicados;

Ao Prof^o. Dr^o. Elpídio Serra, um grande orientador, que me ensinou a trilhar o caminho da pesquisa e do conhecimento, sempre muito ético e profissional, meu maior exemplo na Geografia;

Aos amigos que o doutorado me presenteou, Carlos Bortolo e Fernando Veronezzi, amizades que levarei para o resto da vida;

À Mirian, secretária do PGE, pela eficiência, profissionalismo e simpatia;

À Prof^a. Dr^a. Alice Asari, pelos referenciais teóricos sugeridos;

Ao Prof^o. Dr^o. Henrique Manoel, pela participação no Exame de Qualificação com conselhos e ricas sugestões;

Ao Prof^o. Dr^o. Osvaldo Hidalgo, pela participação no Exame de Qualificação com clareza e objetividade nas contribuições;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão de bolsa de estudos, que possibilitou a dedicação exclusiva à pesquisa durante a maior parte do doutorado;

Aos membros da colônia japonesa de Assaí, Marialva e Uraí, pela confiança durante as entrevistas, em especial ao Sr^o Takao Aoki, pela gentileza no fornecimento das informações e riqueza de detalhes;

Ao agrônomo Nelson Fuji, pelo acompanhamento nas entrevistas junto aos produtores rurais;

Aos diretores da Emater, Silvia Capelari e Valter Lúcio Teixeira, pela gentileza nas informações prestadas;

E, por fim, a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização desta pesquisa.

Muito obrigada a todos!

A terra do sonho é distante
e seu nome é Brasil
plantarei a minha vida
debaixo de céu anil

[...]

Aqui sou povo sofrido
lá eu serei fazendeiro
terei gado, terei sol
o mar de lá é tão lindo
natureza generosa
que faz nascer sem espinho
o milagre da rosa

(Sonho Imigrante, Milton Nascimento)

RESUMO

O Brasil recebeu grande contingente de imigrantes nos dois últimos séculos. A vinda de japoneses para o espaço brasileiro inaugurou uma nova conotação nesse processo. As transformações na sociedade receptora foram significativas e de grande importância. Após alguns anos de trabalho no país, uma parcela desses imigrantes conseguiu adquirir lotes rurais, muitos deles no Paraná, com destaque para a porção norte do Estado. A entrada dos nipônicos em terras paranaenses conferiu às localidades em que se instalaram uma dinâmica diferenciada perante o contexto estadual. A pesquisa aqui desenvolvida buscou identificar e analisar a influência da colônia de imigrantes japoneses no espaço rural do norte do Paraná e a contribuição desses personagens para a agricultura dos municípios de Assaí, Marialva e Uraí. Para atingir os objetivos, foram levantados dados quantitativos relacionados aos estabelecimentos rurais no Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; também foram coletadas informações por meio de entrevistas com pioneiros dos municípios selecionados, de representantes de órgãos envolvidos com a agricultura no município e com os produtores da colônia japonesa. A análise dos dados mostrou que a inserção das técnicas modernas de produção no meio rural paranaense, no final da década de 1960, atrelada às mudanças econômicas e sociais integrantes do pacote dito moderno, a modernização da agricultura atingiram fortemente a organização rural dos três municípios. Apesar dos impactos e mudanças promovidas pela modernização da agricultura, os espaços analisados na pesquisa adaptaram-se à nova dinâmica e criaram alternativas frente à crise. Em Assaí e Uraí, a diversificação dos produtos agrícolas, obra da colônia japonesa, garantiu a permanência das pequenas propriedades no contexto municipal. No meio rural marialvense, a implantação de uma cultura diferenciada na década de 1980, a uva, atividade até então desenvolvida exclusivamente nas propriedades de *nikkeis*, conseguiu reverter o êxodo rural ocorrido naquela década no município. Assim, a adoção, pelos japoneses, de novas técnicas agrícolas, da introdução de novas culturas e seleção de espécies já existentes no Brasil contribuíram para o desenvolvimento e fortalecimento do meio rural norte paranaense.

Palavras-chave: Colonização. Êxodo rural. Café. Uva. Pequenas propriedades.

ABSTRACT

Brazil received large numbers of immigrants in the last two centuries. The arrival of Japanese to the Brazilian space beginning a new phase in this process. The changes in the receiving society were significant and of great importance. After a few years of work in the country, a portion of these immigrants been able to acquire small farms, many of them in Paraná, particularly the northern part of the state. The entry of the Nipponese in Paraná land given to locations a different dynamic to the state context. The research developed here, sought to identify and analyze the influence of the Japanese immigrants in rural areas of north of Paraná and the contribution of these personages for agriculture in the municipalities of Assaí, Marialva and Uraí. To achieve the goals, quantitative data related to the farms were collected in the Paraná Institute of Technical Assistance and Rural Extension and the Brazilian Institute of Geography and Statistics, were also collected information through interviews with pioneers in the municipalities, representatives of agencies involved with agriculture in the municipality and with the producers of Japanese colony. Data analysis showed that the inclusion of modern agriculture production techniques in Paraná countryside, from the final years of the 1960s, linked to all the economic and social changes members of the so called modern package, strongly affected the rural organization of the three municipalities. Despite the impacts and changes promoted by the modernization of agriculture, the areas analyzed in the study have adapted to the new dynamics and created alternatives to the crisis. In Assaí and Uraí, diversification of agricultural products, work of Japanese colony, assured the permanence of small farms at the local context. In rural areas of Marialva the implementation of a different crop in the 1980s, the grape, activity hitherto developed exclusively in the Nikkei properties, managed to reverse the rural exodus in the municipality. Thus, the adoption by the Japanese of new agricultural techniques, the introduction of new crops and selection of existing crop species in Brazil, contributed to the development and strengthening of agricultural areas of the north of Paraná.

Key Words: Colonization. Rural exodus. Coffee. Grape. Small farms.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Panfleto de propaganda na Itália das vantagens em realizar a viagem ao Brasil.....	34
Figura 02 – Charge “O Japão chinês”.....	43
Figura 03 – Propaganda convidando os japoneses a emigrarem para a América do Sul.....	45
Figura 04 – Navio <i>Kasato Maru</i>	46
Figura 05 – Japoneses recenseados no Brasil em 1920 segundo o IBGE.....	50
Figura 06 – Grandes regiões ocupadas com o deslocamento das frentes pioneiras.....	55
Figura 07 – Regionalização do Norte do Paraná.....	61
Figura 08 – Localização da área colonizada pela CMNP no Paraná.....	64
Figura 09 – Visão em perspectiva gráfica do sistema de repartição de terras da C.M.N.P.....	66
Figura 10 – Japoneses recenseados no Brasil em 1940 segundo o IBGE.....	73
Figura 11 – Localização do Município de Assaí	76
Figura 12 – Planta da Fazenda Três Barras.....	77
Figura 13 – Localização do Município de Marialva	80
Figura 14 – Traçado urbano de Marialva – C.M.N.P.	82
Figura 15 – Localização do Município de Uraí.....	83
Figura 16 – Local das futuras instalações do escritório da Companhia Nambei em Uraí.....	85
Figura 17 – Esquema de deslocamento populacional ocorrido em Assaí em 1980.....	93
Figura 18 – Movimento populacional do Município de Assaí.....	94
Figura 19 – Movimento populacional do Município de Marialva.....	96
Figura 20 – Movimento populacional do Município de Uraí.....	98
Figura 21 – Culturas inseridas pelos produtores na época da compra da propriedade em Assaí.....	105
Figura 22 – Culturas existentes nas propriedades assaienses antes da cultura atual.....	109

Figura 23 – Problemas da viticultura apontados pelos produtores de Assaí.....	114
Figura 24 – Equipamentos utilizados para medir o teor de açúcar da uva.....	123
Figura 25 – Parte do acervo de premiações do produtor marialvense Kozo Yassunaka.....	124
Figura 26 – Problemas da viticultura apontados pelos produtores rurais de Uraí.....	134
Figura 27 – Assistência técnica nas propriedades dos produtores de Assaí	137
Figura 28 – Continuidade da propriedade pelos filhos dos produtores assaienses.....	138
Figura 29 – Pontos negativos da agricultura segundo os produtores de Assaí	139
Figura 30 – Pontos positivos da agricultura segundo os produtores de Assaí	140
Figura 31 – Pontos positivos da agricultura segundo os produtores marialvenses.....	144
Figura 32 – Pontos negativos da agricultura segundo os produtores marialvenses.....	145
Figura 33 – Assistência técnica nas propriedade dos produtores de Uraí	159
Figura 34 — Continuidade da propriedade pelos filhos dos produtores uranienses.....	150
Figura 35 – Pontos negativos da agricultura segundo os produtores de Uraí	151
Figura 36 – Pontos positivos da agricultura segundo os produtores de Uraí	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 01– Número de estabelecimentos e valor de área em Assaí nos anos de 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006.....	101
Tabela 02 – Número e área dos estabelecimentos com lavoura temporária e permanente nos anos de 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006 em Assaí.....	102
Tabela 03 – Principais representantes da lavoura temporária em Assaí no ano de 1960.....	103
Tabela 04 – Principais representantes da lavoura permanente em Assaí no ano de 1960.....	105
Tabela 05 – Principais representantes da lavoura temporária em Assaí no ano de 1980.....	107
Tabela 06 – Principais representantes da lavoura permanente e temporária em Assaí no ano de 1996.....	110
Tabela 07 – Principais representantes da lavoura temporária em Assaí no ano de 2006.....	112
Tabela 08 – Principais representantes da lavoura permanente em Assaí no ano de 2006	113
Tabela 09 – Número de estabelecimentos com lavoura temporária em Marialva nos anos de 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006.....	116
Tabela 10 – Número de estabelecimentos com lavoura permanente em Marialva nos anos de 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006.....	116
Tabela 11 – Principais representantes da lavoura temporária em Marialva no ano de 1980..	118
Tabela 12 – Principais representantes da lavoura permanente e temporária em Marialva no ano de 1996.....	120
Tabela 13 – Principais representantes da lavoura permanente em Marialva no ano de 2006.	121
Tabela 14 – Principais representantes da lavoura temporária em Marialva no ano de 2006..	121
Tabela 15 – Número de propriedades agrícolas em Marialva em 2003, 2004 e 2005.....	122
Tabela 16 – Número de estabelecimentos e valor de área em Uraí nos anos de 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006.....	126

Tabela 17 –Número e área dos estabelecimentos com lavoura permanente e temporária anos de 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006 em Uraí.....	126
Tabela 18 – Principais representantes da lavoura temporária em Uraí no ano de 1960.....	128
Tabela 19 – Principais representantes da lavoura permanente em Uraí no ano de 1960.....	129
Tabela 20 – Principais representantes da lavoura permanente e temporária em Uraí no ano de 1996.....	132

LISTA DE SIGLAS

ART	Anotações de Responsabilidade Técnica
BRATAC	Brasil Tokushoku Kaisha
CANGO	Colônia Agrícola Nacional Osório
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EXPOASA	Exposição Agropecuária de Assaí
Ha	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
KKKK	Kagai Kogyo Kabushiki Kaisha

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 O BRASIL NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO MUNDIAL.....	22
1.1 Política de imigração para o Brasil século XIX.....	22
1.2 A entrada de japoneses no Brasil.....	36
2 JAPONESES NO ESPAÇO PARANAENSE.....	54
2.1 Processos de ocupação do território paranaense.....	54
2.2 A ocupação da Região Norte.....	59
2.3 As colônias japonesas no Paraná.....	69
3 O NORTE DO PARANÁ E OS JAPONESES.....	75
3.1 Assaí: síntese histórica e geográfica.....	75
3.2 Marialva: síntese histórica e geográfica.....	79
3.3 Uraí: síntese histórica e geográfica.....	83
4 A CRISE DO CAFÉ E O NOVO MODELO AGRÍCOLA.....	87
4.1 O café e a sustentação econômica da pequena propriedade.....	87
4.2 Modernização da agricultura e seus impactos.....	89
4.3 Aspectos populacionais.....	92
4.3.1 Paraná.....	92
4.3.2 Assaí.....	93
4.3.3 Marialva.....	95
4.3.4 Uraí.....	97
5 A AGRICULTURA DO NORTE PARANAENSE.....	100
5.1 Assaí e sua dinâmica agrícola.....	100
5.2 Marialva e sua dinâmica agrícola.....	115
5.3 Uraí e sua dinâmica agrícola.....	125
5.4 A agricultura sob a ótica dos produtores <i>nikkeis</i>	134
5.4.1 Produtores assaienses.....	135

5.4.2	Produtores marialvenses	141
5.4.3	Produtores uraienses.....	147
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
	REFERÊNCIAS.....	158
	APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com técnicos de Assaí.....	166
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas com técnicos de Marialva.....	167
	APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas com técnicos de Uraí.....	168
	APÊNDICE D – Roteiro de entrevistas com pioneiros de Assaí e Uraí.....	169
	APÊNDICE E - Roteiro de entrevistas com pioneiros de Marialva.....	170
	APÊNDICE F - Roteiro de entrevista com produtores de Assaí, Marialva e Uraí.....	171
	ANEXO A - Lista de Passageiros do Navio Kasato Maru.....	172
	ANEXO B – Registro de Imigrantes da Hospedaria dos Imigrantes.....	173
	ANEXO C - Informações da prefeitura municipal sobre a 71º EXPOASA.....	175
	ANEXO D - Produção de flores em Marialva.....	176
	ANEXO E – Produção de orgânicos em Uraí.....	177
	ANEXO F - Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA).....	178
	ANEXO G - Material fotográfico sobre a colônia japonesa.....	179

INTRODUÇÃO

As grandes migrações, ocorridas nos séculos XIX e XX, resultaram em importantes modificações no mundo. No contexto do processo migratório, a Europa configurou-se como centro de repulsão em virtude das características de seu continente, com um contingente populacional marcado pelo pauperismo, pela falta de emprego e pela dificuldade de acesso à propriedade fundiária, problemas agravados pela explosão demográfica.

O grande crescimento populacional dos países europeus exigiu, de imediato, uma produção agrícola que suprisse a necessidade alimentar dessa população. Com isso, houve modificações nos métodos tradicionais de cultivo e de produção. A exigência do aumento na produtividade e a conseqüente modernização das práticas culminaram com a dispensa de mão de obra, criando um excedente de força de trabalho. Somou-se a esse fator o problema da repartição das terras, já que o aumento populacional fez com que o sistema de herança subdividisse ainda mais as propriedades, tornando, em alguns casos, sua exploração inviável. Essas ações trouxeram sérias dificuldades econômicas para a maior parte da população rural, levando uma parcela da classe atingida a dirigir-se para as cidades; todavia essa população tinha oportunidades limitadas nas cidades europeias.

A América era vista, naquele momento, como o lugar das oportunidades, com fácil acesso à posse da terra, devido aos baixos preços praticados, à abundância da oferta de trabalho e à possibilidade de fazer fortuna. Apresentava-se, assim, como centro de atração no processo migratório dos séculos XIX e XX.

Naquele contexto, o Brasil despontou como um dos países que mais recebeu imigrantes; no entanto tardiamente, se considerados outros espaços da América. O sistema de trabalho adotado no país até as décadas finais do século XIX, a escravidão, foi o principal fator do “atraso” no recebimento de estrangeiros. Essa característica brasileira do período ocasionou diversos problemas na inserção de trabalhadores imigrantes na medida em que a estrutura do país esteve voltada para a escravidão durante séculos. O tratamento dado ao imigrante e as condições às quais os proprietários rurais os submetiam resultaram, ao longo de algumas décadas, na insatisfação e posterior diminuição do fluxo estrangeiro no país. No final do século XIX e início do XX, o número de europeus que tinham o Brasil como destino diminuiu drasticamente.

Nesse cenário, entra no país um novo personagem estrangeiro, causando dúvidas e receios na população aqui residente. Importa salientar que até o momento a imagem de

imigrante no Brasil relacionava-se diretamente aos europeus, porém, com a diminuição dos fluxos destes e a crescente demanda de mão de obra para a lavoura cafeeira (principal atividade econômica do país), a necessidade de “recrutar” braços para a lavoura levou o governo brasileiro a estabelecer aliança com o governo japonês para a vinda de seus nacionais.

O Japão, na segunda metade do século XIX, passou por significativas mudanças. A Era Meiji, iniciada em 1868, implicou uma grande modernização das estruturas japonesas, acarretando modificações nos campos econômicos, políticos e sociais. Dentre as consequências das transformações ocorridas no país nipônico, destaca-se o grande crescimento populacional, paralelo ao problema de acesso à terra que o país enfrentava. Para diminuir o problema demográfico e oferecer melhores condições de vida para a população, o governo japonês investiu no incentivo à emigração. Os japoneses tiveram diversos destinos, com ênfase para o Havaí, Estados Unidos, Canadá, Peru, Brasil e outros espaços em menor proporção.

O acordo firmado entre Brasil e Japão resultou na vinda da primeira leva de imigrantes, os quais aqui chegaram em 18 de junho de 1908, em um total de 781 japoneses. Nos anos seguintes, o fluxo desses personagens em terras brasileiras alcançou números significativos no contexto do processo migratório.

Uma das maiores dificuldades encontradas quando se trata da imigração no Brasil são os dados estatísticos. Diversos autores discorrem sobre a dificuldade de conhecer os números exatos dos imigrantes de cada nacionalidade e os dados de fixação dessa população. Os números discutidos na literatura são sempre pontuados como estimativas incertas.

A entrada de imigrantes japoneses no Brasil inaugurou uma nova conotação no processo imigratório brasileiro. As transformações na sociedade receptora foram de grande relevância. Os japoneses trouxeram consigo uma nova forma de encarar o trabalho e contribuíram significativamente para a agricultura brasileira, em especial na adoção de novas técnicas, introdução de novas variedades e melhoramento e seleção de espécies já existentes no Brasil.

Os japoneses tiveram a fazenda de café como destino de trabalho ao entrarem no Brasil, as quais se localizavam, principalmente, no Estado de São Paulo. Após alguns anos de dedicação à lavoura, com o dinheiro poupado, uma parcela desses imigrantes conseguiu adquirir lotes rurais. Muitos deles no Paraná, no norte do Estado. A entrada desses personagens em terras paranaenses conferiu às localidades em que se instalaram uma dinâmica diferenciada perante o contexto estadual.

Dentre os municípios que receberam imigrantes japoneses, não diretamente do Japão, mas provenientes de fazendas de café de São Paulo, salientam-se Assaí, Uraí, Londrina, Maringá e Marialva. Nesta pesquisa, foram selecionados três localidades para estudo e análise: Assaí, Marialva e Uraí.

A escolha dessas unidades obedeceu às características relacionadas à colônia japonesa. Assaí e Uraí tiveram colonização dirigida aos personagens nipônicos, sendo, inclusive, resultado de um planejamento comercial de empresas japonesas de colonização, a “*Brasil Tokushoku Kaisha*” e a “*Nambeï Tochi Kabushiki Kaisha*”. Já Marialva foi obra da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, mas teve como pioneiros grande número de famílias japonesas, que influenciaram diretamente na atual configuração agrícola do município. Nesses espaços, o cultivo de determinados produtos agrícolas foi resultado da contribuição da colônia japonesa. O aprimoramento de técnicas e o desenvolvimento de cultivares possibilitaram a essas unidades identidade própria na agricultura.

Ante o exposto, esta pesquisa teve como objetivo geral identificar e analisar a influência da colônia de imigrantes japoneses no espaço rural do norte do Paraná e relacioná-la, preferencialmente, com a contribuição desses personagens para a agricultura dos municípios de Assaí, Marialva e Uraí no contexto geográfico regional. Para tanto, foram realizados estudos em duas etapas para levantamentos dos dados necessários.

A primeira etapa foi empreendida mediante levantamento de dados histórico-econômicos da agricultura dos municípios a partir da década de 1960. Foram levantados dados quantitativos relacionados às propriedades rurais no Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Utilizaram-se os seguintes dados para análise: número de estabelecimentos agropecuários e o total de área ocupada; número de estabelecimentos com lavoura permanente e temporária e a área total ocupada; principais produtos agrícolas produzidos nos municípios nos anos de 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010; e número da população rural e urbana dos municípios no intervalo de 1960 a 2010.

Os dados dos Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006 foram utilizados desconsiderando-se os dados de 1975 e 1985, obedecendo à análise com intervalo mínimo de 10 anos. O IBGE disponibiliza em seu acervo outra fonte de dados, a Produção Agrícola Municipal, com informações anuais desde 1990. Destarte, os valores das variáveis analisadas sofrem divergências dependendo da fonte utilizada. As diferenças quanto às informações ocorrem devido à metodologia na obtenção desses dados. O censo obtém as informações junto ao produtor, uma informação mais precisa e pontual; já os dados da

Produção Agrícola Municipal são fornecidos por órgãos que trabalham com a agricultura, a exemplo da Emater e das prefeituras municipais, com o uso de informações secundárias e por amostragem, ficando, portanto, com valores de considerável divergência.

Na segunda etapa, realizaram-se entrevistas com os pioneiros dos municípios selecionados, representantes de órgãos envolvidos com a agricultura municipal, profissionais responsáveis pela assistência técnica às propriedades rurais e com os produtores da colônia japonesa com o fito de analisar os fatores e o contexto da contribuição dos *nikkeis* para a agricultura do norte paranaense. Dentre os dados explorados, ressaltam-se o histórico familiar, as culturas praticadas ao longo do tempo na propriedade, a mão de obra empregada, o local de residência do produtor, os bens existentes na propriedade, os pontos positivos e negativos da agricultura e o papel da assistência técnica no processo de produção.

Ao longo da pesquisa, surgiram dificuldades de variados âmbitos. A disponibilidade e o acesso aos dados foram os entraves mais significativos. Realizar uma pesquisa sobre a colônia japonesa sem a ela pertencer trouxe estranhamento e receio por parte dos *nikkeis* dos três municípios, o que demandou insistência e maior tempo para a obtenção das informações.

Esta pesquisa busca contribuições em diferentes âmbitos. No municipal, espera-se que os resultados auxiliem no planejamento das políticas públicas dos municípios para a manutenção e expansão da agricultura e futuramente como registro histórico. No âmbito científico, almeja-se que o trabalho obtenha significativo valor como referência de estudo e caracterização da contribuição da colônia japonesa para a agricultura do Estado do Paraná.

Esta tese estrutura-se em cinco eixos. O primeiro, intitulado “O Brasil no contexto da migração mundial”, aborda a inserção do país no processo migratório ocorrido século XIX e aponta o contexto desse período no território nacional. As bases para a inserção do país na dinâmica migratória foram as dificuldades em se manter vigente o regime de escravidão no território brasileiro e o início da transição demográfica na Europa. O Brasil configurou-se, no século XIX, como um centro de atração de imigrantes, cujos fatores de atração foram o fácil acesso à terra, a abundância de oferta de trabalho e as possibilidades de enriquecer. A Europa, nesse período, passava por desequilíbrios econômicos e demográficos, constituindo-se como um centro repulsor, o que motivou um grande contingente populacional a buscar novas alternativas. Nessa unidade há destaque para a entrada dos imigrantes japoneses no Brasil. Faz-se menção, na construção da redação, ao contexto vivido pelo Japão no período, como, por exemplo, a política de emigração japonesa ter sido executada como um empreendimento nacional, mas que por detrás d havia razões sociais e econômicas que exigiam que o país a

promovesse. Os interesses do governo brasileiro na vinda de imigrantes nipônicos e a realidade encontrada pelos japoneses no Brasil sustentam a discussão dessa seção.

O eixo dois, “Japoneses no espaço paranaense”, narra a história da ocupação do Estado do Paraná, descrevendo as características das três frentes pioneiras – Paraná Tradicional, Frente Sudoeste e Frente Norte –, com enfoque especial à última região. A inserção na discussão das outras frentes de ocupação do Estado se deu em virtude da necessidade de comparação entre os diferentes processos presentes na colonização do Paraná. A peculiaridade da Frente Norte é amplamente trabalhada na literatura desse tema; assim, fez-se necessária a discussão das características das outras duas frentes para haver subsídios comparativos e alicerce para a afirmação da excepcionalidade do processo de ocupação da região norte do Estado. A seção é encerrada com os dados relativos à entrada dos japoneses no Paraná, em específico na região norte do Estado; a ação das empresas colonizadoras é o ponto de destaque da discussão.

A síntese geográfica e histórica dos municípios de Assaí, Marialva e Uraí, locais da realização da pesquisa, é abordada no eixo três, “O norte do Paraná e os japoneses”. Aspectos naturais e políticos dos três espaços trabalhados, os processos de ocupação dessas áreas, as estratégias criadas pelas empresas colonizadoras e a dinâmica agrícola existente até 1980 embasam a discussão dessa unidade.

A modernização da agricultura é enfocada no quarto eixo, “A crise do café e o novo modelo agrícola”. No Paraná, esse processo iniciou-se na década de 1970 e teve fortes reflexos sociais e econômicos. No Estado, houve modificações na produção agrícola, na estrutura fundiária, no emprego de mão de obra e na distribuição das rendas. Nesse item, são trabalhados elementos da modernização no norte do Paraná, considerando suas causas e consequências no que tange aos aspectos econômicos e sociais das propriedades produtoras de café.

As mudanças populacionais ocorridas nos espaços municípios de Assaí, Marialva e Uraí constituem importante viés de análise sobre os impactos da modernização da agricultura, na medida em que parte dessa população dirigiu-se para cidades maiores e para outros estados. O Paraná, no auge da atividade cafeeira, era foco de atração populacional, com registro de crescimento demográfico de 7% ao ano; porém nos anos de 1980 essa taxa não chegou a 1%, evidenciando a transformação do Estado em polo de dispersão.

O eixo cinco, “A agricultura norte paranaense”, trata das características da dinâmica agrícola dos três municípios utilizados para análise. Os dados referentes à quantidade de estabelecimentos e aos principais representantes das lavouras permanente e temporária

demonstram o grau e a complexidade dos reflexos da modificação das bases rurais nas últimas décadas do século XX e embasam o atual arranjo agrícola dos espaços estudados. A atual realidade dos agricultores *nikkeis* nos municípios foi analisada frente às informações coletadas por meio de entrevistas. Nesse eixo, são analisadas 45 entrevistas realizadas com produtores da colônia japonesa, subsídios para o esclarecimento da configuração agrícola dos municípios no século XXI.

Finalmente, nas considerações finais, ao trazer o retrospecto do que foi levantado e analisado na pesquisa, busca-se apontar as perspectivas para a organização agrícola de Assaí, Marialva e Uraí pautadas na relevante contribuição dos *nikkeis* presentes nesses espaços desde o início de sua colonização.

1. O BRASIL NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO MUNDIAL

1.1 Política de imigração para o Brasil no século XIX

A mobilidade espacial da população ocorre desde os primórdios da história. Seja fugindo de guerras, de conflitos civis ou da escassez de recursos naturais, seja atraídos por melhores condições de vida, o ser humano sempre se deslocou (GHIZZO e ROCHA, 2008). A ação migratória¹ da humanidade acontece em decorrência de diferentes causas, destacando-se a econômica, a social, a cultural e a política. O impulso migratório, segundo Demartine e Truzzi (2005, p.32), “raramente é um fato simples, pois amplia-se num acúmulo de necessidades, desejos, sofrimentos e esperança”. O fato de deixar o lugar de origem causa na população migrante angústias e incertezas, haja vista o abandono de um território familiar, carregado de histórias e significados. No entanto, paralelamente a esses sentimentos está a gana por melhorias nas condições de vida, nos âmbitos econômico, social ou político.

Nadalín (2001) afirma que o ato de migrar está associado ao cotidiano, à procura de algo melhor, sempre mais adiante. Dessa forma, a busca por novos lugares que garantam a sobrevivência de determinada população motiva o seu deslocamento. Para tanto, o lugar escolhido deve possuir determinada característica de atração.

Os estudos de Ernest Ravenstein² enfatizam que a migração é governada pelo processo de *push-pull*, expressão definida nas pesquisas do autor como sendo as condições desfavoráveis de dado lugar que impulsionavam a população ali residente a se deslocar para outra área. Desse modo, o *push* é o fator que leva à emigração, geralmente conceituado como um problema no lugar de origem do indivíduo. Já o termo *pull* simboliza algo bom no lugar de destino do migrante, tornando o lugar, por conseguinte, atrativo.

Os fluxos migratórios, corroborando Everett Lee³, obedecem sempre à lógica de repulsão e atração. Os estudos deste autor, como assinalam Guizzo e Mendes (2008),

¹ Por emigração e imigração entende-se o processo de mobilidade espacial que se opera em áreas afastadas entre separadas por fronteiras envolvendo um número considerável de pessoas, as quais, individualmente ou em grupos, transferem seu domicílio para outro país onde passam a viver e a exercer regularmente suas atividades ocupacionais (TSUKAMOTO, 1973, p. 13).

² Geógrafo inglês, primeiro teórico do estudo de migração. Desenvolveu pesquisas que resultaram nas chamadas “Leis da Migração”.

³ Os estudos de Everett Lee foram de suma importância para os estudos da mobilidade da população, haja vista a formulação de modelos, os quais sempre tiveram por base o contexto social e econômico, enfatizando-se a questão do trabalho (GUIZZO e ROCHA, 2008).

oferecem para a mobilidade da população um novo paradigma, pois sua proposição envolvia um conjunto de fatores negativos e positivos nas áreas de origem e destino dos migrantes.

A questão básica da migração envolve, conforme Klein (2000), além do peso dos fatores de expulsão ou de atração, a maneira como estes se equilibram. Para Brumes e Silva (2011, p.127), “o processo migratório não é algo mecânico que ocorre apenas entre um polo de expulsão e outro de atração. Ele se desenvolve num contexto social historicamente determinado”. O deslocamento populacional é resultante e motivador de alguns problemas existentes no espaço de origem e de destino, respectivamente. Sobre isso, Jansen *apud* Peixoto (2004, p.04) registra que:

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante.

Apesar das variadas discussões acerca das motivações quanto à migração, as consequências desse deslocamento humano são, também, muito relevantes nesse processo. Na visão de Balhana, Machado e Westphalen (1969), a imigração é um investimento compensador. Nessa perspectiva, o imigrante significa, para a sociedade receptora, investimento em capital humano e capital de trabalho, no sentido demográfico e económico, já que, segundo os autores, o homem geralmente emigra em sua idade biológica mais produtiva. “O imigrante, por outro lado, é também portador de bens culturais, no sentido antropológico de cultura, que enriquecem a sociedade de adoção” (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969, p. 364). De fato, as mudanças ocorridas no espaço receptor da nova população são evidentes, assim como os migrantes precisam adaptar-se às condições do novo lugar. Dessa maneira, não há mudanças sem dor.

No Brasil, na acepção de alguns estudiosos, a entrada de imigrantes foi iniciada com a vinda da família real em 1808, uma vez que, anterior a esse fato, os portugueses que aqui residiam eram considerados colonizadores, os outros europeus eram invasores e os negros

estavam na categoria de escravos⁴. Contudo, há muita discordância sobre essa assertiva, pois todos os que chegaram ao Brasil, desde seu descobrimento, em 1500, são considerados imigrantes, como argumentam alguns autores⁵.

No contexto da imigração na América, o Brasil foi um dos países que receberam mais tardiamente estrangeiros para o trabalho em virtude da característica escravista do país. Como decorrência, a imigração para o território brasileiro começou a ganhar relevância no final do século XIX, uma vez que o fim do regime de escravidão ocorreu nesse período. De acordo com Levy (1974), esse processo é explicado considerando dois principais pontos: primeiro, a dificuldade em se conseguir escravos na África; e segundo, o início da transição demográfica na Europa, que provocou um grande aumento da população desse continente.

Em consonância com Peregalli (1988), enquanto o mundo assistia a uma luta para acabar com o tráfico de escravos e com a atividade escravista, processo liderado pela Inglaterra, o Brasil Imperial resistia. Este autor também pondera que:

Os ingleses pressionavam, golpeavam, exigiam o fim da escravidão com as forças das máquinas: estamos em plena Revolução Industrial. As fábricas britânicas multiplicavam sua produção baseados no mercado externo. No Brasil, enquanto não se transformassem os escravos em assalariados, não existiriam condições para consumo de grandes quantidades de mercadorias produzidas a um custo baixo graças à exploração da mão-de-obra inglesa, que por isto mesmo não consumiam o que fabricavam. A eliminação da escravidão era uma necessidade vital para o capitalismo que nascia na Inglaterra (PEREGALLI, 1988, p. 68).

As pressões inglesas levaram o governo brasileiro a proibir a importação de escravos em 1831. Esse ato foi resultado de um acordo firmado entre a Inglaterra e o Império, pelo qual este último se comprometeria a restringir o tráfico e a finalizá-lo em março de 1830; porém, foi em 7 de novembro de 1831 que houve a proibição efetiva dessa prática (COSTA, 1982). Todavia, as fazendas cafeeiras aumentavam e necessitavam cada vez mais da mão de obra escrava. Dessa forma, “a lei permaneceu letra morta. A sociedade pactuou com a manutenção do tráfico e da senzala, a fraude acobertava-se” (COSTA, 1982, p.12).

⁴ Inicialmente, como se sabe, só os portugueses vinham da Europa para sua colônia americana. E quando o faziam, não estavam propriamente migrando de um país para outro, mas apenas se mudando dentro de seu vasto Império (WANKE, 1993, p.16).

Na literatura, há menção ao termo “imigração espontânea”, utilizada nesse contexto para frisar que não há relação com a transferência de escravos africanos para o Brasil (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969).

⁵ Na história da América, a palavra *imigração* tem sido empregada restritamente ao período posterior à Independência. Na história do Brasil, o termo foi usado de forma mais restrita ainda, referindo-se apenas à importação de trabalhadores livres para a lavoura, seja no sistema de parceria, seja pelas diversas formas de salariado (BALHANA, 1996, p.39).

As exigências do país inglês devem ser consideradas no contexto econômico do período. Após ter abolido o trabalho escravo em suas colônias, em 1807, a Inglaterra estava interessada no fim do regime escravocrata nos outros países da América, interessada em impedir que outras nações conseguissem produzir com um menor preço (BALHANA, 1996). Entretanto, a necessidade de mão de obra no Brasil fez com que a atividade escravista continuasse, na forma de contrabando. Essa prática teve fim de modo definitivo somente em 1850 graças a uma nova lei, a Lei Eusébio de Queiroz⁶. “Segundo a nova legislação, a importação de escravos foi considerada ato de pirataria e como tal deveria se punida” (COSTA, 1982).

Dentre as consequências do fim do tráfico, destacam-se o melhor tratamento dado aos escravos⁷ e a elevação em seu preço, consequência, segundo Martins (1973), do aumento dos riscos corridos pelos traficantes. De acordo com Costa (1998), enquanto durou o tráfico africano e os escravos eram fáceis de obter, era menos custoso comprar novos escravos do que assegurar a longevidade dos já adquiridos. “A população de escravos não se reproduziu tão rapidamente quanto era necessário para atender à crescente demanda de mão-de-obra” (COSTA, 1982, p. XXVIII). As condições às quais os escravos eram submetidos comprometiam o crescimento, em números, dessa população, já que havia uma balança negativa entre suas taxas de natalidade e mortalidade.

A mão de obra escrava foi durante muito tempo o alicerce para as atividades econômicas praticadas no país, configurando-se como exclusiva em muitas regiões, desde os primórdios da Colônia. “Nos canaviais, mais tarde nas minas de ouro, nas cidades ou fazendas, era ele o grande instrumento de trabalho. Derrubando matas, roçando as plantações, nas catas de ouro, nos engenhos, o escravo foi figura familiar na paisagem colonial” (COSTA, 1982, p.14). A diminuição da oferta desse instrumento, como designa a autora, foi um duro golpe à estrutura montada nos parâmetros da época.

A escassez de escravos no mercado nacional foi sentida de maneira mais aguda em virtude da inserção de uma nova atividade agrícola no país: o surgimento no cenário econômico mundial do novo produto, o café, criou no país uma necessidade urgente de se obter mão de obra para a lavoura. Na visão de Peregalli (1988), o produto deu um pouco de fôlego ao decadente Império ao estender-se, entre 1825 e 1850, pelo Vale do Paraíba. O cultivo do café expandiu-se, e atrelado ao menor número de escravos, já que essa população

⁶ Lei que proibiu o tráfico de escravos. Recebeu o nome do Ministro Eusébio de Queiroz, grande defensor do fim do tráfico no Império.

⁷ Naquele momento, o custo para adquirir novos escravos era elevado; assim, os proprietários zelavam pela mercadoria adquirida com o intuito de estender a vida, ou no pensamento da época, a durabilidade do escravo.

não se reproduzia tão rapidamente quanto era necessário para atender à crescente demanda de mão de obra, os fazendeiros procuraram soluções alternativas (COSTA, 1998). Outro fator que interferiu na diminuição da utilização do trabalho escravo foi seu custo. Cano (1998) pontua que o salário médio de um imigrante, em período próximo à abolição, situava-se em torno de 240 mil réis, quantia muito próxima dos gastos anuais com a manutenção de um escravo em termos de alimentação e roupas.

Certamente, o que se gastava com o escravo, para Costa (1998), podia-se comprimir até o mínimo vital às suas necessidades. Na opinião da autora, o nível de vida do trabalhador escravo era ditado pelo interesse do senhor. Esses trabalhadores eram vistos por seus proprietários como verdadeiros objetos de trabalho, não merecendo, assim, na visão desses senhores, um tratamento condizente às condições de qualidade de vida exigidas para seres humanos⁸.

A figura central, que no dizer de Balhana, Machado e Westphalen (1969) constituiu o eixo de todos os acontecimentos ligados à imigração foi o latifúndio, com destaque ao latifúndio cafeeiro de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Sobre essa questão, os autores enfatizam que:

O latifúndio do café é um sistema de interação e de acomodação entre uma instituição da propriedade, um sistema de produção para exportação, que constituía a base vital da economia nacional, o trabalho escravo, uma classe dominante, dona da propriedade, do escravo, da produção, da renda da exportação e do poder político nacional. Cada um desses elementos exerce uma função para a manutenção do sistema e, conseqüentemente, um enfraquecimento de qualquer dos elementos, deveria obrigar ao reajustamento do sistema todo, reajustamento que, se não fôsse conseguido, acarretaria a sua desagregação (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969, p. 346-347).

A primeira ameaça sofrida por esse sistema foi o término do tráfico de escravos, em 1850. Naquele momento, o café alcançara o mercado mundial e seu preço estava em ascensão, resultado da grande expansão da atividade pelo país. Áreas pioneiras da atividade reforçavam a produção e novas áreas eram ocupadas. Costa (1998) assevera que “a partir da segunda metade do século XIX, à medida que o café se expandia em demanda de terras virgens e novas áreas eram desbravadas, o sistema (escravista) se foi desarticulando e o país transitou definitivamente para as formas de trabalho livre”. Destarte, em um primeiro momento os

⁸ Os escravos eram responsáveis por todo o trabalho braçal realizado nas fazendas. Suas condições de vida eram precárias e sua alimentação limitada. Eram recolhidos em uma habitação coletiva conhecida como senzala, onde ficavam presos quando não estavam executando as tarefas a eles delegadas. Aqueles que se rebelavam contra a rotina imposta eram torturados, algumas vezes até à morte.

fazendeiros optaram pela substituição do tráfico externo, agora proibido, pelo comércio interno de escravos, ou seja, os grandes proprietários compravam escravos de outras províncias⁹. Essa prática, em conformidade com Costa (1982), permitiu o deslocamento da população de escravos de áreas rurais menos produtivas e das zonas urbanas para as plantações de café, porém “o tráfico interprovincial assumiu, então, um caráter provisório” (MARTINS, 1973, p. 50), já que não havia no país “estoque”¹⁰ suficiente de escravos para suprir a demanda.

O fim do tráfico de escravos no país foi o início de um processo mais longo que culminou com a extinção do regime escravista. Costa (1982) afirma que até metade do século XIX, as críticas à escravidão no país encontravam pouco suporte e as propostas para o fim do regime de escravidão despertavam pouco entusiasmo.

Aqui e lá um espírito mais independente publicava um ensaio sobre as vantagens do trabalho livre. Um parlamentar apresentava um projeto visando melhorar a situação dos escravos, um poeta lamentava os sofrimentos dos escravos. O ensaio era ignorado; o projeto, engavetado; e o poema, esquecido (COSTA, 1982, p. 37).

Ao longo dos anos, a pressão pelo fim do regime de escravidão no país foi ganhando força e aumentando a pressão nas autoridades governamentais; a “Guerra de Secessão”¹¹ nos Estados Unidos teve grande impacto. Após o fim da escravidão no país norte-americano, somente o Brasil, Porto Rico e Cuba, os dois últimas colônias espanholas, mantinham esse regime na América. Na segunda metade do século XIX, o regime de escravidão no Brasil caminhou para seu fim definitivo. Para Trento (1988), a abolição não foi resultado exclusivo de uma campanha humanitária, mas sim consequência da mudança de atitude dos grandes proprietários perante o problema da mão de obra.

As dificuldades crescentes em manter a disciplina através da repressão, as contínuas fugas de escravos das fazendas já haviam esclarecido aos representantes mais avançados da classe dirigente do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, que o regime de trabalho servil entrara numa fase de desarticulação (TRENTO, 1988, p. 22).

⁹ O país era dividido em Províncias, estas em Comarcas, e estas ainda em Paróquias (WANKE, 1993, p.19).

¹⁰ O escravo era, além de tudo, mercadoria: mercadoria que, em caso de necessidade, podia ser vendida ou alugada, possuindo, assim, um duplo valor: valia o que produzia e valia como mercadoria (TRENTO, 1988, p. 28).

¹¹ Conflito militar ocorrido nos Estados Unidos entre os estados escravistas do sul e os estados do norte do país, entre 1861 a 1865. Culminou com o fim do regime de escravidão no país norte americano, com a derrota dos estados do sul.

Em meio a esse processo, a necessidade de conseguir mão de obra para a lavoura se tornou cada vez mais emergencial. Diante dessa situação, os fazendeiros viram na imigração a possibilidade de conseguir suprir a necessidade de braços para a lavoura. Contudo, o interesse da classe dominante era a substituição do escravo pelo imigrante, mas no sistema adotado na agricultura da época, de acordo com Balhana, Machado e Westphalen (1969, p. 348), “só se escravizando, alguém substituiria o escravo”.

Assim, partir de 1840, a parcela de imigrantes que procuravam o Brasil foi disputada pelos cafeicultores paulistas, que objetivavam utilizar o trabalho do imigrante em substituição ao do escravo (PETRONE, 1982). Os projetos de colonização com imigrantes tiveram a fazenda de café, em particular as de São Paulo, em consonância com Petrone (1982), como a maior rival. Importante esclarecer que, anteriormente a esse período, já havia um pequeno fluxo de imigrantes para o Brasil, porém com o objetivo de atender aos projetos de colonização do governo, ocupando áreas despovoadas¹².

A primeira migração oficial de iniciativa do governo português dentro de seu território deu-se, como sustenta Wanke (1993), no século XVIII. O objetivo dessa iniciativa foi a resolução de dois problemas populacionais: o primeiro foi diminuir a superpopulação do Arquipélago dos Açores, e o segundo, diminuir os vazios demográficos da colônia brasileira (WANKE, 1993)¹³. Nesse período, a entrada de imigrantes no Brasil passa a atender aos projetos de colonização organizados pelo governo para a ocupação de áreas até então despovoadas no território nacional. Petrone (1982) assevera que a imigração e a colonização eram processos íntimos, pois o governo recorria aos contingentes de imigrantes da Europa para o aproveitamento de áreas desocupadas visando à instalação de pequenas propriedades policultoras, trabalhadas pelos proprietários e suas famílias. Foi somente em meados do século seguinte, XIX, que a população estrangeira se torna interessante também para os grandes cafeicultores, haja vista a necessidade de mão de obra para as lavouras cafeeiras após a abolição da escravatura.

Dessa forma, a entrada de imigrantes no Brasil teve, a partir de 1840, outra conotação: o preenchimento de vazios demográficos deixou de ser a função principal e o fornecimento de mão de obra para a agricultura, sobretudo para a atividade cafeeira, passou a constituir sua finalidade primordial (BALHANA, 1996).

¹² A mudança nos rumos da política imigratória manifesta-se motivada pela preocupação com os vazios demográficos. [...] Com a Independência, acentua-se a preocupação pelos vazios demográficos. Os governos das jovens nações americanas procuram resolver o problema da ocupação efetiva do solo, necessária à soberania nacional e à sua valorização econômica (BALHANA, 1996, p. 41).

¹³ Era urgente preencher tais vazios, especialmente em zonas estratégicas e sujeitas a contestações e invasões por parte dos vizinhos, os espanhóis, como era o sul do Brasil (WANKE, 1993, p. 16).

Com a abolição do tráfico, a necessidade era de uma política de imigração, para, de acordo com Martins (1973, p 51), haver a “constituição de um mercado de mão de obra que fizesse do trabalho livre um fator de produção economicamente aceitável para a grande lavoura”. Nadalin (2001) argumenta que os fazendeiros se empenhavam para que chegassem ao Brasil imigrantes em maior número do que os exigidos na cafeicultura. Logo, os estrangeiros contentar-se-iam com salários baixos e poderiam ser substituídos com facilidade. Nesse sentido, Martins (1973) enfatiza que, para atender aos desejos dos grandes proprietários era necessária a introdução de imigrantes em número maior ao necessário, pois assim haveria uma grande oferta de força de trabalho. Cano (1988) esclarece que em situações assim, quando aumentam os fluxos migratórios, os salários monetários passam a ser flexíveis para baixo e quando a oferta de trabalhadores já é abundante, há uma queda expressiva dos salários.

Apesar da necessidade que a lavoura cafeeira enfrentava no que se refere à mão de obra, a chegada de imigrantes ao país não garantiria que essa força de trabalho dirigir-se-ia às fazendas de café. Martins (1973, p. 51) aponta que, “em face destas novas condições, a imigração teria que perder, a partir de então, o seu vínculo exclusivo com os núcleos de povoamento; ou seja, teria que deixar de produzir pequenos proprietários e de alimentar a agricultura de subsistência”. Assim, os grandes produtores de café não queriam, de nenhuma forma, que fossem concedidas, logo de saída, glebas de terra aos imigrantes (WANKE, 1993).

No país, até esse momento, não havia nenhuma legislação quanto ao acesso à terra. Esse fato gerou grandes preocupações na classe dominante da época, haja vista que o imigrante que chegaria ao país deveria, para conveniência dos grandes cafeicultores, estar subordinado ao trabalho nos cafezais das fazendas. Por isso, não era interessante essa classe estrangeira chegar ao país e conseguir a posse da terra, pois assim não se tornariam braços para a lavoura. “Suspender a política de colonização e manter apenas de imigração não transformaria o imigrante, necessariamente, em força de trabalho disponível para a grande lavoura”, pondera Martins (1973, p.51). Dessa forma, estratégias deveriam ser criadas para evitar que o trabalhador estrangeiro se tornasse proprietário de imediato ao chegar ao país.

Havia no país, já há alguns anos, debates em torno das novas formas de distribuição da terra. De acordo com os participantes das discussões, “havia uma necessidade de ordenação jurídica, pois era necessário revalidar as concessões de sesmaria e legitimar a posse, prática que crescia desordenada no final período colonial” (CAVALCANTE, 2005, p.1). Atrelada a essas preocupações, existia outra, a já citada escassez do braço escravo, e conseqüentemente do braço trabalhador.

Mediante a necessidade da classe dominante da época, os grandes produtores de café, a legislação veio a atender aos seus anseios. Assim, foi elaborada a lei nº 601, chamada de Lei de Terras, promulgada em 18 de setembro de 1850, que trouxe, no artigo 1º, a seguinte determinação: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas¹⁴ por outro título que não seja por compra”. Guimarães (1977) evidencia que essa lei tinha três objetivos principais: proibir as aquisições de terras por outro meio que não a compra; elevar os preços das terras, e conseqüentemente, dificultar sua aquisição; e destinar o valor das vendas de terras à importação de colonos. Na concepção de Cavalcante (2005, p. 4):

A partir da criação dessa lei, a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmarias, tampouco a ocupação por posse, com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território. Seria permitida a venda de todas as terras devolutas. Eram consideradas terras devolutas todas aquelas que não estavam sob os cuidados do poder público em todas as suas instâncias (nacional, provincial ou municipal) e aquelas que não pertenciam a nenhum particular, sejam estas concedidas por sesmarias ou ocupadas por posse.

Essa nova legislação, para Nozoe (2006), aprimorou o conceito de terras devolutas e identificou o Estado como seu proprietário. Serra (2003) assinala que o preço-terra era suficientemente elevado para impedir que posseiros e imigrantes pobres se tornassem proprietários de terras, fator que atendeu aos interesses da classe dominante, já que quando o preço da terra é elevado, impede-se que um grande número de pessoas tenha acesso a ela, mesmo através da compra (SERRA, 2003). Na ótica de Martins (1973), essa lei alterou significativamente as funções da imigração no país. Ainda para o autor, houve a transformação da terra em mercadoria, condicionando o surgimento de novos proprietários à posse prévia de capital, impedindo claramente que o imigrante se tornasse proprietário, já que poucos dessa classe traziam consigo economias suficientes para adquirir um lote de terra.

Os imigrantes que chegaram ao Brasil, após essa medida, ficaram de certa forma impedidos de ter acesso à terra, pois o pouco dinheiro que traziam, ou muitas vezes nenhum, impossibilitava tal acesso. Cavalcante (2005) postula que a lei propunha a permissão de venda de terras aos estrangeiros, mas enfatiza que as terras eram vendidas por um preço relativamente alto, dificultando a aquisição por parte dos colonos.

Das medidas da Lei de Terras, os itens que ganharam enfoque e importância foram os que dificultavam o acesso à terra por meio da posse ou por compra a baixo preço. Isso não foi

¹⁴ No período colonial, o termo “terra devoluta” era empregado para designar a terra cujo concessionário não cumpria as condições impostas para sua utilização, o que ocasionava a sua devolução para quem a concedeu: a Coroa. Com o tempo, esse termo passou a ter o significado de vago (CAVALCANTE, 2005 p.5).

por acaso, pois esses itens estavam em harmonia com os objetivos imediatos da classe de grandes proprietários, que era “obrigar” o imigrante recém-chegado ao Brasil a empregar sua força de trabalho nas fazendas de café (GUIMARÃES, 1977).

A primeira forma encontrada para balizar a relação de trabalho com os imigrantes foi o sistema de parceria¹⁵. O pioneiro nesse tipo de relação de trabalho foi o senador por São Paulo, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro; este, fazendeiro de café, introduziu, a partir de 1841, imigrantes portugueses em sua fazenda Ibicaba, em Limeira, e em 1847, imigrantes alemães (BALHANA, 1996). A princípio, os resultados foram satisfatórios, o que encorajou outros proprietários a apostarem nessa nova modalidade de contratação de mão de obra; no entanto, surgiram obstáculos que paralisaram essa dinâmica. Segundo Guimarães (1977, p. 97), “os imigrantes eram trazidos sob as mais doces promessas para as fazendas de café”, porém a realidade vivida nesse sistema nada lhes trouxe de benefício. O autor aponta ainda que os trabalhadores viviam em uma completa falta de liberdade, em um crescente endividamento pelo sistema de vales e pelo fornecimento de gêneros nos armazéns do proprietário da fazenda. “O solo é de propriedade do patrão, e os moradores também são de certo modo” (GUIMARÃES, 1977, p.97). A experiência dessas colônias de parceria em fazendas de café, em resumo, não deu bons resultados, como esclarece Petrone (1982), em parte devido aos contratos não serem muito claros e desfavoráveis aos imigrantes. Os conflitos na fazenda de Vergueiro assumiram “tais proporções que as autoridades consulares e os representantes do governo brasileiro foram forçados a intervir” (COSTA, 1982, p. 33).

Sem experiência com o trabalho livre, conforme Carnier Júnior (2000), os produtores não sabiam sequer como e quanto pagar a um trabalhador. Em decorrência, os fazendeiros desenvolveram diversas formas de remuneração. Todavia, durante um bom tempo, não surgiu nenhum plano que conseguisse atrair trabalhadores europeus na quantidade necessária. Diante disso, no final do Império, a Inspeção Geral de Terras e Colonização, que tomava todas as decisões sobre a imigração para o Brasil, autorizou as províncias a estabelecerem suas próprias políticas para atrair imigrantes (CARNIER JÚNIOR, 2000).

É importante salientar que a falta de conhecimento sobre o trabalho livre trouxe problemas na relação com os novos trabalhadores. Na sociedade brasileira da época, de mentalidade escravocrata, não era fácil introduzir o trabalhador livre, que não tinha emigrado para se sujeitar a certas condições de vida e de trabalho que o fazendeiro lhe queria impor

¹⁵ O senador Vergueiro idealizou uma forma de atrair e empregar famílias europeias na lavoura do café. A ideia era estabelecer uma relação tal em que o trabalhador imigrante se tornasse parceiro do produtor e recebesse a metade dos lucros da produção. A essa iniciativa deu-se o nome de sistema de parceria (CARNIER JÚNIOR, 2000, p.16).

(PETRONE, 1982). No início da política de imigração no país, ainda havia o sistema escravista; dessa forma, trabalhavam lado a lado escravos e imigrantes. Nesse ambiente, havia a presença de fiscais das fazendas, que monitoravam a execução das tarefas de ambas as categorias de trabalhadores. Essa situação causava, muitas vezes, constrangimentos, já que o responsável pela fiscalização tratava escravo e imigrante da mesma maneira. A rispidez utilizada com os escravos também era dirigida aos imigrantes, mesmo estando em condições de trabalho diferentes, escravo e trabalho livre. Denunciava-se, inclusive na Europa, que os imigrantes serviam apenas para substituir os escravos (SEYFERTH, 1990).

Em virtude das condições oferecidas aos imigrantes, alguns países proibiram, em meados do século XIX, a vinda de seus nacionais ao Brasil. Isso trouxe prejuízos à política de “braços livres” e à instituição de colônias de proprietários¹⁶ que estava em desenvolvimento na Região Sul do país (GUIMARÃES, 1977). Nesse contexto, é válido mencionar que existiam no Brasil dois objetivos na política de imigração, um, voltado para a atração de imigrantes europeus para a instalação em pequenas propriedades e desenvolvimento de áreas despovoadas, e outro que tinha na imigração a solução para a escassez de mão de obra na lavoura de café. A esse respeito, Petrone (1982, p. 18 e 20) aventa que:

O imigrante europeu, instalado em pequena propriedade deveria constituir-se no agente modernizador e transformador da sociedade e da economia brasileira. [...] esperava-se que o imigrante contribuísse para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial o tinha relegado. [...] Os cafeicultores paulistas pretendiam aproveitar o imigrante para solucionar seus problemas de mão de obra, já que se renunciava a extinção do tráfico de escravos.

Até a metade do século XIX, os portugueses configuravam-se como os imigrantes em maior número no Brasil, seguidos pelos alemães. No entanto, em virtude de inúmeras e acumuladas queixas que procediam de núcleos coloniais mal sucedidos e, sobretudo, das reclamações e denúncias provocadas pela insatisfação nas colônias de parceria, a exemplo da Fazenda Ibicaba¹⁷, resultou em visitas consulares, sindicâncias pelos governos estrangeiros, protestos diplomáticos e, finalmente, medidas restritivas impedindo a emigração de alemães

¹⁶ As colônias, assim como os núcleos coloniais, eram grandes áreas rurais loteadas e destinadas ao assentamento de imigrantes. Ao contrário dos núcleos coloniais, implantados pelo Estado e destinados ao assentamento de imigrantes de diversas nacionalidades; as colônias eram formadas por sociedades ou grupos particulares e geralmente destinavam-se ao assentamento de imigrantes de uma única nacionalidade (CARNIER JÚNIOR, 2000, p. 37).

¹⁷ Como mencionado no texto, foi na Fazenda Ibicada que teve início o Sistema de Parceria. No entanto, tal relação de trabalho chegou ao fim alguns anos após a implantação, em virtude das condições às quais os colonos eram submetidos: endividamento constante, contratos injustos, falta de pagamento, falta de liberdade, dentre outras insatisfações.

para o Brasil (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969). Essa corrente migratória passa, a partir de então, a dirigir-se aos Estados Unidos, onde as facilidades de acesso à terra eram maiores.

A partir desse momento, a imigração italiana ganha relevância no cenário nacional e passa a ser a nacionalidade predominante entre os estrangeiros no Brasil. Entre 1877 a 1903, entraram no país 1.654.830 imigrantes, desse total, 60% eram da Itália (LEVY, 1974). Taunay (1939, p.111) pontua que “dos países importantes da Europa, é a Itália onde os salários são mais baixos [...] um dos países em que a miséria, a pobreza, é maior”. Assim, entende-se o motivo: mesmo tendo conhecimento das condições a que os imigrantes eram submetidos no Brasil, ainda assim os italianos emigravam. Petrone (1982) defende que devido às experiências desastrosas praticadas anteriormente com trabalhadores de outros países, os fazendeiros de café brasileiros passaram a seguir contratos de trabalho mais claros. Contudo, as surpresas ainda existiam para os imigrantes, como, por exemplo, a descoberta da realidade existente nas fazendas paulistas. Guimarães (1977) pontua que a adaptação aos cafezais foi tarefa difícil aos italianos, mesmo para esses trabalhadores habituados a uma longa e dolorosa vida de opressão nos latifúndios de seu país.

O fluxo de emigrantes italianos foi determinado, em consonância com Trento (1988), por dois motivos principais: um, de cunho demográfico, e outro de cunho econômico. Houve, após 1870, um aumento populacional no país em virtude da diminuição da mortalidade e estabilização da natalidade; paralelo a isso, na década de 1880, ocorreu uma depressão agrícola que provocou uma grave crise de disponibilidade alimentícia. No entanto, o fator apontado por Trento (1988, p.31) como o maior motivador foi “a impossibilidade para os camponeses de conseguirem dinheiro vivo, o qual lhes era cada vez mais necessário e, até, indispensável, que impulsionou massas inteiras a atravessar o oceano”. Os agentes responsáveis pela emigração na Itália investiam, claramente, na propaganda do Brasil como a terra das oportunidades (Figura 01).



Figura 01: Panfleto de propaganda na Itália das vantagens de realizar a viagem ao Brasil
 Fonte: Souza, I. (2012, p.120)

A entrada dos novos trabalhadores, os italianos, não diminuiu a necessidade de braços na lavoura, que aumentava cada vez mais; o ingresso desses imigrantes no país não supria a demanda. Assim, de acordo com Santos (2010, p. 32), “representando os interesses dos fazendeiros paulistas, os irmãos Martinho e Antônio Prado, a família Souza Queiroz e mais um pequeno grupo de cafeicultores organizaram a Sociedade Promotora de Imigração¹⁸ para localizar imigrantes na Europa”, foi criada em 02 de julho de 1886. Mesmo sendo uma empresa privada do ponto de vista societário, no âmbito operacional e financeiro explorava serviços públicos e tinha o Estado como cliente principal (SANTOS, 2010). Essa associação

¹⁸A Sociedade Promotora de Imigração caracterizou-se como um projeto de uma elite de produtores de café que, ao se articular em torno dela, conseguiu tornar realidade seu intuito de trazer imigrantes europeus para trabalhar em suas fazendas de café em substituição à mão de obra cativa, visto que, nos seus nove anos de atividade localizada, contratou e introduziu 266.7327 imigrantes no Estado de São Paulo com colocação inicial total de 100% em fazendas. Mudou também o próprio serviço de imigração do Estado, que com sua dissolução, em 1895, seguiu a mesma forma de atuação, incorporando o *modus operandi* já estabelecido. Esse quarto de milhão de pessoas permitiu que a lavoura cafeeira continuasse a se desenvolver e pudesse também se expandir para as terras desocupadas do oeste paulista, permitindo um grande acúmulo de riquezas, principalmente aos seus sócios (SANTOS, 2007, p.11).

funcionou durante nove anos e contribuiu para a entrada de grande número de imigrantes no país. Após o fim das atividades dessa instituição, a imigração continuou a ser realizada nos moldes por ela instituídos, o que facilitou o andamento desse processo nos anos seguintes.

Um dos fatores que mais atraía, naquele momento, era o pagamento, pelo Governo de São Paulo¹⁹, das passagens dos imigrantes. Esse fato resultou de tentativas frustradas de cobrança desse valor dos imigrantes, considerando que estes chegavam ao Brasil sem nenhuma economia e com a dívida da passagem. Tal situação desencorajava e influenciava negativamente o interesse de novos estrangeiros na vinda ao Brasil. O ponto essencial na decisão de o Estado arcar com esses custos foi, conforme Santos (2010), a melhora dos cofres públicos com a arrecadação dos impostos gerados pelas receitas obtidas com o café. Foram empregadas vultosas somas para financiar a passagem desses imigrantes, “mas elas foram amplamente cobertas pelos índices de exportação do café, cujo aumento contínuo foi tornado possível pelo trabalho europeu” (TRENTO, 1988, p. 28).

A imigração, nesse momento, foi encarada como um bom negócio ao país, tendo grande organização nas ações pertinentes ao processo. Dentre as estruturas criadas para receber os imigrantes, destaca-se:

A Hospedaria de Imigrantes, onde hoje funciona o Museu da Imigração, era um enorme conjunto de prédios destinado a abrigar os recém-chegados nos seus primeiros dias em São Paulo. Funcionava como uma espécie de hotel mantido pelo governo. Por lá passou a maior parte dos estrangeiros que imigraram para o Estado. [...] A hospedaria de Imigrantes foi construída no bairro do Brás porque ali cruzavam os trilhos das duas ferrovias que serviam a cidade de São Paulo: a antiga Central do Brasil, que vinha do Rio de Janeiro, onde desembarcavam muitos imigrantes, e a São Paulo Railway, que vinha de Santos (CARNIER JÚNIOR, 2000, p. 26).

A dinâmica da imigração no Brasil sofreu alterações no início do século XX, especialmente a italiana. Na verdade, foi promulgado na Itália, em 1902, o Decreto Prinetti²⁰, que proibia a imigração ao Brasil; essa decisão, pelo governo italiano, foi pautada nas más condições a que seus emigrantes estavam submetidos no Estado de São Paulo (LEVY, 1974). A imigração italiana registrou, nesse período, uma redução drástica: sua média anual de entradas de 1887 a 1903 era de 58.000, e a dessa fase foi de apenas 19.000. Levy (1974)

¹⁹ Importante lembrar que a atividade cafeeira tinha em São Paulo, naquele período, a maior área destinada a essa atividade no país, sendo referência, quase que exclusiva, de todo o processo do café vivido pelo Brasil.

²⁰ O Decreto Prinetti, portaria aprovada pelo comissário italiano da emigração, foi assinado em 26 de março de 1906 por Luigi Rodio, comissário-geral. Essa portaria suspendia a licença especial de quatro companhias de navegação que realizavam o transporte gratuito de emigrantes para o Brasil e proibia as atividades dos agentes que adentravam no território italiano para recrutar mão de obra (www.arquivoestado.sp.gov.br).

acrescenta que, atrelada à diminuição na entrada de italianos, a partir de 1904, estava a crise da atividade cafeeira no período. Foi nessa fase que chegaram ao Brasil novos imigrantes, os japoneses, ocorrendo, no ano de 1908, o marco inicial da relação entre Brasil e Japão, a qual vinha ao encontro de interesses de ambas as nações. Tratam-se das características da imigração no século XX, em específico do caso japonês, na seção seguinte.

Considerando as premissas do estudo de Everett Lee, o Brasil configurou-se, no século XIX, como um centro de atração de imigrantes. Os fatores de atração foram o fácil acesso à posse terra²¹, a abundância de oferta de trabalho e as possibilidades de enriquecer (PETRONE, 1982). No período, a Europa passava por desequilíbrios econômicos e demográficos, constituindo um centro repulsor, o que motivou um elevado contingente populacional a buscar novas alternativas. O fator demográfico, corroborando Fausto (2000), influenciou sobremaneira as migrações europeias, já que o crescimento da população pressionou fortemente o setor agrícola de cada país, dada a necessidade de atender às crescentes demandas alimentares. Diante dessa situação, houve relevantes modificações nos métodos de cultivo até então utilizados. O aumento de produtividade e a mecanização da agricultura na Europa resultaram em menor necessidade de mão de obra, logo, na dispensa da força de trabalho excedente (FAUSTO, 2000).

Nesse sentido, percebe-se que no contexto do processo migratório do século XIX a Europa ocupou a posição de centro de repulsão e a América do Sul a de centro de atração.

1.2 A entrada de japoneses no Brasil

Os aspectos físicos do Japão conferem a esse país características peculiares no âmbito natural. O país asiático é constituído por centenas de ilhas, porém, pela importância econômica e pela dimensão espacial, quatro delas ganham destaque: Honshu, Hokkaido, Shikoku e Hyushu. Essas ilhas se localizam sobre o Círculo de Fogo do Pacífico²², propiciando à área grande instabilidade tectônica. O relevo é formado, predominantemente, por dobramentos modernos, marcados por uma intensa atividade vulcânica. A exploração

²¹ O fácil acesso à posse terra era utilizado como ferramenta de propaganda, no entanto, a realidade encontrada, como descrito no texto, não facilitava aos imigrantes tornarem-se proprietários logo de início.

²² O Círculo de Fogo do Pacífico é uma área formada no fundo do oceano por uma série de arcos vulcânicos e fossas oceânicas, coincidindo com as extremidades de uma das maiores placas tectônicas do planeta. A região, de cerca de 40 mil km de extensão, tem formato de ferradura e circunda a bacia do Pacífico, abrangendo toda a costa do continente americano, além do Japão, Filipinas, Indonésia, Nova Zelândia e ilhas do Pacífico Sul. Essa é a área de maior atividade sísmica do mundo (www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/).

agrícola no país, ao longo do tempo, desenvolveu-se através de adaptações às condições naturais daquele espaço.

A história do Japão até o século XIX pode ser sintetizada, em conformidade com Sakurai (2008), como uma constante luta pelo domínio das terras férteis, haja vista as características naturais do país.

As migrações dos povos asiáticos para o arquipélago japonês formaram reinos que ocuparam as planícies de terras agriculturáveis, seguindo-se um processo de lutas incessantes entre esses reinos até a consolidação do reino de Yamato e o longo processo para alcançar estabilidade política e institucional com a criação da figura de um imperador. Mas, nem mesmo a figura de um imperador era suficiente para conter a necessidade de domínio sobre as terras mais férteis. Foram as forças locais que, de fato, predominaram como autoridade para os moradores das regiões que dominavam. O imperador era apenas a figura simbólica que nominalmente manteve o delicado equilíbrio interno por séculos, até que por 300 anos foi efetuado um pacto de paz, conhecido como o *xogunato Tokugawa* (1603-1868). Nesse período de paz interna, ocorreu o desenvolvimento de técnicas agrícolas, como adubação, irrigação, enxertos e rodízio de culturas, que aumentaram a produtividade das terras e continuaram a ser aprimoradas com as lições recebidas depois da aproximação com o Ocidente, a partir do período Meiji, em 1868 (SAKURAI, 2008, p. 121-122).

O Japão possuía, de acordo com Yoshioka (2008), entre 1870 e 1880, uma população rural de 80% de um total de 34,4 milhões. Esse período é marcado pelo início da Era Meiji²³, que teve início no ano de 1868 e implicou alterações na configuração política, centrada na figura do imperador, abandonando o isolacionismo dos shoguns²⁴ (YOSHIOKA, 2008). As mudanças foram além da esfera política, aconteceram nos âmbitos econômicos e sociais, provocando grandes transformações na organização desse país. Até então, a economia japonesa estava alicerçada na agricultura, e a maior parte da população se ocupava com atividades do setor primário. Na fase de transição da era feudal para a capitalista, início da Era Meiji, a economia mercadológica e monetária trouxe reflexos de várias ordens para a comunidade rural, até então submetida a velhos padrões (HANDA, 1987).

O país asiático passou a sofrer com uma grave crise de abastecimento e de superpopulação no campo em virtude das transformações promovidas pelo governo para alcançar um rápido posicionamento entre as novas potências mundiais (KODAMA e SAKURAI, 2008). Salienta-se, dentre as reformas empreendidas, a aplicada na economia,

²³A Era Meiji foi o período de 44 anos em que o Japão esteve sob o comando do imperador Meiji. Este é considerado o grande responsável pelo ingresso do Japão na era moderna e sua consequente transformação em uma das maiores potências econômicas mundiais da atualidade (REZENDE, 1991).

²⁴ Shoguns eram chefes militares que dirigiam o governo, em detrimento da autoridade do imperador, cujos poderes eram simbólicos.

com a tributação monetária no campo, pois algumas regiões, até então, utilizavam o escambo²⁵ como forma de comercialização. Essa medida provocou o endividamento, segundo Kodama e Sakurai (2008), “de grande parte dos pequenos proprietários, e essa população se viu expulsa de suas terras, obrigada a seguir rumo às cidades”. O meio rural sofreu grandes modificações, uns perderam terras, outros ficaram desempregados, e quando a estrutura da até então vigente na sociedade a começou a desmoronar, o número dos que saíram para tentar ganhar dinheiro em outros lugares e ou afastaram-se das regiões em que moravam em busca de novos empregos no espaço urbano aumentou significativamente (HANDA, 1987).

Ainda nesse período, outro fator contribuiu para o agravamento econômico: a proibição do controle de natalidade²⁶. A condenação dessa prática ocasionou elevado crescimento populacional. Houve, também, melhorias na qualidade de vida da população, o que despertou, por seu turno, um novo problema, a falta de alimento para uma população crescente, haja vista a limitação de espaço para plantio. É importante esclarecer que mesmo com uma conotação paradoxal, a melhoria da qualidade de vida da população garantiu maior taxa de sobrevivência aos indivíduos, contudo a exigência em relação à quantidade de alimentos produzidos aumentou proporcionalmente. Assim, o equilíbrio necessário entre a demanda por alimentos e a quantidade produzida encontrava-se em déficit.

Por outro lado, as reformas também geraram melhores condições sanitárias e de vida. Com a liberação dos agricultores do controle feudal, permitiu-se àqueles a posse de terras, o que ajudou no aumento da taxa de crescimento populacional e provocou, num país com limitações de área de cultivo, a escassez de alimentos (KODAMA e SAKURAI, 2008, p.17).

A elevação da qualidade de vida da população japonesa, tendo o crescimento populacional como consequência, a diminuição da taxa de mortalidade infantil e a proibição do infanticídio foram resultados da tentativa do governo de modernizar rapidamente o país (SAKURAI, 2000). Esses fatores culminaram com um grande crescimento demográfico, e conseqüentemente, em problemas para a situação do país.

A economia, na acepção de Yoshioka (2008), até então baseada na agricultura, passa gradativamente para a manufatura e a indústria, levando os agricultores a abandonarem suas terras, acarretando, como consequência, o processo de urbanização. Tem início uma nova fase

²⁵ A troca de mercadorias, não há dinheiro nas atividades de compra e venda. Um produto é dado em troca de outro.

²⁶ Controle de natalidade são as medidas adotadas para que as mulheres não engravidem. Os métodos anticoncepcionais são instrumentos para essa finalidade.

na história do Japão. O país começou a se industrializar rapidamente e, aos poucos, transformou-se em uma potência econômica e militar (SAKURAI, 2008).

Assim como ocorreria no Brasil quase um século depois, quando o país passou por uma grande reestruturação no campo, havendo grande dispensa de mão de obra, o êxodo rural ocasionou significativos impactos no meio urbano; as cidades japonesas não estavam preparadas para o imenso contingente populacional que chegava a suas localidades. Segundo Yoshioka (2008), com o aumento do fluxo migratório instalou-se um caos decorrente da falta de emprego e moradia. Muitos agricultores, perante as dificuldades econômicas, decidiram enviar seus filhos e filhas para as cidades, mas esses espaços, por sua vez, estavam inchados com uma massa de trabalhadores sem qualificação, que se sujeitavam a trabalhos com baixa remuneração.

Algumas alternativas para a falta de perspectiva de um futuro sólido para esses jovens que não possuíam experiência, tampouco qualificação, eram, conforme Sakurai (2008), o serviço militar, a colonização nas terras recém-conquistadas ou a emigração. Esse foi o contexto de seu país que fez com que muitos japoneses encarassem a viagem para além-Japão. Sendo assim, o governo do Japão viu-se diante da necessidade de adotar, pela pressão demográfica e pela escassez de alimentos, uma política de emigração (ISHITANI, 2008). No contexto japonês, aplica-se claramente a ponderação de Klein (2000) sobre a decisão de emigrar. Na acepção do autor, três fatores são dominantes quanto a essa decisão (considerando o quesito econômico): o primeiro é o acesso à terra, e por conseguinte ao alimento; o segundo, a variação da produtividade da terra; e o terceiro, o número de integrantes da família que precisavam ser sustentados.

A política de emigração no Japão foi executada como um empreendimento nacional; no entanto, em consonância com Handa (1987), por detrás havia razões sociais e econômicas que exigiam que o país promovesse tal política. Apesar de o país iniciar, nesse período, sua industrialização, Handa (1987, p. 73) assegura que “se um grande número de emigrantes buscava o exterior era porque em termos de expansão das sociedades modernas, ocorriam variadas distorções ocasionando o surgimento do desemprego”.

Em comparação com os países europeus, o Japão iniciou sua emigração relativamente tarde. Os primeiros fluxos migratórios principiaram apenas no final do século XIX (GUSMÃO, 2008). Para Yoshioka (2008), a primeira emigração oficial do país oriental aconteceu em 1883, com a ida de 37 trabalhadores para a pesca de pérolas na Austrália. Acrescenta o autor que o processo migratório nipônico ganhou relevância somente com a emigração para o Havaí, em 1885. Até então, pontua Vieira (1973) que os recebedores de

imigrantes japoneses estavam em áreas localizadas na região de influência política do país oriental. A relação migratória para esse espaço manteve-se até início de 1890, ano em que o arquipélago foi anexado aos Estados Unidos, passando a ser um dos 50 estados desse país.

Convém salientar que, nas primeiras décadas da emigração, os japoneses começaram a ser mal vistos nos países receptores em decorrência da concorrência com a mão de obra nativa e seu grande número. Sakurai (2000) explica que os imigrantes japoneses eram jovens solteiros, do sexo masculino, que buscavam na emigração uma chance de elevar suas condições de vida. Assim, com o objetivo de fixação permanente nos novos lugares, esses jovens casavam-se (com jovens japonesas pelo sistema de fotografias) e incentivavam parentes, amigos e vizinhos a estabelecerem-se, também, na nova terra.

Dentre as explicações para o fim da imigração japonesa no Havaí, já anexado ao território estadunidense, estão: o medo da miscigenação, efeito esperado para populações em contato, malvistas pelos brancos na época, especialmente os norte-americanos, que segregavam espacialmente os japoneses em seu território; e as ações militares do Japão, que desestimularam os Estados Unidos a manter totalmente aberto o processo migratório para o país. No entanto, a proibição efetiva da entrada de japoneses no país norte-americano se daria somente em 1924.

O militarismo japonês atemorizava outros países e seus próprios nacionais, já que muitos jovens não estavam dispostos a colocar suas vidas em risco nos conflitos promovidos pelo ultranacionalismo (VIANNA, 2008). Nesse sentido, a emigração também despontava, como esclarece Vianna (2008), como oportunidade para evitar a participação nessas guerras. Na virada para o século XX, o Japão voltou-se para fora de seu território (SAKURAI, 2008), empreendendo guerras de conquista para melhor garantir o sustento de sua população. Na visão de Ninomiya (2008, p. 151), o governo japonês “buscava enriquecer o país juntamente com o fortalecimento do seu poder bélico e, com isso, os recursos orçamentários eram preferencialmente destinados às forças armadas, pouco restando para o bem-estar social”. Em decorrência disso, complementa o autor que, apesar das vitórias sucessivas nas guerras, a maioria da população continuava pobre, ponderando que “qualquer mudança não ocorre sem dor” (SAKURAI, 2008, p. 122).

Impedidas de atuar no Havaí, a partir de 1890 (YOSHIOKA, 2008) as companhias de imigração voltaram suas atenções para ao Peru e para ao Brasil. O país peruano, segundo o autor, foi o primeiro a receber imigrantes japoneses na América do Sul. Em 3 de abril de 1899, partiu o primeiro navio com destino ao país pioneiro em receber imigrantes japoneses; as lavouras de cana de açúcar e algodão foram as ocupações desse povo.

A entrada de imigrantes japoneses no Brasil também deve ser entendida em um contexto específico. O país já havia iniciado sua experiência com o trabalho de estrangeiros desde a primeira metade do século XIX, porém com imigrantes exclusivamente europeus. As relações criadas com os novos trabalhadores no Brasil não foram satisfatórias para estes, já que no país ainda vigorava o sistema escravista. Esse fato influenciou, em diversas situações, o tratamento dado ao imigrante, já que os proprietários das fazendas julgavam-nos novos escravos.

Durante todo o processo migratório do século XIX, houve insatisfação por parte de expressivo número de imigrantes, fazendo com que paulatinamente os países europeus desistissem do Brasil como destino. Guimarães (1977, p. 142) enuncia que “em consequência de séculos de desmandos, a grande lavoura se havia incompatibilizado, a si e ao nosso país, com quase todas as nações europeias exportadoras de braços”. Acrescenta o autor que não foi a escravidão que afastou os imigrantes, mas sim o designo e a tentativa de fazê-los servir de complemento à escravidão. Diante dessa realidade, insere-se a entrada dos imigrantes japoneses no Brasil no início do século XX, mais precisamente em 1908.

A vinda dos japoneses, corroborando Toba (2008), foi resultado da pressão sentida pelo governo brasileiro diante da proibição do governo italiano, em 1902, da emigração de seus nacionais para o Brasil. Atrelado a isso está o fato de que seguindo as metas firmadas com Convênio de Taubaté²⁷, de 1906, que visava revalorizar o café, era necessário expandir os mercados compradores. Nesse contexto, a vinda de japoneses para o Brasil poderia, na visão dos governantes, ajudar a abrir o mercado japonês para o café brasileiro. A comprovar tal fato, o governo paulista, em 27 de junho de 1908, assinou contrato para a propaganda do produto no Japão (TOBA, 2008).

Apesar da necessidade da lavoura de “braços” e do mercado de consumidores, a entrada de imigrantes japoneses no Brasil não foi vista com bons olhos pela elite da época. Harada (2008) registra que intelectuais, políticos, jornalistas e eugenistas²⁸ brasileiros atribuíam aos japoneses o estigma de raça inassimilável em virtude de sua biotipologia²⁹, das diferenças culturais e da linguagem. A caracterização racial no Brasil, ao contrário de outras

²⁷ Convênio de Taubaté: acordo firmado, em 1906, na cidade de Taubaté, SP, entre os governos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com o objetivo de proteger a produção de café do Brasil perante a crise dessa atividade no período. Várias medidas foram tomadas, como preço mínimo para o produto, expansão do mercado consumidor no exterior, estímulo ao consumo interno, contenção de novas lavouras, dentre outros.

²⁸ O termo Eugenia foi criado por Francis Galton e definido como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente (www.bioetica.ufrgs.br/eugenia).

²⁹ Classificação dos indivíduos humanos em número limitado de tipos (morfológicos, fisiológicos, psicológicos e genéticos) (www.dicio.com.br/biotipologia).

sociedades, nas quais o fator de distinção é sanguíneo ou cultural, é determinada pelos tipos físicos (VIANNA, 2008). Dessa forma, percebe-se o quanto os traços físicos visíveis determinam, na sociedade brasileira, a identidade nacional.

Os primeiros indícios para um acordo entre Brasil e Japão ocorreram em 1884, quando veio ao Brasil Sho Nemoto, enviado especial para assuntos relacionados à imigração. O Japão, segundo o representante nipônico, possuía os imigrantes ideais para o Brasil: quietos, trabalhadores e com vontade de se tornarem brasileiros, representando tudo o que os europeus não eram (FERNANDES, 2009). Em 1895, foi assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão em Paris pelos representantes diplomáticos dos dois países. Por meio dessa ação ficou implícito que o objetivo maior era a chamada de braços para as regiões de agricultura no Brasil (KODAMA e SAKURAI, 2008).

Mesmo no Brasil havendo a necessidade expressiva de mão de obra para a atividade cafeeira, a resistência quanto à entrada de asiáticos era grande. No período, havia no país repercussões do debate internacional sobre a eugenia, uma vez que a questão racial estava em plena efervescência no mundo³⁰. Parte da elite da república, recém-proclamada, defendia a necessidade de branqueamento da população, e a miscigenação entre japoneses e brasileiros poderia atrapalhar a “raça brasileira” (SAKURAI, 2000). A imigração japonesa foi, nas palavras de Saito (1961), combatida por motivos puramente etnográficos. “O japonês é insolúvel como o enxofre.” Outro fator que contribuiu para o temor ao japonês foi a vitória nipônica contra o Império Russo em 1905, pois esse fato começou a levantar o temor pelo expansionismo do Japão (SAKURAI, 2000). A Figura 02 retrata exatamente esse temor, ilustrando, de forma evidente, o poder de ataque do país.

³⁰ A miscigenação, efeito esperado para populações em contato, é malvista pelos brancos, especialmente os norte-americanos, que segregavam espacialmente os japoneses em seu território (SAKURAI, 2000, p. 205).

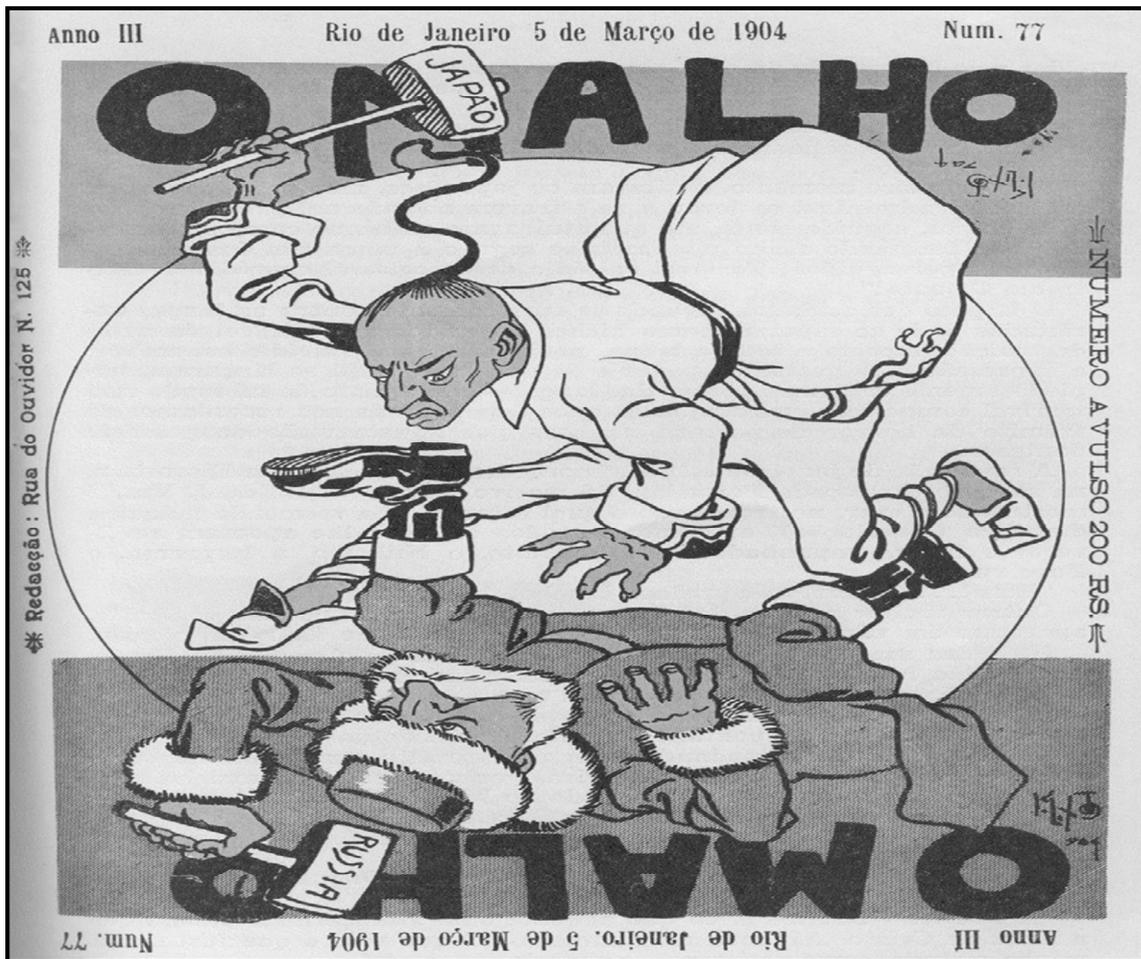


Figura 02: Charge “O Japão chinês”, de K. Lixto, publicada na revista O Malho
 Fonte: Kodama e Sakurai (2008, p. 18)

Müller (2001)³¹ sustenta que as razões governamentais para a vinda de imigrantes japoneses relacionavam-se ao povoamento e, sobretudo, ao cultivo de bens de salário.

Contudo, o contexto mundial e a situação interna dos dois países facilitariam a chegada a um termo. Desde 1906, a efetivação da vinda de colonos começava a ser articulada com a visita ao Brasil de Ryu Mizuno, diretor da *Kokoku Shokumin Kaisha* (Companhia Imperial de Emigração), a principal companhia japonesa que administraria a vinda dos imigrantes até 1917. Diante da revalorização dos preços do café desde o Convênio de Taubaté, de 1906, e das restrições impostas à imigração italiana, desde 1902, pelo governo da Itália, os produtores paulistas mostravam-se mais interessados na chamada de trabalhadores alternativos. O Japão, por sua vez, a partir de 1907, com o fechamento das portas para a entrada de novos emigrantes na Califórnia, procurava rapidamente uma solução para a emigração. Assim, começava a ser articulado o contrato da vinda dos primeiros trabalhadores japoneses (KODAMA e SAKURAI, 2008, p.18).

³¹ Artigo publicado originalmente em 1956 no Boletim Paulista de Geografia.

A emigração japonesa para o Brasil foi fortemente estimulada pelo governo do país oriental. Para incentivar os nacionais a emigrarem para o país sul americano, o próprio governo japonês criou companhias de emigração, responsáveis por todo o processo migratório. As companhias de emigração eram de cunho privado, fiscalizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão. A primeira empresa privada japonesa a fazer esse trabalho foi a Companhia Imperial de Emigração, dando abertura para várias outras companhias surgirem com o propósito de trabalhar nesse ramo.

Sakurai (2000) pontua que, em 1917, todas as companhias de emigração japonesas se fundiram na Companhia Ultramarina de Empreendimentos, a Kagai Kogyo Kabushiki Kaisha³² (KKKK, como ficou conhecida), controlada pelo governo japonês. Essa ação, conforme a autora, foi uma tendência adotada desde a época Meiji, em que o governo intervém e controla os principais setores econômicos do país. Vianna (2008) assevera que as companhias dispunham de navios para o transporte e de instalações e subsídios para a viagem, além de promoverem a imagem do Brasil através de propagandas com incentivos à emigração. Sakurai (2008) ressalta que o peso maior na decisão para emigrar foi o chamariz das terras a perder de vista, cuja propaganda indicava para a possibilidade de trabalhar com extensões de terras de que nunca poderiam usufruir no Japão, considerando as pequenas dimensões espaciais do país oriental (Figura 03). “Os imigrantes, desde o início, eram encaminhados por Companhias de Emigração, com contrato agrícola e recrutados por meio ativa de propaganda no Japão” (VIEIRA, 1973, p. 34).

Um ponto merece destaque no contexto da emigração japonesa para o Brasil: “o interesse direto do Governo do Japão na emigração de seus nacionais, e o apoio dado aos mesmos no país de destino [...] não encontra paralelo no movimento migratório de qualquer outra nação” (OHARA, 2008). A imigração japonesa foi tutelada, porque segundo Sakurai (2000), desde o princípio foi orientada, ajudada e gerenciada pelo governo japonês. Este último, por sua vez, através de “seus diferentes ramos e agentes, participou explicitamente do processo de fixação desses imigrantes para que ele ocorresse com sucesso. [...] uma imigração dirigida, subsidiada e estimulada por ambas as pontas da corrente: o Japão e o Brasil” (SAKURAI, 2000, p. 202).

³² Foi uma empresa estatal que manteve os mesmos objetivos das anteriores, apenas passando a ser controlada diretamente pelo governo japonês (SAKURAI, 2000, p. 223).



Figura 03 – Cartaz de propaganda convidando os japoneses a emigrarem para a América do Sul (1925)

Fonte: Handa, T. (1987, p. 59)

Na viagem para o Brasil, havia diferenciações entre os japoneses ocasionadas principalmente pela origem regional de cada um. Na verdade, esse país apresentava áreas mais desenvolvidas, consideradas pelos nacionais como nobres, e outras tidas como atrasadas e pobres. Esse fato também refletiu na emigração, tanto na viagem como no destino a ser seguido no Brasil. Os japoneses de origem nobre fizeram a viagem com mais conforto, mesmo estando todos alocados na terceira classe, os mais favorecidos tinham à disposição assentos mais confortáveis. Depois da chegada ao Brasil para a escolha do destino, as fazendas, também se levou em conta o aspecto hierárquico, já que não misturaram famílias de províncias diferentes. “A distribuição das famílias se fez respeitado, na medida do possível, as províncias de origem” (YOSHIOKA, 2008, p. 17).

Em 18 de julho de 1908, chegou ao Brasil, mais precisamente no Porto de Santos, o navio *Kasato Maru*³³, com 781 imigrantes japoneses³⁴ (ANEXO A). O navio partiu, segundo Yoshioka (2008), em 28 de abril de 1908 do Porto de Kobe, província de Hyogo (Figura 04).

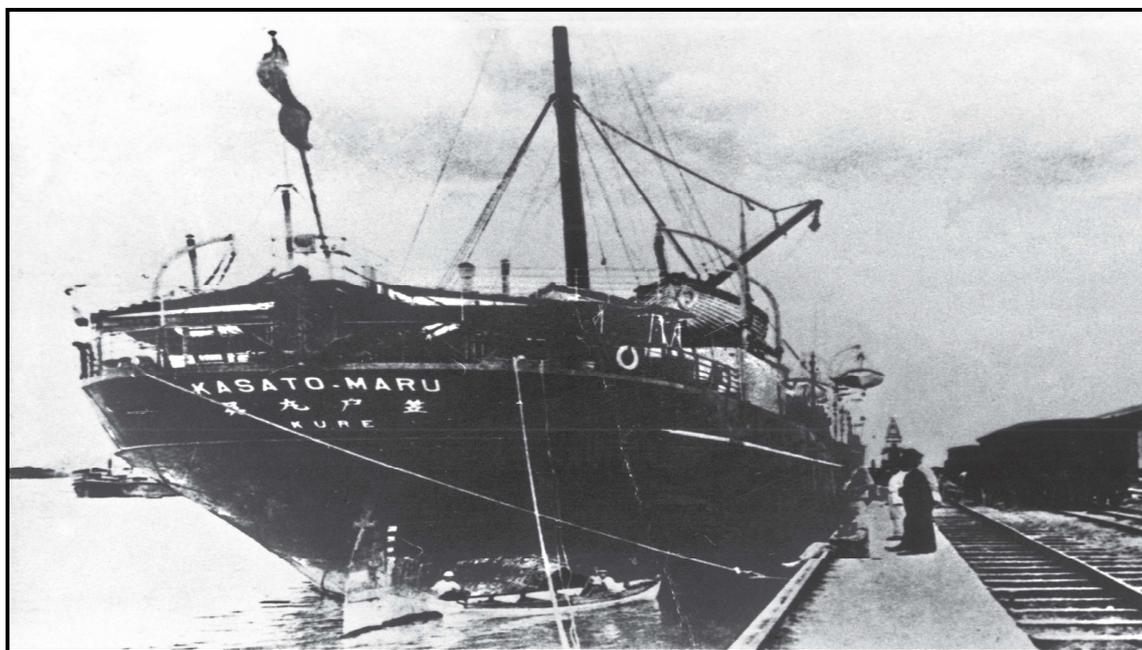


Figura 04 – Navio *Kasato Maru*
Fonte: Motoyama, S. (2011, p.325)

A emigração foi cuidadosamente planejada no Japão; a esse respeito, Gusmão (2008, p. 88) enfatiza que “os primeiros emigrantes que partiram do Japão eram instruídos pelas autoridades de seu país a serem ‘embaixadores civis’ de sua nação e a portar trajes ocidentais na viagem, para não causar estranheza em seus países de destino”. E foi exatamente o que os imigrantes fizeram. Estavam todos, homens e mulheres, vestidos à europeia. Eles de chapéu ou boné, e elas de saia e camiseta pregada à saia, apertada na cintura por um cinto, e de chapéu de senhora (YOSHIOKA, 2008). Além do vestuário, os novos imigrantes impressionavam pela ordem, disciplina e asseio, características bem distintas das até então vistas nos imigrantes (europeus).

³³ Capturado pelos japoneses durante a guerra contra a Rússia em 1905, o *Kasato Maru* não era projetado para transportar passageiros. Fora um navio-hospital adaptado para trazer a primeira leva de imigrantes japoneses ao Brasil. Essa não foi a primeira leva de imigrantes japoneses trazida pelo *Kasato Maru*. Esse navio marcou a história da imigração japonesa prosseguindo com as viagens em anos subsequentes e com melhorias nas instalações (IWASSA, Hiroco L.; ALMEIDA, Miguel E. *Kasato Maru*, 2012, p. 362).

³⁴ Os 781 japoneses embarcados no navio *Kasato Maru* aportaram em Santos, São Paulo, em 1908, como imigrantes e com o apoio dos governos dos dois países. Foram seguidos por um fluxo quase constante que se estendeu até o início dos anos de 1980 (SAKURAI, 2008, p. 121).

Outro ponto de destaque nas características dos japoneses foi o índice de alfabetização. Ninomiya (2008) informa que mais de 80% dos imigrantes sabiam ler e escrever em japonês. Os imigrantes desceram do navio, conforme descreve Handa (1987), empunhando bandeirinhas japonesas e brasileiras. Esse gesto intencionava demonstrar amabilidade com a nova terra. “Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável” (HANDA, 1987, p. 5). Na realidade, os japoneses impressionaram quanto às características descritas pelo fato da grande diferença notada entre eles e os imigrantes das outras nacionalidades.

Os imigrantes do sul da Europa, na definição de Handa (1987), chegavam sujos e cansados. O fator escolaridade também pesou, como já citado, no impressionismo causado pelos japoneses. No Japão, a educação sempre foi considerada muito importante, toda a população tem a consciência do quão relevante é enviar os filhos à escola. No passado, mesmo os mais humildes que trabalhavam no campo concluíram seus estudos básicos; uma das características da Era Meiji³⁵ foi a alfabetização em massa da população.

Eram homens, mulheres e crianças esperançosos de que o novo país ofereceria perspectivas de vida melhor que aquela renunciada no Japão da época (OGUIDO, 1988). Em consonância com Gusmão (2008), quando os imigrantes chegavam ao Brasil, desembarcavam no Porto de Santos e seguiam para a Hospedaria de Imigrantes em São Paulo, para posteriormente se dirigirem às fazendas, que na maior parte das vezes localizavam-se no interior do Estado. De acordo com Oguido (1988), os primeiros imigrantes já saíram do Japão contratados para trabalhar nas lavouras cafeeiras do Estado de São Paulo.

O processo da imigração japonesa apresentou distorções, como em todo movimento em massa. Sakurai (2008) pondera que nem todos os imigrantes eram agricultores; para emigrar, burlaram a burocracia e declararam-se agricultores. As empresas responsáveis pela emigração, ainda conforme a autora, faziam “vistas grossas” sobre esse fato, porque no início da emigração para o Brasil o destino favorito dos japoneses era os Estados Unidos, já que este permitia a entrada dos orientais em parte de seu território. Acrescenta-se o fato de as empresas firmarem o número de imigrantes em contrato com os fazendeiros; diante disso, os

³⁵ Com a Restauração Meiji, em 1868, o poder de Estado foi devolvido para o imperador e uma das primeiras providências do Gabinete foi a implantação do ensino compulsório de 4 a 5 anos a toda a população. Para que o povo se sentisse obrigado a enviar os filhos para as escolas, o governo central resolveu recorrer à autoridade divina do imperador, que baixou o edito sobre a educação, em 1890, com força de lei. A partir de então, ficou gravada na cabeça de toda população japonesa, por mais humilde que fosse sua origem, a obrigação de enviar seus filhos para o ensino fundamental gratuito. Ainda que fossem trabalhar futuramente na lavoura, na indústria ou no comércio, os pais eram obrigados a mandar os filhos para a escola primária (NINOMIYA, 2008, p. 152).

responsáveis se viam, de certa forma, obrigados a aceitar pessoas que não se dedicavam à agricultura no Japão, mas que estavam dispostas a emigrar.

Embora o acordo firmado entre Brasil e Japão se dera para atender à cafeicultura, Bassanezi e Truzzi (2008) relatam que o contrato abria espaço para a vinda de imigrantes com profissões alheias à agricultura, tais como pedreiros, carpinteiros, ferreiros e outros, desde que não excedessem 5% do total de japoneses introduzidos no Estado de São Paulo. Para esses imigrantes, a experiência foi ainda mais dura. Aoki (2013) revela que sua “mãe nunca havia pego em uma enxada, no Japão era professora formada, mas no Brasil teve que aprender a ‘puxar enxada’, criando calos na mãos”.

No contrato estabelecido entre as empresas de emigração japonesas e os cafeicultores brasileiros, além da exigência quanto à profissão, ser agricultor (SCHPUN, 2008) a imigração deveria ser familiar e não individual; desta forma, a família seria composta de, no mínimo, três pessoas aptas ao trabalho, ou seja, entre 12 e 45 anos. Essas exigências relacionavam-se ao objetivo dos cafeicultores, enraizar os imigrantes nas fazendas, evitando que o investimento inicial fosse perdido (SCHPUN, 2008).

A imigração de cunho familiar era exigida em decorrência da experiência vivida com os imigrantes italianos, que empreenderam fugas e não cumpriram os contratos estabelecidos. Os fazendeiros temiam arcar com prejuízos nesse âmbito novamente. Nesse sentido, a imigração em família era entendida, pelos cafeicultores, como um fator de retenção e cumprimento do contrato (SAKURAI, 2000). Para encaixarem-se nos padrões exigidos para a imigração, muitos imigrantes foram obrigados a constituir família de forma artificial, ou seja, sobrinhos ou não parentes eram incluídos nas famílias para atingirem o número mínimo de integrantes (HARADA, 2008). Em consulta aos dados da Hospedaria dos Imigrantes, especificamente na folha de Registros de Imigrantes, verifica-se que a maior parte das famílias era composta por um chefe, a esposa, e mais um membro, geralmente designado como primo ou cunhado (ANEXO B).

O destino da primeira leva de imigrantes japoneses foram as fazendas Dumont, Guatapará, São Martinho, Sobrado Floresta e Chanaan, localizadas nos municípios de Ribeirão Preto, Sertãozinho, São Manuel, Indaiatuba e São Simão (YOSHIOKA, 2008). Esses imigrantes foram introduzidos nas fazendas (SAITO, 1973) juntamente com trabalhadores alemães e italianos para o trato dos cafeeiros.

A ferramenta utilizada na propaganda do Brasil no Japão foi, assim como na Europa anos antes, a possibilidade de fazer fortuna em um país de dimensões continentais. O entrevistado Takao Aoki (2013) aponta que no Japão era difundida a ideia de que “no Brasil

tinha uma árvore que dava dinheiro, o café”. Dessa maneira, os japoneses que aceitaram emigrar tinham em mente trabalhar durante alguns anos e retornar ao Japão com o dinheiro acumulado. Oguido (1988) enfatiza que ninguém deixa sua terra natal sem planos de retorno, e de acordo com ele, foi exatamente com essas intenções que os japoneses fizeram a viagem. Os japoneses tinham planos de permanecer entre três a cinco anos no Brasil como trabalhadores temporários e retornarem ao arquipélago japonês com uma economia de 10 mil ienes (VIANNA, 2008). Destarte, assim que chegaram às fazendas tiveram grande decepção, pois a realidade encontrada não era a que imaginavam e nem a que a eles foi relatada pelos incentivadores da emigração, autoridades japonesas e empresas promotoras da emigração.

Logo nos primeiros meses, segundo Vianna (2008), os imigrantes se defrontaram com a triste realidade de que seria difícil, senão impossível: o enriquecimento fácil e rápido no novo país, outrora tão divulgado.

As fazendas da época tinham uma organização espacial específica, como descreve Handa (1987, p. 26):

Naturalmente, um verdadeiro oceano de cafeeiros, às centenas de milhares, quiçá atingindo mais de um milhão de pés, a envolver a imensidão das terras. Há um pedaço alegre, facilmente reconhecível como a sede, e avistam-se para um dos lados casas de variados tamanhos, o pomar de mangueiras densamente copadas, as palmeiras imperiais, que na sua altivez pareciam simbolizar as residências de luxo, e o amplo terreiro, revestido de tijolos, para a secagem do café. A partir da sede, estendem-se para um dos lados casas bem dispostas, numa reta que alcança algumas centenas de metros, em geral até o começo do pasto. Se se considerar que tais colônias costumam ser dispostas em grupos, um outro pode ser encontrado mais adiante, e estender-se igualmente em linha reta. A sensação que se tem é de uma visão de modernidade, com os cafeeiros plantados em xadrez, o terreiro quadrado e as casas da colônia dispostas a espaços certos. Mas a verdade é que a vida ali não podia ser considerada moderna.

Os imigrantes, em muito pouco tempo que chegaram aos cafezais, perceberam que o sonho de voltar enriquecidos estava bem longe de acontecer. Assim, os planos iniciais de permanecerem entre 3 a 5 anos no Brasil e após esse período retornarem ao Japão com as economias acumuladas com o trabalho na lavoura de café rapidamente foram desestimulados. “O clima, a língua, a alimentação e, sobretudo, as condições de trabalho provocam nesses imigrantes uma desilusão, principalmente sobre o sonho de retorno [...] ‘voltar rico para a terra natal’ é uma frase repetida em diferentes línguas” (SAKURAI, 2000, p. 210-211). Essa ideia de retorno reforça a premissa de que todo imigrante se sujeita à viagem com planos de

volta ao seu país, demonstrando que o período de estadia longe de seu lugar de origem seria apenas temporário.

Em um primeiro momento, os imigrantes se dirigiram, exclusivamente, para o Estado de São Paulo, já que esse espaço era o maior produtor de café do país. A Figura 05 mostra claramente a concentração da população nipônica em terras paulistas na década de 1920.

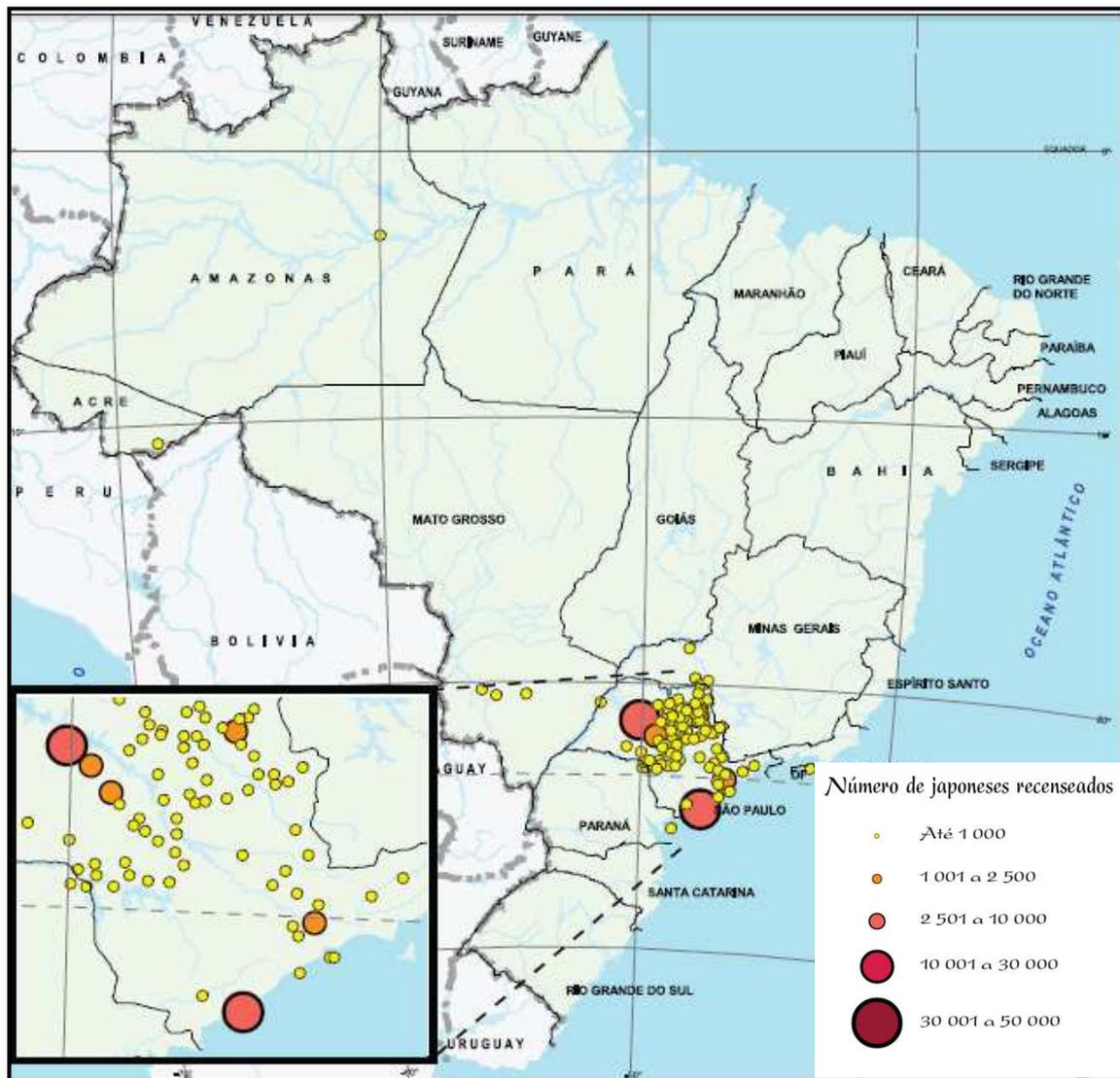


Figura 05 – Japoneses recenseados no Brasil em 1920 segundo o IBGE
Fonte: Pereira e Oliveira (2008, p.35)

Os japoneses chegavam ao Brasil com contratos firmados com os produtores de café através das companhias de imigração japonesas. Nesse documento, eram estabelecidas algumas condições mínimas para a relação de trabalho: a família deveria ter ao menos três trabalhadores e deveria permanecer, no mínimo, dois anos na fazenda a que fora destinada.

A remuneração era na base de montante fixo por ano, para cada mil pés de café tratados, acrescida de um pagamento proporcional à quantidade colhida por ocasião da colheita do café. O contrato era anual. O trabalho principal durante o ano era a capina, dependendo das circunstâncias, ao colono era franqueado um pedaço de gleba onde lhe era permitido efetuar plantios particulares, bem como culturas intercaladas. Entretanto, o colono morava confinado nos limites da fazenda, que geralmente era de área extensa, precisando pois dedicar-se ao labor diário sem qualquer contato com o mundo de fora. Os artigos de primeira necessidade eram fornecidos, em adiantamento, pelo fazendeiro (SAITO, 1973, p. 133-134).

As condições às quais os imigrantes eram submetidos dificultaram fortemente o cumprimento das cláusulas assinadas. Saito (1973, p. 134) relata que “conforme atesta um grande número de dados, eles ficaram sob condições de trabalho adversas, submetidos às péssimas condições de vida que advinham do subdesenvolvimento”. Do total de 731 japoneses que chegaram a bordo do *Kasato Maru*, somente 191 ficaram nas fazendas de café ao fim do contrato de dois anos.

Os problemas enfrentados pelos imigrantes nipônicos ocorreram em diversos âmbitos. A língua, a diferença de costumes, a comida, as doenças, entre outros fatores, dificultaram a familiarização com o novo país (ISHITANI, 2008). O entrevistado Takao Aoki (2013) assevera que dentre os obstáculos enfrentados na nova terra a língua foi o maior empecilho, seguida pela alimentação. Acrescenta o senhor Aoki que sua mãe não conhecia o fubá no Japão, e ao chegar ao Brasil, se viu “obrigada” a fazer polenta³⁶ e bolo de fubá, que, na época, era um alimento barato e acessível aos imigrantes, uma vez que estes possuíam poucos recursos financeiros, inclusive para arcar com a alimentação. No que tange às condições a quais os imigrantes orientais estavam sujeitos, Handa (1987, p.57) assevera que:

Em virtude do cansaço e do desconhecimento da culinária brasileira, padecia-se de anemia, pela falta de adaptação ao clima, sucediam-se pequenas enfermidades; e a ansiedade do chefe de família leva os familiares ao esgotamento nervoso. De manhã e no almoço cozinhava-se o *oeczazuke* (arroz com água quente) acompanhado de um pequeno pedaço de bacalhau assado. No jantar, uma subalimentação consistente de uma sopa salgada com bolinhos de farinha, a que se adicionava uma colher de banha, carência de verduras e legumes, carência de carne. No trabalho de colheita de café sob o sol abrasador e suando-se por todos os poros, o corpo só podia debilitar-se.

³⁶ Alimento pastoso feito à base de farinha de milho, água e sal.

No Brasil, a ideia de *gambarê*³⁷ fez parte do espírito de luta dos imigrantes japoneses (VIANNA, 2008), impulsionando-os para o trabalho intenso e para sacrifícios diários, tendo como objetivo uma vida melhor. De acordo com Sakurai *apud* Vianna (2008, p.63), “é ela que alicerça a decisão de ficar e vencer”.

Em decorrência da dificuldade de adaptar-se aos hábitos e costumes do novo país e da impossibilidade de comunicação, os japoneses tendiam a constituir colônias³⁸. Essa ação, para alguns, passou a despertar desconfiança. Vianna (2008) esclarece que “as colônias *nikkeis* foram construídas pelos imigrantes japoneses com vistas à superação das dificuldades culturais, sociais, e econômicas que enfrentaram nas primeiras décadas de imigração”. De fato, como afirma a autora, para os imigrantes japoneses conseguirem sobreviver e prosperar em um país completamente estranho e em condições adversas, estes constituíram escolas de língua japonesa, cooperativas agrícolas³⁹ de produção, associações de províncias, associações culturais, hospitais, sociedades de assistência social, dentre outros. Essa estratégia configurou-se como uma forma de congregar esforços para auxílio mútuo entre os integrantes, e atrelado a isso, os imigrantes conseguiram manter viva a cultura de seu país de origem (VIANNA, 2008).

Aos poucos, no entanto, o quadro negativo das primeiras experiências foi modificado, e os japoneses, em um espaço de tempo relativamente curto, se tornaram pequenos proprietários. Silva (2002, p. 70) explica que “a existência de uma cultura alimentar intercalada, cujos excedentes abasteciam um mercado em expansão [...] viabilizou a criação de uma fonte de recursos e até mesmo de uma poupança por parte dos imigrantes”. De fato, mesmo submetidos às condições precárias, os imigrantes japoneses conseguiram, ainda na fase de colonato, fazer poupanças com as receitas em dinheiro (SAITO, 1973). Novas fronteiras agrícolas em São Paulo foram abertas durante as primeiras décadas do século XX.

³⁷ Com origem na filosofia confucionista, o *gambarê* significa a perseverança e o esforço para seguir adiante, não obstante as dificuldades que se apresentam. Trata-se de certa resignação diante das adversidades da realidade social, associada a uma força para superá-la (VIANNA, 2008, p. 63).

³⁸ No campo, após superarem a fase de sujeição econômica aos grandes fazendeiros, marcada pelo isolamento em relação às demais famílias de imigrantes, os japoneses passaram a organizar-se em cooperativas agrícolas, nas quais os mais antigos facilitavam a compra de terras contíguas às suas pelos recém-saídos da lavoura de café. Nascia a colônia (SANTOS, 2008, p. 120).

³⁹ A Cooperativa Cotia, fundada por japoneses, teve grande destaque no cenário nacional durante muitos anos. Teve sua origem na associação de agricultores para enfrentar os obstáculos à comercialização de produtos agrícolas. Em 1927, 70 agricultores constituíram em Moinho Velho, Cotia (SP), o embrião de uma organização que nas décadas seguintes se tornaria uma das mais expressivas cooperativas de produtores do cenário nacional, situando-se entre as vinte maiores empresas brasileiras. O grupo de produtores originário associava-se em torno da produção e comercialização da batata. O surgimento de novos produtos agrícolas entre os cooperados (tomate, hortaliças, aves e ovos, chá, etc.) impulsionou um processo de diversificação na cooperativa, fato responsável pela complexidade alcançada por essa organização (GONÇALVES E VEGRO, 1994, p.65).

Eram regiões de terra roxa, que melhor produziam os pés de café, e para onde se dirigiu parte dos imigrantes (KODAMA e SAKURAI, 2008).

A corrente migratória japonesa para o Brasil pode ser dividida em três períodos. O primeiro vai de 1908 a 1925 e se caracteriza pela fase de experiência, na qual os imigrantes tiveram auxílio de subsídio e vieram para abastecer a atividade cafeeira paulista. O segundo período está compreendido entre os anos de 1926 a 1941, fase em que a corrente migratória para o Brasil atinge seu auge, sendo, inclusive, subsidiada pelo governo japonês. O terceiro momento é a partir de 1953, fase do pós-guerra (HARADA, 2008).

No intervalo entre 1908 a 1940, foi intenso o fluxo migratório para o Estado de São Paulo, principalmente no período de 1914 a 1918. Esse Estado foi o grande distribuidor de imigrantes japoneses para o Paraná, mais precisamente o norte do Estado, bem como para os estados de Mato Grosso e Pará (PEREIRA e OLIVEIRA, 2008). No Paraná, a entrada de imigrantes japoneses teve, em sua maioria, conotação distinta da realizada em São Paulo; os nipônicos no Estado do sul tiveram papel relevante no contexto da colonização da área em que se instalaram.

2. JAPONESES NO ESPAÇO PARANAENSE

2.1 Processos de ocupação do território paranaense

O espaço ocupado atualmente pelo Estado do Paraná passou a pertencer à Coroa Portuguesa no século XVII. A ocupação nos dois séculos seguintes se deu de forma lenta e esparsa (SWAIN, 1988). O desmembramento da Província de São Paulo ocorreu em 1853, constituindo o território paranaense em província emancipada (PADIS, 1981).

O Paraná possui cinco regiões que o distinguem fisiograficamente: a baixada litorânea, a Serra do Mar, o primeiro, o segundo e o terceiro planalto.

A baixada litorânea é constituída por uma estreita faixa de terras, com uma largura média de cerca de 20 quilômetros, atingindo um máximo de 50 quilômetros à altura da baía de Paranaguá. [...] A Serra do Mar, no Paraná, [e uma verdadeira serra marginal de perfil dissimétrico, com uma grande escarpa abrupta para o lado do mar e uma outra pequena para o interior, que termina no primeiro planalto, também chamado de planalto de Curitiba [...]] O primeiro planalto é caracterizado pelo fato de os topos de sua superfície terem uma latitude muito regular. Nele com predominância considerável encontra-se as rochas cristalinas [...] O segundo planalto, também conhecido como planalto de Ponta Grossa, encontra-se na parte média do Paraná e estende-se de norte a sul, com cerca de 100 quilômetros de largura [...] Este último, também chamado de planalto de Guarapuava, é uma parte do maior derrame de efusivas básicas que se conhece na crosta da terra o qual recobre uma superfície da ordem de um milhão de quilômetros quadrados, dos quais 135.000 estão no Estado do Paraná (PADIS, 1981, p. 10-11).

A ocupação do espaço paranaense resultou da expansão de três frentes pioneiras: o Paraná Tradicional, do ouro de lavagem, do tropeirismo e da extração de erva-mate; a região Norte, vista como um prolongamento da economia cafeeira paulista; e a região Sudoeste, povoada por imigrantes gaúchos e catarinenses (Figura 06).

O espaço de estudo desta pesquisa está localizado na porção norte do Paraná, área colonizada pela frente Norte. Em decorrência das particularidades existentes na ocupação dessa porção estadual, julgou-se necessária a abordagem das características gerais das outras duas frentes, possibilitando uma compreensão mais ampla do processo de colonização do espaço paranaense. Importante ressaltar que cronologicamente a atuação das frentes no Paraná se deu com o Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste, porém no texto há inversão temporal na discussão com o intuito de facilitar a organização da redação.

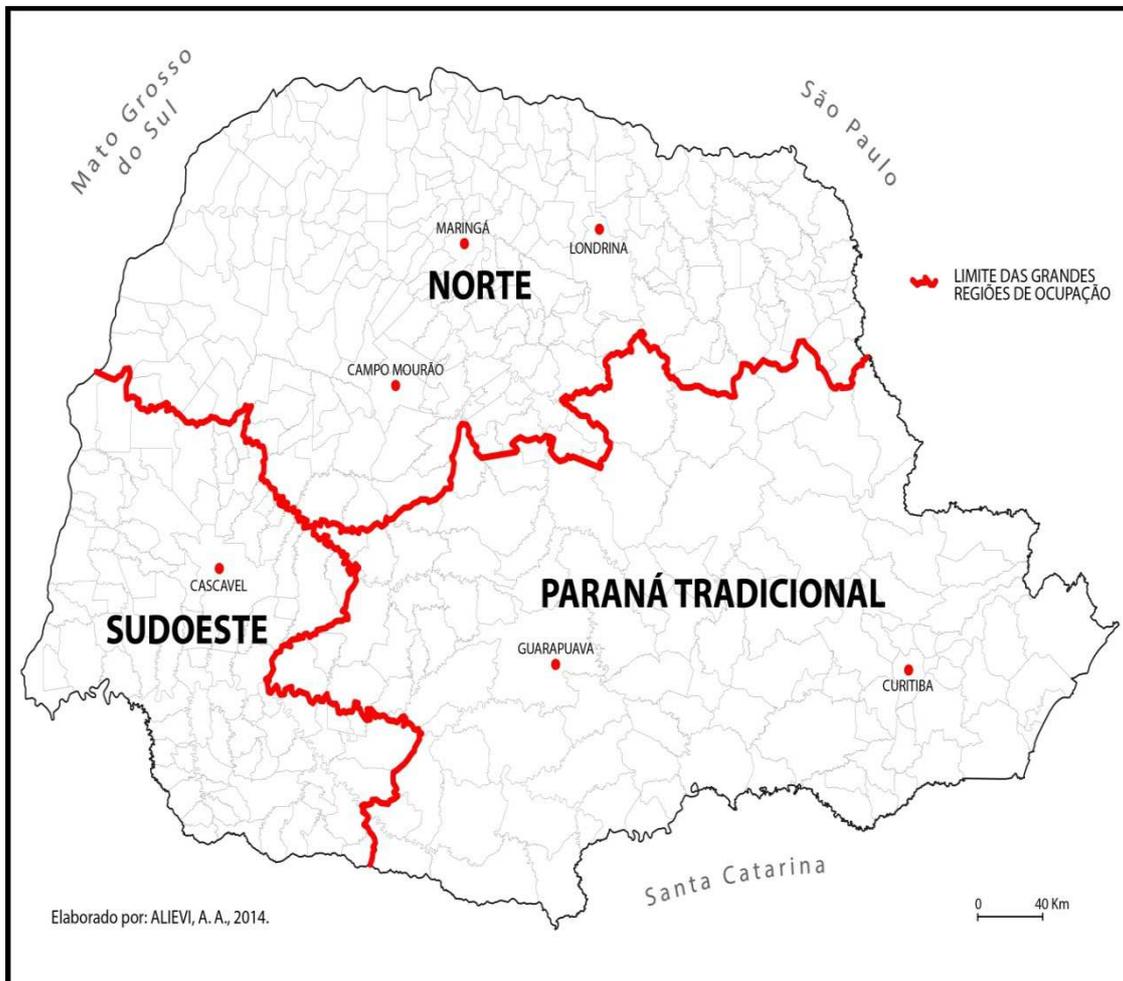


Figura 06 – Grandes regiões ocupadas com o deslocamento das frentes pioneiras.

O Paraná Tradicional corresponde às primeiras áreas ocupadas no Estado, compreendendo os espaços do litoral e dos Campos Gerais. Os primeiros povoadores dessas porções foram os vicentistas, que procuravam ouro pelo litoral paulista (BERNARDES, 1952). Com a descoberta do metal precioso nos riachos que desaguavam na baía de Paranaguá, Padis (1981) informa que o fluxo populacional vindo de Santos, São Vicente, Cananea, São Paulo e Rio de Janeiro para o espaço paranaense foi considerável. Segundo o autor, a ilha da Cotinga, a princípio, foi o local de fixação dessa população, que aos poucos se transferiu para a porção continental da área, dando início ao povoado que posteriormente seria a atual cidade de Paranaguá. Paralelamente a esse processo, mineradores avançavam pelo vale profundo do rio Ribeira, alcançando seu afluente, o Açungui, e determinado tempo depois chegaram ao planalto de Curitiba (BERNARDES, 1952). Dessa fase inicial de

ocupação do espaço paranaense surgiram os dois primeiros núcleos da população do Paraná: Açungui e Paranaguá.

Segundo Serra (1992), registros históricos apontam que um século anterior ao processo do litoral, os espanhóis⁴⁰ adentraram o território paranaense através do Paraguai e deram início à fundação de vilas em decorrência de interesses políticos e estratégicos. Todavia, a ação espanhola não se configurou como uma ocupação efetiva do espaço paranaense.

O surgimento do núcleo inicial do atual município de Curitiba pode ser relatado como resultado de distintas causas. Ianni *apud* Padis (1981, p. 20) salienta que “a fundação e primeiros desenvolvimentos de Curitiba [...] são devidos à conexão de suas áreas econômicas inicialmente distintas e independentes”. A origem desse núcleo primeiramente se deu em virtude da mineração, porém, concomitantemente a essa atividade, surgiram outros fatores e condições que possibilitaram a fixação do homem nesse espaço. Assim, é relevante pontuar que o ano em que se processou o início do núcleo é de difícil precisão (PADIS, 1981).

No início do século XVIII, os Campos Gerais⁴¹ tornaram-se o foco de povoamento do Paraná. As primeiras cabeças de gado foram trazidas do litoral para a área de Curitiba (BERNARDES, 1952) nos primeiros anos de povoamento e dali foram levadas, algum tempo depois, para a região dos Campos Gerais.

Entre os anos de 1720 e 1730, a exploração aurífera no Paraná chega ao fim. O eixo econômico sofreu, como aponta Bernardes (1952, p.433), modificações, “a ‘bateia’ foi suplantada pelo ‘laço’, o ‘curral’ sucedeu à ‘lavra’, os ‘arraiais’ foram desaparecendo”. A mão de obra voltada para a atividade de mineração também se insere na nova dinâmica, abandonando a busca por novas áreas auríferas e permanecendo no planalto de Curitiba como criadores de gado e tropeiros. Inicia-se, a partir desse momento, a pecuária extensiva, o tropeirismo e a extração e o beneficiamento da erva-mate.

A descoberta da região dos Campos Gerais e sua utilização econômica se deram após “os paulistas de Piratininga tomarem conhecimento das grandes pastagens naturais da região e dos rebanhos de gado que aí viviam à solta; lá se desenvolveria também uma importante zona de criação de muares” (BERNARDES, 1952, p.434).

⁴⁰ Nesse período, os espanhóis eram os responsáveis pela maior parcela de área ocupada hoje pelo Estado do Paraná, uma vez que a Espanha, por meio do Tratado de Tordesilhas, respondia pela propriedade das terras localizadas a oeste da linha traçada por ela e por Portugal.

⁴¹ Desde as primeiras expedições dos mineradores, tonara-se por eles conhecida uma nova área de campos, os quais, por sua vastidão, estendiam-se desde o rio Itararé até o rio Iguaçu como um enorme arco, com largura variando entre 30 a 60 e até 100 quilômetros, até hoje designados por Campos Gerais (BERNARDES, 1952, p. 434).

Em decorrência das características dos Campos Gerais, relevo suave e a presença mínima de índios, os paulistas empreenderam a passagem das tropas por esse local. Em virtude das grandes distâncias percorridas, centros criadores no Rio Grande do Sul e mercado pecuário em Sorocaba, a necessidade de pouso para as tropas fez surgir, ao longo do tempo, os primeiros núcleos de povoamento dessa região. Municípios existentes hoje nessa área são frutos desse período, como Jaguariaíva, Pirai, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa, Rio Negro e Mafra. Sobre a organização dos espaços que posteriormente dariam lugar às primeiras cidades, Wachowicz (1977, p. 71) relata que “enfileiram-se uma após a outra, tais como as contas de um colar [...] cada cidade está separada da outra por uma distância que corresponde a um dia de viagem do tropeiro”.

Depois de determinado tempo, a região passou também à categoria de produtora. “Os próprios tropeiros que por aí circulavam procuraram estabelecer aí suas fazendas [...] além das condições apropriadas para a criação em si, era certamente, a maior proximidade do centro consumidor” (BERNARDES, 1952, p.335). Assim, deu-se maior vigor ao processo de ocupação efetiva da região.

Todavia, o tropeirismo e a criação extensiva passaram a enfrentar problemas, não conseguindo permanecer como principal atividade econômica daquela região. Dentre os problemas impulsionadores da crise, Serra (1992) destaca: o esgotamento das terras de campo para onde a pecuária poderia continuar avançando, a queda na produção das fazendas, a perda dos mercados do Rio Grande do Sul e São Paulo para outras zonas de criação e a concorrência das estradas de ferro, que passaram a transportar o gado. Com o declínio da atividade pecuária, ainda segundo o autor, houve o avanço em direção à zona das matas de araucária.

A desaceleração da pecuária foi suprida pela extração e beneficiamento de madeira e erva-mate, configurando-se como as novas atividades econômicas da região. A coleta da erva-mate foi importante para a ocupação de muitas áreas do Paraná. De consumo puramente local, nos primeiros anos de povoamento, o mate tornou-se um relevante produto de exportação, com intensificação nesse mercado a partir de 1850 (BERNARDES, 1952). A exploração e o comércio da erva tornou-se, de acordo com Swain (1988), uma das principais atividades no século XIX, e seu comércio funcionou como polo dinâmico da economia durante mais de cem anos, com papel significativo na criação de cidades e produção de riquezas.

As terras paranaenses de campos estavam totalmente ocupadas no final do século XVIII. “Baseada nos latifúndios campeiros da criação de gado, nos engenhos de beneficiar erva-mate, nas serrarias de pinheiros, formou a sociedade paranaense tradicional”

(WESTPHALEN, 1968, p.2). Essa frente, apesar do espaço de abrangência, não ocupou todo o território paranaense.

Na frente Sudoeste, Colnaghi (1991) pontua ser possível detectar a superposição de dois movimentos: um de ocupação espontânea e outro de colonização dirigida. Este último foi promovido por dois poderes distintos: as empresas privadas de colonização e a iniciativa oficial. Já o processo espontâneo responde pela ocupação pura e simples de terras devolutas ou de particulares, configurando a posse.

Até a década de 1940, segundo Serra (1992), não havia na região uma motivação econômica que despertasse o real interesse pela posse e exploração da terra. Acresce o autor que ocupavam a área duas categorias: uma constituída de ervateiros e madeireiros e outra pelo campesinato marginal⁴².

O quadro descrito começa a apresentar modificações com a entrada de pequenos agricultores vindos do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX. A chegada desses migrantes se explica por dois motivos: um de expulsão, haja vista as condições a que esses gaúchos estavam submetidos, produzindo em áreas insuficientes para a garantia de sobrevivência da família (minifúndio)⁴³, e outro de atração, pois na região sudoeste havia grandes extensões de terras disponíveis e aparentemente sem dono, com preços significativamente menores que os praticados no Rio Grande do Sul (SERRA, 1992). Isso possibilitou, através da venda da propriedade antiga, a compra de extensões maiores na nova área.

Com a vinda da nova população, a relação estabelecida entre esses, os sulistas e os caboclos, antigos moradores da região, foi, a princípio, amistosa. Todavia, com o passar do tempo, esses moradores descobriram (SERRA, 1992) que estavam deslocados em seu próprio ambiente, considerando o expressivo contraste cultural entre esses personagens. Os sulistas eram marcados por traços culturais e econômicos de quase um século, cuja população “estava condicionada por vários fatores a realizar uma ocupação e um povoamento com características bastante peculiares e quase específicas” (PADIS, 1981, p. 168). Em decorrência dessa peculiaridade, os migrantes criaram no espaço paranaense por eles ocupado áreas com características ítalo-germânicas até hoje existentes no Rio Grande do Sul. Esse fato auxiliou na incompatibilidade com os caboclos, que por sua vez, viram-se deslocados naquele

⁴² Indivíduos conhecidos por vezes como “caboclos” ou “caipiras” que tentavam viver basicamente mediante uma agricultura voltada para o autoconsumo, mantendo laços frouxos com o mercado (GULHERME VELHO *apud* SERRA, 1992, p. 72).

⁴³ A minimização do tamanho da propriedade foi decorrente da sucessão familiar por herança, especialmente nas zonas dos antigos colonos alemães e italianos (PADIS, 1981, p. 154).

contexto e optaram por escolher outro lugar para viver. A partir daí, empreenderam a tarefa de desbravar e vender terras aos colonos rio-grandenses (SERRA, 1992).

A realidade da região sofreu significativa mudança na década de 1940 graças à ação governamental exercida na área. A máquina pública estimulou a entrada de gaúchos mediante financiamentos para tal iniciativa. O interesse do governo federal em ocupar tal área se explica por dois motivos: o primeiro era transferir populações de regiões densamente povoadas, como o caso do noroeste do Rio Grande do Sul, acabando com o problema socioeconômico causado pelos minifúndios daquela área, e o segundo era eliminar as porções ainda despovoadas existentes no país.

Essa dinâmica seguia as linhas ideológicas da “Marcha para o Oeste”⁴⁴. O governo passou a estimular a iniciativa privada no processo de colonização da região assim como apoiou o processo pela implantação de uma colônia agrícola, a Colônia Agrícola Nacional Osório – Cango.

O processo de colonização empreendido pelas empresas e o governo, na perspectiva de Serra (1992), teve dois efeitos imediatos: a dinamização da frente e a valorização das terras. Isso graças ao encontro dessa frente com a frente Norte, que já avançava em direção à Sudoeste, completando assim, ainda segundo o autor, a ocupação do espaço na face Noroeste-Sudoeste.

A frente Norte teve sua ocupação efetiva na segunda metade do século XIX. Na visão de Müller (2001), essa ocupação ocorreu a partir de 1862 por fazendeiros paulistas atraídos pelas manchas de terra-roxa. No entanto, a colonização intensiva da região, em moldes modernos, teve início em 1929 e foi obra da Companhia de Terras Norte do Paraná, da Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. e da Companhia América do Sul. A estrutura fundiária teve predominância em pequenas propriedades e a atividade cafeeira foi a base de sustentação econômica.

2.2 A ocupação da Região Norte

A região norte do Estado do Paraná é abordada em diversos trabalhos, e na maior parte deles há discussões sobre as dificuldades em se estabelecer os limites dessa área. O “norte do Paraná” não tem significado a mesma coisa para os diferentes autores, uma vez que as

⁴⁴ Política criada pelo presidente Getúlio Vargas para incentivar a migração em direção ao interior do Brasil, áreas que na época possuíam baixo índice de densidade demográfica. O objetivo maior do plano político era criar um equilíbrio espaço demográfico no território nacional.

premissas fixadas por eles nem sempre foram convergentes” (PADIS, 1981, p. 84). Embora, segundo Müller (2001), essa região tenha traços fisionômicos bem marcados, não houve ainda demarcação de suas fronteiras de maneira satisfatória.

A CMNP (1975, p.33) localiza essa área como “a soma territorial dos vales muito férteis formados pelos afluentes da margem esquerda dos rios Paraná e Paranapanema, no arco que esses dois cursos d’água traçam entre as cidades de Cambará e Guaíra”. Todavia, essa descrição não traz precisão dos limites meridionais da área.

Essa porção do Estado tem, corroborando Padis (1981), os limites ao norte, a leste e a oeste bem estabelecidos, sendo os rios Paranapanema, Itararé e Paraná, respectivamente, os marcos naturais. Entretanto, quando se refere ao limite a sul, surgem as incertezas. Ainda para o autor, estudiosos estabelecem esse marco através das características relativas à vegetação, ao clima, à pluviosidade e ao tipo de solo, todavia esses são critérios frágeis, pois a utilização de critérios meramente fisiográficos não satisfaz à delimitação precisa. A atividade econômica, em específico a cafeeira, também serviu para balizar esse limite, já que o café foi um elemento que assegurou ao norte (MÜLLER, 2001) individualidade no conjunto estadual. Dessa forma, o limite a sul dessa porção do Paraná possui fragilidade na delimitação, havendo, portanto, diferentes considerações nas obras que trabalham com esse espaço. Assim, a associação de elementos climáticos, pedológicos, hidrográficos e econômicos confere à unidade geográfica do norte uma delimitação territorial mais precisa e embasada no espaço paranaense.

Em relação aos elementos físicos da região, o planalto basáltico da área foi modelado pelos afluentes do rio Paranapanema em formas suaves, em sua maioria, e de largos espigões convexos, com espigões elevados (600-900 metros) e de relevo suave. Sob a transição dos climas tropical e subtropical de altitude, caracteriza-se por um regime pluviométrico equilibrado entre verões chuvosos e invernos seco. A mata latifoliada perene subtropical recobre quase a totalidade da região. Apesar de o extremo noroeste ser coberto por solo arenoso, a maior parte do norte é coberta pela famosa “terra roxa” (BERNARDES, 2007).

O norte paranaense possui uma regionalização específica. Para tal compartimentação, foi levado em consideração o período em que as terras foram incorporadas com maior ou menor dinamismo à cultura cafeeira (SERRA, 1992). A divisão se dá em Norte Velho, também conhecido como Norte Pioneiro, que se estende do Rio Itararé até o rio Tibagi, com predomínio da ocupação espontânea, com processo iniciado no final do século XIX e início do século XX. Norte Novo, do rio Tibagi até o rio Ivaí, com área ocupada a partir de 1930 através de projetos de colonização por intermédio da iniciativa privada. E a última porção,

Norte Novíssimo, que se estende do rio Ivaí até o rio Paraná, com a colonização realizada a partir de 1940 (Figura 07).

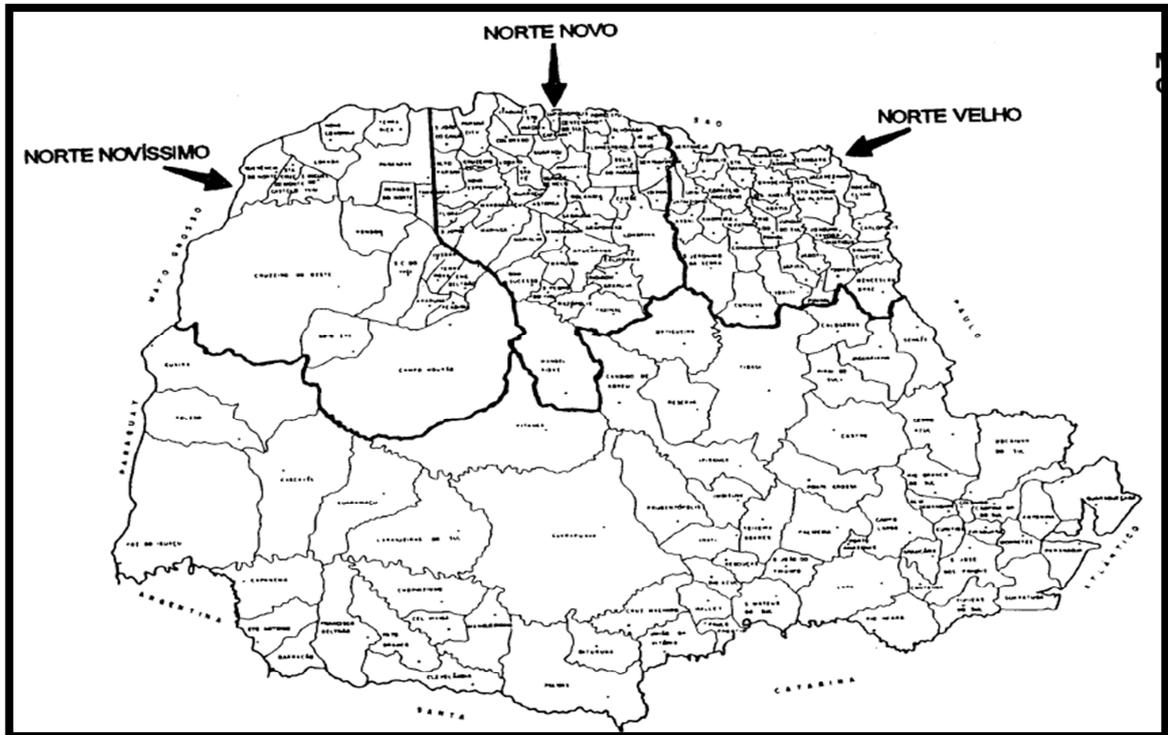


Figura 07 – Regionalização do norte do Paraná
Fonte: Tomazi, N. (1997, p. 127)

Os primeiros indícios de ocupação do norte paranaense datam do século XVII, por intermédio das missões religiosas dos jesuítas. Entretanto, estes não desempenharam um papel significativo nesse processo, uma vez que essas missões, nos fins desse século, já haviam sido dizimadas por bandeirantes paulistas (MÜLLER, 2001).

Em meados do século XIX se iniciou, de forma oficial, com a instalação da Colônia Militar de Jataí⁴⁵, a ocupação do norte do Paraná. Müller (2001) assinala que essa colônia não teve o objetivo de colonizar, mas sim o de defender o vasto território brasileiro. Contudo, aponta Bernardes (2007) que os ataques de índios vindos do Mato Grosso, as condições precárias de salubridade do local e surtos de malária impediram o desenvolvimento da colônia. Nessa época surgiram Jataizinho e São Jerônimo da Serra.

Foi na segunda metade do século XIX, a partir de 1862, que se inaugurou uma nova fase de povoamento para o norte do Paraná. Müller (2001) relata que o ‘manto verde dos cafezais’ desdobrou-se pela região como avalanche. Essas ocupações foram empreendidas por

⁴⁵ A Colônia Militar de Jataí foi fundada em 1855, à margem direita do Tibagi, no ponto em que esse rio começa a ser navegável. Ligada por uma estrada a Curitiba; a Colônia tinha a função de estabelecer ligação com Mato Grosso, agindo como posto avançado de proteção dessa vasta área então ameaçada pelo ditador paraguaio, Solano Lopez (MÜLLER, 2001, p. 98).

fazendeiros mineiros e paulistas, atraídos pelas manchas de terra-roxa. Bernardes (1952, p. 448) esclarece que a zona visada por estes correspondia “às formações sedimentares permianas, em que numerosos diques e remanescentes da cobertura diabásica originaram manchas de terra roxa”.

O marco desse período é a entrada nessa região de Thomas Pereira da Silva, mineiro atraído pela exuberância das terras vizinhas ao rio Itararé e que adquiriu vasta área de terras, exercendo atrativo aos seus conterrâneos, dando origem a um núcleo urbano denominado, inicialmente, Colônia Mineira (PADIS, 1981). Essa corrente migratória parte das zonas cafeeiras mais antigas de São Paulo e Minas Gerais, que se encontravam em fase decadente de produção (SERRA, 1992).

A região escolhida por Thomas possuía características naturais vantajosas para a ocupação. Assim, a área transformou-se em centro de convergência para mineiros e paulistas de forma rápida. Em decorrência do fluxo populacional em direção a essas áreas, surgiram alguns núcleos urbanos, como Santo Antônio da Platina (1866), São José da Boa Vista (1867), Venceslau Brás (1867), Jacarezinho (1900) e Cambará (1904).

Corresponde esta penetração a um período de grande expansão da cultura cafeeira, iniciando no vizinho estado de São Paulo que originou um povoamento completamente diverso do que se verificou no resto do estado. De fato, não se deu aí a criação de núcleos isolados independentes uns dos outros e sim uma expansão continua do povoamento ao longo de um eixo que atravessa os baixos cursos dos afluentes do Paranapanema e os espigões, não muito elevados que os separam, próprios para lavoura cafeeira (BERNARDES, 2007, p.169).

Apesar do sucesso alcançado pela atividade cafeeira no novo espaço de exploração, a nova fronteira agrícola registrava pontos negativos. A entrada maciça de cafeicultores na região ocasionou um alavanco nos números da produção, porém a grande distância e a precariedade dos meios de transportes resultaram em perda de parte das safras, que não puderam ser escoadas totalmente.

A produção de café tinha como destino, quase que exclusivo, o mercado externo, cujo caminho para exportação se dava pelo Porto de Santos. Registradas as primeiras perdas nas safras paranaenses, houve a preocupação de articular a criação de uma rodovia que ligasse a região norte do Paraná com São Paulo (PADIS, 1981). Surge, também, o interesse em conectar a região aos trilhos ferroviários, estratégia concretizada nos anos de 1922 a 1925, quando Cambará foi atingida por esses trilhos.

Essa ocupação realizada de forma rápida e desordenada, em conformidade com Luz (1997), começou a preocupar as autoridades do Estado, resultando na aprovação de uma lei no Congresso Legislativo do Paraná que regulamentava as vendas das terras devolutas do Estado situadas no vale do Paranapanema com o objetivo de evitar sua invasão. Isso foi necessário, já que as terras do norte do Paraná eram muito atraentes aos mineiros e paulistas, especialmente por estes últimos, que consideravam a região um prolongamento do território de seu Estado. “Como se não existissem os limites políticos, as ‘fazendas de café’ nos moldes paulistas multiplicaram-se rapidamente” (BERNARDES, 1952).

O governo tinha duas preocupações quanto à “invasão” dessa porção do Estado, uma estava relacionada ao interesse da máquina pública em estabelecer uma ocupação planejada na região, através de projetos de colonização, e outra a de acabar com a forma como grandes extensões de terras eram apropriadas irregularmente (SERRA, 1992). Essa fase de ocupação espontânea teve fim na primeira metade do século XX, quando o governo assumiu projetos de colonização e passou a incentivar a atuação da iniciativa privada.

Na nova fase do processo de ocupação do espaço norte paranaense, ganham destaque duas iniciativas: a ação das empresas Brasil Tokushoku Kaisha (BRATAC) e Nambei Tochikubushiri, responsáveis pela colonização de Assaí e Uraí, respectivamente, e o papel da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que respondeu pela colonização de grande parte do Norte Novo, inclusive Marialva. Sobre essa questão, Padis (1981, p.90) acrescenta:

De dimensões relativamente modestas, foi encetada a partir de 1931 em áreas ainda não ocupadas do chamado Paraná Velho, vizinhas a Cornélio Procopio, por duas companhias constituídas de capital japonês [...] resultaram no aparecimento de duas cidades – Assaí e Uraí – cuja base econômica não era o café, mas especialmente o algodão e cuja população não era constituída de nacionais, mas de japoneses emigrantes. Essas colônias – como as suas similares paulistas – prosperaram rapidamente, dada a qualidade das terras e assistência médica, agrônômica e financeira fornecida pelas próprias colonizadoras.

A colonização de parte do norte paranaense, especificamente o Norte Novo, foi obra da Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa constituída por capital inglês, a qual adquiriu uma área, até 1930, de 515.000 alqueires paulistas. Segundo Padis (1981), a dimensão espacial da área correspondia à décima-sexta parte do tamanho total do Paraná, mas que era a sua melhor porção em termos pedológicos. Em 1944, a empresa adquiriu mais 29 mil alqueires, no entanto não contínuos às áreas anteriores (região de Umuarama), totalizando 544.017 alqueires (Figura 08).

As terras adquiridas pela Companhia, a princípio, serviram para o plantio de algodão. O país britânico, de acordo com Müller (2001), buscava substituir a matéria-prima proveniente, até o momento, do Sudão, pois esse país passava por situações políticas pouco tranquilas. Não obstante, depois das primeiras viagens de reconhecimento, percebeu-se que se obteriam melhores resultados loteando a gleba em pequenas propriedades. Ainda para a autora, a empresa visava maximizar os resultados com essa estratégia, pois obteria o capital investido na compra das terras com a venda de lotes aos novos proprietários, e estes abasteceriam o mercado britânico com o algodão plantado.

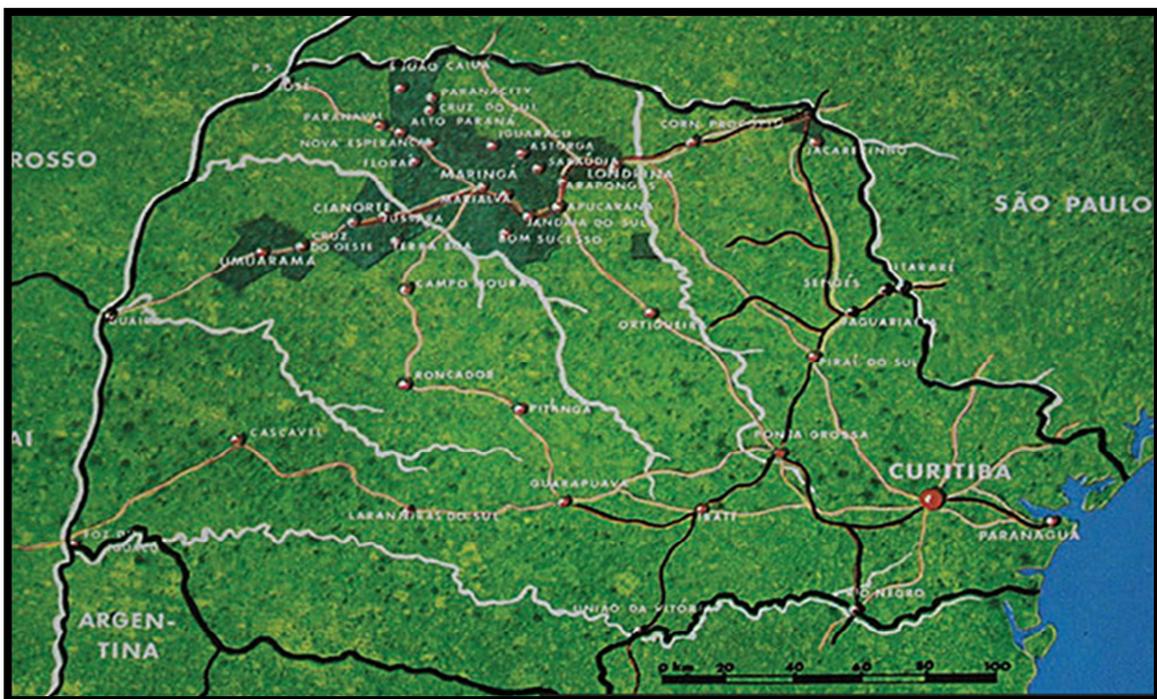


Figura 08 – Localização da área de 545 mil alqueires colonizada pela CMNP no Paraná
Fonte: CMNP (1975, p. 108)

A Paraná Plantation Limited, como foi denominada, controlava duas subsidiárias: a Companhia de Terras Norte do Paraná e a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. Em consonância com Müller (2001), as duas entidades completavam-se; enquanto a colonização garantia fretes à ferrovia, esta assegurava o fluxo de colonizadores para as frentes pioneiras. A estrada de ferro representava uma ligação do moderno com o progresso. O interesse em suprir a região com a estrada de ferro estava atrelado ao objetivo de garantir sucesso ao empreendimento através de uma colonização efetiva da área. Bernardes (1952, p.449) enfatiza que os administradores da Companhia compreenderam que “sem

comunicações fáceis e seguras o empreendimento seria mais uma aventura fadada ao insucesso”.

Em 1929 começou, de forma pouco expressiva, a venda de terras na região de Londrina; datando do mês de julho desse ano a posse efetiva da área adquirida pela Companhia. Os primeiros moradores, paulistas, chegaram em 1931, seguidos por europeus (alemães e italianos) e asiáticos (japoneses). Naquele momento, os trens paravam a 24 quilômetros de distância, na estação de Jataí. O restante do trajeto era feito através do serviço de ônibus que ligava as duas cidades. Decorridos seis anos foi inaugurada a estação de Londrina. A abertura de lotes foi cuidadosamente planejada pela Companhia a fim de garantir sucesso nas vendas.

Desde essa época colocaram-se à venda loteamentos mais afastados, mas todos situados à margem ou próximos da estrada de ferro, cujos trabalhos estavam sendo conduzidos ativamente. A Companhia de Terras do Norte do Paraná continua a aplicar a mesma tática: não abre oficialmente seus loteamentos aos compradores e não intensifica sua propaganda senão quando há a certeza de que eles serão atingidos logo depois pelos trilhos. É perfeita a coordenação entre a colonização e a estrada de ferro, que a segue de perto (MONBEIG, 1984, p. 230).

A empresa planejou a colonização em todos os detalhes, e esse planejamento pautou-se em estudos técnicos realizados com antecedência. Bernardes (2007) afirma que tudo era feito antes das primeiras derrubadas da mata. A espinha dorsal das vias de circulação (rodovias) foi construída no espigão divisor de águas, entre as bacias hidrográficas dos rios Ivaí e Paranapanema. Na maior parte do percurso, as estradas entre Londrina-Apucarana-Maringá-Paranavaí foram assentadas sobre terra roxa, que segundo Monbeig (1984), constitui um material de compactação rápida, configurando-se como uma vantagem à sua manutenção.

As cidades tiveram importância e distâncias definidas. As cidades menores deveriam estar distanciadas 15 quilômetros umas das outras, podendo servir à população local como centros comerciais de pequeno porte. A cada 100 km havia um centro de atração econômica comercial e de serviços, como, por exemplo, Maringá, Cianorte e Umuarama. Tanto nas cidades quanto nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão de lotes residenciais e comerciais. Ao redor desses espaços se situariam os cinturões verdes, uma faixa dividida em chácaras que serviriam à produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes (CMNP, 1975).

Os proprietários poderiam, dessa forma, como aponta Müller (2001, p.107), “apelar para os recursos de centros urbanos hierarquicamente escalonados”. Isso permitiu que toda a área colonizada estivesse engendrada em um sistema de circulação, ou seja, nenhuma propriedade rural se localizaria a mais de 15 km de um patrimônio ou cidade. O perfil dos lotes também foi determinado em longas fitas, do espigão até o vale, de modo que toda propriedade tivesse saída e acesso à água fluvial, como ilustra a Figura 09.



Figura 09 – Visão gráfica em perspectiva panorâmica do sistema de repartição de terras executado pela CMNP

Fonte: CMNP (1975, p. 108)

A dimensão dos lotes foi estipulada conforme sua localização. Müller (2001) informa que os lotes próximos aos núcleos urbanos variavam de um a cinco alqueires paulistas, e para as áreas mais afastadas ficaram as propriedades de cinco a dez alqueires e as “fazendas” ficaram mais distantes. Contudo, deve-se entender que a divisão dos lotes em pequenas propriedades não estava voltada apenas à obtenção de um número maior de compradores, mas também para se obter maior lucro, uma vez que em lotes menores haveria menos investimentos e maior comodidade, pois os lotes contariam com acesso às estradas, proximidade com os núcleos urbanos, facilitando o escoamento dos produtos produzidos. Para Carvalho (2008, p. 49),

o método de comercialização de terras praticada pela companhia estrangeira, fracionando-as em pequenos lotes em média 15 alqueires –, e a facilidade no

pagamento, tendo em vista que o comprador poderia parcelar suas terras em até 48 meses, permitiram a maximização dos lucros para a empresa, mas possibilitou que milhares de pessoas migrassem para região no sonho da terra própria e de melhores condições de vida.

Outra vantagem na comercialização dos lotes menores era o fator climático determinante para a cultura cafeeira: a geada. Nos lotes menores não se plantava exclusivamente café; dessa maneira, se ocorresse a geada os prejuízos seriam menores, visto que os proprietários contariam com os produtos de subsistência. Essas características atraíam os compradores desejados pela Companhia. À época, não seriam os fazendeiros que comprariam essas terras, e sim os pequenos produtores (colonos de São Paulo), que teriam a chance de se tornarem proprietários de terras paranaenses.

Nos lotes menores, havia diversificação, porque a propriedade possuía a seguinte estratificação: no topo, área mais próxima do espigão, havia o cultivo do café, no estrato topográfico intermediário, havia as culturas para subsistência, já as habitações e as pastagens estavam próximas do início do fundo de vale, o qual era cercado por vegetação. De acordo com Müller (2001, p.105), assim se dava a organização espacial das propriedades:

as habitações estão usualmente situadas na faixa de pastos, não muito próximas do curso d'água, quase sempre no ponto em que as vertentes deixam seu perfil de inclinação suave para caírem abruptamente sobre os rios. Cercadas de árvores frutíferas [...] havia adjunto às residências: depósitos, celeiros, cercados para o gado ou animais domésticos, as próprias cercas que delimitavam o pasto.

A cargo da Companhia cabiam três tarefas: a colonização, a construção de estradas e a implantação de núcleos urbanos. Em 1944, a Companhia foi vendida a um grupo de capitalistas paulistas, passando a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A venda ocorreu devido às medidas de segurança adotadas pelo governo, que proibia a propriedade da terra por estrangeiros no período da Segunda Grande Guerra. No entanto, as características aplicadas à colonização do norte paranaense até então existentes permaneceram inalteradas.

Em aproximadamente três décadas o espaço norte paranaense foi tomado pelas lavouras de café, tornando a região a mais dinâmica do Estado no âmbito econômico e na ocupação humana. Oliveira (2009, p. 6) expõe que:

Entre as décadas de 1940 e 1970, apenas no eixo Londrina – Apucarana – Maringá, o café gerou centenas de milhares de empregos e colocou alimento nas mesas de milhares de famílias. A cultura cafeeira proporcionou oportunidades nas diversas etapas de sua produção: no plantio e manutenção (capina) das roças; na colheita (derriçagem, abanagem e secagem nos terreirões); na comercialização e transporte até as máquinas de beneficiamento. Desse modo, vários segmentos profissionais garantiam suas rendas, tais como: carregadores, ensacadores, classificadores e, inclusive, as “catadeiras” que separavam os grãos que não possuíam boa qualidade dos demais.

A dinâmica garantida pela cultura cafeeira permaneceu inalterada até a década de 1960. Nesse período, foram registradas superproduções regionais que acarretaram desequilíbrio no mercado externo. Houve reflexos na economia regional e na manutenção da propriedade cafeeira.

Na década de 1950, o norte do Paraná havia se tornara uma das regiões produtoras de café mais importante do mundo. Em 1945, por exemplo, o Paraná foi responsável por 4,5 % da produção nacional; já em 1962, a participação paranaense no mercado foi com 58% da produção. Kohlhepp (1991) assevera que os processos de desenvolvimento desenfreados trouxeram rapidamente o problema da superprodução, dando início à decadência dessa atividade no Estado. Arelados às superproduções houve mais fatores influentes na crise cafeeira da segunda metade do século XX, entre os quais o confisco cambial dos exportadores efetuado pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek e a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, que proporcionava aos trabalhadores rurais os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos (férias remuneradas, carga horária de 8 horas e 13º salário). Essa medida, em específico, desestimulou a contratação de mão de obra pelos grandes e médios produtores e impossibilitou a contratação pelos pequenos.

Os grandes proprietários, por sua vez, investiram na compra de máquinas agrícolas em “substituição” à mão de obra, fato constatado na análise dos dados do censo agropecuário do IBGE de 1960 e 1970, em que consta que na categoria número de tratores o Paraná registrou um aumento de 72%. Nesse contexto, o pequeno agricultor ficou impossibilitado de adquirir maquinários em substituição à mão de obra, já que não tinha condições nem de arcar com salários, muito menos com a compra de maquinários.

As características naturais também tiveram influência no contexto da crise. As fortes geadas do final dos anos de 1960 e início da década de 1970 foram determinantes para a erradicação de extensas áreas de cafezais. Kohlhepp (1991) aponta que o número crescente de geadas se tornou decisivo para o desenvolvimento futuro da cafeicultura. As lavouras de café do Estado já haviam passado por fortes geadas em 1953 e 1955, as quais, conforme Serra

(2009), deixaram danos acima de 50%, como a quebra nas safras dos anos seguintes. No entanto, a geada de 1975 foi o golpe final para os cafezais e os produtores que ainda resistiam.

Enquanto as geadas anteriores ainda deixaram algumas poucas partes das lavouras sem queimar, caso das localizadas nos espigões, a de 1975 destruiu tudo. Foi o golpe de misericórdia sofrido pelo que, na época, era considerado o maior parque cafeeiro do País, com 915 milhões de pés. Destruídas as lavouras, o mercado de trabalho no campo ficou reduzido ao corte das árvores queimadas; concluída a atividade, o desemprego foi quase que absoluto (SERRA, 2009, p.7).

Em menos de uma década, o “mar de café” presente no norte do Paraná perdeu totalmente suas forças. Oliveira (2009) postula que em 1969 o café representava mais de um terço das exportações, ao passo que, em 1975, após a geada negra⁴⁶, as exportações do produto não superavam 7% da pauta brasileira. Era o fim de um ciclo.

2.3 As colônias japonesas no Paraná

As empresas responsáveis pela realização do processo de emigração no Japão eram privadas, e a fiscalização do serviço por elas executados ficava a cargo do Ministério das Relações Exteriores. Com a movimentação criada pela onda migratória japonesa para diferentes partes do mundo⁴⁷, e a partir de 1908 no Brasil, surgiram algumas empresas especializadas na realização desse processo. Durante o período de imigração intensa no Havaí, de 1875 a 1894, houve no Japão um movimento para incentivar a participação da iniciativa privada no processo de imigração, aliciando e encaminhando os interessados em realizar a viagem ao Brasil (VIEIRA, 1973). O marco do início do trabalho dessas empresas foi o ano de 1890.

No contexto da época, a emigração japonesa recebeu tratamento semelhante ao de qualquer outro negócio⁴⁸, com negociação dos contratos de trabalho e dos destinos dos

⁴⁶ A geada negra ocorre quando o ar está muito seco e a planta morre antes da formação e congelamento do orvalho, ficando escurecida. No Brasil, a geada negra também é conhecida como geada de vento, pois o vento frio desidrata e mata os tecidos expostos das plantas, deixando-as igualmente negras.

⁴⁷ A emigração japonesa promovida por companhias particulares não foi inaugurada com a vinda dos primeiros nipônicos para o Brasil. Muito ao contrário, a ação das Companhias de Emigração já se fizera sentir no Havaí (VIEIRA, 1973).

⁴⁸ Os transportes, a hospedagem até o porto de saída, a compra das roupas, utensílios que faziam parte da bagagem de cada imigrante são exemplos de como a imigração movimentou diferentes setores da vida econômica e engendrou atividades que movimentaram as economias locais e nacionais (SAKURAI, 2000, p. 223).

imigrantes (SAKURAI, 2000). O custo da passagem, no caso brasileiro, era dividido entre o governo, que subsidiava parte do valor, e o imigrante. Sakurai (2000) afirma que os interessados em realizar a emigração recorriam a diferentes meios para levantar o valor exigido para a viagem; dentre as opções estavam a realização de empréstimos, a venda de algum patrimônio familiar e até a procura por agiotagem. A atuação dessas empresas sofreu alteração em 1917, quando as companhias existentes nesse setor foram fundidas em uma única empresa, a Companhia Ultramarina de Empreendimentos, a já citada KKKK.

A KKKK não tinha interesse somente na emigração. A companhia visava instalar-se no Brasil como uma empresa capitalista, porque enxergava uma ótima opção de negócios no país, considerando a extensa quantidade de terras disponíveis. O objetivo, então, era implantar a criação de colônias sob sua supervisão (SAKURAI, 2000). Mediante acordos de compras e/ou concessão com o governo do Estado de São Paulo, o objetivo foi fixar colonos proprietários em terras pela empresa adquiridas. De tais acordos surgiram colônias como as de Registro, Iguapé e Sete Barras no vale do Ribeira, que se instalaram a partir de 1913 em uma área de 100.000 hectares, cuja metade fora doada pelo estado paulista (KODAMA e SAKURAI, 2008). A colônia de Iguapé, segundo Sakurai (2000), foi um exemplo de como as colônias fundadas pela KKKK tinham cunho eminentemente empresarial na busca pelo lucro. Nessas colônias, “se cultivam arroz, café, açúcar, chá. A companhia mantém máquinas de beneficiamento de arroz, usina de açúcar, posto zootécnico, escola, consultório médico. [...] é nesses núcleos que se introduz a produção de óvulos de bicho-da-seda no Brasil” (SAKURAI, 2000, p. 224). Por meio de um amplo apoio técnico, cedido aos imigrantes no desenvolvimento de suas atividades, a companhia influenciou, significativamente, o sucesso dos empreendimentos realizados em solo brasileiro.

O governo japonês passou, a partir de 1925, a subsidiar a vinda de migrantes japoneses ao Brasil, papel antes realizado pelo país sul americano em questão, o que resultou em um grande crescimento nos números da imigração. De 1908 até 1924, registrou-se a entrada de 32.366 japoneses no Brasil; já no período de 1924 a 1935, esse número saltou para 141.732 imigrantes registrados, um aumento de mais de 330% (KODAMA e SAKURAI, 2008).

É válido destacar que naquele momento o Brasil representava para o Japão, nas palavras de Vieira (1973, p. 70), além de receptor de imigrantes, “também mercado potencial para investimentos. O capital japonês buscava novos mercados para investimentos fora da Ásia e a ação combinada do governo e dos capitalistas japoneses imprime novas características à política migratória japonesa no Brasil”. A isso soma-se o fato de as

companhias japonesas incentivarem a emigração e a posterior permanência dos imigrantes no Brasil. Na verdade, todo japonês, ao realizar a imigração, tinha planos de retorno ao país de origem após algum período de trabalho no Brasil, com as economias poupadas. Todavia, o interesse das companhias era de fixar o migrante japonês na nova terra. Não havia, portanto, nenhum interesse por parte do governo do Japão em estimular o retorno. Para isso, o governo japonês ofereceu facilidades aos imigrantes a fim de fixá-los, as quais foram prontamente aproveitadas por aqueles que queriam melhorar as suas condições no país (SAKURAI, 2000).

Aos poucos, a ideia inicial de retornar ao Japão vai se exaurindo perante as conquistas no novo país. Assim, pondera Sakurai (2000, p.233) que o tão sonhado retorno “passa para um segundo plano, quando se vislumbra que as possibilidades de ascensão social no Brasil são superiores às oferecidas no Japão, onde são cada vez mais restritas as condições para se tornar proprietário de terra⁴⁹”. Dessa maneira, há grande impulso na ação de investir no próprio Brasil o dinheiro poupado durante os anos de trabalho na lavoura.

A criação da Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. (BRATAC)⁵⁰, em 1927, tornou mais explícita a política de colonização do governo japonês em terras brasileiras. Em 1928, a Bratac deu início às suas atividades no Brasil, adquirindo várias glebas de terras na frente de expansão do Estado de São Paulo e no norte do Paraná (VIEIRA, 1973).

No Paraná, a empresa adquiriu 18.610 alqueires⁵¹, área conhecida como Fazenda Três Barras, que nomeou também a colônia que ali surgiu. Os lotes eram compostos por 10 alqueires, tinham o valor de cerca de dez contos⁵², cujo pagamento era feito através de prestações anuais, com um prazo de oito anos. Especificamente nessa colônia, os lotes eram comercializados para imigrantes provenientes das fazendas de café do Estado de São Paulo.

Em terras paranaenses, o imigrante japonês já estava presente há alguns anos, no entanto, o vigor nipônico no Estado foi registrado com a criação das colônias na região norte. Acerca desse contexto, Asari e Tsukamoto (2008, p.91-92) assinalam que:

Os que se dirigiram para o Norte Novo tinham como destino as fazendas de café e trabalhavam como mascates, artesãos, quitandeiros, marceneiros,

⁴⁹ Na década de 1930, o Japão passou por sucessivas crises econômicas, herança da década anterior “[...] A situação do campo japonês é pouco propícia para o enriquecimento se comparada às perspectivas que encontram os imigrantes no Brasil, em São Paulo em particular” (SAKURAI, 2000, p. 233).

⁵⁰ A Bratac era empresa de economia mista, com capital constituído pelas contribuições das províncias japonesas e de particulares e dividido em ações no valor de 50 ienes. Propunha-se a recrutar e encaminhar os emigrantes de colonização agrícola, não os deixando isolados, mas organizando-os como colonos-proprietários em núcleos planejados (VIEIRA, 1973, p. 45).

⁵¹ Medida agrária variável referente a 24.200 m², no caso de alqueire paulista. Em outras regiões do Brasil, a medida sofre diferenciações (alqueire do norte, alqueire goiano, alqueire mineiro).

⁵² Moeda utilizada no período.

enquanto os outros implantaram a Colônia Kakatsu, em Guaraqueçaba, dedicando-se à plantação de banana, cana-de-açúcar, verduras e legumes. Na década de 1930, vários empreendimentos na área rural começaram a ser implantados no Paraná, a exemplo da Colônia Nova Tóquio, da Colônia Corte Grande, em Ibaiti, e da Colônia Alvorada, em Ponta Grossa. Há relatos de empreendimentos na zona urbana, como a Sociedade Pesqueira Ltda., sediada em Paranaguá. Em 1915, instalou-se em Cambará a Vila Japonesa na Fazenda Barbosa. Na década de 1920, os japoneses adquiriram fazendas, como a Nomura (Bandeirantes) e a Atomiya (Cornélio Procópio), e instalaram-se colônias como a Água da Divisa, Água da Limeira, Colônia Kosei, Colônia Igarapava e Colônia Japonesa Central.

O período de maior crescimento da imigração japonesa no Estado do Paraná foi entre 1920 e 1940. Além de motivos relacionados ao Japão⁵³, o aumento na entrada dos nipônicos também ocorreu devido ao avanço das frentes cafeeiras paulistas em direção às terras roxas do norte do Estado. As culturas do café, do algodão e o comércio desempenharam papel crucial no impulso desse movimento, “municípios do chamado Norte Novo, como Assaí e Uraí, próximos a Londrina, formaram importantes colônias japonesas. O fluxo acompanhou a ocupação dessa fronteira demográfica e econômica do Paraná, instalando-se nos principais municípios” (PEREIRA e OLIVEIRA, 2008, p.40). A Figura 10 mostra o número de japoneses recenseados em todo o Brasil no ano de 1940, ilustrando muito bem o deslocamento da população nipônica, antes concentrada somente em São Paulo, para outros estados, principalmente para o Paraná. Nesse período, o território paranaense já responde por uma quantia de 10 a 30 mil japoneses vivendo nesse espaço.

⁵³ As décadas de 1920 e 1930 foram momentos de grande crise econômica no Japão, acompanhadas de instabilidade social e política. O período que se seguiu após a I Guerra Mundial caracterizou-se pela crescente inflação e pelos elevados impostos que recaíam sobre a população, enquanto que na cidade, as condições de trabalho nas fábricas japonesas permaneciam precárias: as remunerações eram baixas, o tratamento dado aos trabalhadores degradante e as oportunidades escassas (VIANNA, 2008, p.60).

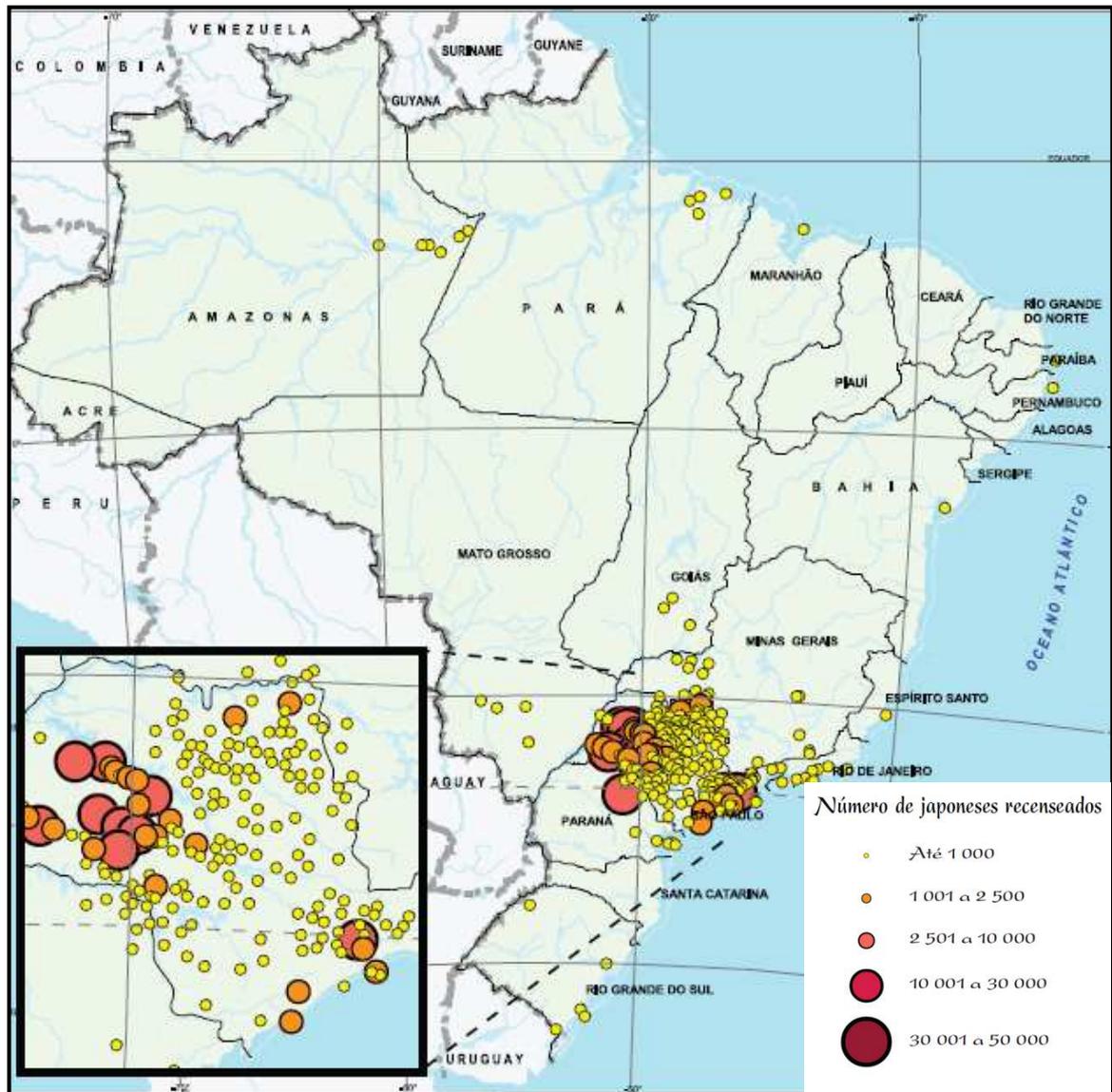


Figura 10 – Japoneses recenseados no Brasil em 1940 segundo o IBGE

Fonte: Pereira e Oliveira (2008, p.35)

O grande fluxo de imigrantes nipônicos para o norte do Paraná⁵⁴ (ASARI e TSUKAMOTO, 2008) decorreu de mudanças na política de colonização do governo do Japão através da criação de companhias colonizadoras. Nesse processo, as autoras atestam que tiveram papel relevante a Bratac, a *Nambeï Tochi Kabushiki Kaisha* (Companhia América do Sul) e a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), empresas responsáveis, respectivamente, pela colonização de Assaí, Uraí e Marialva.

⁵⁴ *Nikkeis* são as pessoas de origem japonesa e seus descendentes que emigraram para outros países e neles criaram comunidades e estilos de vida com características únicas dentro do contexto das sociedades em que vivem. A comunidade *Nikkei* é composta de japoneses autóctones (*isseis*), seu filhos (*niseis*), seus netos (*sanseis*), seus bisnetos (*yonseis*) e seus tataranetos (*goseis*), estes em apenas algumas das famílias.

Até a década de 1930, conforme Handa (1987), a colonização do norte do Paraná não apresentou avanço além de Cambará. A partir de então, a CTNP começou a vender suas terras e dinamizar a região. A empresa possuía 550.00 alqueires entre Jataí e Maringá. A comercialização foi possível, primeiramente, graças à abertura de uma estrada de rodagem em Cambará, seguida pela ferrovia do norte do Estado, que chegou à Londrina em 1935, dando possibilidade de transformar a mata inexplorada em área cultivada (HANDA, 1987). O registro dos primeiros japoneses nessa região paranaense data de 1913, os quais chegaram à região na condição de colonos da fazenda dos Barboza Ferraz, em Cambará. A respeito do surgimento dos núcleos de imigrantes japoneses, Handa (1987, p. 460) relata:

Em 1917, já surgia um agrupamento de sitiantes (pequenos proprietários de terra), recebendo por isso o nome de núcleo da Vila Japonesa. Em 1923 já existiam armazém e empório de japonês na cidade de Cambará. É fundada uma associação japonesa na Vila Japonesa, em 1918, e em 1921 surgem as primeiras escolas primárias japonesas.

A colonização de Bandeirantes começou em 1927 com a fazenda Nomura. Os pioneiros japoneses de Cornélio Procópio entraram em 1928; o núcleo de colonização é implantado pelas famílias de sitiantes e em 1929 surge, entre outras, a fazenda Atomiya.

Uraí (Pirianito, antes da guerra) desenvolveu-se a partir de 1936 pelas mãos da “Nabei Toti Kabushiki Gaisha” (Cia. de Terras da América do Sul); a imigração de Três Barras se deu em 1932.

O norte do Paraná teve nos municípios de Assaí e Uraí os maiores representantes da entrada significativa de japoneses nessa porção do Estado. A dinâmica estabelecida por esses imigrantes garantiu aos espaços por eles ocupados uma característica peculiar no que tange à organização econômica e social.

3. O NORTE DO PARANÁ E OS JAPONESES

3.1 Assaí: síntese histórica e geográfica

O município de Assaí, situado na mesorregião Norte Pioneiro Paranaense, está sob as coordenadas 23° 22' 24" de latitude sul e 50° 50' 29" de longitude oeste, localizando-se a 378 km da capital Curitiba (Figura 11). A altitude média é de 605 metros e o valor da área territorial total é de 440,012 km². O município dá nome à microrregião em que está inserido, a microrregião geográfica de Assaí⁵⁵ (IPARDES, 2013).

Os municípios que fazem limites com Assaí são: ao norte, Jataizinho e Uraí;; ao sul, Santa Cecília do Pavão e São Jerônimo da Serra; a leste, Nova América da Colina e São Sebastião da Amoreira; e a oeste, Londrina e Ibiporã.

Assaí é drenado pela bacia hidrográfica do Rio Tibagi. O clima é o subtropical, com temperaturas amenas entre os meses de abril a agosto, com geadas pouco frequentes e sem a presença de estação seca prolongada. O município pertence ao Terceiro Planalto Paranaense, tem seu relevo dividido em duas grandes áreas de acordo com a inclinação da vertente, conforme indica Paulo (2010): ao norte, nordeste e leste predomina um relevo mais íngreme devido à ocorrência de pelo menos dois derramamentos basálticos. A outra porção do relevo apresenta formas mais suaves, com vertentes convexas, facilitando a atividade agrícola, já que nessas áreas há exploração de lavouras mecanizadas.

⁵⁵ A microrregião geográfica de Assaí é composta por Assaí, Jataizinho, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Santa Cecília do Pavão São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira e Uraí (IBGE, 2013).

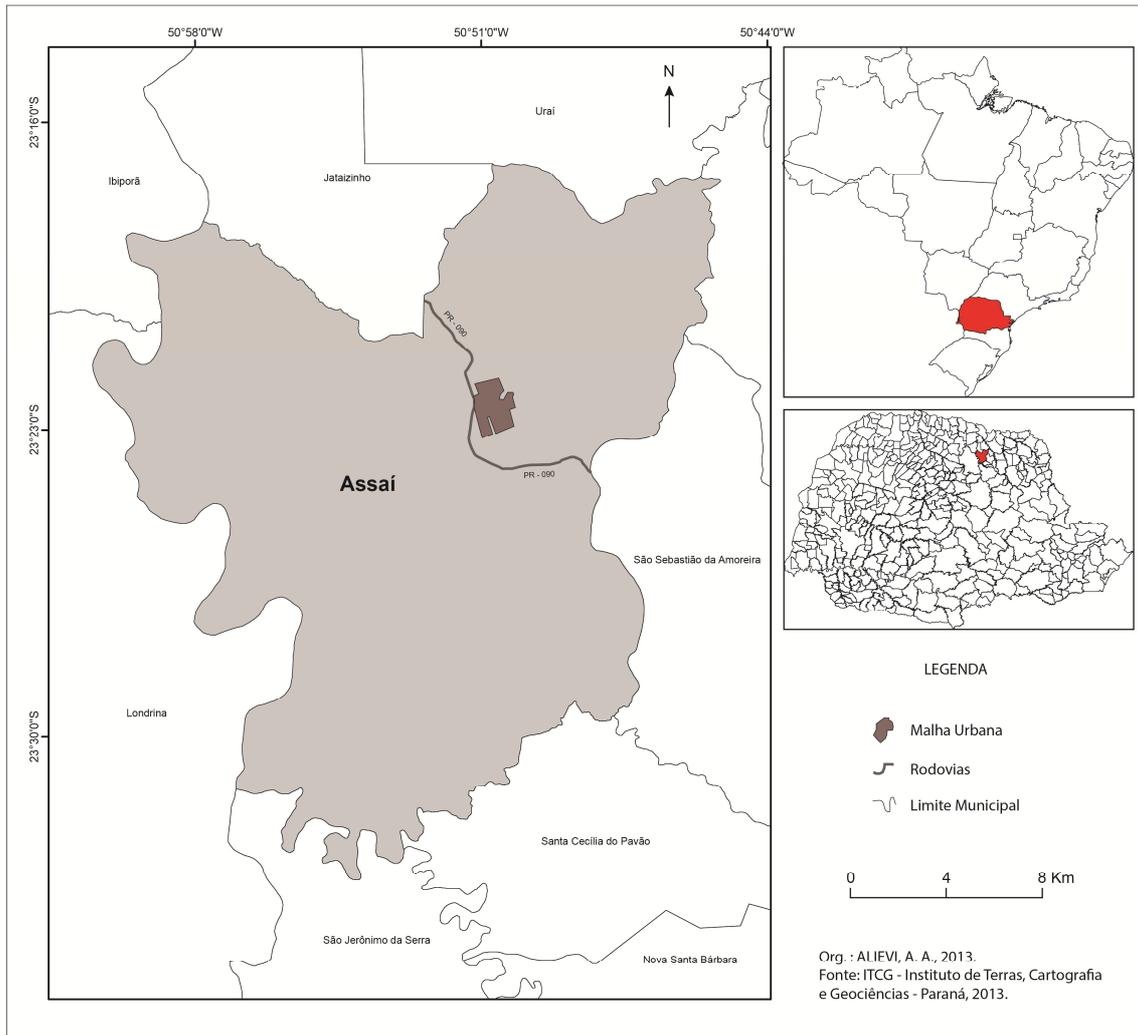


Figura 11 – Localização do Município de Assaí, PR

A colonização de Assaí foi obra da Bratac e se caracterizou pela entrada maciça de imigrantes japoneses nesse espaço. A empresa adquiriu, no ano de 1932, 44.710 hectares (ha) na região, parcela pertencente à antiga Fazenda Três Barras⁵⁶ (Figura 12), e deu início à ocupação efetiva da área. As terras desse núcleo começaram a ser vendidas depois que o governo de São Paulo restringiu o plantio de café no Estado, em 1932. Codato (1981) informa que a Bratac adquiriu as terras em 1929, porém a abertura de picadas, a instalação de escritório e o início da venda de lotes ocorreram somente dois anos depois. Esse atraso se deu em virtude da preferência da empresa em iniciar as atividades de colonização primeiramente

⁵⁶ Três Barras foi o nome da antiga e grande fazenda que mesmo antes de ser explorada foi adquirida pela Bratac, permanecendo com o mesmo nome por se achar desnecessário mudá-lo (CODATO, 1981, p.76).

exigiam seus direitos, deixando de cumprir corretamente os seus deveres e sem mostrar grande produção. Razão esta para se concluir que seria melhor deixar de lado os imigrantes diretos e contar para a colonização em Três Barras com os patrícios existentes no Brasil.

O Paraná recebeu imigrantes japoneses que já se encontravam instalados em São Paulo na condição de colonos nas fazendas de café. Com essa ação, a empresa intencionava eliminar o problema com os imigrantes cooperados⁵⁷, “que insistiam em seus direitos e apresentavam poucos resultados” (HANDA, 1987, p. 449), além de procurar colonos independentes quanto às necessidades gerais. Nas áreas de colonização era comum, por parte dos novos proprietários, recorrerem ao escritório da companhia loteadora para toda e qualquer dificuldade.

Os núcleos de colonização enfrentaram, em todas as áreas nas quais foram instalados, problemas e dificuldades no início do processo; assim, a chegada de imigrantes já experientes na “vida brasileira” garantiria maiores chances de sucesso na empreitada. É importante salientar que nesse período já havia no Brasil restrições à entrada de imigrantes, o que também influenciou a preferência da Companhia em realizar a colonização em terras paranaenses com japoneses já instalados no Brasil. Petrone (1982) assinala que foi na Constituição de 1934 que pela primeira vez se fez restrições à imigração, estabelecendo-se o valor de 2% do total de imigrantes de cada nacionalidade para entrada no país nos últimos 50 anos. A imigração japonesa ocorreu no Brasil somente a partir do início do século XX; evidentemente foi a mais prejudicada, e de acordo com esta autora, era justamente o foco para a restrição.

O primeiro gerente do núcleo de Três Barras foi Miyuki Saito. Handa (1987) relata que a princípio vieram o gerente, acompanhado por um contador japonês e três operários brasileiros, com a tarefa de alargar a estrada de acesso à área do núcleo e preparar o local de instalação do escritório provisório da Companhia. Isso ocorreu em 1º de maio de 1932, cuja data foi estabelecida, por critério do gerente Saito, como a da fundação do núcleo.

A Bratac, com o intuito de dotar a colônia de uma infraestrutura capaz de fazer com que tivesse condições de autossustento, abriu estradas, construiu escolas, deu condições para atendimento médico, além de executar o saneamento de áreas insalubres, haja vista a presença de malária e leishmaniose na área (ASARI e TSUKAMOTO, 2008).

⁵⁷ Emigrantes cooperados eram aqueles que já vinham do Japão com o acordo de compra dos lotes na colônia firmado com a Companhia.

A maior parte dos imigrantes japoneses que vieram ao Brasil não possuía terras no Japão pelo fato de não serem primogênitos, podendo aqui realizar o desejo de serem proprietários (CODATO, 1981). Nakane *apud* Staniford (1973, p. 34) esclarece que:

É uma prática muito comum na zona rural do Japão a posse, por parte do filho sucessor, de toda a propriedade enquanto outros filhos, sem receber nenhuma parcela dos bens, deixam a casa dos pais em procura de sua própria fortuna em algum lugar... Em compensação, estes recebem a educação escola, cujo grau depende da economia da família e das inclinações pessoais do seu pai.

Na tradição japonesa, o filho mais velho é o único herdeiro das terras da família e tem um papel diferenciado na estrutura familiar. Se, por um lado, recebe alguns privilégios, por outro, deve arcar com mais responsabilidades (VIANNA, 2008). Fica a cargo desse filho a obrigação de cuidar e zelar dos pais na velhice.

Os japoneses que se instalaram na colônia Três Barras implantaram uma organização agrícola semelhante à existente no Japão, uma estrutura chamada de “mura”⁵⁸ ou de seções. As seções em Assaí possuíam certa organização, com escolas de língua japonesa, escola regular em língua portuguesa, associações de moços, moças, senhora e homens e receberam o nome de ‘árvores’.

Apesar do relevante papel desempenhado pela atividade cafeeira no processo de colonização de Assaí, o cultivo de outro produto, o algodão, ocupou o mesmo patamar no que confere ao grande desenvolvimento socioeconômico alcançado.

Mesmo com um histórico de grandes produções e excelentes resultados para a agricultura do município de Assaí, o algodão, juntamente com o café, registraram drásticas quedas nas áreas plantadas devido às modificações registradas no campo brasileiro na década de 1970, resultado da modernização da agricultura. O cenário rural de Assaí e dos demais municípios do norte do Paraná tiveram significativas mudanças, com grandes reflexos econômicos e sociais.

3.2 Marialva: síntese histórica e geográfica

⁵⁸ É sinônimo de bairro, vila rural ou colônia (CODATO, 1981).

Marialva é um município localizado na mesorregião Norte Central Paranaense, na microrregião de Maringá⁵⁹, fruto do projeto de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Figura 13).

O município de Marialva está localizado sob a latitude de 23° 20' 06" de Sul e 51° 47' 30" de longitude Oeste. Os municípios limítrofes são Astorga, Bom Sucesso, Floresta, Itambé, Mandaguari, Maringá e Sarandi.

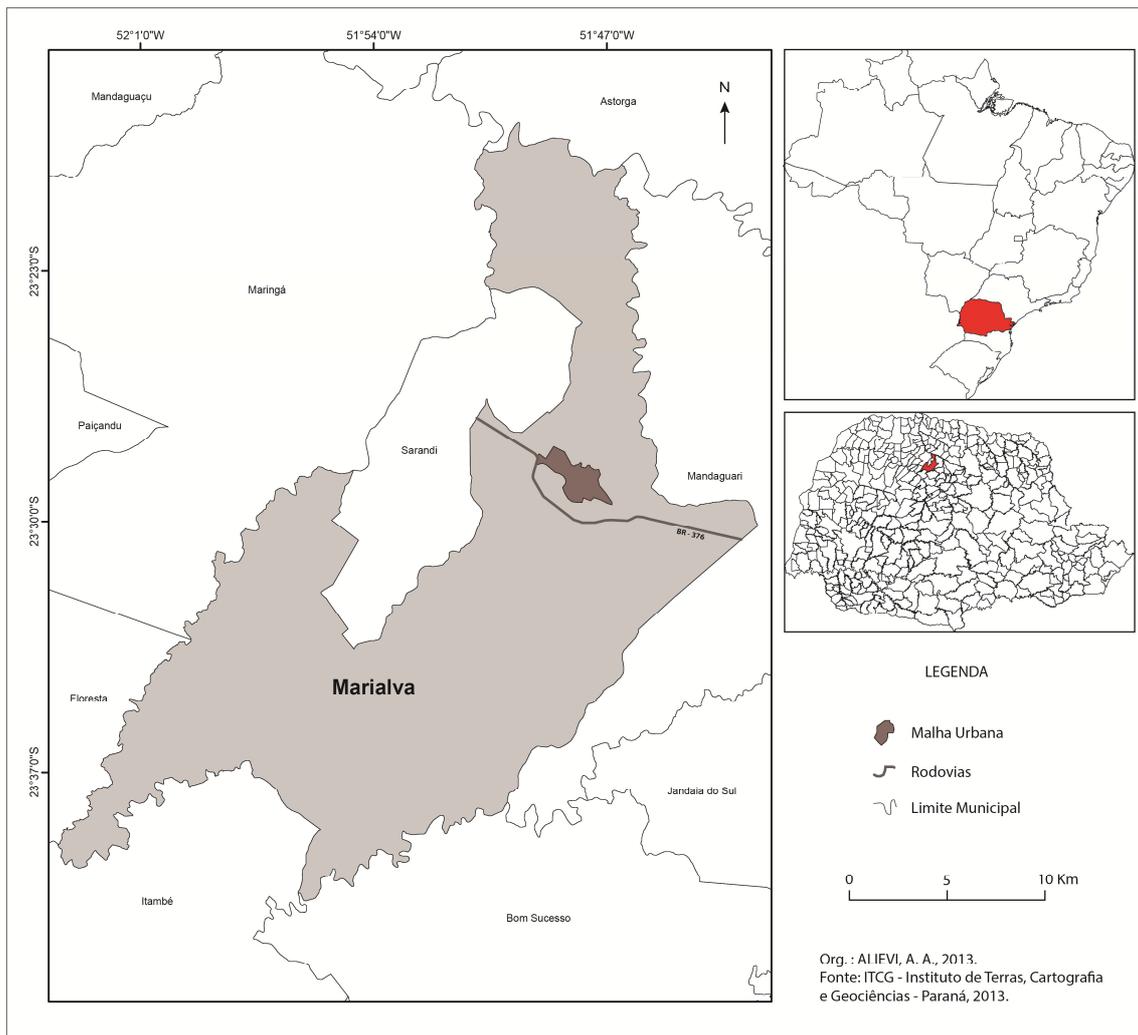


Figura 13– Localização do Município de Marialva, PR

O município de Marialva possui a seguinte formação pedológica: o solo é composto por terra roxa estruturada⁶⁰ (60%) como tipo principal; latossolo roxo⁶¹ (20%), latossolo

⁵⁹ A microrregião de Maringá é composta por Mandaguari, Marialva, Sarandi, Maringá e Paiçandu.

vermelho escuro⁶² (10%) e com incrustações (10%). Está sob o clima subtropical, com verões quentes com tendência de concentração das chuvas. Há ocorrência de geadas leves entre os meses de maio a julho, período caracterizado por baixa precipitação. O relevo apresenta pouca declividade, com altitude média de 602 metros. Divide-se entre as bacias hidrográficas dos rios Pirapó e Ivaí, ao norte e ao sul, respectivamente. A vegetação original é a floresta estacional semidecidual.

A sede do município foi construída no espigão, entre o divisor de águas das bacias hidrográficas dos rios Ivaí e Pirapó, paralelo com a linha férrea. A cidade é cortada pela rodovia de ligação do Estado, a BR 376, que no interior da cidade recebe o nome de Avenida Cristovão Colombo.

Em 1947, o patrimônio foi elevado à categoria de distrito administrativo, no município de Mandaguari, e em 1951 foi criado o município de Marialva. Esse nome foi atribuído em homenagem a um cavaleiro português, D. Pedro de Alcântara Menezes, o "Marquês de Marialva", nascido em 1711 e falecido em 1799. Foram distritos de Marialva Itambé e Sarandi, emancipados em 1960 e 1981, respectivamente. Em divisão territorial datada de 1995, essa unidade municipal é constituída de cinco distritos: a sede Marialva, Aquidaban, Santa Fé do Pirapó, São Luiz e São Miguel do Cambuí.

O planejamento dos espaços urbanos também era tarefa da Companhia. Müller (2001, p. 108) registra que “todos os centros urbanos criados pela ‘Companhia de Terras’ contavam com plantas que denunciam haver sido planejados com antecedência”. Embora com formas variadas, as plantas dos núcleos urbanos têm todos os aspectos de cidades “criadas”, derivadas da disposição geométrica do traçado. Esses espaços, mesmo “situados em pleno sertão, o projeto e a construção de quase todos (os núcleos habitacionais) foram minuciosamente detalhados, com observância da técnica e da arte do urbanismo para que se tornassem metrópoles modelares” (CMNP, 1975, p. 252). O desenho da planta de Marialva indica que foi uma cidade planejada pela Companhia (Figura 14).

⁶⁰ É um solo desenvolvido a partir de rochas eruptivas básicas e ocorre em relevo ondulado ou forte ondulado. Solo de textura argilosa, com profundidade efetiva em torno de 2 m, poroso e bem drenado. É um dos solos mais férteis do Brasil.

⁶¹ É um solo também desenvolvido a partir de rochas eruptivas básicas. Solo muito profundo, poroso, muito friável e acentuadamente drenado. Apresenta baixa fertilidade natural. Ocorre em relevo predominantemente suave ondulado.

⁶² Desenvolvido a partir do Arenito Caiuá e também mistura deste com rochas basálticas. Solo muito profundo, poroso e acentuadamente drenado. Apresenta de baixa a média fertilidade natural. Ocorre em relevo praticamente plano e suave ondulado.

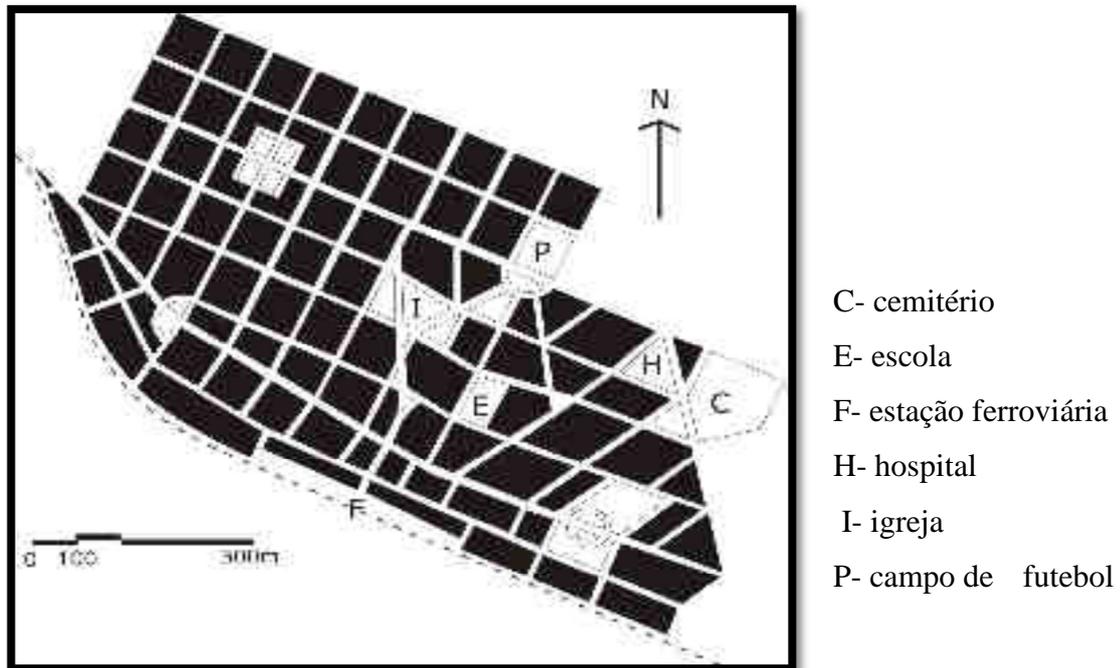


Figura 14 – Traçado urbano de Marialva – C.M.N.P.
Fonte: REGO, R. (2006, p. 99)

Os primeiros moradores de Marialva eram formados por imigrantes asiáticos (japoneses), europeus (italianos, portugueses e alemães); e entre os brasileiros, por paulistas e mineiros. Merece destaque, nesse cenário dos primeiros moradores, os representantes nipônicos. De acordo com os registros históricos do município, dentre as famílias “desbravadores”⁶³ destacam-se as de origem japonesa, Miyamoto, Shin-Ike, Inumaru, Kohiyama, Mitsui, Kokubu, Ohta, Ichioka, Sawari, Hishimori, Nishimori e Toyohara. Após 1940, mais famílias nipônicas chegaram à Marialva. Esses primeiros moradores foram os responsáveis pela introdução na cultura cafeeira no município em 1937 (RICIERI, 2008).

A atividade econômica de Marialva foi, como todo norte paranaense, o cultivo do café, produzido em pequenas propriedades e com trabalho familiar. Como as características naturais da área eram vantajosas para essa cultura, foi rápida a venda dos lotes assim como a ocupação do espaço.

A cultura cafeeira foi durante muitos anos a base econômica desse município, sendo substituída, na década de 1970, por culturas modernas (milho, soja e trigo), mudança também verificada em todo o norte do Paraná.

⁶³ As famílias que chegaram entre 1936 e 1940 são consideradas pioneiras desbravadoras (RICIERI, 2008, p. 28).

3.3 Uraí: síntese histórica e geográfica

O município de Uraí, localizado na mesorregião Norte Pioneiro Paranaense, está sob as coordenadas 23 ° 11 ' 51 " de latitude Sul e 50 ° 47 ' 47 " de longitude Oeste. Encontra-se a 404 km da capital Curitiba (Figura 15). A altitude média é de 445 metros e o valor da área territorial total é de 234,893 km².

Os municípios limítrofes com Uraí são Rancho Alegre, Leopólis, Cornélio Procopio, Nova América da Colina, Assaí, Jataizinho e Sertaneja.

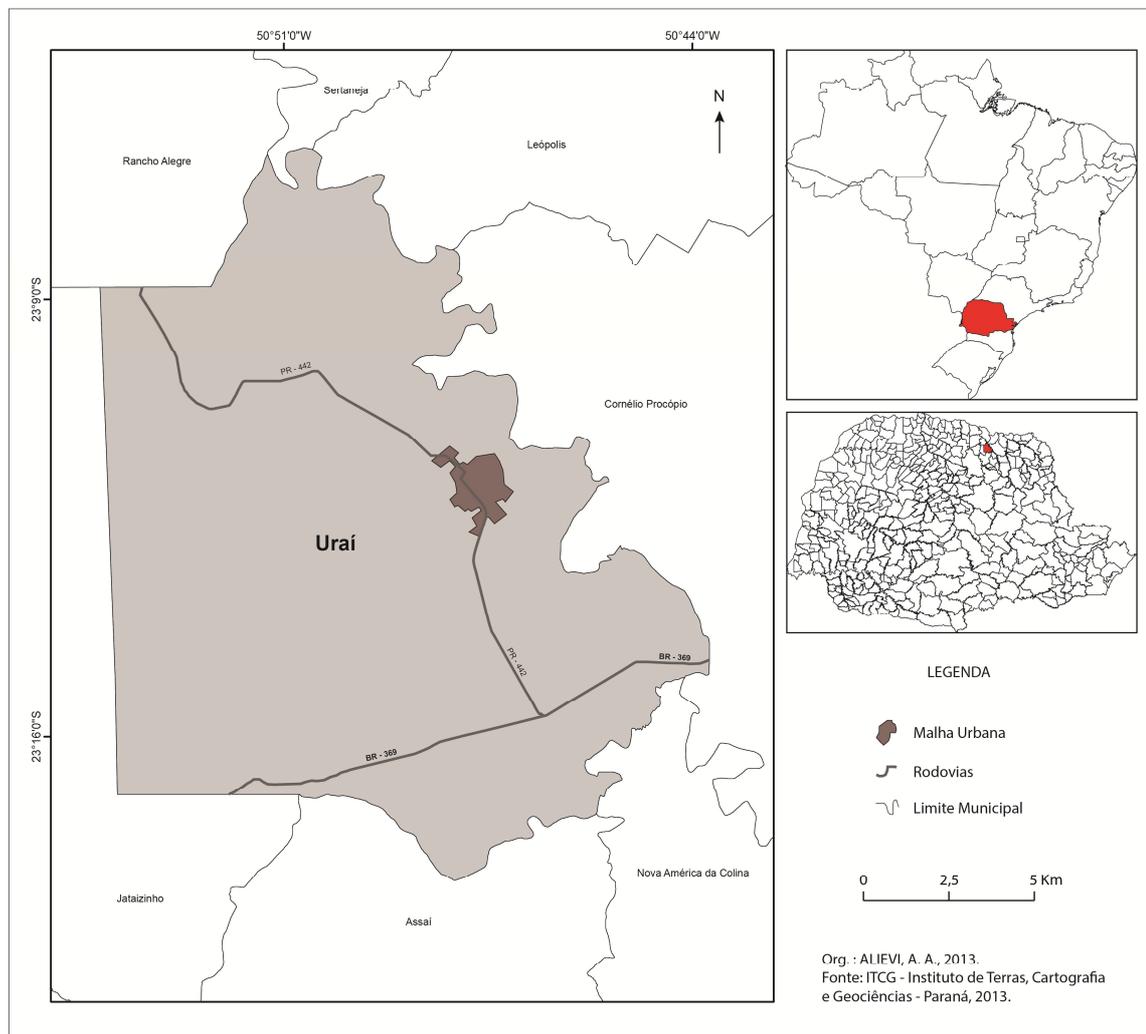


Figura 15 – Localização do Município de Uraí, PR

O município é drenado pela bacia hidrográfica do rio Tibagi. O clima é o subtropical úmido mesotérmico (Cfa), de verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas com tendência de concentração nos meses de verão. Nos meses mais quentes, a temperatura média é superior a 22°C, e nos meses mais frios, inferior a 18°C. A temperatura média anual é de 21°C, com chuvas entre 1.200 e 1.400 mm e umidade relativa do ar de 75%, sem deficiência hídrica (IPARDES, 2004). Quanto à cobertura pedológica, há o predomínio do tipo terra roxa estruturada. Esse solo se caracteriza por ser bem desenvolvido, profundo, argiloso, com boa drenagem e elevada fertilidade natural. Essas características favorecem o desenvolvimento e a prática das atividades agrícolas. A cobertura vegetal original é a floresta estacional semidecidual.

Assim como Assaí, o município de Uraí teve o japonês como o principal agente no processo de colonização, cuja empresa responsável pelo empreendimento foi a *Companhia Nambei Tochi Kabushiki Kaisha*.

A *Nambei Tochi Kabushiki Kaisha* foi fundada 1926, como resultado de uma viagem comercial organizada pelo governo do Japão, no ano de 1922, à América do Sul. Segundo Silva e Stadnky (2013), a missão era dirigida por Reizo Yamashima, presidente do Conselho Municipal de Tóquio, que liderava um grupo de empresários japoneses interessados no investimento em obras de colonização no Brasil. Oliveira (1999) esclarece que os integrantes da comitiva demonstraram maior interesse ao conheceram as terras roxas do norte do Paraná. Resultou dessa viagem a compra de 10.000 alqueires, no vale do Rio Congonhas, para implantação de um núcleo colonial japonês.

O gerente geral da empresa, Manjiro Vatanabe, chegou à área adquirida em 1936, como afirma Oliveira (1999), trazendo consigo os primeiros trabalhadores para iniciar o trabalho de “desbravamento” (Figura 16). A gleba deveria, a princípio, ser denominada “periquito” devido à grande quantidade de aves na região, contudo, em virtude de um problema técnico⁶⁴ houve a mudança do nome para Pirianito.

⁶⁴A máquina de escrever do cartório no qual foi registrado o nome estava com defeito e então registrou-se Pirianito.



Figura 16 – Local das futuras instalações do escritório da Companhia Nambei em Uraí
Fonte: Silva e Stadnky (2013)

A área onde se localizava a gleba Pirianito pertencia ao município de Assaí, já consolidada no período como uma importante colônia de imigrantes japoneses (OLIVEIRA, 2010). O desenvolvimento da área foi rápido (OLIVEIRA, 1999), com intensa ocupação dos lotes rurais e urbanos.

A dinamicidade na colonização inicial do município deveu-se, também, à estrada de ferro, que na época ligava Ourinhos à Jataizinho. Oliveira (1999) assevera que ao longo da via férrea estabeleceram-se os primeiros negócios e as primeiras residências. A autora complementa que a posição de Uraí era estratégica, pois fazia ligação com o restante da rede de cidades existentes na época.

O desmembramento de Assaí e a consequente instalação da unidade autônoma ocorreram em 4 de novembro de 1947, cuja criação deu-se pela lei estadual de 4 de novembro de 1947 (OLIVEIRA, 1999).

A colonização de Uraí não foi efetuada exclusivamente para japoneses, nesse espaço também foram inseridos elementos nacionais. Para Oliveira (2010), essa medida constituiu originalidade na formação e organização da vida econômica, política e social do município. Ainda segundo a autora, houve distinção na venda de lotes; os lotes rurais mais próximos ao

espaço urbano foram vendidos, preferencialmente, aos japoneses, e os mais distantes aos brasileiros.

A entrada de imigrantes japoneses no município foi menor do que em outras localidades que tiveram o processo de colonização parecido, a exemplo de Assaí. Uma das explicações para tal situação, como explica Oliveira (2010), foi a ação “maliciosa” das companhias rivais, que faziam propaganda negativa de Uraí, difundindo a informação da existência de mosquitos transmissores de malária.

O vendedor de lotes da Colônia Kokussai de Londrina, Hikoma Udihara, que aproveitava a situação para obter melhores resultados com suas vendas, utilizava o seguinte método: todas as vezes que o chegava o trem à estação ferroviária de Congonhas trazendo os imigrantes japoneses interessados em buscar a sorte nessas regiões, Udihara orientava para todos fecharem as janelas do trem, alegando que havia perigo de contágio de malária da Colônia Pirianito (OLIVEIRA, 2010, p. 38).

Assim, houve declínio na venda de lotes a japoneses, o que influenciou diretamente a redução do número de membros da colônia que entravam nesse espaço.

O café foi a cultura introduzida pelos pioneiros, e poucos anos depois o rami⁶⁵ começou a ser cultivado no município. Asari e Tsukamoto (2008, p. 98) enfatizam que “nos fins de 1940, a cultura do rami passou a ter grande significado, porém, com a Segunda Guerra Mundial, houve uma estagnação, pois se tratava de um produto para exportação”. Ainda conforme as autoras, após 1950, a cultura foi retomada no município, chegando a ser considerado a capital do rami. Essa atividade constituiu, ao lado de outras culturas, a base econômica de Uraí até a década de 1980, perdendo parte da importância no cenário da agricultura da região. A mudança verificada no município é registrada em outros espaços paranaenses e foi resultante de um processo mais amplo da dinâmica agrícola nacional.

⁶⁵ O rami é uma planta perene, rizomatosa e produtora de fibras liberianas, utilizada também como forrageira. Do ponto de vista técnico, a sua fibra é matéria-prima de ótima qualidade para a confecção de tecidos, fios, cordas e tapetes, além de uma infinidade de outros produtos e subprodutos (FREIRE, MEDEIROS e ANDRADE, 1996).

4. A CRISE DO CAFÉ E O NOVO MODELO AGRÍCOLA

4.1 O café e a sustentação econômica da pequena propriedade

O desenvolvimento da atividade cafeeira no norte do Paraná foi estimulado graças a algumas características naturais e humanas. A proximidade com as zonas cafeeiras de São Paulo, o conhecimento dos paulistas da inexistência das temidas “saúvas”, a terra de boa qualidade a um baixo preço em comparação com os praticados em São Paulo, os incentivos do governo do Estado em ocupar terras devolutas e as medidas restritivas do espaço paulista foram fatores decisivos no crescimento dessa nova zona cafeeira nacional (OLIVEIRA, 2009).

As empresas colonizadoras foram responsáveis por grande parte do dinamismo adquirido pela cultura cafeeira. Essa colonização organizada e promovida por essas empresas favoreceu a penetração do território. Swain (1988) postula que, dessa forma, houve a implantação de estradas e caminhos que ligavam as cidades e estimulavam a produção e a comercialização. A historiadora Cancian (1981) levantou dados referentes à população dos municípios com predomínio do café pertencentes ao Norte Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo. Segundo a autora, em 1920 havia seis municípios cafeeiros, com uma população total de 72 mil habitantes. Já em 1970, o número de municípios com a cultura do café era de 192, e a população era de 4 milhões de pessoas. O café teve grande importância no crescimento e desenvolvimento do espaço norte paranaense. Sobre essa questão, Oliveira (2009, p. 5) salienta que:

No Paraná, o café transformou vazios geográficos em regiões prósperas e urbanizadas. Fundou várias municipalidades e desenvolveu nestas áreas uma especificidade cultural não encontrada no Paraná Tradicional. Afinal, o café do Norte do Paraná foi o atrativo de várias ondas migratórias, tanto de mineiros e paulistas, como de milhares de nordestinos que, após fazerem uma pequena escala em São Paulo, seguiam em busca de oportunidades nas férteis terras do Terceiro Planalto paranaense. Não esquecendo dos imigrantes europeus e asiáticos que juntamente com os brasileiros de diversas regiões produziram um “caldo” cultural único e rico.

Esse grande número de pessoas concentradas nas zonas cafeeiras justifica-se pela necessidade de mão de obra dessa lavoura. O trabalho nos cafezais era realizado pela família de pequenos proprietários ou de colonos.

Uma das características da colonização empresarial era a divisão das glebas em pequenos lotes, o que facilitou a venda e a dinâmica da região, já que quanto maior o número de lotes vendidos maior seria o crescimento populacional e econômico da área, e conseqüentemente, melhor seria a valorização da área. Os produtores de café do norte do Paraná eram diferentes dos produtores de São Paulo. Os produtores da região paulista eram antigos colonos das fazendas de café desse Estado e se dirigiram para o Paraná e conseguiram comprar um pequeno lote, tendo em vista as condições oferecidas no início da colonização. Assim, aproveitaram a experiência adquirida nas lavouras paulistas e as facilidades oferecidas pelas companhias colonizadoras (localização do lote, acesso ao espaço urbano e escoamento da produção). Dessa forma, a expansão do “ouro verde” se deu, principalmente, graças à ação dos pequenos produtores. Cancian (1981, p. 83) atesta que “a maioria dos lotes que foram vendidos estava dividida em pequenas e médias propriedades e como os pagamentos podiam ser parcelados, antigos colonos e lavradores tiveram a possibilidade de se transformar em proprietários das terras”.

O café é uma cultura que produz todos os anos, entretanto, alguns entrevistados que viveram à época do café relatam que essa cultura tem produções significativas a cada dois anos. A população utilizava a seguinte expressão para explicar essa produção bienal: “um ano o cafezal veste o dono, no outro ele se veste”, ou seja, em uma colheita o cafezal dará renda para o produtor e em outra ele simplesmente vai recuperar suas “energias” para a próxima colheita.

Segundo relato de um entrevistado que viveu em Minas Gerais na década de 1960, as notícias que lá se tinha sobre o Paraná (não se especificava a região Norte) era que nesse Estado “se juntava dinheiro a rodo”. Isso era uma metáfora, pois havia uma relação com a colheita do café. Em Minas Gerais, a colheita nos cafezais era realizada nos panos, ou seja, os trabalhadores derrubavam o café maduro e o levavam para o terreirão para a secagem. Dessa maneira, os grãos eram retirados ainda vermelhos do pé e adquiriam a cor escura/preta no espaço destinado para a secagem. No Paraná, esse procedimento não era utilizado. O café secava ainda no pé, e posteriormente era colhido. A diferença em relação a Minas Gerais era que os grãos eram jogados no chão, ou seja, tinham contato direto com o solo. Em seguida, eram rastelados e banados, ato que consistia na retirada dos grãos do chão através de um rastelo, separados das impurezas grosseiras como galhos, folhas e terra através de uma peneira. No final desse processo, o café deveria ser secado, lavado e novamente secado em ambiente adequado, nos terreiros. No Paraná, o café produzia muito e refletia diretamente na renda do produtor. Nesse sentido entende-se a frase: “juntava dinheiro a rodo”. Em virtude

dessas diferenças nos tratos culturais, os cafezais paranaenses necessitavam de mais mão de obra.

Para o tipo de plantio de café efetuado na época, eram utilizados outros espaçamentos, possibilitando o cultivo de diversos produtos nos corredores da plantação, principalmente para a subsistência, como arroz, feijão, batata, alho, amendoim e pipoca. Isso garantia a manutenção da família, além de mantê-la durante o ano em que o cafezal “se vestia”.

As lavouras de café permitiam, paralelamente, o desenvolvimento de uma cultura de subsistência, pois uma vez que o sistema de plantio adensado não era praticado, o agricultor podia fazer uso das “ruas” entre as fileiras dos pés de café para cultivar produtos para o seu sustento e de sua família, assim como abastecer o pequeno comércio da região. No período de colheita, os setores de bens de consumo imediato, como de bens de consumo duráveis e de máquinas e equipamentos, eram extremamente fomentados nas cidades próximas, na Capital Curitiba e até mesmo na não distante cidade de São Paulo (OLIVEIRA, 2009, p. 6).

4.2 Modernização da agricultura e seus impactos

A Revolução Verde foi um pacote de medidas criado pelos países industrializados para aumentar a produção de alimentos no mundo, principalmente nos países subdesenvolvidos a partir do fim da II Grande Guerra. No Brasil, esse processo teve seus primeiros reflexos na década de 60 do século XX, com a modernização da agricultura. Houve, no país, a implantação de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a atividade agrícola. Dentre os reflexos da modernização brasileira, os mais nítidos foram a concentração da estrutura fundiária, a intensificação do uso do solo agrícola, a dispensa em massa de trabalhadores do meio rural, a especialização da agricultura, a concentração da renda e da riqueza agrícola. A modernização não ocorreu no país de maneira uniforme; concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste, áreas essencialmente agrícolas à época.

Graziano da Silva (1982) sugere que o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra de uma dádiva da natureza em um elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção. Swain (1988) salienta que os anos de 1960 apresentaram agitações e transformações na política, na economia e na sociedade brasileira.

Em 1964 os militares tomam o poder e dão prioridade à modernização da economia, particularmente no setor agrícola, visando a um crescimento

global acentuado, com diversificações das exportações agrícolas e impulso do setor secundário. São postos em ação mecanismos de apoio e auxílio financeiro e fiscal. Trata-se da época do “boom” econômico, do qual beneficiaram-se, sobretudo, as grandes empresas agrícolas e industriais, cuja mecanização efetuou-se e um ritmo desenfreado (SWAIN, 1988, p. 30).

No Paraná, em específico, esse processo iniciou-se na década de 1970 e teve fortes reflexos sociais e econômicos. Houve, no Estado, modificações na produção agrícola, na estrutura fundiária, no emprego, na mão de obra e na distribuição das rendas.

O ápice da mudança de cultura agrícola no Estado do Paraná ocorreu no ano de 1975, impulsionado pela ocorrência de um evento climático de grande dimensão trágica para a agricultura, a geada negra, a qual, por seu turno, teve como principal consequência o fim do ciclo cafeeiro no norte do Paraná. Destarte, a geada foi apenas um fator desestimulante, porque o verdadeiro motivo estava ligado à substituição da cultura predominante na região. Todavia, a nova cultura deveria estar dentro dos parâmetros modernos de produção. A implantação dessa nova cultura trouxe significativas mudanças econômicas e sociais para a organização até então existente no Estado.

Não há como negar que o processo de modernização não ocorreu por acaso, tampouco foi produto de circunstâncias ou decisões políticas estaduais, embora o ambiente e o momento tenham sido favoráveis devido às geadas de 1975. Entretanto, foi o resultado de níveis de interesse mais amplos ligados às esferas nacionais e internacionais (SERRA, 2001).

Nesse contexto, é necessário caracterizar brevemente a modernização quanto aos fatores excluídos no processo. Destacam-se a região, o produto e o produtor⁶⁶.

O fator região leva em consideração o tipo de relevo, já que nem toda área é propícia para a mecanização agrícola. Esse fato acarretou a concentração do processo de modernização, a princípio, nas regiões norte e oeste do Paraná. Importante ressaltar que as potencialidades edafoclimáticas (clima, relevo e solos) dessas áreas propiciaram um grande desenvolvimento das atividades agropecuárias, constituindo a principal região agrícola do Estado (MORO, 2001).

A exclusão de produtos ocorreu devido ao interesse do mercado externo, que, no momento, encontrava-se enfocado na soja, no trigo e no milho, produtos tidos como modernos, excluindo assim os produtos típicos da pequena propriedade, como, por exemplo, o arroz, o feijão e a batata. Por último, e com maior importância social, está a exclusão dos produtores.

⁶⁶ Informações registradas em aulas do curso de graduação em Geografia, na disciplina de Geografia Agrária, no ano de 2004.

Nunes (1991) pondera que o acesso ao crédito constitui o principal recurso adotado pelo Estado Nacional na implantação da política de modernização técnico-produtiva. Contudo, nem todos os produtores receberam facilidades para obtenção desses créditos e muitos ficaram impossibilitados de implantar técnicas modernas em seu sistema de produção. Isso obrigou esses produtores a venderem suas terras aos que tinham condições de nelas investir. Santos (2000, p. 89) complementa que “a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair”.

O tamanho das propriedades aumentou substancialmente, visto que a taxa de adoção de novas tecnologias estava diretamente relacionada ao tamanho da propriedade. Especificamente acerca do Paraná, Serra (2001) enfatiza que entre as décadas de 1970 e 1980, cem mil pequenas propriedades desapareceram do Estado, principalmente na região Norte, já que as áreas das pequenas propriedades foram incorporadas às áreas das fazendas maiores. Os pequenos proprietários viram-se obrigados a deslocarem-se para os centros urbanos em busca de sobrevivência, aumentando ainda mais a dimensão trágica social da modernização agrícola, porque as cidades não estavam preparadas para receber um contingente populacional de tal magnitude.

Observa-se, dessa forma, uma massa populacional sem o mínimo de preparo para as atividades urbanas, tornando-se cada vez mais excluídas. Nos polos regionais das tradicionais regiões agrícolas do Estado, os retirantes do campo transformaram-se em boias-frias, trabalhando esporadicamente em grandes fazendas, particularmente nas colheitas que exigiam maior mão de obra (MORO, 2001). Martine (1987, p. 10) pontua que:

O número de postos de trabalho no campo aparentemente aumentou, mas grande parte deles são de natureza instável e mal remunerados. O campo se industrializou, se eletrificou e se urbanizou parcialmente, entretanto o êxodo rural também se multiplicou, levando ao inchamento das cidades

Parte dessa população partiu para cidades maiores e para outros estados. O Paraná, no auge da atividade cafeeira, configurava-se como um foco de atração populacional, com registro de crescimento demográfico de 7% ao ano; porém nos anos de 1980 essa taxa não chegou a 1%, evidenciando a transformação desse Estado em polo de dispersão (SERRA, 2009).

Nas áreas onde havia o predomínio da pequena propriedade, esse movimento foi mais tardio, devido à mínima dependência do setor urbano e de seus produtos. A dinâmica existente nessas áreas possibilitou a permanência das famílias no campo por mais tempo, pois

os alimentos eram produzidos na propriedade, os remédios eram caseiros, as escolas situavam-se na área rural, não havia pagamento de salários, uma vez que o trabalho era familiar. Dessa forma, tudo o que as pessoas dali necessitavam não estava ligado diretamente ao urbano e ao capital. Apesar do processo de êxodo rural ter sido tardio nas áreas de predomínio de pequenas propriedades, ele ocorreu e causou problemas nos âmbitos econômico e social.

4.3 Aspectos populacionais

4.3.1 Paraná

A população do Paraná, até o início da década de 1970, tinha seu maior percentual alocado no meio rural, valor consideravelmente superior em relação ao contingente urbano. Moro (2001) relata que as raízes de tal situação eram decorrentes da história econômica do Estado. O autor sublinha que até 1975, as atividades econômicas mais relevantes do Paraná estavam ligadas ao mundo rural, como evidenciam os ciclos econômicos da mineração, do tropeirismo, da erva-mate, da madeira e do café.

Com a implantação do novo modelo agrícola no Estado após 1975, em virtude da crise do café, houve um grande deslocamento populacional. Muitos municípios registraram taxas altíssimas de êxodo rural em virtude da dispensa de mão de obra e venda dos lotes menores, que empregavam grande número de pessoas em decorrência do trabalho familiar utilizado. Serra (2010, p. 96) afirma que:

a lavoura, atrelada ao complexo cafeeiro, internalizava na propriedade a produção e os meios necessários para obtê-la, só esporadicamente recorrendo ao setor urbano e às funções ali localizadas. Tal quadro se inverte com o novo modelo agrícola, quando a lavoura torna-se muito mais dependente do fator capital. Na nova situação, ela define-se como atividade que vende tudo o que produz e compra tudo o que consome o que significa que de pouco dependente torna-se extremamente dependente das atividades urbanas, incorporadas ao Complexo Agroindustrial.

As propriedades maiores, que empregavam no sistema de parceria e colonato, romperam vários contratos, liberando expressivo número de trabalhadores rurais. Esses buscaram, sem outra opção, novas oportunidades nas cidades, dando início ao forte processo de êxodo rural do Paraná, em destaque na região norte.

A partir desse momento, a dinâmica populacional paranaense sofre grande modificação. A situação rural-urbana inverte-se, uma vez que expressiva parcela da população rural desloca-se para as cidades em busca de emprego e renda. Essa população procura, além do espaço urbano do município no qual estavam inseridas, outras cidades da região. Moro (2001, p. 114) salienta que:

um numeroso conjunto de retirantes que dirigiam, preferencialmente, às cidades, polos regionais, como Cascavel, Guarapuava, Maringá, Londrina, Umuarama, Apucarana, Ponta Grossa, dentre outras, e suas cidades satélites, e, com maior fluxo, à região metropolitana da capital paranaense.

O rápido crescimento urbano das principais cidades da região norte do Paraná trouxe vários problemas no tocante à falta de infraestrutura para atender à demanda das necessidades sociais dessa população. Inicia-se o agravamento dos problemas referentes à moradia, à saúde, ao emprego, à educação, dentre outros.

4.3.2 Assaí

O novo modelo agrícola teve impactos na distribuição da população rural de Assaí na década de 1970 para 1980. Os dados do IBGE revelam que nesse período a população rural diminuiu 41%; a população urbana, no entanto, apresentou crescimento de apenas 18%, demonstrando que o movimento populacional ocorrido no município não se deu somente na forma clássica – espaço rural para espaço urbano. A população total de Assaí também sofreu variação, evidenciando que a população rural deslocou-se para outras áreas fora do espaço urbano municipal, como mostra a Figura 17.

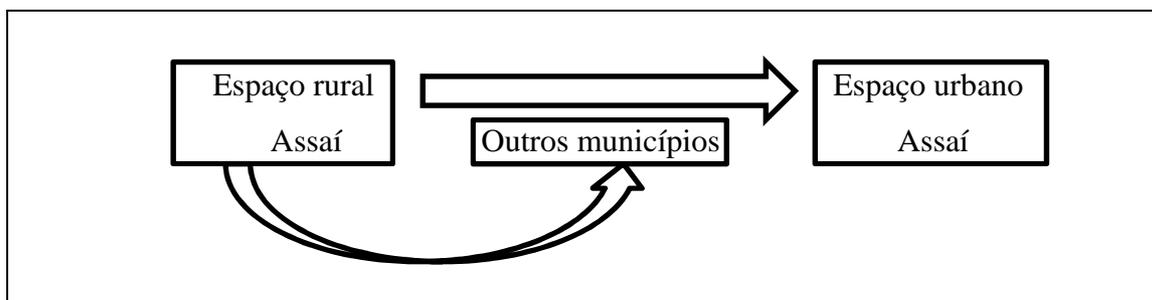


Figura 17 – Esquema de deslocamento populacional ocorrido em Assaí em 1980

Fonte: ALMEIDA, A.C.S.(org)

Entre o intervalo de 1980 para 1991, a população rural perdeu 4.628 habitantes, a cidade registrou aumento de 2.855 pessoas, mas o município teve déficit de 1.773 habitantes. Essa dinâmica é repetida por três décadas consecutivas, de 1970 para 1980, de 1980 para 1991 e de 1991 para 1996 (Figura 18).

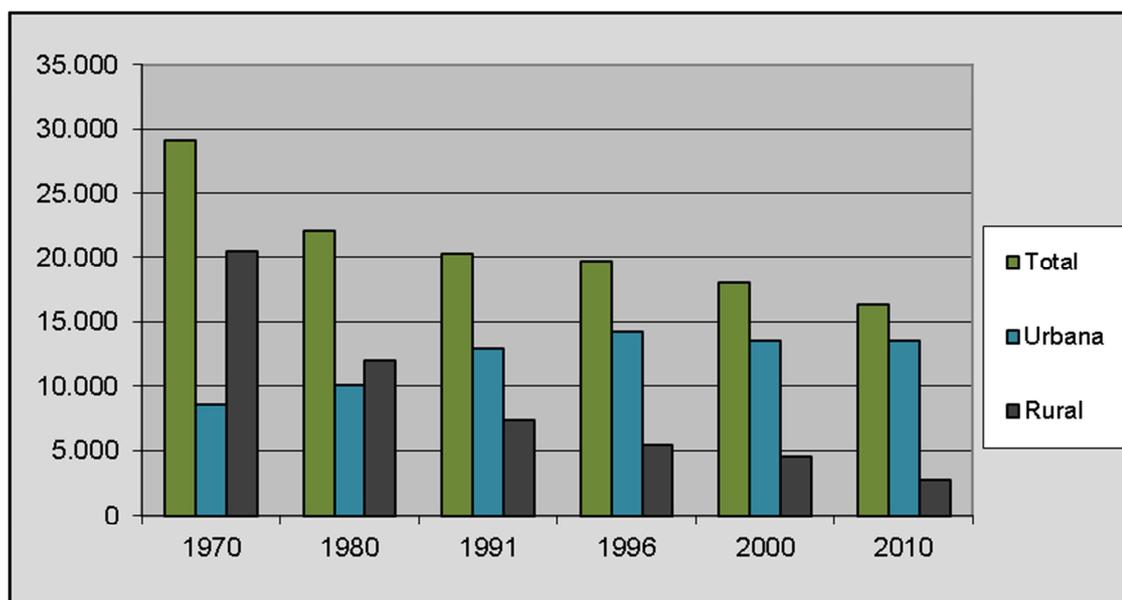


Figura 18 – Movimento populacional do Município de Assaí (1970 a 2010).

Fonte: Censos demográficos (1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2010). ALMEIDA, A.C. S. (Org.).

Durante a década de 1980, foi comum em todo o país a emigração de descendentes de japoneses para o Japão. O processo vivido no início do século pelos pais e avós de muitos descendentes repetiu-se. Em virtude das dificuldades econômicas às quais o Brasil⁶⁷ enfrentava nesse período, muitos membros da colônia resolveram fazer o caminho inverso. Novamente a história se repetiu; de um lado, um país com dificuldades econômicas, e de outro, um país necessitado de mão de obra; houve, dessa vez, a inversão dos papéis. Kawamura (2008) registra que os empresários japoneses visavam resolver seus problemas de carência de mão de obra, porém as atividades executadas pelos imigrantes eram as que não requeriam qualificação, geralmente rejeitadas pelos trabalhadores nipônicos; a maioria dos brasileiros executava tarefas braçais, sujas, perigosas e pesadas, sofrendo preconceitos e discriminações.

⁶⁷ O início da década de 1980 marcou, no Brasil, o início de uma crise econômica e financeira sem precedentes. O país foi assolado pela moratória da dívida externa, desencadeada pelo México na reunião anual do Fundo Monetário Internacional – FMI, em 1982. Antes de ver concluído o reescalonamento da dívida externa, a população brasileira assistiu ao congelamento de sua poupança pelo chamado Plano Collor, nos fins dos anos de 1980, que tirou a esperança de muitos brasileiros de continuar a viver no país.

Em Assaí, uma parcela considerável da população nipônica realizou a emigração para o Japão nesse período. No retorno ao Brasil, muitos investiram o capital acumulado no próprio município, alguns inclusive na agricultura, com compra de novos lotes ou em melhoria da infraestrutura do estabelecimento.

No ano de 2000, além da perda de população total e rural, há o primeiro registro de diminuição da população urbana. No ano seguinte utilizado para análise, 2010, não há modificação nesse número, mantendo-se estável.

As variações ocorridas com a população de Assaí são reflexos do processo de modificação das bases econômicas do município. Com os desestímulos à cafeicultura e as dificuldades na inserção e manutenção no âmbito financeiro das novas culturas para o meio rural do município, a população envolvida com as atividades agrícolas rederam-se, em grande número, à mudança do espaço rural para à cidade. Nesse contexto, os jovens que ansiavam por crescimento no mercado de trabalho buscaram centros com maior gama de oferta de emprego e crescimento profissional.

4.3.3 Marialva

Em Marialva, os impactos da modernização da agricultura refletiram na distribuição populacional do município na década de 1980. A população rural diminuiu, de acordo com os dados do IBGE, em 61%, mas a população urbana registrou um aumento de 36%, demonstrando que a população que saiu do campo à época não se dirigiu exclusivamente para a área urbana de Marialva. Isso é explicado pelo fato de a população, nesse período, se deslocar para centros urbanos maiores, e não somente da zona rural para a zona urbana mais próxima.

É importante lembrar que o município de Sarandi, até o ano de 1982, pertencia a Marialva, e registrou naquele período uma mudança em número populacional muito significativa. O censo demográfico do IBGE estima que, em 1970, o então distrito possuía uma população total de 6.304 pessoas, e desse número apenas 1.006 eram residentes no espaço urbano. Já no ano de 1980, a população total era de 18.853 habitantes, com um registro de população urbana de 17.030 pessoas. Logo, um dos distritos de Marialva possuía uma população maior que a do município. Acredita-se que Sarandi, pela proximidade⁶⁸ com

⁶⁸ As áreas urbanas de Sarandi e Maringá em 1980 não eram muito próximas; atualmente são conurbadas.

Maringá, centro regional desde a época da colonização, cresceu muito rapidamente, absorvendo grande número da população excluída do campo.

Segundo relatos de entrevistados, na década de 1980, com a venda da propriedade rural, muitos produtores resolveram investir na compra de uma casa no espaço urbano. Maringá era a cidade mais visada para isso, todavia a aquisição nas proximidades, no caso Sarandi, propiciava uma boa economia. Assim, muitos preferiram poupar na compra e escolheram esse espaço para residirem; estando, em sua visão, próximos ao maior centro urbano da região, valorizando mais o imóvel adquirido.

Na década de 1990, a população total de Marialva não registrou diminuição em seu número (Figura 19). As poucas variações ficaram restritas à zona rural, decorrentes de alguns fatores específicos envolvendo essa população.

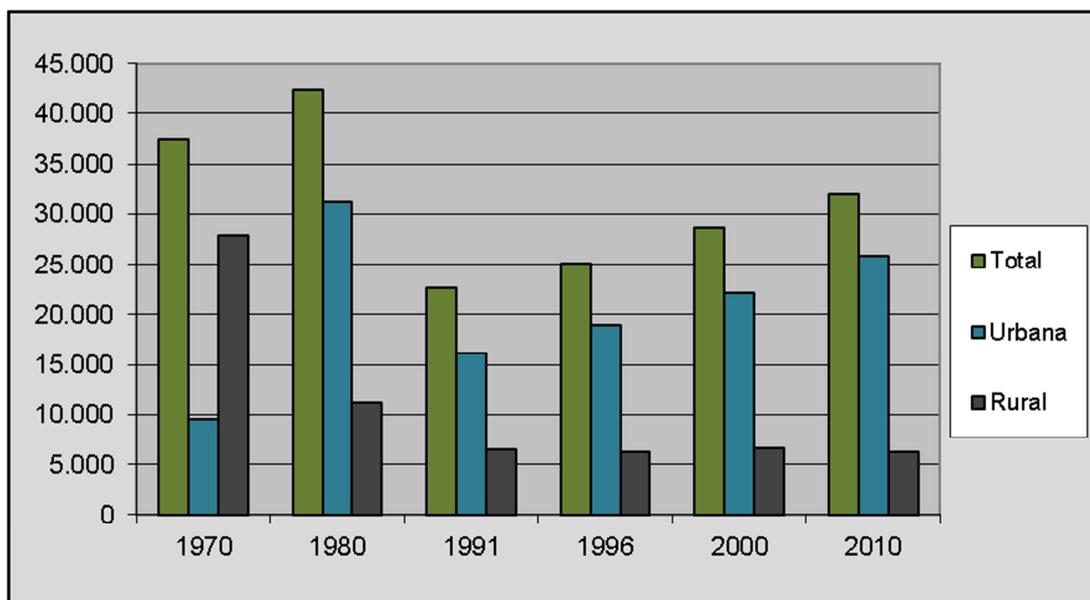


Figura 19 – Movimento populacional do Município de Marialva (1970 a 2010).

Fonte: Censos demográficos (1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2010). ALMEIDA, A.C. S. (Org.).

Esse grau de variação ocorrido com a população de Marialva não foi comum na maioria dos municípios do norte do Paraná, inclusive nos outros espaços discutidos na tese (Assaí e Uraí), demonstrando que no município houve um período em que ocorreu o êxodo rural, no entanto houve uma contenção do processo. A população rural permaneceu no campo a partir da década de 1990 graças à implantação de uma cultura diferenciada, a uva, que ocupa elevado número de mão de obra e gera lucros consideráveis, o que mantém o homem no campo.

A inserção dessa atividade no município é obra da colônia japonesa, assim como em Assaí e Uraí. Ricieri (2008, p. 45) assevera que:

Na região, apenas o produtor Hoshiya, de Maringá, plantava uva. Por medo da concorrência, ele resistia em ceder ramos ao insistente e persistente Wakita. Este propôs ao maringaense trabalhar de graça em sua propriedade em troca de alguns cavalos de uva. Feito isso, Wakita repassou parte das ramos a Keiji Yamanaka, seu vizinho de propriedade. Foi o início da cultura da uva em Marialva.

A população de Marialva apresenta crescimento contínuo desde 1991. Além da atividade agrícola que absorve mão de obra e gera lucros, a localização do espaço marialvense também auxilia na dinâmica populacional. A posição inserida no tronco de circulação do norte do Paraná garante facilidades na instalação de empresas e permanência dos moradores, já que esses aspectos conferem dinamismo ao município. A proximidade com Maringá garante, também, aos jovens oportunidades de emprego em empresas dos mais variados ramos e o aperfeiçoamento profissional com a oferta de instituições de ensino.

4.4.4 Uraí

A população de Uraí, assim como das outras duas unidades municipais já discutidas, apresentou significativa mudança ao longo do período selecionado para análise, 1970 a 2010, conforme ilustra a Figura 20.

A população total uraiense registrou uma diminuição de 24% de 1970 para 1980; a população urbana teve um aumento de 7% nesse período, porém o destaque está no percentual da população rural, que perdeu 41% dos moradores.

Uraí seguiu a tendência regional dos municípios de mesmo porte, já que o aumento da população urbana foi muito inferior à diminuição da rural, evidenciando que parte desses moradores migrou para outros espaços. Os moradores que deixaram Uraí estavam empregados nas atividades agrícolas praticadas no município, muitos deles na condição de funcionários e não de proprietários da terra empregados na cultura do café e do rami. A partir da crise dessas atividades, buscaram novas áreas.

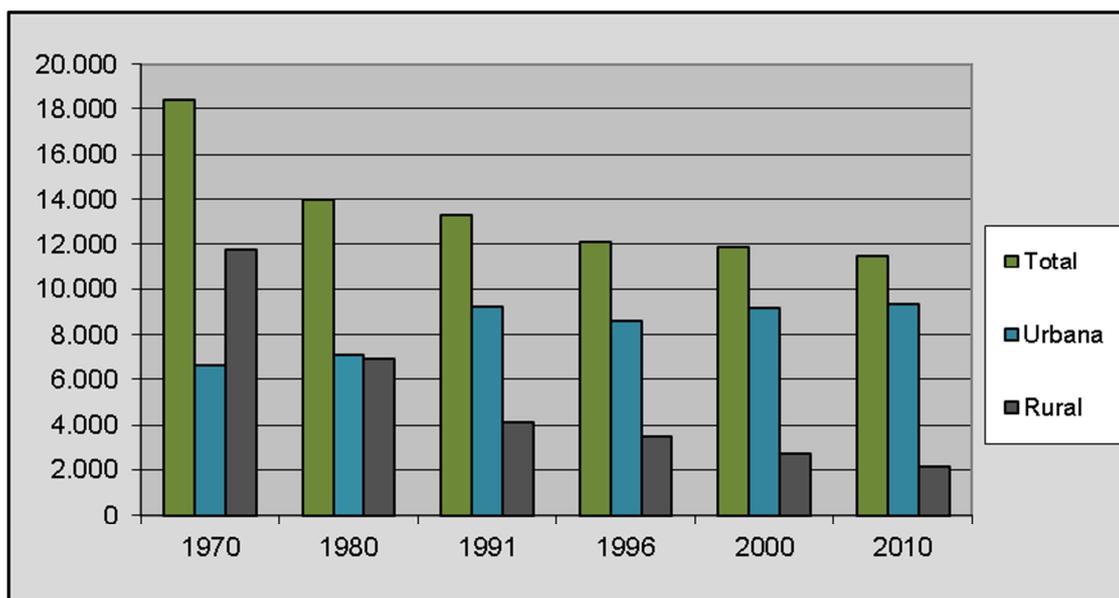


Figura 20 – Movimento populacional do Município de Uraí (1970 a 2010).

Fonte: Censos demográficos (1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2010). ALMEIDA, A.C. S. (Org.).

Na década seguinte, a população rural registrou uma redução no mesmo nível de 1980, no entanto a urbana aumentou 30%, demonstrando que parte da migração, nesse momento, foi no sentido tradicional (campo → cidade). O número total de habitantes do município retraiu 5%. Os moradores da área rural que permaneceram nesse espaço até 1980 fizeram a migração para a sede do município durante essa década, estando, portanto, no ano de 1991, no espaço urbano de Uraí. Esses habitantes que realizaram o êxodo rural nessas condições eram, provavelmente, os agricultores proprietários.

Em 1996, o número da população total diminuiu 9%; a rural 15% e a urbana 6%. Nos dois anos seguintes, 2000 e 2010, o total esteve abaixo dos 5% de redução; a urbana registrou aumento nos dois anos analisados e na rural houve perda de 1.378 habitantes.

Uraí registrou, assim como Assaí, um relevante fluxo de emigrantes para o Japão. O caminho inverso foi feito na busca por angariar recursos financeiros mediante os problemas econômicos que os familiares que ficaram no Brasil enfrentavam. Muitos desses emigrantes estavam envolvidos com atividades agrícolas no Brasil e tinham dificuldades na adequação da propriedade frente às exigências do mercado imposto pelo novo modelo agrícola. Como a colonização do município foi pautada na pequena propriedade e voltada, em sua maioria, para integrantes da colônia japonesa, infere-se que a população prejudicada pelo pacote de medidas modernas foi, em maior proporção, os japoneses.

Em todo o intervalo analisado, a maior parte da população que saiu do campo foi para a cidade de Uraí. O município foi, desde a década de 1970, um dispersor populacional, de

forma mais acentuada logo após a inserção das culturas modernas no município e de forma mais leve nas últimas décadas.

5. A AGRICULTURA DO NORTE PARANAENSE

5.1 Assaí e sua dinâmica agrícola

O município de Assaí, assim como a maior parte das unidades municipais do norte do Paraná, teve o café como cultura predominante no período da colonização. Entretanto esse espaço, como já citado, também teve na cultura do algodão seu embasamento econômico em meados do século XX.

O município foi um dos grandes produtores do grão no Paraná. Müller (2001, p. 113) enfatiza que, nesse período,

os cinco primeiros municípios na produção cafeeira do Brasil são do Norte do Paraná (1952): Bela Vista do Paraíso (2.200.000 arrobas), Apucarana (1.500.000 arrobas), Cornélio Procópio (1.457.000 arrobas), Assaí (1.500.000 arrobas) e Mandaguari (1.200.000 arrobas), que somam o respeitável total de 7.682.300 arrobas .

A inserção das culturas agrícolas nas áreas colonizadas pelas empresas japonesas obedeceu, de certo modo, um planejamento estratégico. Anteriormente à ocupação efetiva dos espaços, havia estudos quanto às características naturais das áreas, facilitando a implantação de forma mais adequada e um melhor aproveitamento das potencialidades do local.

Essa dinâmica, como aponta Codato (1981), é percebida em Assaí, pois os primeiros estudos mostravam que o café deveria substituir o algodão em virtude das características pedológicas da área. Porém essa substituição, ainda segundo o autor, parecia contrariar os interesses dos capitalistas japoneses, já que o algodão era o produto mais condizente com as necessidades do Japão, que naquele período estava voltado à indústria têxtil.

Na década de 1930, diante das medidas protecionistas inglesas, a indústria têxtil japonesa viu-se na contingência de procurar outros mercados de matérias primas, e, e em decorrência disto que em 1934, vem ao Brasil "uma missão japonesa de indústria de fios e tecidos de algodão. No ano seguinte, 1935, uma missão econômica de caráter oficial, chefiada por Hachisaburo Hirao, dirige-se para o Brasil precedida de ampla cobertura nacional e exterior" (CODATO, 1981, p. 72).

Desse modo, o café dividiu o papel de protagonista no meio rural assaiense até os primeiros anos da década de 1960. A partir de então, a atividade cafeeira começa a apresentar sinais de enfraquecimento em todo o norte do Estado. O Paraná começa a sentir os efeitos da crise já presentes há vários anos no país, resultado do aumento da oferta de café no mercado

mundial, da política agrícola adotada pelo governo federal e das constantes geadas na região; a atividade foi, gradativamente, substituída pela cotonicultura, fruticultura e cerealicultura (ASSAÍ, 2005).

Com a análise dos dados dos censos agropecuários de 1960 a 2006, observa-se que o número de estabelecimentos agropecuários em Assaí apresentou grandes mudanças (Tabela 01).

Tabela 01 – Número de estabelecimentos e valor de área em Assaí nos anos de 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006

Ano	Nº total de estabelecimentos	Área (ha)
1960	3.249	35.129
1970	1.791	37.496
1980	1.642	38.585
1996	1.477	35.864
2006	898	34.054

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (1960, 1970, 1980, 1996, 2006). ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

No ano de 1960, o número total de estabelecimentos em Assaí (IBGE) era de 3.249 unidades, com uma soma de 35.129 hectares. Uma década depois, o número de unidades caiu drasticamente, uma redução em torno de 45%, porém não houve diminuição na área desses estabelecimentos, e sim um aumento de 2.367 ha em relação ao período anterior. Isso evidencia que houve, no município, no intervalo de 10 anos, uma significativa concentração fundiária.

A transição para a década seguinte, 1980, em relação aos valores dos aspectos analisados seguiu a mesma tendência do período anterior. O número de estabelecimentos registrou pequena queda e um leve aumento de área.

Essa dinâmica apresentou mudanças em Assaí a partir de 1996. Nesse ano, o total de estabelecimentos registrou uma queda de 165 unidades e perdeu, depois de 3 décadas, valor em área, em torno de 2.700 ha.

Na década seguinte, em 2006, o município apresentou uma queda brusca em número total de estabelecimentos, uma diminuição de 579 unidades, valor menor somente que a queda do ano de 1960. Todavia, diferentemente daquele ano, houve perda de área.

Apesar da acentuada redução do número total de estabelecimentos nos 40 anos de análise, não houve diferença significativa no valor de área dessas unidades. Isso evidencia que o meio rural de Assaí não perdeu espaço físico quanto a sua utilização para fins agropecuários, porém fortalece a premissa de que houve concentração fundiária no município ao longo desse período.

O número de estabelecimentos com dedicação às lavouras temporárias e permanentes apresentou significativas mudanças no intervalo estudado. Nas quatro décadas analisadas, o número de estabelecimentos dedicados à lavoura temporária apresentou queda contínua (Tabela 02).

Tabela 02 – Número e área dos estabelecimentos com lavoura temporária e permanente anos de 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006 em Assaí

Ano	Nº de estab. com lavoura temporária	Área (ha)	Nº de estab. com lavoura permanente	Área (ha)
1960	2.808	17.933	909	8.702
1970	1.722	23.038	292	3.204
1980	1.533	24.727	360	1.898
1996	1.169	21.666	306	1.213
2006	666	19.400	160	4.024

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (1960, 1970, 1980, 1996, 2006). ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

Nas décadas de 1960 a 1970, foi registrada a maior redução, 1.086 estabelecimentos foram extintos no espaço rural do município. Todavia, a área desses estabelecimentos aumentou. Pode-se inferir que tal dinâmica foi decorrente do ganho em espaço de outra atividade, como a lavoura permanente (Tabela 02), uma vez que no mesmo período o número de unidades ocupadas com esse tipo de lavoura teve redução de 68%.

A linha de redução em número e aumento em área foi repetida no segundo intervalo de análise, de 1970 a 1980. Houve queda de 11% de unidades de produção, com aumento de 7% em área. Nessa década foi verificada, diferentemente da anterior, aumento em número de unidades com lavouras permanentes, 68 novos estabelecimentos dedicados a esse tipo de cultura. Entretanto registrou-se, mais uma vez, a diminuição da área ocupada, um total de 1.306 hectares a menos.

O aumento do número de estabelecimentos e a diminuição da área demonstram um modesto processo de avanço das pequenas propriedades nesse espaço. Nos três intervalos utilizados, 1960, 1970 e 1980, os valores das variáveis consideradas indicam que houve, de forma geral, a troca de uma atividade por outra. Assim, a lavoura temporária avançou espacialmente onde antes havia a lavoura permanente.

Nesse contexto, é importante considerar os valores ocupados em área pela pecuária, uma vez que essa atividade apresentou valores que auxiliam no entendimento da configuração espacial do meio rural de Assaí no intervalo discutido.

Em 1980, de acordo com o IBGE, a atividade pecuária ocupava uma área de 8.017 ha. No ano seguinte, 1996, o valor reduziu para 5.322 ha, uma diminuição de 33%. Nesse mesmo ano, houve redução em número e em área tanto da lavoura temporária quanto da permanente. Em 2006, houve o aumento do valor de área da lavoura permanente (2.811 ha), e diminuição significativa da área destinada à pastagem (4.244 ha) e uma pequena queda na temporária, em torno de 10%.

Essas mudanças em relação à ocupação das lavouras temporárias e permanentes no município ficam mais claras quando relacionadas com os representantes dessas lavouras.

Em 1960, a atividade mais relevante quanto à dimensão espacial e econômica era o algodão. Essa cultura ocupava uma área de 15.792 hectares do total de 17.933 ha ocupados por todas as culturas temporárias, ou seja, 88% da área era composta pelo algodão. Isso demonstra o quanto a atividade algodoeira foi significativa para o espaço pesquisado.

Em Assaí, na década de 1960, os produtos da lavoura temporária com destaque eram, pela ordem de maior área e maior número de estabelecimentos dedicados à cultura, o feijão, o milho, o arroz e o trigo (Tabela 03).

Tabela 03 Principais representantes da lavoura temporária em Assaí no ano de 1960

Cultura	Nº de estab.	Quantidade produzida (t)	Área ocupada (ha)
Algodão	2.456	17.494	15.792
Arroz	152	361	272
Feijão	1.849	4.187	7.916
Milho	929	3.663	3.478
Trigo	1	1	2

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1960, ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

Os produtos da lavoura temporária produzidos naquele período são representantes clássicos da produção regional de outrora, uma vez que toda a região norte do Paraná foi colonizada pautada na pequena propriedade, nos parâmetros do complexo rural, um produto para comercialização em maior escala e produtos para consumo e venda em menor proporção, a exemplo dos cultivares arroz, feijão e milho, base alimentar da população.

Na propriedade havia os animais, como as aves, que forneciam os ovos e a carne; os suínos, que forneciam a banha e a carne; o gado bovino, que fornecia o leite e a carne; e os equinos, que serviam de meio de transporte e para o trabalho na lavoura. Eram cultivados verduras e legumes nas hortas [...] Existiam as plantações de arroz, feijão, milho, trigo, batata, cebola, alho, mandioca, amendoim, inhame, dentre outros produtos. As frutas eram fartas, em razão da existência dos pomares (ALMEIDA, 2014, p. 70).

Até o recenseamento de 1960, não havia no município registro de plantio de soja. Essa cultura teve suas primeiras produções somente a partir da década seguinte, porque tal leguminosa foi inserida no mercado paranaense, nos moldes modernos, com a grande mudança de cultivo ocasionada pela modernização da agricultura. Vale salientar que junto com a soja, outros produtos fizeram parte do pacote dito moderno da época, como o milho e o trigo. No entanto, esses dois já integravam a realidade do campo, pois eram cultivados para suprir as necessidades alimentares das famílias⁶⁹ e dos animais.

No período da colonização de Assaí, como já discutido anteriormente, o algodão foi, ao lado do café, a atividade econômica de maior relevância no meio rural. Asari e Tsukamoto (2008, p. 98) ressaltam que o município foi considerado “a capital do algodão, dando nome a uma divisão regional do IBGE, a microrregião algodoeira de Assaí”.

Do total de entrevistados, 47% dos agricultores relataram que as primeiras atividades inseridas na época da compra da propriedade foram conjuntamente o café e o algodão; 40% afirmaram que houve inserção unicamente do algodão em seus estabelecimentos agropecuários e 7% inseriram somente o café (Figura 21).

⁶⁹ O milho era utilizado para produção de vários pratos da culinária da época.

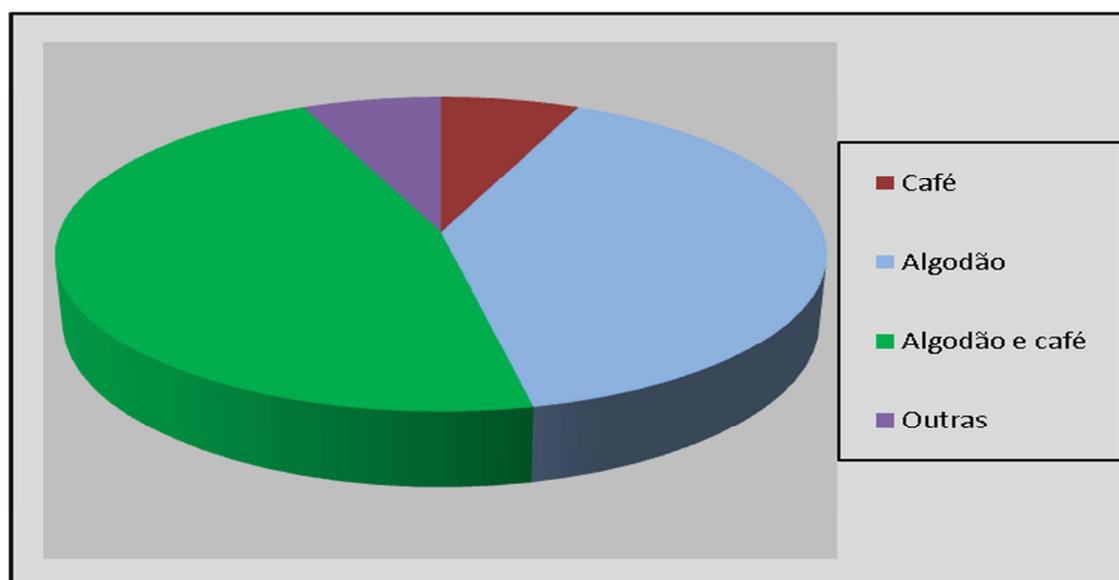


Figura 21 – Culturas inseridas pelos produtores na época da compra da propriedade em Assaí
Fonte: Pesquisa de campo (2013). ALMEIDA, A.C.S. (Org.)

A cafeicultura em Assaí desempenhou relevante papel perante os representantes das lavouras temporárias. Isso fica evidenciado nos dados dos censos de 1960 a 2006, pois essa cultura ocupa a primeira colocação em área há mais de 40 anos.

Em Assaí, as três culturas que ganharam destaque no cenário rural na categoria permanente foram a banana, o café e a laranja (Tabela 04).

Tabela 04 – Principais representantes da lavoura permanente em Assaí no ano de 1960

Cultura	Nº de estab.	Quantidade produzida	Área ocupada (ha)
Banana	152	7.718 ⁷⁰	8
Café	796	8.628 ⁷¹	5.658
Laranja	323	21.174 ⁷²	33

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1960. ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

Em análise às culturas permanentes, fica evidente a supremacia da cafeicultura diante das outras atividades. Esse tipo de lavoura ocupava, no ano selecionado, 8.702 ha; desse total, 65% era destinado exclusivamente ao cultivo do café, seguido, com valores mais modestos, por outros cultivos.

⁷⁰ Produção medida em cachos.

⁷¹ Produção medida em toneladas.

⁷² Produção média em cento.

Em 1960, há registros de produção de uva em Assaí; o município foi uns dos precursores dessa atividade⁷³ no norte do Paraná. De acordo com o IBGE, a produção vitícola foi de 14 toneladas. Importante mencionar que a inserção dessa atividade em Assaí, assim como nos outros municípios do norte paranaense que atualmente se dedicam à atividade, foi obra da colônia japonesa. Assim, infere-se que esse valor de produção em 1960 era de propriedades de integrantes da colônia.

A configuração existente em Assaí começou a apresentar modificações na década seguinte, 1970. A cotonicultura avançou em área e na quantidade produzida, porém o número e estabelecimentos que se dedicava a essa atividade diminuiu consideravelmente, 874 unidades a menos. O cultivo de arroz e feijão também apresentou mudanças; a primeira cultura registrou um pequeno avanço em número de estabelecimentos, mas houve aumento de 70% em área ocupada pela atividade, ou seja, estabelecimentos que antes produziam outras atividades conjuntamente com o arroz passaram a reservar uma área maior para o plantio do grão. Houve no cultivo de feijão grandes mudanças, a leguminosa passou a ser cultivada em 285 estabelecimentos, um número 85% menor do que na década anterior. Isso refletiu, evidentemente, na quantidade produzida e na área ocupada.

A análise dos dados aponta a entrada das lavouras modernas no contexto agrícola do município. O trigo, que ocupava 2 hectares em 1960, passa para uma área de 1.463 ha. O mesmo aplica-se à soja, que não tinha registro de produção em Assaí, e já passa a ocupar uma área de 146 hectares no censo seguinte. O milho registrou queda no número de estabelecimentos produtores e na área ocupada, 467 unidades e 1000 hectares, respectivamente. Todavia, a quantidade produzida foi na contramão, já que houve aumento em torno de 30%, evidenciando, assim, os primeiros indícios da modernização da agricultura, que trouxe a ideia de aumento de produtividade no campo, dentre outras características.

Quanto aos representantes da lavoura permanente, houve mudanças ainda mais significativas. A cafeicultura teve uma grande redução em todas as variáveis analisadas. O número de estabelecimentos dedicados a essa cultura diminuiu 70% no município; a área ocupada caiu de 5.658 para 971 hectares. Como resultado dessas reduções, a produção total foi de 356 toneladas, valor muito distante do obtido em 1960, período em que a atividade era, para todo o norte do Estado, a cultura permanente de maior significado econômico e social.

⁷³ Precursor na produção de uva fina de mesa. Quanto à uva rústica (utilizada na fabricação de vinho), havia produção nos arredores de Curitiba e nos municípios de fronteira com o Estado de Santa Catarina. A grande inserção e fixação da cultura no Estado do Paraná se deram com as cultivares Isabel e Terci (ou Bordô) pelos colonos italianos (BOTELHO; PIRES, 2009).

As outras culturas, banana e laranja, também registraram diminuição em todas as variáveis elencadas, com ênfase para a perda em número de estabelecimentos para ambas as culturas.

Nessa década (1970), há registro com informações mais detalhadas do cultivo da uva, evidenciando que tal cultura ganhou destaque no meio agrícola de Assaí nesse período. A atividade estava presente em 66 estabelecimentos, ocupando uma área de 62 hectares. A quantidade produzida foi muito superior à década anterior, 203 toneladas, um aumento de 189 mil quilos. Segundo Aoki (2013), nas décadas de 1960 e 1970, muitos japoneses tinham a sustentação econômica da propriedade na produção da uva Itália⁷⁴, “um parente meu sustentou 3 filhos no curso de medicina na década de 1970 cultivando a uva Itália, a uva deu muito dinheiro”. O exemplo do entrevistado demonstra que os recursos obtidos com a atividade no município naquele momento garantia, aos produtores mais experientes, uma renda elevada no contexto rural.

Em 1980, todos os representantes da lavoura temporária que tinham registro de produção há mais de 20 anos no município apresentaram diminuição na área ocupada (Tabela 05).

Tabela 05 – Principais representantes da lavoura temporária em Assaí no ano de 1980

Cultura	Nº de estab.	Quantidade produzida (t)	Área ocupada (ha)
Algodão	1.165	25.004	13.359
Amendoim	16	48	31
Arroz	188	346	207
Feijão	445	683	1.478
Milho	475	3.826	1.508
Soja	303	17.913	8.745
Trigo	233	12.271	7.510

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1980. ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

Na década de 1980, o algodão registrou pela primeira vez, desde a sua inserção no espaço municipal, contração em número de estabelecimento, quantidade produzida e área

⁷⁴ Principal variedade de uva fina de mesa do país. As uvas finas de mesa englobam variedades da espécie *Vitis vinifera L.* de origem europeia.

ocupada. Das variáveis analisadas, a área ocupada foi a que registrou maior diferença em relação aos dados de 1970, cerca de 30% de diminuição, seguida por número de estabelecimentos, com 26% e a quantidade produzida, que apresentou a menor diferença, cerca de 7%.

O arroz e o amendoim também seguiram a mesma dinâmica, houve redução em todas as variáveis, com ênfase para a área plantada dessas culturas, 55% e 95% a menos, respectivamente. O amendoim apresentou índices semelhantes também nos outros itens do estudo, 95% de redução na quantidade produzida e 87% dos estabelecimentos que praticavam a cultura em 1970 não se dedicaram à atividade na década seguinte.

Na contramão dessa tendência ficaram os produtos ditos modernos, a soja e o trigo, que ganharam mais espaço no cenário agrícola de Assaí. O trigo saltou de uma área de 1.463 hectares para 7.510 ha, passando a ser cultivado em 175 novos estabelecimentos. A soja passou de 146 hectares de área ocupada para 8.745 ha, o número de estabelecimentos com a nova cultura somava 303 unidades nesse ano, refletindo diretamente na quantidade produzida, que registrou um aumento de 17.728 toneladas. Os valores expressivos dessas culturas foram comuns em todo o norte do Paraná no período, nas áreas em que as culturas foram inicialmente inseridas, considerando a substituição das culturas até então cultivadas.

A lavoura permanente em Assaí no ano de 1980 registrou diminuição em área plantada em todas as culturas analisadas. Essa diferença não foi muito significativa, apenas o café e a uva perderam valores maiores, 124 ha e 12 ha, respectivamente.

Apesar da retração espacial das culturas permanentes, houve aumento na quantidade de estabelecimento. Todas as representantes dessa categoria registraram ganho: a banana passou a ser cultivada em 80 novos estabelecimentos, a laranja em 92 e a uva em 39. O único produto que não registrou essa dinâmica foi o café, pois 69 estabelecimentos deixaram de cultivá-lo no período analisado. No entanto, apesar da redução nas duas variáveis comentadas, a quantidade produzida do grão foi superior, cerca de 300 toneladas em relação a 1970.

A diminuição em área e o aumento em número de estabelecimentos das culturas permanentes evidenciam o início de uma diversificação agrícola no município. A produção ocorre em mais unidades, mas não há grandes espaços destinados unicamente a essas culturas.

A redução da uva e do café no município seguiu aspectos distintos. Enquanto a cafeicultura perdeu espaço seguindo um processo regional, ou seja, mais amplo, haja vista a substituição dessa atividade em todo o norte do Estado, a uva apresentou uma oscilação bem pequena, reduzindo apenas 12 hectares, mas aumentando em número de estabelecimentos, 39 unidades.

As mudanças das culturas predominantes nas propriedades foram realizadas ao longo dos anos pela maior parte dos produtores do município. Os agricultores entrevistados fizeram tais mudanças em virtude de diferentes fatores. As atividades cultivadas em Assaí e que foram substituídas pelos produtores são o algodão, o café e a uva, mas esta última teve perda significativa de espaço no cenário assaiense na década de 1990 (Figura 22). Vale salientar que a cotonicultura e a cafeicultura foram, como já assinalado, as atividades inseridas na propriedade na época da compra.

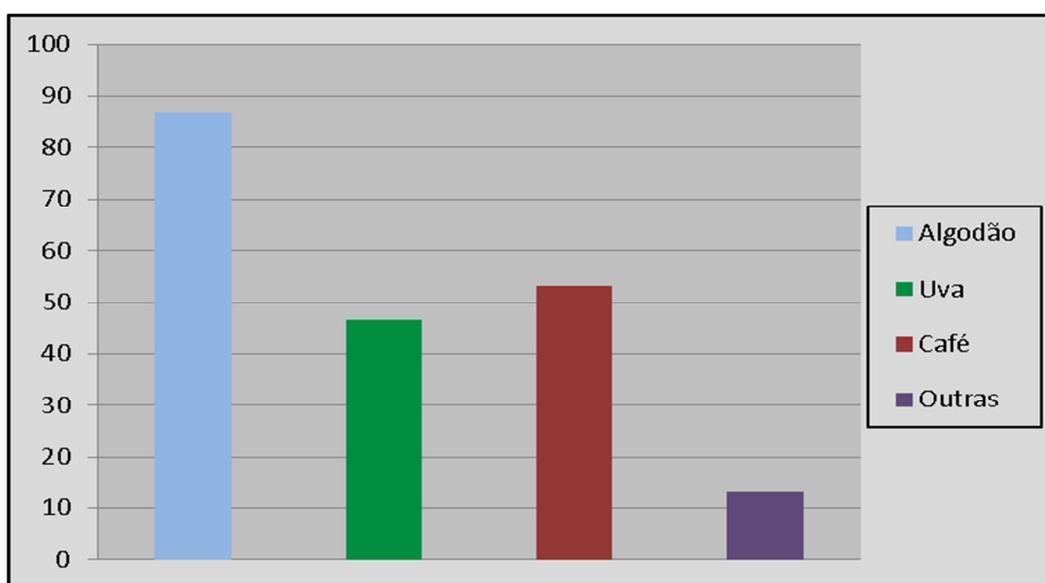


Figura 22 – Culturas existentes nas propriedades assaienses antes da cultura atual
Fonte: Pesquisa de campo (2013). ALMEIDA, A.C.S. (Org.)

O próximo ano utilizado para análise dos dados foi 1996. O prazo maior na realização do censo agropecuário do IBGE, de acordo com informações do órgão, esteve relacionado ao processo econômico-político em que o país passou nos anos finais da década de 1980 e início de 1990⁷⁵. A realização do censo, que até então ocorria a cada 10 anos, sofreu mudança, havendo a possibilidade e recursos financeiros para a pesquisa somente na segunda metade da década. O censo de 1996 apresentou diferenças quanto aos anteriores, uma vez que as informações coletadas foram mais abrangentes, excluindo variáveis até então pesquisadas.

Até 1980, podem-se analisar as mesmas informações dos diferentes censos, tanto de Assaí como das outras unidades municipais pesquisadas na tese, Marialva e Uraí; no entanto, em 1996, as variáveis para análise reduziram-se. Assim, a

⁷⁵ A década de 1980 foi marcada por uma grave crise na economia brasileira. As taxas de crescimento globais mantiveram-se abaixo das verificadas historicamente. A inflação demonstrou enorme rigidez estrutural, sobrevivendo a inúmeros planos de estabilização (GONÇALVES e VEGRO, 1994, p. 57).

variável utilizada para a discussão foi “área plantada” das lavouras permanentes e temporárias.

Em relação ao ano anterior de análise, 1980, os representantes da lavoura temporária apresentaram grande modificação em área, evidenciando a ampla mudança nos tipos de cultura ocorrida no município. A cultura do amendoim, em 1970, ocupava uma área de 581 hectares, em 1980 reduziu para 31 ha, e em 1996 não houve registro de produção.

Os dados das lavouras de algodão, arroz e feijão mostram que esses cultivares continuaram a ser produzidos em Assaí; todavia, perderam destaque no cenário agrícola, haja vista o pouco espaço ocupado (Tabela 06).

Tabela 06 – Principais representantes da lavoura permanente e temporária em Assaí no ano de 1996

Cultura	Área ocupada (ha)	Cultura	Área ocupada (ha)
Algodão	2.000	Abacate	48
Arroz	67	Café	359
Feijão	66	Caqui	10
Milho	2.742	Laranja	3
Soja	18.186	Manga	14
Trigo	7.891	Uva	321

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1996. ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

O algodão teve queda superior a 10 mil hectares, demonstrando que a atividade que fora a base econômica do município não resistiu às mudanças impostas pelo novo modelo agrícola adotado no Estado.

O arroz e o feijão, que ocupavam, respectivamente, 207 e 1.478 hectares em 1980, passaram a ser cultivados em 67 e 66 hectares, evidenciando os indícios clássicos da modernização, que não contemplou as culturas de abastecimento interno, ou seja, os produtos básicos da alimentação do brasileiro, fugindo, portanto, das características culturais do país.

Os produtos da tríade moderna, soja, trigo e milho, ganharam destaque em Assaí e consolidaram-se como os maiores representantes das lavouras temporárias. A maior ênfase recaiu no crescimento da cultura da soja, 10 mil novos hectares dedicados a essa cultura.

Os produtos da lavoura permanente apresentaram queda, seguindo a dinâmica da década anterior, com destaque para a cafeicultura, que deixou de ser praticada em 488 hectares, uma queda de mais de 50%.

O único produto que esteve na contramão dessa tendência foi a uva. A viticultura passou de 50 hectares, em 1980, para 321 ha em 1996. Esse ganho em área é resultado da expansão da atividade após a crise do café da década de 1970. As características da viticultura atraíram novos produtores, a exemplo da relação espaço/renda, pois a viticultura possibilita o cultivo em uma área espacial pequena, o que foi vantajoso para os proprietários que não conseguiram inserir-se na nova dinâmica agrícola da época em virtude do tamanho da propriedade ser limitado.

É importante ressaltar a entrada de novos produtos no mercado agrícola do município. Há dados da produção das culturas do abacate e do caqui desde 1960, no entanto, a partir do censo de 1996 que esses cultivares apresentaram relevância econômica no contexto agrícola assaiense, considerando o valor espacial por eles ocupado, o que reforça uma vez mais a premissa da diversificação que o município buscou após a década de 1980.

Quando há menção ao termo diversificação, há forte associação com a influência da colônia japonesa nesse processo. Assaí, designado pelos entrevistados como sendo, no início da colonização, “um pequeno Japão dentro do Brasil”, é exemplo nítido nesse contexto. Gusmão (2008, p.184) argumenta que:

A popularização de alguns produtos agrícolas, que muito se deve aos japoneses, levou à diversificação dos produtos cultivados e comercializados nas feiras livres. A introdução, aclimação e difusão de novas plantas e a seleção e melhoramento de variedade existentes no Brasil muito se devem a agricultores de origem nipônica. Nira (cebolinha japonesa), ponkan (poncã), daikon (rabanete), hakusai (acelga japonesa), azuki (feijão japonês), gobo (bardana) e chá verde são apenas alguns exemplos disso.

A feira anual realizada em Assaí, Exposição Agropecuária de Assaí (Expoasa)⁷⁶, organizada pela Liga das Associações de Assaí (Laca)⁷⁷ em conjunto com a prefeitura municipal e Emater, reúne produtores do município das mais variadas culturas, e ilustra, de forma clara, a diversificação de Assaí no meio agrícola (ANEXO C). Para Sakurai (2008), a

⁷⁶ Desde 1943, a colônia japonesa vem realizando a feira, tornando-a a mais antiga do segmento de que se tem registro na história do país, onde os agricultores locais expõem e comercializam seus produtos (Prefeitura Municipal de Assaí).

⁷⁷ Fundada em 16/12/1962, com o objetivo de fomentar e incentivar as atividades agrícolas, culturais, esportivas, artísticas, educacionais (ASARI, 1992, p. 83).

policultura era a verdadeira vocação desses imigrantes, que estavam habituados a cultivar diversos produtos em suas terras no Japão, e estranhavam a monocultura.

Os dados de 2006 trazem a atual característica agrícola de Assaí. A soja, o milho e o trigo, assim como na década anterior de análise, são os maiores representantes na categoria de lavoura temporária, ocupando cerca de 60% de toda a área dos estabelecimentos agropecuários do município (Tabela 07).

Tabela 07 – Principais representantes da lavoura temporária em Assaí no ano de 2006

Cultura	Nº de estab.	Quantidade produzida (t)	Área ocupada (ha)
Cana	3	36.467	497
Milho	206	16.000	4.353
Soja	443	33.791	13.360
Trigo	77	6.177	3.877

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006. ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

Dentre os três grãos, a soja é o de maior destaque, pois do total de estabelecimentos, 898 unidades, metade tem a oleaginosa inserida. Essa superioridade também é verificada em área, pois a soja ocupa 40% do espaço destinado aos grãos.

A realidade de Assaí é condizente com as características nacionais do cultivo desse produto, uma vez que a área destinada à soja no Brasil é superior a 17 milhões de hectares, valor maior que a soma da superfície ocupada pelos outros quatro principais grãos: arroz, feijão, milho e trigo, produtos historicamente inseridos no cotidiano do brasileiro⁷⁸.

Nessa década, 2000, um novo produto entra no cenário agrícola assaiense, a cana. Apenas três estabelecimentos declararam o cultivo dessa atividade, contudo a área ocupada era de 497 hectares, evidenciando que a atividade era praticada em grandes propriedades do município. No Paraná, as zonas produtoras de cana-de-açúcar estão localizadas na região Norte, no chamado Norte Velho paranaense e na mesorregião Noroeste (SERRA, 2010).

Quanto aos produtos da lavoura permanente, a banana, que ocupava cinco hectares de um total de 87 estabelecimentos em 1980 e menos de um hectare em 1996, registrou 41 hectares de área ocupada em 2006 (Tabela 08).

⁷⁸ A cultura da soja foi recenseada pelo IBGE em 1970 pela primeira vez; anterior a esse ano não há registro de produção desse grão no país.

Tabela 08 – Principais representantes da lavoura permanente em Assaí no ano de 2006

Cultura	Nº de estab.	Quantidade produzida (t)	Área ocupada (ha)
Banana	7	204	41
Café	55	1.077	359
Laranja	3	372	45
Uva	45	890	125

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006. ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

No último censo realizado (2006) sobre os produtos da lavoura permanente, foram catalogados somente aqueles que possuíam mais de 50 pés. Essa mesma dinâmica foi seguida pela laranja, que reduziu o número de estabelecimentos com a cultura, considerando a comparação com a década de 1980, mas com registro de aumento de área, passando de 7 para 45 hectares.

A cafeicultura deixou de ser praticada em 11 estabelecimentos de 1980 a 2006, havendo uma redução de área em torno de 60% nesses últimos 26 anos. Destarte, a produtividade dessa atividade aumentou consideravelmente, passando de 0,8 toneladas por hectare em 1980 para 3 t/ha em 2006.

A cultura da uva teve uma perda de área em torno de 60% em relação à década de 1990. Essa atividade teve, durante muitos anos, grande importância econômica para o município, sendo, inclusive, um dos maiores produtores da fruta a nível estadual. No entanto, em virtude de problemas relacionados à cadeia da fruta, a atividade vem gradualmente perdendo espaço no cenário agrícola de Assaí.

Os produtores entrevistados que trabalharam ou ainda trabalham com a viticultura indicaram os maiores problemas enfrentados pelos viticultores no município (Figura 23).

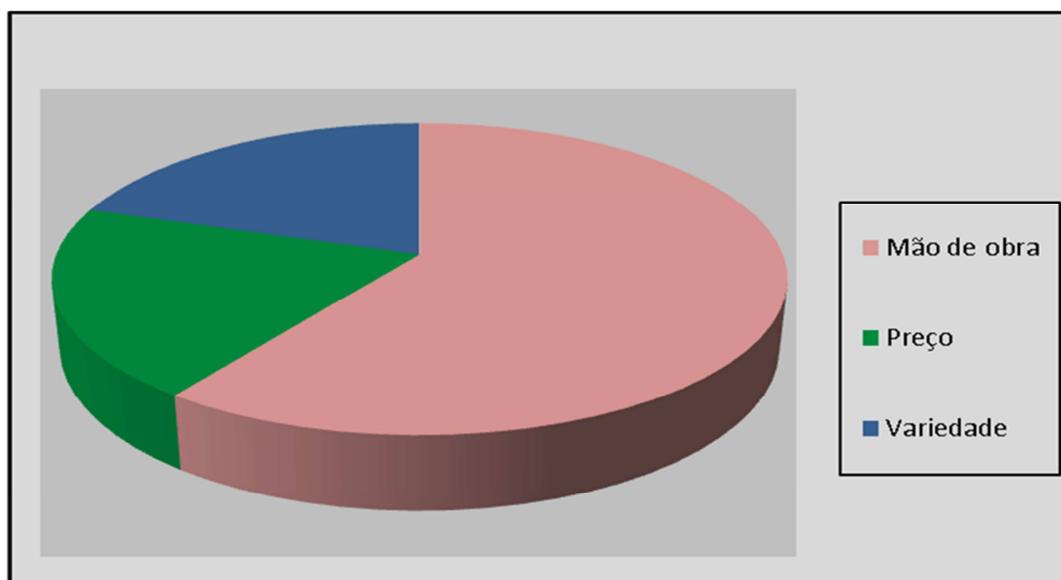


Figura 23 – Problemas da viticultura apontados pelos produtores de Assaí
 Fonte: Pesquisa de campo (2013). ALMEIDA, A.C.S.(Org.)

Na visão de 60% dos entrevistados, a mão de obra configura-se como a maior dificuldade na cadeia de produção da fruta. Um deles relatou que “ninguém mais quer trabalhar na lavoura, até porque enfrentar o sol é difícil, os filhos estudam e não voltam para o sítio”. A escassez da mão de obra, atrelada à falta de especialização da parcela ainda restante da classe, desestimulou a maior parte dos viticultores assaienses. Aproximadamente 50% deles cultivavam uva em suas propriedades na década de 1970 e 1980, mas diminuíram ou erradicaram a atividade nos anos finais de 1990 e início de 2000.

Na viticultura, a mão de obra é parte essencial para a obtenção de bons resultados na produção, pois os tratos culturais dessa atividade exigem conhecimento e qualidade na execução.

Na cultura da uva, a mão de obra configura-se como o principal fator de produção, porque a videira necessita de cuidados diários, sendo que todo e qualquer trabalho nela realizado exige mão de obra especializada. A mão de obra a ser empregada nessa atividade deve estar bem treinada, já que o reconhecimento imediato das principais pragas e doenças é fundamental para o êxito em sua eliminação. Também é fundamental o conhecimento sobre os momentos ideais para a execução das principais intervenções e trabalhos manuais (ALMEIDA; SERRA, 2013).

Os agricultores entrevistados que trabalham com uva atualmente contratam ocasionalmente mão de obra em virtude da dificuldade de conseguir pessoal capacitado para a execução das tarefas. A utilização do trabalho familiar foi resultado da influência da dificuldade na contratação de pessoal, já que a maior parte dos produtores decidiu erradicar os

parreirais, quando médio produtor, e quando pequeno diminuir a quantidade de uva plantada o suficiente para a própria família conseguir realizar os tratos culturais. De acordo com o diretor da Emater do município, Valter Teixeira, as leis trabalhistas desestimularam muito os viticultores de Assaí, porque o “produtor não consegue cumprir à risca aquilo que prega a legislação. É importante a segurança para o trabalhador, mas às vezes, pela remuneração que o produtor tem com a venda do seu produto final, fica inviável manter um funcionário”.

Outro problema indicado pelos produtores foi o preço da fruta; cerca de 20% deles afirmaram que o custo de produção elevado e o valor recebido pelo quilo do produto tornam a atividade desvantajosa e muitas vezes deficitária no orçamento da propriedade.

Quando se analisam mais detalhadamente ambos os problemas citados, percebe-se uma relação entre eles. Na verdade, a viticultura é exigente quanto a investimentos, desde a implantação da estrutura, da manutenção do parreiral, até os insumos necessários para a produção, elevando o custo da atividade de forma significativa. A necessidade de mão de obra especializada se dá em virtude das especificidades dos tratos culturais da uva. Assim, se não houver a execução no momento correto, toda a safra pode ser comprometida, uma vez que poderá afetar a qualidade do fruto, que conseqüentemente terá um preço menor no mercado. A venda do produto a um valor mais baixo compromete a receita do produtor, pois os custos da produção não sofrem diminuição. Assim, entende-se como a má qualidade da mão de obra pode interferir no preço obtido pela fruta, e conseqüentemente, no sucesso do produtor na atividade.

5.2 Marialva e sua dinâmica agrícola

A modernização da agricultura ocorreu no Paraná na década de 1970, sendo a geada de 1975 o marco histórico da entrada do novo modelo agrícola. No município de Marialva, anos antes já se observavam alguns indícios da mudança de cultura. No ano de 1969, por exemplo, já havia estabelecimentos agropecuários com a cultura da soja, produto que não constava do cotidiano das pessoas, não havendo indícios de sua utilização como alimento *in natura* ou como matéria-prima para a produção de outros alimentos, como é o caso do milho e do trigo, utilizados na alimentação direta e na fabricação de farinha, respectivamente. No entanto, os reflexos mais consideráveis apareceram somente na década de 1980.

A análise dos dados dos censos agropecuários de 1960 a 2006 evidencia que o número de estabelecimentos com lavoura permanente cresceu significativamente nos últimos anos em relação àqueles com lavoura temporária, como mostram as Tabelas 09 e 10.

Tabela 09 – Número de estabelecimentos com lavoura temporária em Marialva nos anos de 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006

Ano	Nº total de estabelecimentos ⁷⁹	Área (ha) ⁸⁰	Nº de estab. com lavoura temp.	Área (ha)
1960	2.408	54.272	1.068	6.598
1970	3.877	53.423	2.422	15.657
1980	1.294	45.420	1.079	28.026
1996	1.177	45.878	933	32.182
2006	1.665	36.756	991	22.857

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (1960, 1970, 1985, 1996, 2006). SILVA-ALMEIDA, A.C. (Org.).

Tabela 10 – Número de estabelecimentos com lavoura permanente em Marialva nos anos de 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006

Ano	Nº total de estabelecimentos	Área (ha)	Nº de estab. com lavoura perm.	Área (ha)
1960	2.408	54.272	2.228	33.567
1970	3.877	53.423	2.581	17.277
1980	1.294	45.420	334	2.451
1996	1.177	45.878	612	4.949
2006	1.665	36.756	885	2.183

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (1960, 1970, 1985, 1996, 2006). SILVA-ALMEIDA, A.C. (Org.)

Antes da análise dos números relacionados às lavouras temporárias e permanentes, é necessário destacar, brevemente, os valores referentes ao total de estabelecimentos e suas áreas em Marialva no período analisado.

⁷⁹ A somatória do número de estabelecimentos com lavoura permanente e com lavoura temporária é maior que o número total de estabelecimentos, pois há estabelecimentos que possuem ambas as culturas.

⁸⁰ A somatória das áreas dos estabelecimentos com lavoura temporária e com lavoura permanente não chega ao valor total de área, porque existem outros tipos de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos, exemplo da pecuária.

As décadas de 1960 e 1970 registraram um aumento de 1.469 novos estabelecimentos no meio rural marialvense, situação atípica em comparação aos outros dois espaços estudados, Assaí e Uraí. Nas décadas seguintes, a tendência regional também foi incorporada por Marialva, já que houve a diminuição do número de estabelecimentos. Todavia, a redução registrada foi pequena na década de 1980. Em 2006 se destaca, uma vez que nesse ano houve aumento de cerca de 40% no número total da variável em discussão.

Quanto às atividades realizadas nesses estabelecimentos, verifica-se, com base nas Tabelas 09 e 10, que em 1960 o número de estabelecimentos com lavoura temporária em Marialva não atingia a metade dos que possuíam a lavoura permanente, uma diferença de 1.160 unidades. A vantagem das lavouras permanentes era mais visível na área ocupada. Os estabelecimentos do município ocupavam uma área total de 54.272 hectares; desse valor, 62% pertenciam aos estabelecimentos cuja lavoura permanente era dominante. Esses estabelecimentos possuíam, predominantemente, a cultura do café. Já a lavoura temporária tinha como representantes o milho, o algodão, o arroz, o feijão, o trigo, o aipim e a batata inglesa. Os produtos que ocupavam as maiores áreas eram o feijão, o arroz e o algodão, com 7.607 ha, 1.384 ha e 1.132 hectares, respectivamente.

Em 1970, iniciaram-se algumas modificações nessas distribuições. Os estabelecimentos com lavoura temporária registraram um aumento de mais de 100%, assim como as áreas por eles ocupadas. As lavouras permanentes registraram um pequeno aumento, contudo perderam significativamente suas áreas, cerca de 49% do total anteriormente ocupado, indicando que a lavoura permanente perdeu espaço para a lavoura temporária. Como na época o maior representante da cultura permanente era o café, eventos que o afetassem refletiriam imediatamente na distribuição espacial, e foi exatamente o que aconteceu. Em 1969, ocorreu uma forte geada na região norte do Paraná, que comprometeu a produção cafeeira daquele e do ano seguinte. Esse foi um fator desestimulante para alguns produtores, que já iniciaram mudanças na cultura das propriedades.

Nesse mesmo ano, 1969, outra atividade ganha maior espaço no meio rural marialvense, a uva. A viticultura registrou uma produção de 3 toneladas em 1960, já em 1970 atingiu a marca de 229 toneladas em uma área ocupada de 45 hectares, segunda posição no ranking de representantes da lavoura temporária. Essa atividade era praticada, exclusivamente, em propriedades de *nikkeis*.

Um dos entrevistados relatou que alguns produtores da época apostaram todas as economias na cultura da soja, argumentando que esse produto era livre de problemas, sobretudo no âmbito climático. Outros produtores resolveram investir no algodão, que de

1.132 hectares em 1960 saltou para 3.765 hectares em 1970, com uma produção 78% maior. Já o arroz saltou de 1.384 hectares para 5.044 hectares, com aumento de 82% na produção. Assim também a soja, que em 1960 não tinha registro de produção e em 1970 apresentava uma produção e área ocupada equivalente à do milho (produto muito mais comum e utilizado de diversas formas nas propriedades).

Apesar dessas modificações ocorridas nas duas primeiras décadas analisadas, foi somente na década de 1980 que se verifica uma inversão considerável dessas lavouras, fato que aconteceu tardiamente em virtude da resistência do pequeno produtor familiar. Em 1980, os estabelecimentos com lavoura permanente chegaram ao menor número no período analisado (1960 a 2006), e comparativamente os estabelecimentos com lavoura temporária também registraram uma diminuição em número; entretanto, a área aumentou aproximadamente 44%, evidenciando a concentração fundiária ocorrida no município. Na década de 1980, no Paraná, a soja atingiu o domínio no espaço agrícola:

A soja foi a cultura ideal de substituição do café, planta fácil de se cultivar, inteiramente mecanizável, dotada de vantagens fiscais e de apoio do governo. Sua cultura se estendeu como um rastilho de pólvora. As verbas do governo destinadas à produção da soja passaram de 3% em 1969 a 17% em 1975. A superfície do cultivo no Paraná passa de 5.643 ha em 1960 para 3.007.841 ha em 1980 (...) Em 1980 as culturas temporárias ocupam 76% da superfície valorizada, sendo uma grande parte desta porcentagem representada pela soja (SWAIN, 1988, p. 31).

A cultura da soja, da qual não havia registro de produção em 1960, em menos de 20 anos de presença no meio agrícola de Marialva atinge a área de 24.921 hectares (Tabela 11).

Tabela 11 – Principais representantes da lavoura temporária em Marialva no ano de 1980

Cultura	Nº de estab.	Quantidade produzida (t)	Área ocupada (ha)
Algodão	54	1.430	749
Arroz	445	747	656
Feijão	385	295	522
Milho	975	10.559	4.177
Soja	1.061	59.732	24.921
Trigo	551	16.572	14.863

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1980. ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

As culturas do algodão, do arroz e do feijão, que estavam presentes em centenas e milhares de estabelecimentos nas duas últimas décadas, registraram, em 1980, índices muito baixos, com redução de mais de 80% em área e em número de unidades que cultivavam esses produtos.

O representante da lavoura permanente nessa década continuou sendo o café. Com os dados levantados nesta pesquisa, essa atividade demonstra que já sofria fortemente as consequências da mudança agrícola ocorrida no norte paranaense. Nesse ano, 1980, a cafeicultura ocupava uma área de 4.080 hectares, valor maior que em 1970, porém naquele ano havia resultados, como já mencionado, de uma forte geada ocorrida nos últimos anos da década de 1960. Dessa forma, optou-se em utilizar, somente nesse caso, os dados do censo de 1975, para estabelecer uma relação mais adequada à realidade agrícola da época, havendo, portanto, a desconsideração das ações das geadas dos anos finais de 1960. Comparativamente, em 1980, o café registrou uma redução de 3.513 hectares de área em relação a 1975 e deixou de ser cultivado em aproximadamente 80% de estabelecimentos, o que afetou diretamente a quantidade produzida.

Nessa década, 1980, a uva registrou um discreto aumento de área, cerca de 13 novos hectares, passando a ser cultivada em mais nove estabelecimentos. Porém, a produtividade da atividade já apresentava melhorias, passou de 5 toneladas por hectare para 9 toneladas. Nesse momento, a viticultura começa a ser praticada em estabelecimentos que não pertenciam à colônia japonesa mediante muita dificuldade, haja vista o não conhecimento técnico relativo aos tratamentos culturais dessa atividade.

A realidade em 1996 é diferente, porém as informações datam de um intervalo de 16 anos (1980-1996); nesse período, houve a popularização de uma cultura diferenciada no município, a uva, que ganhou relevância econômica no contexto da pequena propriedade em virtude de sua rentabilidade.

O número de estabelecimentos com lavoura temporária cai pela primeira vez desde a década de 1960, e paralelamente, as unidades que se dedicavam à permanente aumentaram. Todavia, o espaço ocupado por ambas as culturas registraram valores inversos. Houve ganho de área para a temporária e perda para a permanente, em decorrência da concentração fundiária nos estabelecimentos que cultivavam os grãos, maiores representantes da lavoura temporária, e do aumento no número de estabelecimentos que praticavam a viticultura, com diminuição dos estabelecimentos com café.

A Tabela 12 traz os principais representantes das lavouras temporárias e permanentes em Marialva em 1996 e suas respectivas áreas ocupadas e evidencia o crescimento da viticultura em relação à década anterior.

Tabela 12 – Principais representantes da lavoura permanente e temporária em Marialva no ano de 1996

Cultura	Área ocupada (ha)	Cultura	Área ocupada (ha)
Feijão	141	Café	719
Milho	5.298	Caqui	86
Soja	24.073	Manga	20
Trigo	9.178	Uva	410

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1996. ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

O café, nesse ano, 1996, ainda ocupava o primeiro lugar em área plantada frente aos principais produtos permanentes do município, porém a atividade apresentou uma perda de 83% de área em relação à década de 1980. As culturas do caqui e da manga foram inseridas na década de 1990 em Marialva, obra da colônia japonesa que buscava novas alternativas de cultivo para uma diversificação frente ao cultivo da uva, uma vez que os produtores da colônia já produziam a fruta há muitos anos. Na cultura japonesa, a prática da policultura é difundida, o hábito de cultivar uma grande variedade de produtos é comum para os *nikkeis*.

Os produtos da lavoura temporária não apresentaram modificações em relação aos dados da década anterior. No entanto, essa tendência restringe-se aos cultivos de soja, trigo e milho, pois o arroz e o algodão, cultivados em 1980, já não desempenham papel relevante nas variáveis analisadas.

Em 2006, o espaço agrícola de Marialva apresentou uma configuração diferente de todo o período analisado. Os estabelecimentos com lavoura permanente registraram 46% de aumento em número de unidades e 86% em área. Essa modificação decorreu da ampliação de um tipo específico de cultivo no município.

O maior representante da lavoura permanente de Marialva não era mais o produto que ocupou essa posição desde a colonização do município, na década de 1930. Nos anos de 2000, a uva ganhou o espaço ocupado pelo café e consolidou-se como a cultura permanente mais importante do meio agrícola marialvense. A Tabela 13 traz os valores de área ocupada e o número de estabelecimentos que se dedicam a essas atividades.

Tabela 13 – Principais representantes da lavoura permanente em Marialva no ano de 2006

Cultura	Nº de estab.	Quantidade produzida (t)	Área ocupada (ha)
Café	129	1.201	640
Uva	592	13.368	951

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006. ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

A viticultura registrou um aumento de área de 131% em relação ao ano de 1996; já o café perdeu 11%. Na verdade, a viticultura ocupou a área perdida pela cafeicultura, mas também englobou uma parcela do espaço dos estabelecimentos que cultivavam produtos de culturas temporários.

A Tabela 14 traz os representantes da lavoura temporária e mostra a retração espacial de algumas culturas.

Tabela 14 – Principais representantes da lavoura temporária em Marialva no ano de 2006

Cultura	Nº de estab.	Quantidade produzida (t)	Área ocupada (ha)
Milho	540	42.245	12.561
Trigo	138	3.151	3.809
Soja	629	45.475	19.048
Cana	45	78.597	1.277

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 2006. ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

A redução na área plantada de soja pode ter sido ocasionada, dentre outras possibilidades, da inserção de um novo tipo de cultura no município, a cana, que passou a ocupar uma área relativamente grande. Assim como a viticultura, também englobou mais espaços.

Quanto à expansão da uva, uma parte resulta da compartimentação de propriedades maiores que foram vendidas a pequenos proprietários que iniciaram o cultivo da uva. A existência de pequenas porções produtivas em Marialva é notória no contexto regional.

Em Marialva, há maior número de pequenas propriedades se comparadas às grandes. Dados levantados junto à Secretaria de Agricultura de Marialva revelam o número de propriedades, conforme ilustra a Tabela 15.

Tabela 15 – Número de propriedades agrícolas em Marialva em 2003, 2004 e 2005

Classificação da propriedade	Nº de propriedades	Área (ha)	Área média (ha)
Grande - acima de 500 ha	11	6.474,800	588,6181
Média- entre 200 – 500 ha	128	12.014,900	93,86640
Pequena – entre 15 - 200 ha	793	20.769,900	26,1915
Minifúndio	1101	7.545,100	6,8529
Não classificada	14	7,200	0,5142
TOTAL	2.047	46.811,9	22,8685

Fonte: INCRA – Relação de C.C.I.R 2003/2004/2005. ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

É importante frisar que o módulo rural em Marialva é de 14 hectares; o município apresenta um grande número de minifúndios segundo os critérios do INCRA, o que constituiria um sério problema em outros espaços. Marialva não apresenta problema quanto à proliferação de minifúndios, pois a atividade relevante desses espaços ocupa uma dimensão espacial bem menor que o módulo do município.

É possível afirmar, diante desses dados, que em Marialva o predomínio é de pequenas porções de terras, já que a dimensão média (área) das propriedades é de 22 hectares, ou seja, não chega a dois módulos.

Nesse âmbito, a uva ganhou relevância econômica em Marialva e garante, já há algumas décadas, a satisfação econômica e social dos pequenos produtores. Essa atividade é resultado do pioneirismo japonês no meio agrícola e é o exemplo mais nítido da contribuição da colônia para a agricultura marialvense. O investimento em técnicas e instrumentos auxiliaram no aprimoramento da atividade dentro da colônia e posteriormente na disseminação do conhecimento adquirido. A Figura 24 exemplifica a preocupação dos integrantes da colônia japonesa na obtenção de produtos agrícolas dentro de padrões satisfatórios de qualidade.



Figura 24 – Equipamentos utilizados para medir o teor de açúcar da uva na década de 1970
 Fonte: Pesquisa de campo (2014). ALMEIDA, A.C.S. (Org.)

A utilização desses equipamentos já era feita na década de 1970 por japoneses e descendentes, porém a massificação no meio agrícola marialvense do medidor de brix na viticultura ocorreu na década de 2000.

Apesar da importância que a viticultura apresentou durante mais de 20 anos para o município, a atividade passa, nos últimos anos, por uma crise. De acordo com a diretora da Emater, Silvia Capelari, há cerca de três anos que a atividade enfrenta problemas relacionados a eventos climáticos, como geada e excesso de chuvas, que comprometem a quantidade e a qualidade da fruta, o que, conseqüentemente, desestimula uma considerável parcela de produtores. Ainda citando a diretora, não houve modificação quanto à quantidade de trabalhadores familiares do município, haja vista que a mão de obra empregada na viticultura é familiar, mas esses produtores mudaram de cultura, partindo, principalmente, para as olerícolas e para a floricultura. Marialva é hoje um dos maiores produtores de flores do Paraná (ANEXO D).

Mais uma vez, verifica-se a contribuição da colônia japonesa com a agricultura de Marialva, pois os pioneiros da floricultura no município são membros da colônia. Inclusive, produtores premiados a nível nacional são descendentes da colônia, como o produtor Kozo Yassunaga, referência no cultivo de orquídeas (Figura 25).



Figura 25 – Parte do acervo de premiações do produtor marialvense Kozo Yassunaka
Fonte: Pesquisa de campo (2014). ALMEIDA, A.C.S. (Org.)

Os produtores marialvenses que não integram a colônia japonesa se beneficiaram mais uma vez da presença e da experiência técnica dos *nikkeis*, porque depois de muitos anos do trabalho dos descendentes com as flores, atualmente uma parcela de produtores do município dedica-se a essa atividade e consegue viver satisfatoriamente com os recursos desse cultivo. Os produtores entrevistados da colônia foram, em maior parte, categóricos nos problemas enfrentados pela viticultura em Marialva. Como pioneiros na atividade, eles enfatizam que, dentre os problemas que afetam a atividade, a mão de obra se configura como a maior dificuldade. Nas palavras de um produtor: “não adianta eu trocar de atividade, tudo aquilo que vou produzir eu preciso de gente para trabalhar”.

Os produtores *nikkeis* marialvenses trabalham desde a década de 1990, momento da ampliação da viticultura no município, com o sistema de parceria⁸¹. Após anos alguns anos trabalhando para os médios proprietários, grande parte composta por *isseis* e *nisseis*, os porcentageiros conseguiram adquirir seus próprios lotes no final dos anos de 1990. Esses novos

⁸¹ Sistema em que o dono da terra concede a exploração da propriedade mediante o pagamento de um percentual da produção. Em Marialva, a média de porcentagem no cultivo da uva é de 30% a 35% ao “porcentageiro”.

proprietários utilizam o trabalho da própria família em seus parreirais. Todavia, enfrentam o problema da saída dos filhos do meio rural para a cidade em busca de oportunidade de estudo e emprego. Dessa forma, esses produtores passaram a utilizar também, assim como os *nikkeis* faziam e fazem, a mão de obra fora da propriedade, o que seriam os novos porcentageiros.

Nessa dinâmica, é unânime, por parte dos produtores da colônia e dos produtores não descendentes, que o fator “mão de obra” está comprometendo severamente a viticultura. Uma atividade que demanda cuidados diários e conhecimento técnico para a realização dos tratamentos culturais tem nesse fator seu maior diferencial. Se não há precisão na execução das tarefas rotineiras no parreiral, toda a produção é comprometida, uma vez que afeta diretamente a qualidade do produto final e conseqüentemente em seu preço.

O problema vivido em Marialva, cujos reflexos datam de poucos anos, foi decisivo para a diminuição da atividade em Assaí e Uraí. Assim, a criação de alternativas e meios para a amenização dos impactos desse problema é extremamente necessária para a continuidade da viticultura no espaço rural marialvense.

5.3 Uraí e sua dinâmica agrícola

Uraí seguiu a dinâmica clássica dos municípios colonizados pela iniciativa privada no norte do Paraná. O espaço rural uraiense foi compartimentado em pequenas propriedades, cuja base econômica foi a cafeicultura.

O maior diferencial desse município no contexto regional foi a entrada maciça de imigrantes japoneses. Assim como Assaí, Uraí destaca-se como o espaço paranaense com uma das maiores concentrações da comunidade *nikkei*.

Como todos os municípios do norte paranaense, Uraí apresentou significativas transformações na década de 1970, em virtude da mudança do modelo agrícola vigente. As primeiras informações apresentadas são dados do IBGE relativos ao número de estabelecimentos agropecuários existentes naquele espaço no período de 1960 a 2006 (Tabela 16).

Tabela 16 – Número de estabelecimentos e valor de área em Uraí nos anos de 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006

Ano	Nº total de estabelecimentos	Área (ha)
1960	1.733	25.682
1970	993	19.630
1980	735	21.849
1996	768	20.944
2006	598	18.831

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (1960, 1970, 1980, 1996, 2006). ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

O número de estabelecimentos agropecuários em Uraí no ano de 1960 era de 1.733 unidades, ocupando uma área de 25.682 hectares. No ano seguinte utilizado para análise, esse valor apresentou significativa diferença, uma redução de 42% no número de unidades e perda de 6.052 hectares. Essa modificação fica clara quando analisada em conjunto com os valores das lavouras permanentes e temporárias (Tabela 17).

Tabela 17 – Número e área dos estabelecimentos com lavoura permanente e temporária anos de 1960, 1970, 1980, 1996 e 2006 em Uraí

Ano	Nº de estab. com lavoura perm.	Área (ha)	Nº de estab. com lavoura temp.	Área (ha)
1960	1.313	13.128	1.104	5.426
1970	416	3.254	868	8.147
1980	219	1.927	657	10.028
1996	316	1.108	591	10.223
2006	209	2.410	407	8.498

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários (1960, 1970, 1980, 1996, 2006). ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

O número de estabelecimentos que possuíam lavoura permanente em 1960 era de 1.313, com uma área de 13.128 hectares. Em 1970, esses valores reduzem-se drasticamente, perdendo 68% das unidades e 75% da área. Isso ocorreu em virtude da crise sofrida pelo maior representante da lavoura permanente no município, o café. Essa atividade ocupava, em 1960, 12.030 ha e era cultivada em 1.196 estabelecimentos; na década seguinte, o cultivo passou para 998 hectares em 379 estabelecimentos.

Nesse mesmo intervalo, as lavouras temporárias registraram diminuição de 21% em número de estabelecimentos; no entanto, houve um aumento de 50% em área, demonstrando claramente que as porções que se dedicavam naquele momento às culturas temporárias eram espacialmente maiores.

Na década de 1980, o número total de estabelecimentos de Uraí reduziu-se mais uma vez, mas diferentemente da década anterior analisada, a área dessas porções aumentou 2.219 hectares. Quanto às lavouras, a tendência de aumento de área e redução de número de estabelecimentos se manteve para as temporárias, bem como a redução de ambas as variáveis para as permanentes.

No ano de 1996, há uma inversão da dinâmica seguida até então. O número total de estabelecimentos registrou um pequeno aumento; todavia, mesmo sendo apenas 33 unidades, houve a interrupção da queda sequencial que essa variável apresentava desde 1970. Essa mudança ocorreu também com as unidades dedicadas às lavouras permanentes, 97 novos estabelecimentos, porém com uma área de 819 hectares menor. Quanto aos estabelecimentos com lavoura temporária, a sequência de diminuição de unidades e aumento de área foi mantida, 66 unidades desapareceram no espaço uraiense e novos 195 hectares foram absorvidos por essas culturas, mantendo, portanto, a premissa de que os produtos dessa lavoura eram cultivados em estabelecimentos com grandes áreas.

Dados do último ano do intervalo estudado, 2006, revelam que o total de estabelecimentos agropecuários do município diminuiu 22% em relação a 1996, e a área ocupada apresentou redução de 10%. Os estabelecimentos com lavoura temporária apresentaram, pela primeira vez no intervalo utilizado, perda de área de 1.725 hectares. Ao contrário disso, a lavoura permanente registrou aumento de 1.302 hectares. A diferença espacial das culturas pode ter sido resultante da ampliação de algum produto da lavoura permanente frente à temporária.

Nos 46 anos utilizados para a discussão, a redução total do número de estabelecimentos foi de 1.135 unidades, destacando a passagem da década de 1960 para 1970 como a que perdeu maior número, 740. Embora tenha havido tal diminuição, a perda de área foi de 6.851 hectares, em torno de 25% em relação ao maior valor de área existente no intervalo, uma porcentagem relativamente pequena no contexto regional.

As variações do número de estabelecimentos com lavouras temporárias e permanentes foram significativas. As lavouras permanentes deixaram de ser praticadas; ao longo do período de 46 anos, de 1.104 unidades agropecuárias, em torno de 15% em relação ao ano

com maior número, porém a redução de área foi mais impactante, 10.718 ha, ou seja, 82% a menos da área destinada no período de 1960.

Após a década de 1970, todo o norte do Paraná apresentou modificações em sua estrutura urbano-rural. Em virtude das características da colonização realizada nesse espaço, estrutura fundiária pautada nas pequenas propriedades e a organização econômica e social engendrada na dinâmica do complexo rural, as consequências da integração entre agricultura e indústria foram significativas.

Em Uraí, segundo dados do IBGE, as mudanças no tipo de cultura predominante começaram na década de 1960. Os censos de 1960 e 1970 trazem como informações as principais culturas produzidas nesse espaço e confirmam a troca nas bases agrícolas do município. Os representantes da lavoura temporária na primeira década de análise eram o algodão, o feijão e o milho, culturas com o maior percentual de área ocupada e presentes no maior número de estabelecimentos (Tabela 18).

Tabela 18 – Principais representantes da lavoura temporária em Uraí no ano de 1960

Cultura	Nº de estab.	Quantidade produzida (t)	Área ocupada (ha)
Algodão	744	2.641	3.042
Arroz	327	370	319
Feijão	936	819	3.622
Milho	1.141	3.956	5.116

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1960. ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

Dentre os produtos, o milho estava presente em maior número de estabelecimentos e ocupava a maior área, em torno de 90%. Esse grão possui versatilidade no plantio, podendo, conforme o técnico agrícola Sidney, ser cultivado no verão e no inverno. Assim, durante o ano há possibilidade de em um mesmo estabelecimento ocorrer a rotação no cultivo do milho e de outra cultura, a exemplo do feijão.

O milho sempre esteve no cotidiano dos moradores do meio rural. Silva (2014) relata que o grão é cultivado para os mais diversos fins. Dessa maneira, mesmo sendo um produto que foi incluído na modernização das práticas agrícolas, seu histórico no meio rural norte paranaense é antigo e consolidado.

O cultivo de arroz e feijão se dava, em muitas ocasiões, de forma consorciada com a cultura predominante na região, o café. O tipo de plantio utilizado na cafeicultura à época

possibilitava a inserção nas ruas ou vãos⁸², como eram denominados, de outras culturas. Nesse sentido, as mudanças na cultura cafeeira poderiam, indiretamente, afetar as outras atividades vinculadas a essa atividade.

Em 1960, os produtos da lavoura permanente mais representativos quanto às variáveis elencadas eram o café, a laranja e a banana. Dessas culturas, o café era o protagonista no cenário agrícola (Tabela 19).

Tabela 19 – Principais representantes da lavoura permanente em Uraí no ano de 1960

Cultura	Nº de estab.	Quantidade produzida	Área ocupada (ha)
Banana	134	11.827 ⁸³	12
Café	1.196	13.610 ⁸⁴	12.030
Laranja	205	43.043 ⁸⁵	24

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1960. ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

A cafeicultura ocupava uma área de 12.030 hectares dos 13.128 ha totais da lavoura permanente, restando menos de 8% para as outras variedades. Nesse período, eram cultivados banana, laranja, abacate, caqui, figo, lima, limão, maçã, tangerina e uva. A quantidade produzida desses produtos era superior à produzida em Marialva, evidenciado que a diversificação em Uraí já era praticada, mesmo que discretamente, desde aquela época, fruto da forte presença de *nikkeis* no município.

Os dados de 1970 revelam a entrada de novas culturas temporárias no município, a soja e o trigo. Esses produtos iniciaram a produção em 18 novos estabelecimentos, ocupando uma área de 111 ha e 229 ha, respectivamente. Os representantes da década de 1960 dessa categoria de lavoura apresentaram queda em área ocupada e em número de estabelecimentos, evidenciando, assim, os indícios da modificação das bases agrícolas do município.

Nessa mesma década, 1970, é receada também a cultura do rami. Há destaque para a quantidade produzida dessa fibra, cerca de 140 mil toneladas, mas sem referência à área ocupada. Essa atividade já possuía índices de produção na década anterior, 565 toneladas. Com esses valores, depreende-se que o rami teve ampliação no espaço rural uraiense e

⁸² O café é plantado em linha, na época o espaçamento entre os pés da mesma linha era de 2,5 m e entre as linhas de 4 metros. Hoje, esse espaçamento é menor, inclusive no plantio tradicional.

⁸³ Produção medida em cachos.

⁸⁴ Produção medida em toneladas.

⁸⁵ Produção medida em cento.

fortaleceu-se como representante da lavoura temporária⁸⁶. A inserção dessa cultura foi obra da colônia japonesa no período da colonização, mas sua popularização no município ocorreu algumas décadas depois, na busca de alternativas para a diversificação agrícola.

A “saga do rami” em Uraí, está vinculada à intervenção de colonizadores de origem nipônica e tem início quando o chefe da Companhia imigratória manda ao Brasil o engenheiro Reiliti Matsui, que traz consigo variedades colhidas em Formosa (Ásia), as quais planta experimentalmente em São Paulo. Obtidos excelentes resultados, foram enviadas amostras para a Tóquio Assaito Bosseki K.K. (ou, Fiação e Tecelagem Tóquio de Rami S/A), do Japão. Numa assembléia geral da companhia de imigração, decidiu-se fazer uma plantação maior, numa fazenda próxima a Jaboticabal (Anhumas), colonizada pelos japoneses que, posteriormente, viriam para a Pirianito (futura Uraí). Para a região norte do Paraná enviou diversas variedades de sementes para a Nambei do Brasil, que tinha por objetivo colonizar e explorar a terra adquirida na Colônia Pirianito. Em 1937, a empresa Tóquio Assaito Bosseki K.K adquiriu uma área de 400 alqueires para plantar rami. Em 1938, Seiki Murakami, associado da Cooperativa, mandou vir do Japão, produzidas pelo Laboratório Agrícola, de Miyasaki, algumas variedades tidas como mais produtivas e de melhor qualidade. Foi daí que nasceu a melhor variedade de rami, que só se consolidou em 1950 quando teve ampla disseminação pelo Norte do Paraná (OLIVEIRA; GUSMÃO; ALEGRO, 2009, p.9).

A presença da soja no meio rural a partir desse momento é sinal claro da introdução da modernização. Fleischfresser (1988) assinala que a soja foi o produto representativo da modernização tecnológica, pois preexistiam sementes selecionadas para o seu cultivo, além ser totalmente mecanizado em todas as suas fases, permitindo sua introdução como um verdadeiro pacote tecnológico. A autora ainda aponta que a oleaginosa aliava os três grandes interesses capazes de dar impulso ao seu cultivo: os interesses das indústrias de insumos químicos e mecânicos, os das indústrias processadoras de soja e do Estado, por oferecer um produto de grande aceitação no mercado externo. Desse modo, os espaços que passaram a cultivar esse produto na década de 1970 são incorporadores, de forma evidente, do pacote de medidas modernas para a agricultura.

A entrada das lavouras modernas em Uraí refletiu, assim como nos outros espaços que aderiram às novas práticas, a retração das culturas permanentes, com ênfase para a cafeicultura. Nessa década, 1970, ganha destaque nessa categoria um novo cultivo, a viticultura. Essa atividade era praticada em 48 estabelecimentos, com uma produção de 117 toneladas, ocupando uma área de 34 hectares. O crescimento do cultivo da uva é constatado

⁸⁶ Importante mencionar que o IBGE recenseou a cultura do rami na categoria temporária, porém a literatura botânica classifica a planta como perene, sendo, portanto, uma cultura permanente.

quando se verificam os dados do censo anterior, que trouxe apenas a informação da quantidade produzida, 12 toneladas. Infere-se que pelo aumento da produção, cerca de 100 toneladas a mais, a cultura ganhou relevância perante os agricultores do município.

A realidade em Uraí na década de 1980 é característica dos outros dois espaços trabalhados. As lavouras de soja e trigo ganharam mais área e começaram a ser cultivadas em mais estabelecimentos. O aumento foi bem relevante em números: a soja ganhou 3.304 hectares em 170 novos estabelecimentos. O trigo teve seu cultivo iniciado em 84 novas unidades de produção, com um acréscimo de 2.151 hectares em área.

Os outros elementos dessa categoria, salvo o algodão, registraram queda nas três variáveis consideradas. A cultura da fibra citada registrou um aumento em área ocupada de 554 hectares, com 176% de acréscimo na quantidade produzida. Contudo, houve diminuição no número de estabelecimentos que se dedicavam a essa atividade. Poder ter havido interesse por parte de alguns proprietários em investir, pautados nas técnicas modernas que estavam em franco desenvolvimento na cotonicultura, haja vista que o aumento na área produtiva foi menor que 30% e a quantidade produzida aumentou mais de 170%.

Para a cultura do rami, foram disponibilizados pelo IBGE, nesse ano, além dos dados relacionados ao número de estabelecimentos e a quantidade produzida, os valores de área ocupada (2.645 ha)⁸⁷. Em comparação com dados do censo anterior, a quantidade produzida teve uma queda elevada, 133.369 toneladas, e 54 estabelecimentos deixaram de cultivar a fibra. Esses dados induzem à conclusão que em 1970 a área destinada à atividade era muito superior à de 1980, demonstrando que o rami foi uma das culturas mais relevantes para a economia de Uraí.

Das culturas permanentes recenseadas no ano de 1970, apenas o café e a uva tiveram dados de produção em 1980. A uva subiu de 48 para 213 estabelecimentos dedicados ao cultivo dessa fruta, a quantidade produzida registrou aumento de 340 toneladas. Importante frisar que naquela época a produtividade dessa atividade era limitada em relação à atual em virtude do conhecimento técnico incipiente.

O café passou de 379 estabelecimentos em 1970 para 162 na década seguinte; no entanto, a área ocupada por essa atividade teve um leve aumento de 21 hectares, mas o item que merece destaque é a quantidade produzida, um aumento de 27.779 toneladas. Os dados de 1970 refletem as condições da cafeicultura durante a década anterior. As lavouras de café do

⁸⁷ Nos censos de 1960 e 1970, os dados completos foram disponibilizados somente para as culturas de maior representatividade em grande número de municípios. Mesmo a cultura do rami tendo uma grande relevância no contexto agrícola uraiense, a atividade não era praticada em um número de municípios que justificasse a coleta de dados de forma mais profunda.

Estado já haviam passado por fortes geadas em 1953 e 1955, as quais, conforme Serra (2009), deixaram danos acima de 50% como quebra nas safras dos anos seguintes. Segundo Moro (2001), as constantes geadas que ocorreram na região norte do Paraná desde a segunda metade da década de 1960 e a ferrugem que atacou os cafezais nos últimos anos dessa década contribuíram para acelerar a erradicação dos cafeeiros. Assim, os dados de 1970 foram coletados logo após as fortes geadas que afetaram drasticamente a produção.

Em 1996, os dados relacionados à área plantada dos representantes das lavouras permanente e temporária revelam o declínio das culturas do algodão, do arroz, do feijão e do rami e a consolidação das culturas da soja, do trigo e do milho (Tabela 20).

Essa tendência é reflexo da conjuntura imposta pela modernização da agricultura. As culturas alimentares, cuja comercialização é direcionada ao abastecimento do mercado interno, receberam pouco ou nenhum estímulo frente à modernização. “Para essas inexisteram, ou são pouco divulgadas as inovações biológicas e seus preços mínimos são fixados em um patamar que não pressione o processo de acumulação industrial, na medida em que são bens-salário” (FLEISCHFRESSER, 1988, p.19). Ainda para a autora, essas situações resultaram em uma relativa manutenção das técnicas antigas de produção, assim como na redução da área plantada e no volume produzido.

Tabela 20 – Principais representantes da lavoura permanente e temporária em Uraí no ano de 1996

Cultura	Área ocupada (ha)	Cultura	Área ocupada (ha)
Algodão	283	Café	189
Arroz	94	Noz	36
Feijão	354	Uva	212
Milho	1.900		
Rami	150		
Soja	7.040		
Trigo	3.349		

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1996. ALMEIDA, A.C.S. (Org.).

De todos os anos utilizados para a discussão, foi em 1996 que a cafeicultura atingiu seu menor índice em área (198 ha). Na década de 1990, uma parcela de cafeicultores

paranaenses ficou desestimulada com essa atividade em razão das dificuldades enfrentadas durante vários anos seguidos. Essa dinâmica começou a apresentar modificações com a inserção de novas técnicas destinadas à produção de café no Paraná, como o plantio adensado⁸⁸. A uva teve aumento de área ocupada, com um total de 212 hectares.

Os cereais ocupavam, conforme os dados censitários do IBGE de 2006, a posição de destaque no meio rural de Uraí. As culturas da soja, do milho e do trigo ocupavam quase que a totalidade dos estabelecimentos voltados à produção de produtos temporários. Do total de 8.498 hectares dos estabelecimentos que tinham produção dessa categoria (temporária), a soja estava em 7.675 ha.

No ranking de maior área ocupada pelos produtos da lavoura permanente, o café e a uva eram os protagonistas, ocupando 1.074 ha e 324 ha, respectivamente. Compunham esse grupo a banana (11 ha), a laranja (27 ha) e a manga (31 ha).

Na última década, ganharam destaque no meio agrícola de Uraí os cultivos orgânicos (Anexo E). Os produtores adeptos dessa prática relataram que, apesar das dificuldades inerentes a qualquer atividade, estão satisfeitos com a atividade, porque há benefícios para a qualidade de vida de quem trabalha e de quem consome.

Os produtores do município que cultivam a uva mostraram-se muito insatisfeitos com a atividade. De acordo com a fala de alguns, a viticultura perdeu muito espaço no meio agrícola de Uraí nos últimos anos. A Emater do município confirma a redução, mas salienta que a uva ainda ocupa posição de ênfase frente às outras culturas.

A Emater de Uraí, quando questionada sobre a redução da área destinada ao cultivo da uva, salienta que a diminuição está relacionada à falta de mão de obra, aos altos custos da produção e preços baixos na comercialização no período de colheita. No espaço perdido pela viticultura, avança a olericultura. Segundo a Empresa de Assistência Técnica, a olericultura enquadra-se e se adequa-se ao dia a dia das atividades da propriedade e da família rural, sendo considerada de ciclo rápido, e promove entrada de renda com mais frequência para as famílias.

Para os produtores que cultivam uva, os principais problemas da atividade estão relacionados a três principais fatores: mão de obra, custo de produção e comercialização (Figura 26).

⁸⁸ O plantio adensado, diferente do tradicional, caracteriza-se pelo menor espaçamento entre os pés de café, aumentando o número de pés por hectare ou a densidade de plantio.

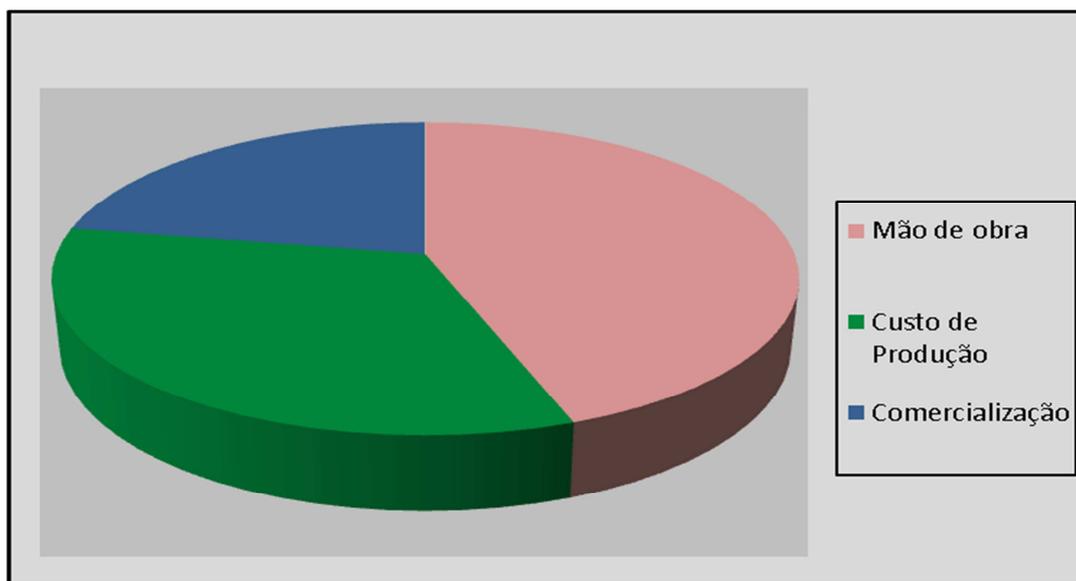


Figura 26 – Problemas da viticultura apontados pelos produtores de Uraí
 Fonte: Pesquisa de campo (2013). ALMEIDA, A.C.S. (Org.)

O problema da mão de obra afetou, na visão dos entrevistados, diretamente a viticultura. Por ser uma atividade exigente nesse âmbito, a falta de pessoas para executarem os tratos culturais e o valor pago pelos serviços desestimularam e levaram alguns a erradicarem os parreirais em seus estabelecimentos. Alguns produtores esclareceram que o valor pago pelo quilo da uva não teve oscilação nos últimos 20 anos, todavia o valor pago nos insumos teve grande aumento, o que encarece os custos de produção, não havendo retorno financeiro compensador. Diante desse contexto, os trabalhadores da atividade sentem-se desanimados, já que recebem valores menores dos que os pagos por atividades desenvolvidas no espaço urbano.

A comercialização também é um grande entrave à atividade, pois os atravessadores, como em toda atividade, obtêm vantagens na compra do produto na propriedade e contabilizam um ganho muito superior ao do produtor. Um dos entrevistados expôs que “o produtor vende em 30 dias toda a produção de 6 meses e o comprador deixa somente um cheque, sem garantia nenhuma”. Quando o pagamento não é efetivado, uma parcela dos produtores amarga o dito “calote”.

5.4 A agricultura sob a ótica dos produtores *nikkeis*

As informações trabalhadas nesta seção são resultantes da análise de 45 entrevistas realizadas com produtores rurais descendentes de japoneses. Foram feitas 15 entrevistas em cada município; esse número não foi estendido em virtude da realidade encontrada. Na ocasião das visitas, observou-se grande número de produtores que tinha como colegas de profissão seus próprios parentes, irmãos, cunhados, pais e primos, excluindo, dessa forma, a necessidade de maior número de entrevistas, uma vez que a caracterização buscada havia sido atingida.

Convém ressaltar que as conversas com os produtores *nikkeis* trouxeram uma gama de informações muito relevantes. Em virtude da idade de alguns produtores e do conhecimento da história familiar, os dados obtidos auxiliaram na construção da redação da tese, não somente da próxima seção, uma vez que as entrevistas constituíram uma sólida fonte de informação sobre todo o processo vivido pela colônia japonesa nos municípios analisados.

5.4.1 Produtores assaienses

A maior parte dos produtores entrevistados nasceu em Assaí; aproximadamente 30% vieram de outro Estado, São Paulo. Esses paulistas chegaram a Assaí ainda muito jovens e, hoje, compõem a parcela de produtores mais velhos. As famílias de todos os entrevistados vieram nas primeiras décadas do século XX do Japão para São Paulo e desse Estado para o Paraná.

Na chegada ao município de Assaí, inicialmente nem todos conseguiram adquirir um lote, trabalhando na propriedade de outros durante alguns anos. Segundo relatos, 30% dos pais dos entrevistados trabalharam como meeiros em fazendas de café e de algodão nos primeiros anos, tendo a oportunidade, mediante economia do dinheiro ganho, de adquirir um lote tempos depois, conduta essa seguida pela maior parte da parcela de nipônicos que se instalou no Brasil. Bassanezi e Truzzi (2008, p. 81) afirmam que “instalados inicialmente nas fazendas de café, os japoneses rapidamente trataram de acumular um pecúlio que lhes possibilitasse, individualmente ou em associações com seus conterrâneos, adquirir alguma propriedade”.

Todos os produtores entrevistados ainda continuam com a mesma propriedade comprada pelos pais, porém nove deles aumentaram a área, com aquisição de outro lote. Estes enfatizaram que não se desfazem da primeira, aquela comprada pelos pais, em decorrência de toda a história e do significado nelas preservado. Considerando o fato da resistência dos

produtores entrevistados da colônia em se desfazer das propriedades, infere-se que a venda dos lotes ocorrida no período da modernização da agricultura atingiu mais suavemente essa classe.

Os produtores entrevistados moram, em sua maioria, no sítio. Alguns relataram que moraram na cidade somente na época em que estavam estudando, retornando logo após o término dos cursos ao espaço rural. É importante lembrar que esses entrevistados são os filhos mais velhos e, portanto, conforme a tradição japonesa são os responsáveis pela continuidade do trabalho dos pais na propriedade. Inclusive, houve relatos de experiência de trabalho no Japão, que após anos trabalhando no país dos pais e avós retornaram para as propriedades e ali aplicaram o dinheiro ganho no exterior. Muitos deles comentaram que os irmãos moram em outras cidades, pois estudaram e conseguiram emprego no espaço urbano.

É válido mencionar que os agricultores japoneses entrevistados cursaram, quando mais jovens, curso superior. Esse fato não os afastou das atividades agrícolas, ao contrário, utilizam-se dos conhecimentos adquiridos na academia para melhorar a gestão da propriedade, estando aí um dos maiores diferenciais da colônia no espaço em que se inseriram.

No Japão, a educação sempre foi considerada muito importante, toda a população tem consciência do quão relevante é enviar os filhos à escola. No passado, mesmo os mais humildes que trabalham no campo concluíram seus estudos básicos. Ninomiya (2008) aponta que um dos fatores que chamou a atenção dos observadores no período da imigração foi o alto índice de alfabetização, pois mais de 80% dos recém-chegados ao Brasil sabiam ler e escrever em japonês.

Os produtores do município mostram grande preocupação quanto ao acompanhamento técnico dos cultivos (Figura 27). Do total de entrevistados, apenas um revelou não receber assistência técnica na propriedade, porém afirmou que após muitos anos recebendo visitas técnicas foi aprendendo a lidar com as especificidades da cultura: “a gente toca com a ideia da gente mesmo, vai passando o tempo a gente vai aprendendo”.

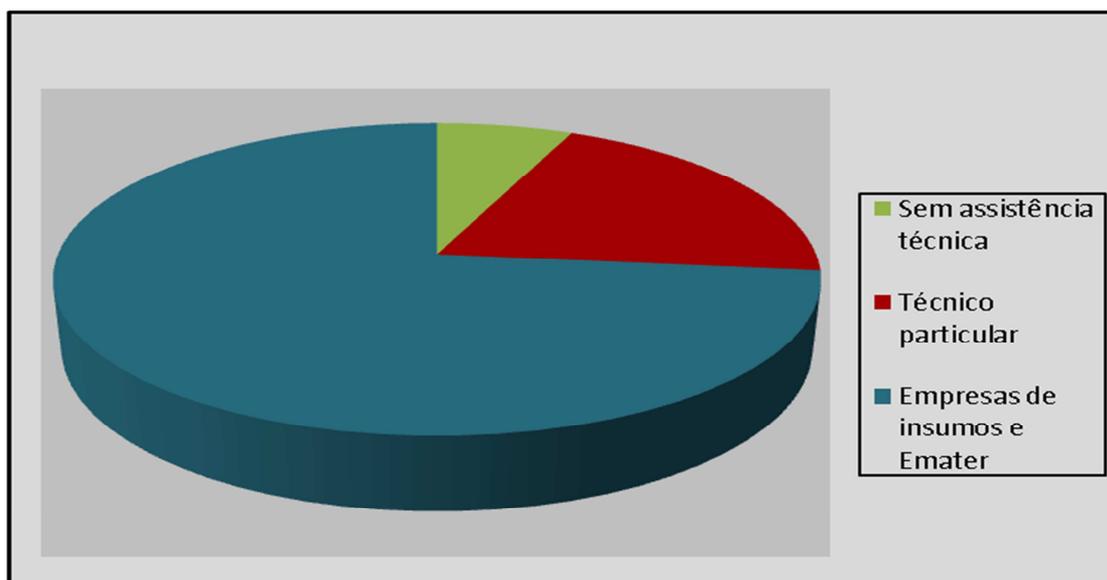


Figura 27 – Assistência técnica nas propriedades dos produtores de Assaí
 Fonte: Pesquisa de campo (2013). ALMEIDA, A.C.S. (Org.)

Os produtores recebem assistência técnica gratuita das empresas que vendem insumos agrícolas na região e também das cooperativas que atuam em Assaí. Essa dinâmica é interessante para o agricultor, porque diminui os gastos da propriedade com o pagamento de um técnico agrícola ou agrônomo, e também é vantajosa para as empresas que comercializam produtos para as culturas praticadas no município. Essa conduta é uma forma estratégica de garantir a fidelidade do agricultor e firmar um consumo mais preciso para os insumos comercializados por esses estabelecimentos. Cerca de 20% dos agricultores pagam técnicos particulares em suas propriedades, pois as variedades da fruticultura por eles cultivadas, em sua visão, necessitam de conhecimento específico; assim, os agrônomos que dão assistência a essa parcela de produtores são especialistas em determinadas variedades. Um dos exemplos citados pelos entrevistados foi o abacate; alguns produtores têm o selo de qualidade da fruta, e uma das exigências para certificação é que o técnico que acompanha a produção seja credenciado; há, então, necessidade de contratação, já que as empresas particulares e a Emater não dispõem de profissionais com essa característica.

Indagados sobre os equipamentos que possuem na propriedade, todos relataram possuir o necessário para o cultivo das culturas praticadas. Os itens mencionados (tratores, pulverizadores, roçadeiras, carros utilitários, podadeiras, plantadeiras, colheitadeiras) foram financiados por 60% dos entrevistados; o restante afirmou que a compra foi feita à vista. Dos produtores que se valeram de financiamento para a compra dos implementos agrícolas, todos relataram não sentir dificuldade financeira para o pagamento, alguns estando em fase de

quitação ou quitados, demonstrando que os produtores assaienses possuem boa administração dos recursos e planejamento dos investimentos.

Os produtores relataram que possuem até hoje a propriedade que os pais, e em alguns casos os avós, compraram, indicando que preservam a identidade cultural do valor familiar da propriedade. No entanto, quando indagados sobre o futuro da propriedade, ou seja, se os filhos ou netos darão continuidade ao trabalho de toda uma geração nas propriedades, não houve unanimidade, ao contrário das outras questões.

Como já assinalado, muitos integrantes da colônia japonesa saem do meio rural para frequentar cursos de ensino superior. Uma boa parcela desses jovens volta às propriedades para auxílio e aplicação dos conhecimentos técnicos adquiridos. Em Assaí, entre os produtores foi comum encontrar jovens com essas características, a maior parte com formação em áreas relacionadas à agricultura, com destaque para o curso de agronomia.

A continuidade da propriedade está garantida para 40% dos produtores. Alguns, inclusive, já dividem a administração da propriedade com os filhos (Figura 28). Outros afirmaram não saber qual o destino da propriedade, haja vista a idade dos filhos, alguns ainda são crianças, ou a falta de sinalização dos filhos que estão estudando cursos não relacionados à agricultura.

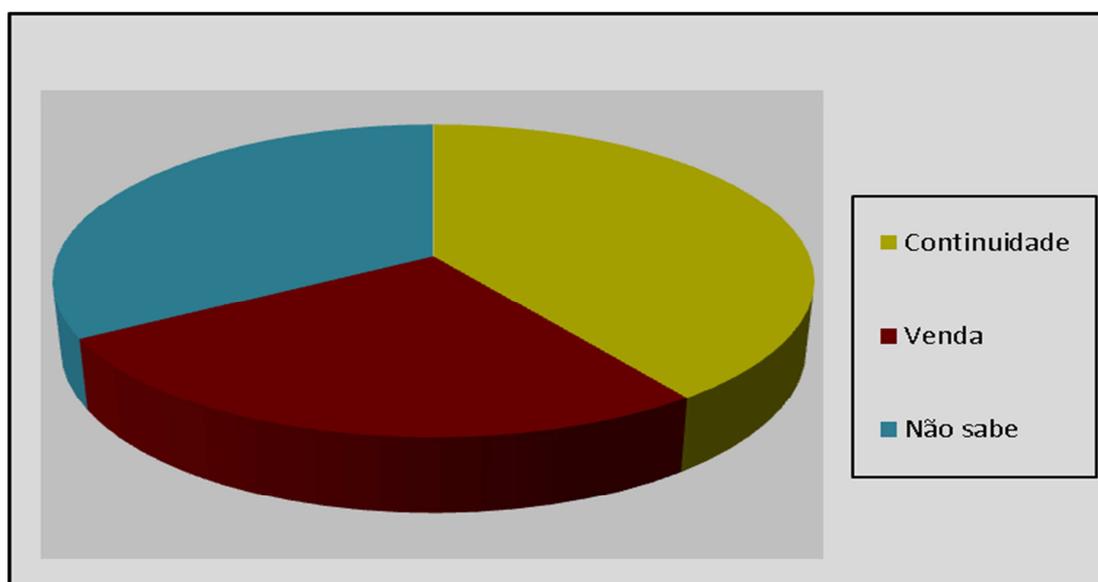


Figura 28 – Continuidade da propriedade pelos filhos dos produtores assaienses
Fonte: Pesquisa de campo (2013). ALMEIDA, A.C.S. (Org.)

Uma parcela de 27% dos produtores aponta que a propriedade, quando repassada aos filhos será vendida. Esses produtores alegam que os herdeiros estudaram e conseguiram bons

empregos em cidades maiores, e que não cogitam a possibilidade de dar continuidade às atividades desenvolvidas pelos pais e avós.

Os produtores entrevistados estão na agricultura há muitos anos, a maior parte nunca exerceu outra profissão. Alguns trabalharam fora da agricultura somente no período em que moram no Japão. Dessa forma, foi solicitada, considerando seu histórico na atividade, a visão que possuem sobre a agricultura no Brasil, e as respostas apontaram os pontos positivos e negativos da prática agrícola (Figuras 29 e 30).

Os pontos negativos da agricultura, na aceção dos entrevistados, tiveram a questão governamental como a mais indicada. Para os produtores, a falta de garantia na comercialização, com preço mínimo para os produtos, é a maior reclamação. A frase: “ponto negativo é o governo” foi dita várias vezes, mas sem grande contextualização.

O clima foi apontado como o segundo maior problema enfrentado pela atividade agrícola. A falta de controle diante das oscilações climáticas preocupa os agricultores. Segundo eles, plantar não é garantia de colher, uma vez que no decorrer do ciclo pode haver variações pluviométricas e térmicas atípicas para o período e a região, prejudicando a quantidade produzida e a qualidade do produto.

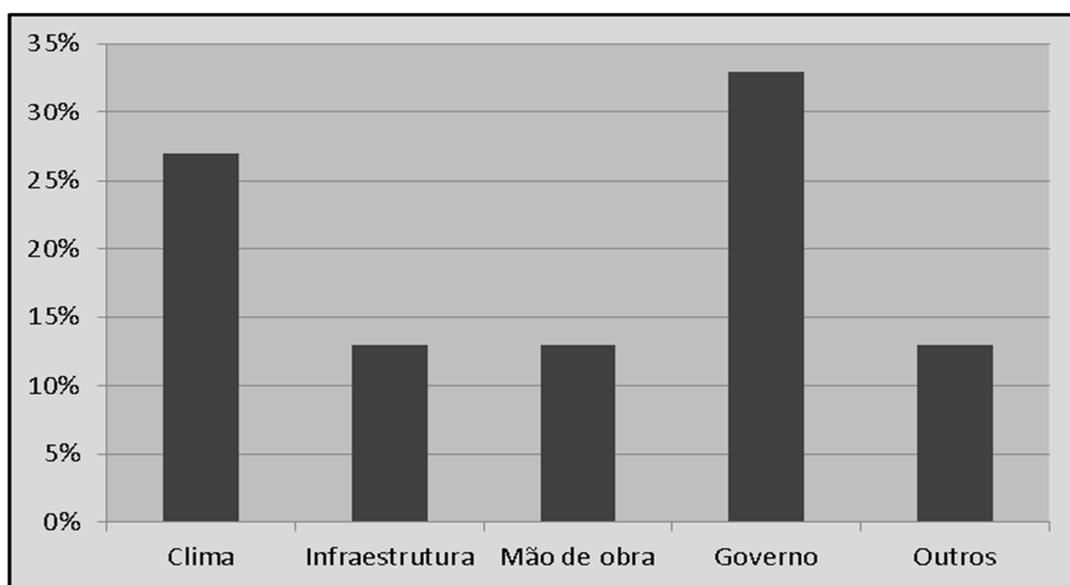


Figura 29 – Pontos negativos da agricultura segundo os produtores de Assaí
Fonte: Pesquisa de campo (2013). ALMEIDA, A.C.S. (Org.)

A mão de obra foi citada por 14% dos entrevistados. A dificuldade apontada pelos produtores nesse item foi a escassez e o preço. Na verdade, parte deles citou que alguns programas governamentais desestimulam uma parcela da população a trabalhar,

principalmente aquela que se empregava nas atividades agrícolas, fazendo com que a oferta de trabalhadores diminuísse, assim como o valor pago aos funcionários, o que, algumas vezes, eleva de forma considerável o custo de produção no fim do ciclo, desestimulando a contratação.

A falta de infraestrutura também teve 13% de indicação como sendo um dos problemas da agricultura. A dificuldade de logística foi elencada como um dos fatores que mais influenciam nesse aspecto, prejudicando, conforme os produtores, a exportação, já que a falta de qualidade encarece o custo do produto final. Quanto à infraestrutura, foi citada, inclusive, a falta de internet no campo, pois segundo eles, hoje o produtor rural necessita, assim como os profissionais das empresas urbanas, uma conexão que garanta um rápido e eficaz acesso às informações.

Dentre os outros itens citados, destacam-se o baixo preço dos produtos agrícolas ao longo dos anos e a instabilidade no setor.

Os produtores entrevistados indicaram a estabilidade como o ponto mais positivo da agricultura. Convém esclarecer que o termo estabilidade foi utilizado com importantes ressalvas, considerando que a agricultura, do ponto de vista climático, é uma das atividades mais suscetíveis às intemperes naturais. Quando os produtores citaram esse aspecto, eles frisaram que quando há uma boa administração e um planejamento estratégico dos investimentos na propriedade e na lavoura, o agricultor consegue colher bons resultados e mantém-se no ramo de forma satisfatória, obtendo estabilidade.

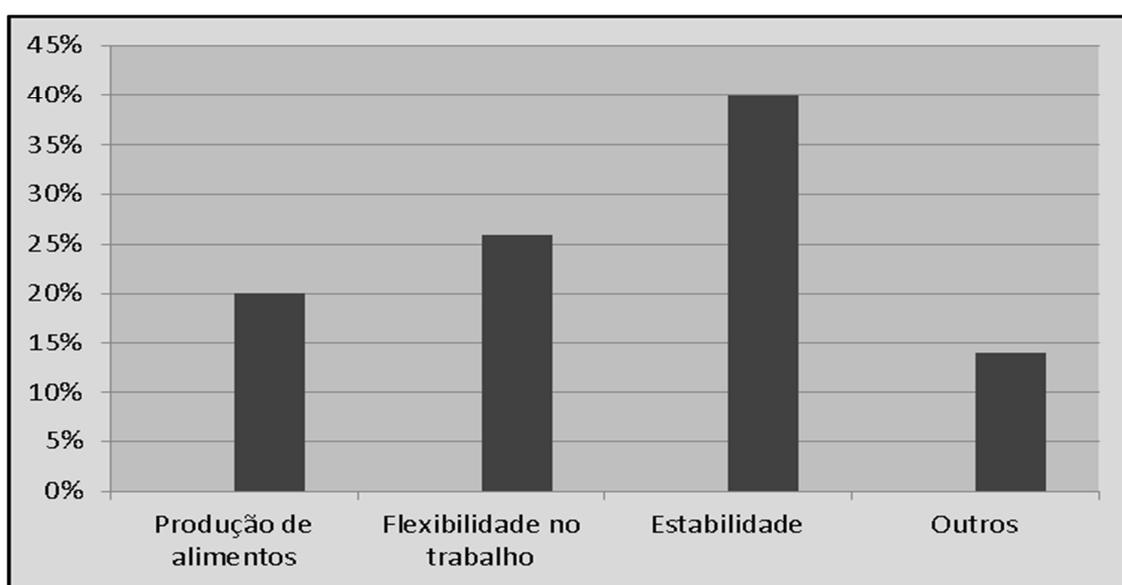


Figura 30 – Pontos positivos da agricultura segundo os produtores de Assaí
Fonte: Pesquisa de campo (2013). ALMEIDA, A.C.S. (Org.)

A produção de alimentos e a flexibilidade no trabalho foram as vantagens que ocuparam a segunda colocação frente às vantagens da agricultura apontadas pelos produtores. De acordo com eles, a necessidade alimentar da população garante à agricultura papel relevante no contexto mundial. Alguns agricultores falaram orgulhosos que o alimento de todos, tanto do campo como da cidade, depende do trabalho deles, tornando essa atividade uma das mais importantes.

Apesar das dificuldades na execução das tarefas no meio rural, a flexibilidade do trabalho agrícola é vista pelos produtores como uma vantagem; quando eles mencionam essa característica, referem-se ao fato de não terem que cumprir horários, pois podem, de certa forma, escolher os dias para trabalhar sem a obrigação rígida das atividades do meio urbano.

5.4.2 Produtores marialvenses

Os produtores entrevistados de Marialva nasceram, na maior parte, nesse município. No entanto, relataram que os pais vieram do Japão para São Paulo, e depois para o Paraná, dinâmica realizada pela maioria dos imigrantes nipônicos no século passado. A vinda para Marialva, em sua concepção, se deu em virtude da oportunidade de prosperar, considerando a possibilidade de conseguir comprar terras na região norte do Estado, área recém-colonizada e com maiores facilidades para essa aquisição.

O objetivo dos pais dos entrevistados ao virem para Marialva era a compra de uma parcela de terra, mas nem todos conseguiram esse intento de imediato. Do total de entrevistados, cerca de 45% relataram que os pais trabalharam alguns anos como meeiros no cultivo do café para então comprar seus lotes.

A permanência dos produtores com a primeira propriedade adquirida pela família foi quase unânime entre os entrevistados. Somente um produtor vendeu o lote, porém o fez em virtude da localização, a proximidade com a rodovia BR 376, que passa pelo município, o que inviabilizou a exploração agrícola na propriedade, mas de acordo com ele, caso não houvesse essa situação o lote ainda pertenceria à família.

Do total de entrevistados, oito moram no sítio e afirmaram não ter vontade de morar na cidade. Na fala de alguns: “eu trabalho aqui, minha vida está toda aqui, por que eu vou me deslocar todo dia? Vai ser mais um gasto, aumentará meu custo, se sou sitiante, tenho que morar aqui”. Dos 44% que residem no espaço urbano, todos alegaram que mesmo morando longe do sítio passam o dia todo na propriedade, voltam para casa somente à noite, e um deles

relatou: “passo todos os dias da semana aqui, de segunda a domingo, vou para casa só para dormir e ver a família”. Esse mesmo produtor alegou que ficar no sítio é sua maior alegria, e segundo ele, se precisar trabalhar na cidade algum dia não saberá como fazer, pois não consegue se ver longe do meio rural.

Apesar da afetuosa relação com o cultivo e o meio rural, a maioria dos produtores enfatizou que não quer que seus filhos sigam a mesma profissão. Todos eles afirmaram que investiram e investem na educação dos filhos para que sigam outros caminhos. Na visão deles, a atividade é muito difícil e encontra-se em um momento de extrema fragilidade econômica, com poucas perspectivas para o ingresso de jovens na atividade. Alguns produtores assinalaram que estão até hoje trabalhando duro para formar os filhos, pois depois disso não têm muitas esperanças com a agricultura.

A educação sempre ocupou papel de destaque na cultura japonesa, como já pontuado. Santos (2008, p.120) afirma que “tanto na cidade, quanto, em menor medida, no campo, os japoneses apresentam, há décadas, níveis excepcionais de educação, não apenas em comparação com a sociedade nacional, mas também diante de descendentes de outras etnias”. Todos os produtores entrevistados possuem ensino médio completo e mais da metade deles curso superior, evidenciando que o investimento em educação é a realidade da colônia japonesa há décadas no Brasil. Alguns entrevistados mencionaram que os pais vieram adultos do Japão, com cerca de 20 anos, e já com formação técnica.

Todos os produtores entrevistados possuem assistência técnica, contudo há variação quanto à regularidade da visita do profissional à propriedade. A maior parte dos produtores recebe a visita do técnico somente quando há necessidade na lavoura, sendo este também responsável pelas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs)⁸⁹ da propriedade (Anexo F), cuja aplicação está regulamentada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

Alguns produtores afirmaram que depois de muitos anos de dedicação à agricultura, não há grandes novidades no cultivo, e que a presença do técnico na propriedade está mais direcionada à troca de ideias e sugestões no manejo. Um dos entrevistados salientou que “o agricultor está na lavoura todos os dias, ele é o que mais sabe sobre as características daquela planta cultivada, não tem como não saber o que está fazendo”.

⁸⁹ Anotação de Responsabilidade Técnica é o registro do contrato (escrito ou verbal) entre o profissional e seu cliente. Instituída pela Lei Federal 6.496/77, a ART define obrigações contratuais e identifica os responsáveis pelos empreendimentos relativos à área tecnológica.

Os equipamentos necessários para o trabalho na lavoura estão presentes em todas as propriedades visitadas. Os entrevistados relataram que quando quitados, não houve problemas com o pagamento; os que ainda não o fizeram afirmaram que quando há uma boa administração dos recursos ganhos, não há maiores preocupações. Houve, porém, um produtor que viveu uma experiência delicada com financiamento, pois segundo ele, as dívidas contraídas nos anos finais de 1980 e o fato de não conseguir cumprir o compromisso na década de 1990 o fizeram ir para o Japão para angariar dinheiro para o pagamento.

A continuidade da propriedade da família praticada pelos produtores talvez não seja repetida pelos *sanseis*. Menos da metade dos entrevistados mencionou a probabilidade de os filhos permanecerem praticando a agricultura, os que fizeram estão na categoria de pais que possuem filhos agrônomos e que já estão envolvidos na atividade. Os mais de 50% que relataram que a história da família com o estabelecimento agrícola provavelmente chegará ao fim possuem filhos formados e atuantes em outras áreas, ou estão em idade escolar e os próprios pais não querem que haja a continuidade em virtude das condições da agricultura atual.

Apesar do pequeno percentual de filhos que darão continuidade ao trabalho dos pais e dos avós, todos os produtores assinalaram que gostariam que a propriedade continuasse com a família quando indagados sobre o desejo emocional, porque, de acordo com eles, racionalmente não é viável. Eles foram categóricos: “pelo coração, pelo sentimento eu gostaria que continuasse, mas pela consciência não, quero algo melhor para meu filho”.

Essa realidade de Marialva é parte da tendência da agricultura nos últimos anos; o meio rural registra a cada ano maior percentual de jovens que não desejam se ocupar com atividades agrícolas. Segundo a agrônoma Silvia Capelari, representante da Emater, Marialva possui cerca de 1.000 jovens no meio rural, um número atípico a nível regional, pois é o município que mais tem essa parcela da população. No entanto, a diretora afirma que a situação atual é muito preocupante, porque a realidade marialvense atual é a diminuição gradativa dos jovens no campo. Na verdade, a sucessão é garantida quando na atividade há uma boa rentabilidade, porém isso não tem ocorrido. Comparativamente, a remuneração das atividades do meio urbano são superiores e mais atraentes aos jovens; aliado a isso, há o apoio dos pais na busca por novas oportunidades longe do meio rural.

Os produtores entrevistados, em maior parte, sempre estiveram ocupados com a agricultura, inclusive a parcela com ensino superior. Apenas 20% despenharam outras funções. Os agricultores também foram questionados sobre os pontos positivos e negativos da atividade que eles ocupam há tanto tempo (Figuras 31 e 32).

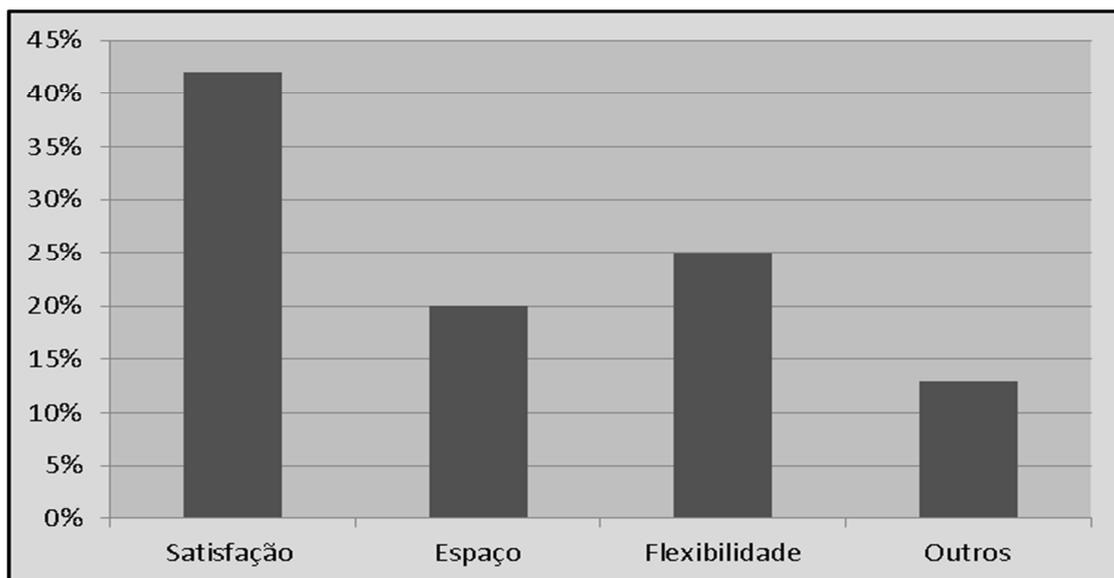


Figura 31 – Pontos positivos da agricultura segundo os produtores marialvenses

Fonte: Pesquisa de campo (2014). ALMEIDA, A.C.S. (Org.)

O ponto positivo mais mencionado pelos produtores marialvenses foi a satisfação com a atividade, entendida como o prazer de fazer aquilo que gosta. Mais de 40% dos produtores enfatizaram que trabalham como agricultores durante toda a vida e sentem orgulho de exercer essa profissão. Quando questionados sobre o que a agricultura teria de bom, foram unânimes em pontuar que como estão inseridos na atividade há muitos anos, não se veem fazendo outra coisa. Nas palavras de alguns: “sempre fiz isso, o que eu mais sei fazer, a gente tem que gostar do que faz, fazer com amor, plantar e ver o resultado do seu trabalho é muita satisfação”.

A flexibilidade na execução das atividades também constitui uma vantagem no ponto de vista dos entrevistados. Essa flexibilidade está relacionada, segundo eles, ao fato de serem donos do próprio negócio e não precisarem cumprir horários, como é regra nos trabalhos do setor urbano, apesar de, em determinadas situações, a execução da tarefa no meio rural exigir o trabalho aos sábados, domingos e feriados.

A maior parte dos entrevistados é *nissei* e carregam claramente a história vivida pelos pais na trajetória entre Japão e Brasil. Assim, dentre as vantagens da agricultura, alguns indicaram o espaço existente no país para o desenvolvimento dessa atividade, haja vista a limitação do Japão para esses fins. Na opinião deles, a vasta porção de terras disponíveis e aptas ao cultivo coloca o país em grandes vantagens perante outras nações do mundo, o que se configura como um ponto positivo da atividade a nível nacional.

Apesar de estarem satisfeitos em ocuparem-se com as atividades agrícolas, os produtores demonstraram grande preocupação com a atual situação da agricultura. Em sua opinião, o ponto mais delicado do setor hoje é a mão de obra, sete deles indicaram esse item.

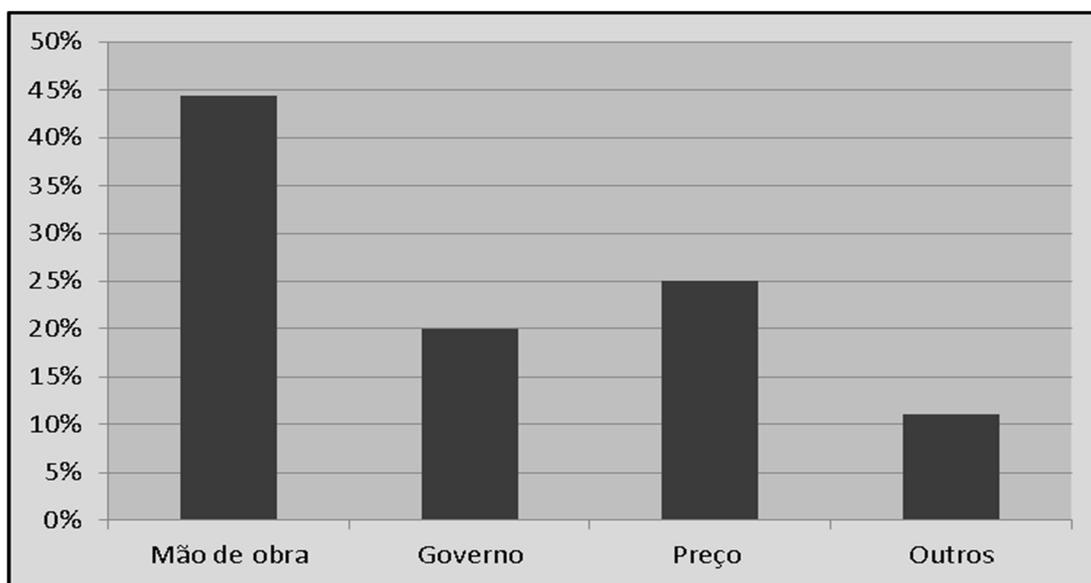


Figura 32 – Pontos negativos da agricultura segundo os produtores marialvenses

Fonte: Pesquisa de campo (2014). ALMEIDA, A.C.S. (Org.)

Na aceção dos entrevistados, a escassez, atrelada à falta de qualificação da mão de obra ainda disponível, prejudica de forma aguda a agricultura do município na contemporaneidade. Todos os produtores têm histórico com a viticultura; a maior parte ainda continua com a atividade, no entanto, em um ritmo diferente daquele das décadas anteriores. O maior motivo pelo declínio da viticultura nas propriedades dos *nikkeis* em Marialva foi a mão de obra.

A viticultura, assim como toda atividade agrícola, está suscetível às condições climáticas, assim, de acordo com um produtor, em determinadas situações o tempo atmosférico prejudica o bom rendimento da cultura, acarretando desvalorização do preço, levando as famílias empregadas na atividade a desistir e a procurar outras ocupações: “não há espera por parte do porcentageiro, se nessa colheita não deu, ele vai embora da propriedade, não tem paciência para tentar uma outra safra”. O produtor aponta ainda que a mão de obra empregada, na maior parte das vezes, é imediatista e não aceita realizar mais de uma tentativa na obtenção de um bom rendimento na safra. Dessa forma, a rotatividade dessa categoria nas propriedades é muito grande. Até uma década atrás, era comum encontrar no município

famílias ocupadas há mais de cinco anos em uma mesma propriedade; no entanto, nos últimos anos a rotatividade é intensa.

Essa situação reflete na atual dinâmica do meio rural marialvense. No município, a grande e média propriedade, que normalmente cultivam grãos e se utilizam de pouca mão de obra, recebem em menor proporção as consequências da crise da falta de trabalhadores. As pequenas propriedades, produtores de frutas, hortaliças e flores, utilizam a mão de obra familiar e assim conseguem garantir a produção com qualidade, mas sofrem o problema da continuidade, haja vista que os filhos, ainda jovens, não demonstram interesse em continuar com as atividades desenvolvidas pelos pais. As médias, que produzem frutas e empregam porcentageiros, são as mais atingidas, bem como os pequenos proprietários, que em virtude da ampliação da área são forçados a empregar mais mão de obra, porque a própria família não consegue suprir as exigências na execução das tarefas.

O segundo problema indicado foi o preço obtido na venda dos produtos; cerca de 25% dos produtores indicaram que o baixo valor arrecadado desestimula e, em determinadas situações, inviabiliza a produção. Esse ponto negativo está, de forma clara, ligado ao primeiro ponto mencionado pelos produtores, a mão de obra, resultado de duas razões maiores, a qualidade e o preço da mão de obra.

A qualidade na execução dos tratamentos culturais reflete diretamente no aspecto do produto, lembrando que as médias e pequenas propriedades em Marialva cultivam principalmente frutas; logo, a exigência é ainda maior. Assim, caso não haja a preocupação e o cuidado nas tarefas no decorrer da safra, o valor do produto final no mercado não atingirá um patamar ideal para cobrir os custos e haver um percentual de lucro.

O preço obtido pode, além de outros fatores, estar próximo do custo de produção, levando o produtor a um ganho muito baixo. Dessa forma, o pagamento de uma mão de obra qualificada pode ser comprometido, ou seja, o valor recebido não arcará com os custos da contratação de trabalhadores mais qualificados.

As ações do governo em relação à falta de garantias para a produção, como o estabelecimento do preço mínimo e os tributos sobre os insumos agrícolas, foram os pontos mais citados pelos produtores. A maior parte mostrou-se insatisfeita com as ações governamentais de todas as esferas: municipal, estadual e federal.

5.4.3 Produtores uraienses

Dos produtores entrevistados em Uraí, 53% nasceram no município, 27% vieram de São Paulo e 20% nasceram no Paraná, em municípios próximos. Os pais dos entrevistados vieram, na maior parte, do Estado de São Paulo, regiões produtoras de café. Um dos entrevistados relatou, inclusive, que os pais fizeram o “*miai*”⁹⁰, pois os avós maternos e paternos se conheciam no Japão e quando sua mãe nasceu no Brasil, as famílias já fizeram o acordo para o casamento, e a concretização de tal compromisso foi feita com a vinda do pai do entrevistado para o Brasil para a realização da cerimônia. Esse hábito é culturalmente comum na sociedade japonesa.

O casamento na cultura japonesa possui significado distinto daquele da sociedade ocidental. A motivação primordial do matrimônio não é afeição ou amor romântico do Ocidente, mas a convivência de viver uma vida conjunta, o que traz vantagens tanto para o homem quanto para a mulher. A hierarquia familiar, o casamento por intermediação (*miai*), a autoridade do marido, o papel diferenciado do primogênito e o ideal de mulher ‘boa esposa e mãe sábia’ são práticas e valores que orientam a sociedade japonesa até o pós-guerra [...] esses costumes ainda permanecem vivos no imaginário japonês (VIANA, 2008, p. 64).

A chegada dos pais e avós dos entrevistados ocorreu de forma parecida com a de Assaí. A dinâmica da compra do lote foi a mesma, alguns conseguiram comprar a propriedade na vinda ao município, outros trabalharam alguns anos na condição de meeiros e porcentageiros, e mediante economia dos valores recebidos, conseguiram adquirir uma parcela da terra. Essas propriedades, quando passadas aos herdeiros, continuaram com a produção, não houve registro de vendas entre os entrevistados. Na fala de um produtor, há menção ao valor sentimental inserido nessa conduta: “comprei outra, mas aquela que meu pai comprou é sagrada, eu não disponho”. Asari e Tsukamoto (2008, p.99) afirmam que “ao longo do tempo, a agricultura passou por um processo de transformações e o pensamento das novas gerações reflete na forma de expansão de suas atividades: de colonos de café os produtores *nikkeis* passaram a proprietários rurais capitalistas”.

Apesar da incorporação de novas áreas, da mudança de variedades cultivadas e das técnicas utilizadas, como asseveram as autoras, a permanência com a primeira propriedade

⁹⁰ *Miai* é o casamento arranjado. O *nakodo* (intermediário entre as duas famílias) tem o papel de unir casais cujas famílias possuem as mesmas características econômicas e sociais.

adquirida pela família é uma atitude de cunho sentimental para os descendentes que administram as propriedades atualmente.

Houve aumento de área da propriedade de 67% dos produtores. Alguns produtores revelaram que a compra de novos lotes deveu-se ao dinheiro proveniente do tempo em que moraram e trabalharam no Japão; outros relataram que a ocorrência de grandes safras das culturas praticadas possibilitou a compra.

A maior parte dos agricultores uraienses mora no espaço urbano segundo informações da Emater do município. Dos entrevistados, cinco moram no sítio e relataram não nutrir desejo de residir na cidade, mas afirmam ser conscientes de que, se necessário, em virtude de problemas de saúde ou da idade, aceitariam a mudança. Do percentual que reside no espaço urbano, um grande número gostaria de ainda morar no sítio, haja vista que a maioria já morou, no entanto, em razão do estudo dos filhos, da precariedade das estradas e do conforto, optaram em viver na sede do município.

Apesar da residência dos produtores, 73% deles nunca tiveram outra profissão além da de agricultor. Os demais produtores desempenharam outras funções antes de se dedicarem à agricultura, inclusive com formação acadêmica como economistas, agrônomos e administradores. Para eles, a mudança de profissão ocorreu em virtude dos bons índices das atividades agrícolas à época, com destaque para a viticultura.

Os produtores de Uraí contam com grande respaldo técnico em suas atividades agrícolas, como mostra a Figura 33. Aproximadamente 90% possuem assistência de agrônomo ou técnico agrícola em suas propriedades.

As cooperativas que comercializam insumos são as fontes mais citadas de fornecimento de profissionais para acompanhar as lavouras, porque com a compra do produto na loja da cooperativa, a assistência não é cobrada. Mesmo havendo essa configuração técnica no município, há também agricultores que pagam por assistência particular. Um dos entrevistados relatou que há 40 anos um mesmo profissional atende a sua propriedade, sendo responsável, além da assistência na lavoura, pela parte técnica para obtenção de financiamentos.

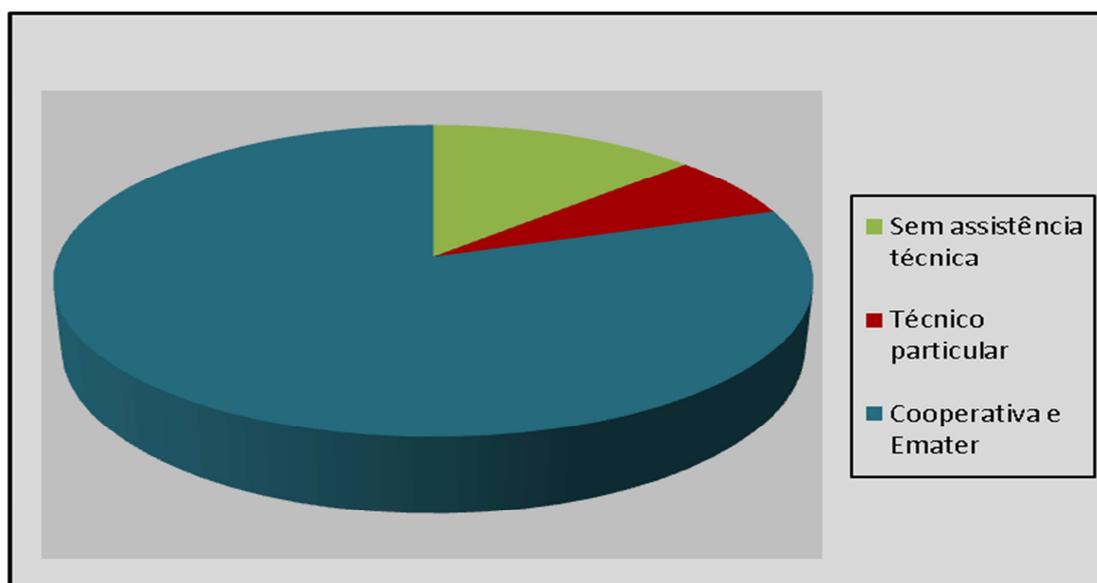


Figura 33 – Assistência técnica nas propriedades dos produtores de Uraí
 Fonte: Pesquisa de campo (2013). ALMEIDA, A.C.S. (Org.)

Os produtores que não possuem assistência em suas propriedades alegam que não há necessidade desse profissional. Nas palavras de um deles: “a gente ia na raça”, enfatizando que os produtos agrícolas, depois de cultivados por muitos anos, não têm muito segredo nos tratamentos culturais. No entanto, segundo eles, mesmo não havendo acompanhamento mensal na propriedade, a visita de um técnico poderia ocorrer esporadicamente.

Todos os entrevistados possuem os equipamentos necessários para a realização dos tratamentos culturais nas lavouras, tais como trator, pulverizador, sistema de irrigação, roçadeira, caminhão, carros utilitários, plantadeira, colheitadeira. Esses equipamentos foram financiados por 67% dos produtores; desse total, apenas 10% deles tiveram dificuldade para pagar, o restante comprou à vista.

Os produtores entrevistados continuam administrando a mesma propriedade que foi adquirida pelos pais e avós no início da colonização do município. Muitos adquiriram novos lotes no decorrer do tempo, mas são categóricos em garantir que a aquisição das novas áreas não influenciou a vontade de se desfazer da primeira. Indagados sobre a continuidade da propriedade pelos filhos, a maior parte deles, em torno de 65%, assegurou que o lote ainda continuará com a família, uma vez que os filhos já estão envolvidos na atividade, o que fortalece a premissa de permanência (Figura 34). Porém, três deles estão conscientes da venda da propriedade pelos seus herdeiros, porque esses estudam ou atuam em outras áreas. Esses produtores assinalaram que permanecerão com a propriedade até o momento que conseguirem administrar, depois optarão pelo arrendamento, e quando esgotar as alternativas, ocorrerá a

venda. Nessa mesma linha de esperança da propriedade permanecer na família, dois produtores revelaram não saber qual a opção dos filhos, mas evidenciaram a possibilidade da prática do arrendamento, ou seja, há posse da terra, mas concedendo a exploração a outro. Durante a entrevista, houve a relação entre o espaço em que os agricultores vivem e o interesse dos filhos nas atividades agrícolas: “a maioria dos agricultores mora na cidade, então é difícil o filho se interessar por algo que não convive”.

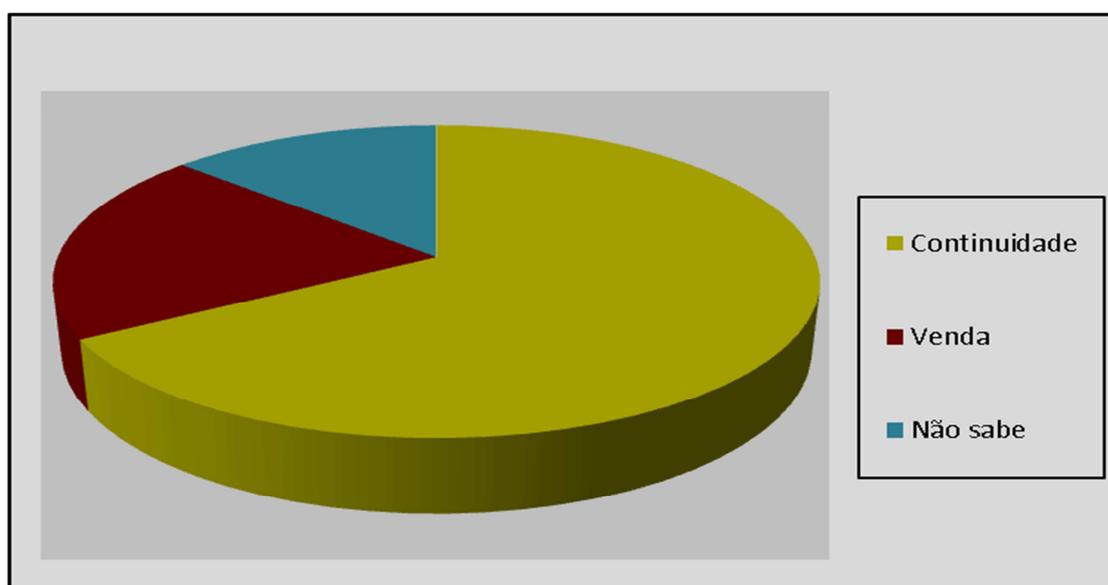


Figura 34 – Continuidade da propriedade pelos filhos dos produtores uranienses
Fonte: Pesquisa de campo (2013). ALMEIDA, A.C.S. (Org.)

Os produtores uraienses estão na atividade há muitos anos, são filhos e netos de agricultores, com várias gerações envolvidas com o meio agrícola. A maioria, inclusive, jamais exerceu outra profissão. Diante desse histórico familiar, os entrevistados foram questionados sobre a visão acerca da agricultura no Brasil, apontando os pontos positivos e negativos desse ramo (Figura 35).

O governo é o ponto em destaque quando o assunto está relacionado aos problemas da atividade. Mais de 50% das respostas apontaram problemas de gestão como as mais prejudiciais ao contexto agrícola. As reclamações indicaram diversos aspectos, como o alto preço dos impostos, que de acordo com os produtores encarecem os insumos, afetando diretamente o custo da produção. Um dos entrevistados argumentou que “ninguém vai comprar trator para passear e adubo para enfeitar o barracão, compramos isso para trabalhar, para colocar comida na mesa da população”, evidenciando as insatisfações com as políticas voltadas à agricultura.

Outro aspecto criticado foi a formação dos políticos que ocupam os cargos no governo; segundo um produtor, falta conhecimento técnico aos representantes públicos. Para outro produtor: “eles não enxergam os problemas, pois não estão inseridos no contexto, a agricultura não faz parte da vida deles”.

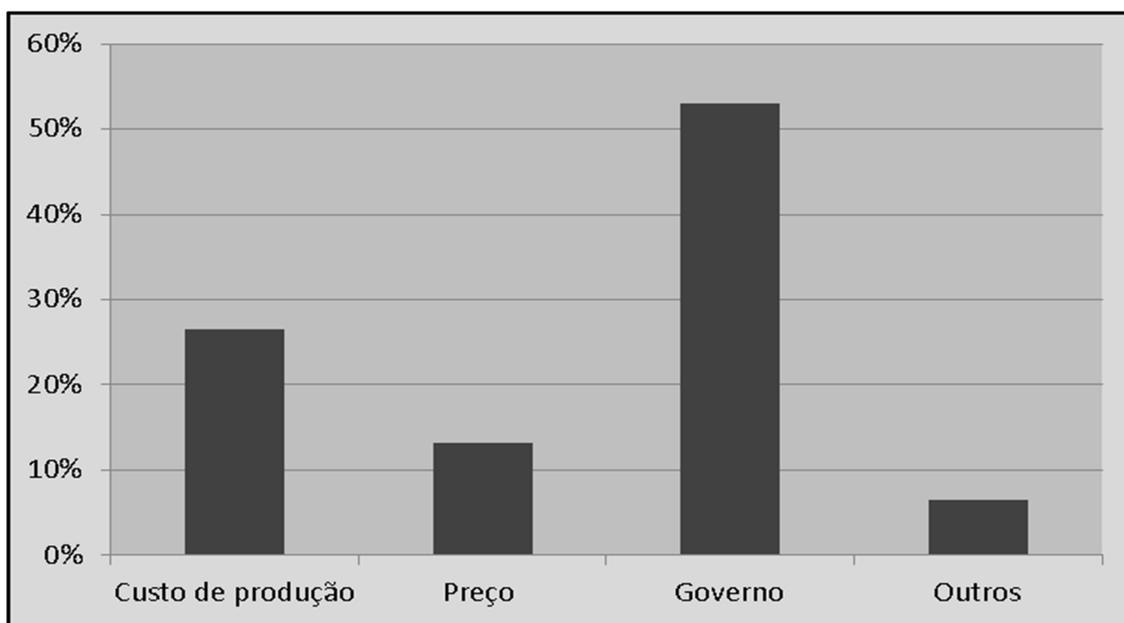


Figura 35 – Pontos negativos da agricultura segundo os produtores de Uraí
Fonte: Pesquisa de campo (2013). ALMEIDA, A.C.S. (Org.)

A falta de políticas voltadas ao médio produtor também foi citada no grupo das reclamações; alguns alegaram que há programas governamentais direcionados ao grande e ao pequeno produtor, mas excluem o médio, o que inibe o desenvolvimento dos produtores dessa categoria. É importante mencionar que o termo governo refere-se às mais variadas esferas, municipal, estadual ou federal.

O preço dos insumos e os demais gastos que compõem os custos preocupam e são os maiores problemas da atividade na visão de 27% dos produtores. Outro problema indicado é o preço do produto. De forma geral, observa-se que os pontos negativos estão inter-relacionados, pois se não há ganhos na venda do produto, ou seja, se há problemas com o preço, automaticamente o custo terá um peso maior no orçamento da propriedade. Da mesma maneira, a elevação do custo pelo alto valor pago em insumos, em decorrência dos impostos embutidos nesse tipo de produto, faz com que o preço obtido na venda da produção não cubra, satisfatoriamente, as necessidades financeiras do produtor.

Dentre os outros problemas citados pelos produtores, salientam-se clima e a falta de infraestrutura. Ambos afetam e se relacionam com os outros pontos negativos mencionados,

pois as condições climáticas desfavoráveis em determinado ano podem afetar a qualidade da produção e evidentemente o valor pago no produto no momento da comercialização, e mesmo com um ganho menor, não há diminuição dos custos da produção. Isso se relaciona, também, ao problema citado na categoria “governo”, já que para o cultivo de uma nova safra ser possível, o produtor deve, às vezes, se valer de um empréstimo ou financiamento, sendo vantajosa ou não a linha de crédito na qual o produtor se encaixará. Assim, verifica-se que mesmo divididos para fins de discussão, os pontos negativos da agricultura, segundo os produtores uraienses, estão correlacionados.

Apesar dos problemas citados pelos produtores, estes concebem a agricultura como uma atividade de grande relevância para a sociedade e revelam satisfação com a escolha de permanecer no campo e poder dar continuidade à história da família.

Indagados sobre os pontos positivos da atividade agrícola, aproximadamente 40% não identificaram as vantagens da atividade, ressaltando apenas os problemas da atividade (Figura 36).

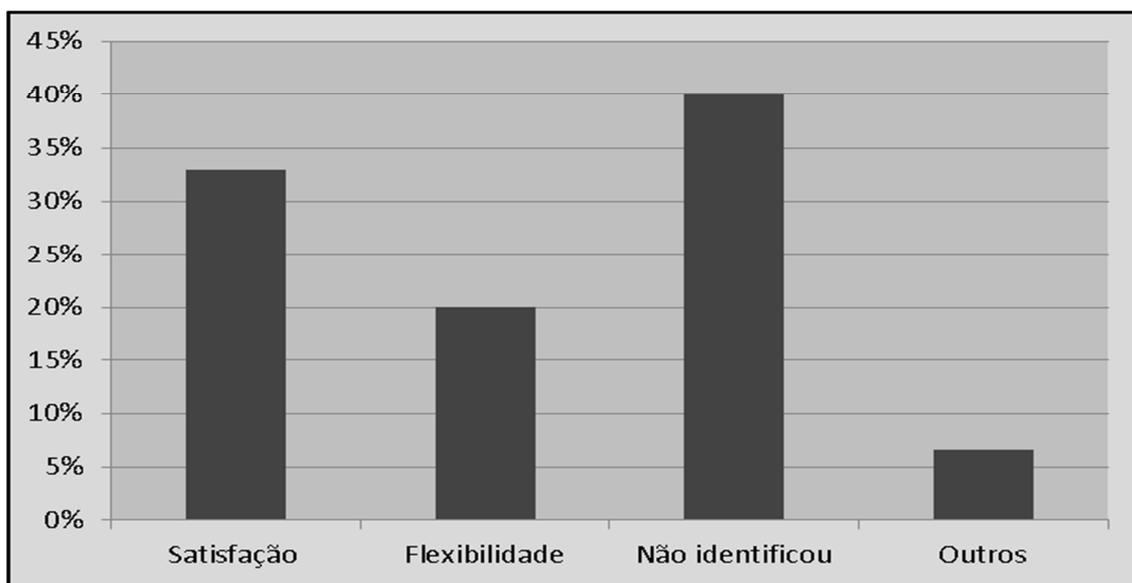


Figura 36 – Pontos positivos da agricultura segundo os produtores de Uraí
Fonte: Pesquisa de campo (2013). ALMEIDA, A.C.S. (Org.)

Convém mencionar que 33% dos produtores indicaram que o ponto positivo da agricultura é poder fazer o que gostam que o fazem porque se sentem bem e amam esse trabalho. Segundo um deles: “a gente nasceu na agricultura, gosta do que está fazendo, pra gente é tudo. É prazeroso, fazemos com amor”. Relacionando ambos os grupos de produtores, os que não mencionaram os pontos positivos e os que indicaram a satisfação, há uma característica interessante. Os produtores do primeiro grupo residem na cidade, e outros no

campo. Percebe-se, assim, que os entrevistados que ainda residem no sítio nutrem um sentimento pelo espaço em que vivem e com a atividade que praticam. As falas tinham, inclusive, uma conotação bucólica. É notório, portanto, que a opção em morar no campo ou na cidade pode, de certa forma, influenciar a visão sobre a atividade.

A flexibilidade no trabalho foi apontada por três dos entrevistados. Poder escolher, na medida do possível, os horários e dias a serem trabalhados agrada os indivíduos ocupados com essa atividade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil recebeu grande contingente de imigrantes nos dois últimos séculos. Esses personagens estrangeiros contribuíram significativamente para o desenvolvimento do país. Foram, durante muitas décadas, integrantes de uma importante parcela de mão de obra ocupada nas lavouras de café.

No início, os imigrantes que vieram para o Brasil eram quase que exclusivamente europeus. No entanto, em decorrência de divergências trabalhistas, o fluxo desses trabalhadores apresentou declínio no início do século passado, dando margem para a entrada de novos personagens no território brasileiro, os japoneses.

O Japão passava, na segunda metade do século XIX, por grandes transformações políticas, econômicas e sociais. A emigração para aquele país se mostrava como uma alternativa de grande viabilidade perante a reestruturação a que o país passava. Do lado brasileiro, a emergência em conseguir braços para a lavoura enxergava no interesse japonês em enviar nacionais ao país uma aliança vantajosa para a situação.

Os imigrantes japoneses tiveram uma adaptação um pouco mais delicada à nova terra em comparação com os europeus. As barreiras impostas pela língua, pela culinária e pela cultura em geral castigaram fortemente os novos trabalhadores, assim como os oriundos da Europa. Atrelado a isso, havia também o “estranhamento” dos brasileiros perante os novos imigrantes, tendo em vista as diferenças fisionômicas.

Apesar das dificuldades enfrentadas nos primeiros anos no Brasil, os japoneses conseguiram, com muita dedicação e empenho, acumular economias para a compra de seus próprios lotes rurais. Os espaços em que essa população se fixou, depois da compra, foram São Paulo e Paraná. O Estado da região Sul, no período, se encontrava em fase de colonização da porção norte, área em que houve maior concentração de japoneses oriundos das fazendas de café de São Paulo.

Nesse contexto, o papel exercido pelas empresas colonizadoras foi de grande relevância. Atuaram na colonização do norte do Paraná três empresas: a CMNP, a Bratac e a *Nambei*. As duas últimas tiveram seus projetos de colonização totalmente voltados aos japoneses, sendo responsáveis pelo surgimento de Assaí e Uraí, respectivamente. A CMNP não formulou planejamento direcionado exclusivamente a esses personagens como o fizeram as outras companhias, no entanto, em sua área de atuação, um grande número de nipônicos adquiriu lotes, a exemplo do município de Marialva.

Os três espaços mencionados, Assaí, Marialva e Uraí, tiveram na presença dos orientais um fator de diferenciação no contexto regional. A introdução de novas técnicas de trabalho, principalmente no que tange às práticas agrícolas, conferiram aos municípios uma dinamicidade maior em relação a outros espaços.

Esses três espaços tiveram o café como base econômica no início da colonização. Todavia, esse produto dividiu o papel de cultura protagonista no espaço rural de Assaí e Uraí com outras duas atividades, a cotonicultura e ramicultura. Essas garantiram, durante muitos anos, uma pequena diversificação agrícola aos municípios, tendo em conta que desprendia da prática única dos outros espaços do norte do Estado, a cafeicultura. A inserção do algodão e do rami esteve atrelada à instalação de japoneses nessas unidades municipais, uma vez que parcerias foram firmadas desde o início da aquisição da área pelas companhias colonizadoras com o objetivo de atender ao mercado japonês.

A inserção das técnicas modernas de produção no meio rural paranaense, a partir dos anos finais da década de 1960, atrelada às mudanças econômicas e sociais do pacote dito moderno, atingiram fortemente a organização rural dos três municípios. Apesar de mais tardiamente em Marialva, pois Assaí e Uraí já apresentaram reflexos na década de 1970, os impactos foram sentidos de diversas maneiras, houve a concentração fundiária, a troca da base agrícola, a substituição de mão de obra e o esvaziamento populacional. Nesse período, a população envolvida com as atividades rurais foi atingida, sem distinção, inclusive, de nacionalidade ou descendência, ou seja, brasileiros e membros da colônia.

Apesar dos impactos e das mudanças promovidas pela modernização da agricultura, os espaços analisados nesta pesquisa adaptaram-se à nova dinâmica e criaram alternativas frente à crise. Nos três municípios estudados, a contribuição da colônia japonesa foi nítida. Em Assaí e Uraí, a diversificação dos produtos agrícolas garantiu a permanência de grande parte das pequenas propriedades no contexto municipal, uma vez que essa configuração de estrutura fundiária foi uma das características da colonização desses espaços. Embora tenha havido forte pressão a essa categoria na década de 1980, os *nikkeis* conseguiram, em diversas situações, permanecer com as propriedades adquiridas pelos pais e avós na chegada ao município. A perseverança e a aptidão com o trabalho agrícola fortaleceram o espírito empreendedor dos membros da colônia.

Marialva apresentou reflexos da modernização mais tardiamente, as variáveis analisadas demonstraram que os impactos atingiram esse espaço na década de 1980. Embora tenha havido mudanças nas bases agrícolas do município nesse período, do café para os novos grãos, e um considerável índice de êxodo rural, essa realidade foi controlada. As variações

nos aspectos populacionais são, ainda hoje, bem distintas das encontradas em outros municípios de mesma categoria, como Assaí e Uraí.

A situação atípica de Marialva foi resultado, mais uma vez, da contribuição da colônia japonesa. Na verdade, houve no meio rural marialvense a implantação de uma cultura diferenciada na década de 1980, a uva, atividade desenvolvida exclusivamente nas propriedades de *nikkeis* até aquele momento e que passou a ser cultivada mais amplamente no município com a ajuda do conhecimento técnico dos membros da colônia. Essa atividade desde então ocupa elevada mão de obra e gera lucros consideráveis, e, conseqüentemente, conseguiu reverter o êxodo rural ocorrido no município.

Na década de 1980, muitas pessoas garantiram sua sobrevivência com base na cultura da uva. Essa alternativa de sobrevivência propiciou excelentes resultados e se estabeleceu como a base econômica da pequena propriedade. Os produtores encontraram muitas vantagens nessa cultura, sobretudo os pequenos produtores, que não conseguiriam absorver os produtos modernos do novo modelo agrícola. O espaço destinado a essa cultura era muito menor do que os exigidos por todas as outras, possibilitando, dessa maneira, o aproveitamento dos mínimos espaços, que seriam ignorados pelas culturas mecanizadas.

Os agricultores *nikkeis* dos espaços trabalhados, Assaí, Marialva e Uraí, estão insatisfeitos com a falta de conhecimento técnico por parte dos representantes públicos, que legislam sobre uma área, a agricultura, sem nunca ter pertencido à classe, o que causa preocupação e reflete na elaboração de políticas públicas que pouco contribuem para o fortalecimento da categoria. Esses produtores enfrentam, atualmente, graves problemas quanto à disponibilidade e qualificação da mão de obra. Esse entrave ao desenvolvimento das atividades agrícolas afeta, dentre outros fatores, a diminuição da viticultura em Assaí e Uraí, conduzindo os viticultores desses espaços à prática de outras culturas. Marialva, maior produtor de uva fina do Paraná, já enfrenta esse problema e necessita de políticas voltadas ao setor de forma rápida e efetiva.

Embora tenha havido grandes contribuições por parte dos membros da colônia japonesa nos espaços por eles ocupados, com inserção de novas técnicas agrícolas e aprimoramento de variedades existentes, atualmente não há distinção entre o trabalho dos descendentes de japoneses e dos descendentes de outras nacionalidades. Nesse sentido, o conhecimento técnico e o cuidado nas práticas agrícolas foram incorporados pelos demais produtores dos municípios, configurando-se em mais um reflexo da ajuda nipônica à agricultura do norte do Paraná.

Ao longo do tempo, o trabalho conjunto dos imigrantes japoneses, dos seus descendentes e dos descendentes de outras etnias no norte do Estado resultou, para a agricultura dessa região, na adoção de novas técnicas, na introdução de novas variedades e no melhoramento e seleção de espécies já existentes no Brasil, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e fortalecimento do meio rural do norte paranaense.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana C. S. As características da vida no campo no Norte do Paraná nos anos de 1960 a 1980. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, v.6, n. 1, p. 62-77, 2014.

ALMEIDA, Ana C. S.; SERRA, E. A viticultura em Marialva-Pr – A utilização de mão de obra familiar na cadeia de produção da uva. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, v. 5, n. 1, p. 3-17, 2013.

ALMEIDA, Sidney. **Sidney Almeida**: depoimento [nov. 2014]. Entrevistador: Ana Claudia Silva Almeida. Marialva, 2014. Entrevista concedida para elaboração da tese de doutorado do entrevistador.

AOKI, Takao. **Takao Aoki**: depoimento [maio. 2013]. Entrevistador: Ana Claudia Silva Almeida. Assaí, 2013. Entrevista concedida para elaboração da tese de doutorado do entrevistador.

ASARI, Alice Yatiyo. “... **E Eu Só Queria Voltar a Japão**”. (**Colonos japoneses em Assaí**). São Paulo, 1992. 204 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1992.

ASARI, Alice Y. TSUKAMOTO, Ruth Y.D. A terra do sol nascente às terras férteis do Paraná: territorialização e organização social do *nikkeis* **Resistência e integração – 100 anos da imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE- Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2008, cap. 5, p. 90-101.

ASSAÍ. PREFEITURA MUNICIPAL. **Plano diretor de Assaí**, 2005. Disponível em: <http://assai.pr.gov.br/>. Acesso em: 24 de setembro de 2014.

_____. PREFEITURA MUNICIPAL. **Notícias**, 2014. Disponível em: <http://assai.pr.gov.br/>. Acesso em: 16 de julho de 2014.

BALHANA, Altiva P. Política migratória do Paraná. **Revista Paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n. 87, p.39-50, 1996.

BALHANA, Altiva P; MACHADO, Brasil P; WESTPHALEN, Cecília M. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4., 1967, Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 1969.

BASSANEZI, Maria S. C. B; TRUZZI, Oswaldo M. S. Plantadores do Futuro: Japoneses em São Paulo na primeira metade do século XX. In: SAKURAI, Célia. **Resistência e integração – 100 anos da imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE- Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2008, cap. 4, p. 73-87.

BBC – Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110311_entenda_circulo_fogo_rp.shtml> . Acesso em 27 jan. 2013.

BERNARDES, Lyzia Maria Cavalcanti. O problema das frentes pioneiras no Estado do Paraná. In: CARVALHO, Márcia S. FRESCA, Tânia M. **Geografia e o Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades, 2007, cap.9, p. 137-211.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 427-451, out./dez, 1952.

BOTELHO, R. V.; PIRES, E. J. P. Viticultura como opção de desenvolvimento para os Campos gerais.. In: ENCONTRO DE FRUTICULTURA DOS CAMPOS GERAIS, 2, 2009, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa, 2009.

BRITO, F. Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.12, n1/2, p.21-33, 1995.

BRUMES, Karla R.; SILVA, Márcia. A migração sob diversos contextos. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 29, n. 1, p. 123-133, 2011.

CAMOLEZI, Bruno A. COSTA, Julia M. A substituição de culturas e a dinâmica populacional do norte paranaense entre 1930 – 2005. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Montevidéu. **Anais...** Uruguai: EGAL, 2009.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 1998.

CANCIAN, Nadir A. **Cafeicultura paranaense 1900- 1970**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

CAPELARI, Silvia. **Silvia Capelari**: depoimento [out. 2014]. Entrevistador: Ana Claudia Silva Almeida. Marialva, 2014. Entrevista concedida para elaboração da tese de doutorado do entrevistador.

CARNIER JÚNIOR, **Imigrantes**: Viagens, trabalho e integração. São Paulo: FTD, 2000.

CARVALHO, Josiane F. **Os assalariados rurais da agroindústria canavieira da mesorregião noroeste paranaense**. 2008. 223 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, 2008.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Histórica** - Revista Eletrônica do Estado de São Paulo. n.2, jun. 2005.

CODATO, Evandir. 1981. 260 f. **Colonização agrícola**: A colônia Três Barras - 1932-1970. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 1981.

COLNAGHI, Maria Cristina. O processo político de ocupação do Sudoeste. In PAZ, Francisco M. (Org.). **Cenários de economia e política - Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da C.M.N.P, São Paulo: Edanee, 1975.

COSTA, Emília Viotti. **Abolição**. São Paulo: Global, 1982.

_____, Emília Viotti. **Da senzala à colônia**. 4. ed. São Paulo: Fundação da Unesp, 1998.

_____, Emília Viotti. **Da senzala à colônia**. 2. ed. São Paulo: Fundação da Unesp, 1982.

DEMARTINI, Zélia B. F.; TRUZZI, Oswaldo M. S. **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: Editora UFSCAR, 2005.

FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FERNANDES, Priscila M. Cotidiano, etnicidade e sociabilidade de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4., 2009, Maringá. **Anais...** Paraná: CIH, 2009.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988.

FREIRE, Eleusio Curvêlo; MEDEIROS, José da Cunha; ANDRADE, Francisco Pereira. A cultura do rami no agreste nordestino. Campina Grande: EMBRAPA, 1996.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo agropecuário – 1960 – Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

_____. Censo agropecuário – 1970 – Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. Censo agropecuário – 1980 – Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. Cidades – Censo agropecuário 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br, consultado em 10 de outubro de 2012.

_____. SIDRA – Censo agropecuário – 1996 – Paraná. Disponível em: www.ibge.gov.br, consultado em 10 de outubro de 2012.

_____. SIDRA – Dados agropecuários municipais – 2013. Disponível em: www.ibge.gov.br, consultado em 30 de setembro de 2013.

INCRA - **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Relação C.C.I.R – Marialva 2003, 2004 e 2005.

IPARDES - **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Cadernos Municipais. Disponível em: www.ipardes.gov.br, consultado em 22 de novembro de 2013.

GHIZZO, Márcio R; ROCHA, Márcio M. Contextualização dos estudos de mobilidade da população nas Ciências Humanas. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, v. 09, n.18, p. 101-110, 2008.

GONÇALVES, José Sidney; VEGRO, Carlos L. R. A crise econômica e cooperativismo agrícola: uma discussão sobre condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, n. 41, p. 57-87, 1994.

GRAZIANO SILVA, JF. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUSMÃO, Fundação Alexandre. **A Herança Cultural Japonesa Incorporada à Sociedade Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2008.

HANDA, T. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz: Centro de Estudos Nipo Brasileiros, 1987.

HARADA, Kiyoshi. O processo de evolução e de integração dos *nikkeis*. In: HARADA, Kiyoshi. **O Nikkei no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. cap. 2, p. 35-95.

ISHITANI, Cecília Kiku. A Herança Cultural Japonesa Incorporada à Sociedade Brasileira. Fundação Alexandre de Gusmão. In: **A Herança Cultural Japonesa Incorporada à Sociedade Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2008. cap.3, p. 85-108.

IPARDES - **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Cadernos Municipais. Disponível em: www.ipardes.gov.br, consultado em 16 novembro de 2013.

IWASSA, Hiroco L.; ALMEIDA, Miguel E. Kasato Maru (1908): uma abordagem contextualizadora, atendendo ao primeiro princípio da historiografia linguística. **Revista Philologos**, Rio de Janeiro, n. 54, p. 357-369, 2012.

KAWAMURA, Lili. Família, mulher e cultura - impactos da migração para o Japão. In: SAKURAI, Célia. **Resistência e integração – 100 anos da imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE- Centro de Documentação e Disseminação de Informações, cap. 10, p. 167-179, 2008.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, cap. 1, p. 13-31, 2000.

KODAMA, Kaori; SAKURAI, Célia. Episódios da imigração – um balanço de 100 anos. In: SAKURAI, Célia. **Resistência e integração – 100 anos da imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE- Centro de Documentação e Disseminação de Informações, cap. 1, p. 16-29, 2008.

KOHLHEPP, Gerd. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no norte do Paraná (Brasil). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p.79-94, abr./jun. 1991.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872- 1972). **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 8 (supl), p. 49-90, 1974.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Edição da Prefeitura do Município de Maringá/Dissertação de Mestrado. 1997.

MARTINE, G. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetes, 1987. p. 59-79.

MARTINS, José de Souza. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MONBEIG, Pierri. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec/Polis, 1984.

MORO, Dalton. As conseqüências sociais da modernização da agricultura. VILLALOBOS, Jorge Guerra (Org.). **Geografia social e Agricultura no Paraná**. 2 ed. Maringá: PGE, 2001. cap. 4, p.31-124.

MOTOYAMA, Shozo. Kasato Maru. **Estudos avançados**, vol. 25, n. 72, São Paulo, 2011.

MÜLLER, Nice Lecoq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Revista Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: Ocupação do Território, população e Migrações**. São Paulo: SEED, 2001.

NINOMIYA, Masato. O tradicional e o moderno na educação dos filhos de imigrantes japoneses. In: SAKURAI, Célia. **Resistência e integração – 100 anos da imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE- Centro de Documentação e Disseminação de Informações, cap. 9, p. 150-165, 2008.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Economia**, Brasília, v.7, n.3, p.587-605, set/dez 2006.

NUNES, Juraci Regina Pacheco. **Modernização da agricultura-pecuarização e mudanças - o caso de Alto Purus**. Rio Branco: Tico Tico, 1991.

OGUIDO, Homero. **De imigrantes a pioneiros – a saga dos japoneses no Paraná**. 2. ed. Curitiba, 1988.

OHARA, Tuyoci. O apoio do governo do Japão à comunidade Nikkei. In: HARADA, Kiyoshi. **O Nikkei no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, cap. 13, p. 382-397, 2008.

OLIVEIRA, Cleuza B; GUSMÃO, Alessandra B; ALEGRO, Regina C. Crônica da cultura do rami em Uraí: lembranças de trabalhadores, 1960-1980. **Confins** [Online], 2010. Disponível em: <http://confins.revues.org/5973?lang=pt>, consultado em 19 de dezembro de 2014.

OLIVEIRA, Emília Costa. Uraí – nossa terra, nossa gente. 1. ed. v. 2, 1999.

OLIVEIRA, Semí C. A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.2, n.4, p.1-8, jun. 2009.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso paranaense**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

PAULO, Mirian L. **As migrações internas e a configuração-sócio-econômico-espacial de Assaí-PR: O caso dos nordestinos**. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina, 2010.

Peixoto, J..As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macrosociológicas. **SOCIUS Working Papers**. nº11/04, SOCIUS/ISEG, Lisboa, p. 1-36.

PEREGALLI, Enrique. **Escravidão no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 1988.

PEREIRA, Nilza O. M; LUIS A. P. OLIVEIRA. Distribuição territorial dos japoneses no Brasil. In: SAKURAI, Célia. **Resistência e integração – 100 anos da imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE- Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2008, cap. 2, p. 32-53.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante a pequena propriedade**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. 89 p.

REGO, Renato L. MENEGUETTI, Karin S. A forma urbana das cidades de médio porte e dos patrimônios fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. **Acta Scientiarum. Technologyum**, Maringá, v.28, n.1, p.93-103, 2006.

REZENDE, Tereza Hatue. **Ryu Mizuno: a saga japonesa em terras brasileiras**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1991.

RICIERE, Maria Teresa. **Marialva: do café a uva fina**. Maringá: Chicletec, 2008.

SAITO, Hiroshi. **O japonês no Brasil - estudo de mobilidade e fixação**. São Paulo: Sociologia e Política, 1973.

SAKURAI, Célia. Dos passageiros do Kasato Maru aos aviões da Varig – quem eram os imigrantes?. In: SAKURAI, Célia. **Resistência e integração – 100 anos da imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE- Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2008. cap. 7, p. 120-135.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil. In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. cap. 8, p. 201-238.

SANTOS, Denis I. Campai, Saúde! Um Brinde ao Brasil Nipo-Brasileiro In: **A Herança Cultural Japonesa Incorporada à Sociedade Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2008. cap. 4, p. 109-136.

SANTOS, Ivilson Poletto. A Sociedade Promotora de Imigração como forma de compensação pela libertação dos cativos (1886 – 1895). **Revista de Economia Política e História Econômica**, n. 21, p. 26-54, jun. 2010.

SANTOS, Ivilson Poletto. A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886 -1895. **Histórica**, n. 25, p.10-16, set. 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHPUN, Mônica Raisa. Imigração japonesa no Brasil – riquezas de uma presença secular. In: SAKURAI, Célia. **Resistência e integração – 100 anos da imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE- Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2008. cap. 8, p. 136-149.

SERRA, Carlos Alberto T. Considerações acerca da evolução da propriedade da terra rural no Brasil. **Alceu**, v. 4, n. 7, p. 231-248, jul./dez. 2003.

SERRA, Elpídio. Colonização, uso da terra e conflitos sociais no Paraná. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. **Anais...** Uruguai: EGAL, 2009.

_____. Noroeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo das zonas de contato arenito-basalto. **Revista Campo Território**, Uberlândia, v. 5, n. 9, p. 89-111, fev. 2010.

_____. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.10, n.1, p.61-93, dez. 1992.

_____. Reflexões sobre a origem da crise agrária no Norte do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.19, n.1, p. 45-58, 2001.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1990.

SILVA, Henrique Manoel. **Os imigrantes da Letônia no oeste paulista: adaptação pioneira e construção de uma comunidade histórica e imaginária em terras brasileiras, 1922-1940**, Maringá: Eduem, 2002.

SILVA, Márcia; BRUMESI, Karla R. A migração sob contextos. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 29, n 1, p. 123-133, 2011.

SILVA, Jose Junio; STADNKY, Hilda Pivaro. Estudo da hibridação e configuração de identidades culturais de imigrantes japoneses em Pirianito - (Uraí-Pr). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 6., 2013, Maringá. **Anais...** Maringá: CIH, 2013.

SOUZA, Iraci Garbim. A Imigração italiana, séculos XIX-XX, em Nova Veneza-GO: contribuições para a cultura. **Revista Visão Acadêmica**, Cidade de Goiás, p. 116-136, nov. 2012.

STANIFORD, P. (1973). O background, a estratégia e a personalidade do imigrante japonês no além-mar. In: SAITO, H. e MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p.32-55, 1973.

SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTINI, Catherine (Org.). **Fronteiras**, Brasília, p. 19-37, 1988.

TAUNAY, Affonso de E. **História do café no Brasil - 1939-1943**. Rio de Janeiro, Edição do Departamento Nacional do Café. v. 9, 1939.

TEIXEIRA, Valter. **Valter Teixeira**: depoimento [mai. 2013]. Entrevistador: Ana Claudia Silva Almeida. Assaí, 2013. Entrevista concedida para elaboração da tese de doutorado do entrevistador.

TOBA, Marcos Mauricio. O Japão De Meus Olhos. Fundação Alexandre de Gusmão. In: **A Herança Cultural Japonesa Incorporada à Sociedade Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2008. cap. 6, p. 165-202.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988.

TSUKAMOTO, Tetundo. Sociologia do imigrante: algumas considerações sobre o processo migratório. SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Ed. Vozes, cap. 1, p. 13-31.

VIANNA, Candice Sakamoto Souza. Um Japão no Brasil: Heranças de 100 anos de História. Fundação Alexandre de Gusmão. In: **A Herança Cultural Japonesa Incorporada à Sociedade Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2008. cap. 2, p. 43-84.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. **O japonês na frente de expansão paulista**. São Paulo: Pioneira, 1973.

WANKE, Eno Teodoro. **A saga dos imigrantes – Memórias**. 1. ed. Rio de Janeiro: Plaquette, 1993. 162 p.

YOSHIOKA, Reimei. Síntese histórico-evolutiva da emigração japonesa no mundo. In: HARADA, Kiyoshi. **O Nikkei no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. cap. 1, p. 1-33.

WAKITA, Masaaki. **Masaaki Wakita**: depoimento [outubro. 2013]. Entrevistador: Ana Claudia Silva Almeida. Marialva, 2013. Entrevista concedida para elaboração da tese de doutorado do entrevistador.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná/Departamento de História**. Curitiba, n.7, 1968.

WACHOWICZ, RUY C. **História do Paraná**. 4. ed. Curitiba: Editora dos Professores, 1977.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com técnicos de Assaí

EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

- 1- Principal público atendido pela Emater do município.
- 2- O que a Emater considera como Agricultura Familiar.
- 3- E como pequena propriedade (limites de área).
- 4- Qual o número de pequenas propriedades (em números absolutos ou %).
- 5- O número de pequenas propriedades é significativo em relação ao total.
- 6- Principais atividades desenvolvidas nas propriedades do município.
- 7- Mão de obra utilizada nas propriedades (temporária, assalariada, porcenteiros...).
- 8- Residência do proprietário (cidade ou campo).
- 9- Situação da Agricultura Familiar no município.
- 10- O que os japoneses representam em termos quantitativos e qualitativos.
- 11- Incentivos do governo para a agricultura no município (principais programas).
- 12- Existência de algum programa voltado às pequenas propriedades.
- 13- Características dos proprietários (visão geral).
- 14- Trabalho da mulher no contexto rural.
- 15- Envelhecimento do produtor/ Situação dos filhos (sucessão).
- 16- Agricultura do município de forma geral (caracterização).

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com técnicos de Marialva

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

- 01- Principal público atendido pela Emater do município.
- 02- Número de pequenas propriedades (em números absolutos ou %). Houve aumento, estabilização, diminuição nos últimos anos. Quais as perspectivas para essa configuração fundiária.
- 03- Principais atividades desenvolvidas nas propriedades do município.
 - 3.1 A uva ainda é a protagonista no meio rural.
 - 3.2 Quais as perceptivas para esta atividade no município.
 - 3.3 Quais outras atividades ganharam espaço em Marialva. Por quê. Qual o contexto da entrada das novas culturas.
- 04- Mão de obra utilizada nas propriedades (temporária, assalariada, porcentageiros...)
 - 4.1 Há muita discussão e reclamação por parte dos proprietários quanto à mão de obra, quais as estratégias criadas para diminuir esse problema.
- 05- Residência do proprietário (cidade ou campo). Tendência...
- 06- Situação da Agricultura Familiar no município. Fortalecimento... fragilidade
- 07- O que os japoneses representam em termos quantitativos e qualitativos.
- 08- Papel da colônia na dinâmica agrícola do município.
- 09- Incentivos do governo para a agricultura no município (principais programas), parceria com a Emater (esfera federal, estadual e municipal).
- 10- Existência de algum programa voltado às pequenas propriedades. Algum exclusivo de Marialva.
- 11- Características dos proprietários (visão geral). Abertos ao diálogo, às inovações, às parcerias...
- 12- Trabalho da mulher no contexto rural.
- 13- Envelhecimento do produtor/ Situação dos filhos (sucessão).
- 14- Agricultura do município de forma geral (caracterização).

APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas com técnicos de Uraí

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural de Uraí

- 1- Principal público atendido pela Emater do município?
- 2- Qual o número de pequenas propriedades (em números absolutos ou %) em relação ao total?
- 3- Houve aumento, estabilização ou diminuição, nos últimos anos, do número de pequenas propriedades? Quais as perspectivas para essa configuração fundiária?
- 4- Principais atividades desenvolvidas nas propriedades do município.
 - 4.1 Qual o papel da uva nesse contexto?
 - 4.2 Quais as percepções para esta atividade no município? (em conversa com produtores do município muitos reclamaram da atividade. Os principais problemas apontados foram: mão de obra e o custo da produção). Qual o futuro da atividade perante esses desestímulos à atividade?
 - 4.3 Quais outras atividades ganharam espaço em Uraí? (com a desistência de alguns viticultores) Por quê? Qual o contexto da entrada das novas culturas?
- 5- Mão de obra utilizada nas propriedades (familiar, temporária, assalariada, porcenteiros...)
 - 5.1 Há muita discussão e reclamação por parte dos proprietários quanto à mão de obra, quais as estratégias criadas para diminuir esse problema?
- 6- Em maioria, os proprietários moram na cidade ou no campo?
- 7- Situação da Agricultura Familiar no município.
- 8- O que os japoneses representam em termos quantitativos e qualitativos para a agricultura de Uraí?
- 9- Qual o papel da colônia na dinâmica agrícola do município?
- 10- Há incentivos do governo federal/estadual para a agricultura no município (principais programas)? Como ocorre a parceria com a Emater?
- 11- Qual a importância do trabalho da mulher no contexto rural de Uraí?
- 12- Envelhecimento do produtor/ Situação dos filhos (sucessão – o município enfrenta problema quanto à continuidade da propriedade).

APÊNDICE D – Roteiro de entrevistas com pioneiros de Assaí e Uraí

1- Nasceu em Assaí/Uraí.

1.2 - Onde nasceu e quando chegou ao município.

2- Qual a data de nascimento.

3- Como a família chegou ao município (história familiar).

4- Quais as origens das principais famílias do município (história geral).

5- Quais as principais dificuldades na inserção no novo espaço.

6- Em quais atividades econômicas o município se destacou desde o início da 7olonização.

8- Quais os motivos das mudanças quanto às atividades econômicas no município.

9- Qual o papel da colônia japonesa na “construção” do município.

10- Qual o papel da colônia japonesa na “construção” da agricultura do município.

11- Quais mudanças ocorreram no município, de forma geral, no decorrer da história (população, política, cultural...).

12- A partir das mudanças a situação era melhor ou pior do que agora (em termos econômicos e de qualidade de vida).

APÊNDICE E – Roteiro de entrevistas com pioneiros de Marialva

1- Nasceu em Marialva.

1.1 - Onde nasceu e quando chegou ao município.

2- Qual a data de nascimento.

3- Como a família chegou ao município (história familiar).

3.1 Veio de onde.

4- Quais as origens das principais famílias do município (história geral).

5- Quais as principais dificuldades na inserção no novo espaço.

6- Em quais atividades econômicas o município se destacou desde o início da colonização.

6.1 Quando chegou em Mva, plantou oq?

6.2 Como foi a história da viticultura no município?

6.3 Por que a escolha da uva?

6.4 De onde veio?

6.5 Quais as variedades?

6.6 Quem trabalhava?

6.7 Como foi o “repasso” de informações de cultivo da atividade para outros produtores?

7- Quais os motivos das mudanças quanto às atividades econômicas no município.

8- Qual o papel da colônia japonesa na “construção” do município.

9- Qual o papel da colônia japonesa na “construção” da agricultura do município.

10- Quais mudanças ocorreram no município, de forma geral, no decorrer da história (população, política, cultural...). Houve mudanças na Colônia?

11- A partir das mudanças a situação era melhor ou pior do que agora (em termos econômicos e de qualidade de vida).

APÊNDICE F – Roteiro de entrevistas com produtores

- 1- Nasceu em Assaí/Marialva/Uraí. Data.
 - 1.2- Onde nasceu e quando chegou ao município
- 2- Como a família chegou ao município (história familiar).
- 3- Atividades econômicas praticadas pela família o longo dos anos.
- 4- A propriedade atual foi a primeira da família.
- 5- Principal atividade desenvolvida na propriedade.
- 6- Iniciou dessa atividade (período).
- 7- O que fazia antes na propriedade.
- 8- Número de pessoas que trabalham na propriedade. Relação de trabalho existente (assalariado, porcenteiro, boia-fria, diarista...)
- 9- Contratação de mão de obra temporária em alguma fase da produção.
- 10- Possui outra propriedade.
- 11- Papel da assistência técnica no processo produtivo.
- 12- Tempo em que mora na propriedade. (Residentes)*
 - 12.1- Já morou na propriedade.
 - 12.2- Por que mudou para a cidade.
- 13- Onde morava antes. (R)*
- 14- Ocupação anterior (Caso não tenha histórico na agricultura).
- 15- Bens da “propriedade”: Equipamentos de valor financeiro acima de R\$ 1.000,00 reais. – Quais?
- 16- Os equipamentos foram financiados? Já foram quitados, tiveram dificuldades em pagar.
- 17- A área atual é a mesma de quando chegaram, se a área foi ampliada ou reduzida e QUANDO a alteração da área aconteceu.
- 18- Futuro da propriedade/continuidade pelos filhos.
- 19- Já morou na cidade. (R)*
- 20- Tem vontade ou plano de um dia morar na cidade. (R)*
- 21- Visão da agricultura do município e do país (pontos positivos, negativos...)

NASCIMENTO			IDADES		NACIONALIDADES		SEXOS		ESTADO CIVIL		PROFISSÕES					BASE LER E ESCRIVER		RELIGIÃO		SUA			
DIA	MEZ	LUGAR	Menores de 12 annos	De 12 a 40 annos			MASCULINO	FEMINHO	SOLTEIROS	CASADOS	VIVUROS	NÚMERO DE FAMILIAS INDIVIDUOS DE FAMILIA					SIM	NÃO	CATHOLICA	ACATHOLICA	Parceiros em e de da familia	Localid	
												Agricultura	Artesãos	Operarios	Artistas	Diversos							
22	Fevereiro	Fukuhima	19		Quirino																	White	Fukuhima
1	Março	"	19		"																	White	"
26	Agosto	"	23		"																	White	"
16	Agosto	"	21		Kokichi																	White	"
9	Janeiro	"	21		"																	White	"
25	Junho	"	17		"																	White	"
23	Agosto	"	24		"																	White	"
24	Junho	"	26		Kisamon																	White	"
29	Outubro	"	24		"																	White	"
12	Outubro	"	23		"																	White	"
14	Junho	"	20		Akimune																	White	"
5	Agosto	"	18		"																	White	"
29	Novembro	"	20		"																	White	"
29	Novembro	"	30		Konbei																	White	"
4	Fevereiro	"	22		"																	White	"
15	Novembro	"	24		"																	White	"
7	Março	"	22		"																	White	"
2	Novembro	"	29		Koradachi																	White	"
21	Março	"	23		"																	White	"
3	Fevereiro	"	18		"																	White	"
28	Agosto	"	27		Yasodachi																	White	"
31	Janeiro	"	23		"																	White	"
2	Janeiro	"	26		"																	White	"
1	Maio	"	20		Sonosuke																	White	"
25	Fevereiro	"	19		"																	White	"
26	Fevereiro	"	19		"																	White	"
1	Setembro	"	29		"																	White	"
20	Julho	"	21		"																	White	"
7	Agosto	"	20		"																	White	"
5	Novembro	"	24		Shoraku																	White	"
7	Novembro	"	22		"																	White	"
11	Abril	"	21		"																	White	"
6	Janeiro	"	23		Sachyo																	White	"
7	Agosto	"	20		"																	White	"
1	Janeiro	"	18		"																	White	"
2	Janeiro	"	27		Kisamon																	White	"
2	Janeiro	"	37		"																	White	"
2	Julho	"	27		"																	White	"
4	Agosto	"	25		"																	White	"
21	Março	"	2		"																	White	"
19	Agosto	"	29		"																	White	"
12	Abril	"	19		Sachyo																	White	"
29	Março	"	21		"																	White	"
18	Agosto	"	19		"																	White	"
15	Março	"	27		Sachyo																	White	"
7	Agosto	"	22		"																	White	"
11	Agosto	"	21		"																	White	"
8	Janeiro	"	42		Kisamon																	White	"
3	Outubro	"	48		"																	White	"



ANEXO C – Informações da prefeitura municipal sobre a 71º EXPOASA

Prefeitura do Município de Assaí
Av. Rio de Janeiro 720 (43) - 3262-1313

Home | Cidade | Prefeitura | Turismo | Secretarias

Você está aqui: Home > Notícias > 71ª Expoasa

71ª Expoasa

Criado em Segunda, 16 Junho 2014 10:20 | Data de publicação | 46 | 03 | Acessos: 352

A 71ª edição da Exposição Agrícola Regional de Assaí – EXPOASA atraiu centenas de famílias ao centro de eventos durante os três dias de festa.

Além a exposição de produtos agrícolas, maquinários e veículos, a feria contou com praça de alimentação, parque de diversão e show musicais com João Marcio e Fabiano, Naiara Azevedo e Banda Fruto Proibido.

Na segunda noite de festa a Liga das Associações Culturais de Assaí LACA realizou a abertura oficial da 71ª Expoasa- Exposição Agrícola Regional de Assaí.

O evento contou com a presença do prefeito Luiz Mestiço, do presidente da Laca Takenori Nakagawa, vereadores Amarildo, Cleiton, Diego, Gavião e Henrique Sato, do deputado estadual Cheida, da esposa do deputado federal Luiz Nishimori, Milton Tsuruda, Tiago Amaral e do secretário de Agricultura Luiz Shirai.

Desde 1943 a colônia japonesa vem realizando a feira, tornando-a a mais antiga do segmento que se tem registro na história do país, onde os agricultores locais expõem e comercializam seus produtos. A feira traz também novas tecnologias para a agricultura assim como os maquinários e veículos expostos.

Durante o discurso o presidente da LACA Takenori Nakagawa agradeceu todos os produtores participantes da feira, os parceiros Governo Estadual, Sanepar e BRDE e em especial ao governo municipal, o prefeito Luiz Mestiço que sempre tem apoiado a instituição.

"Assaí vive um momento de transformação. Muitas obras estão sendo construídas e e várias já estão em processo de licitação com recursos garantidos para a cidade,mais o grande diferencial da nossa administração é participação e aproximação da sociedade e instituições na realização dessas mudanças. Através de um grande esforço da Laca e dos agricultores a Expoasa vinha acontecendo e a cada ano diminuindo a grandiosidade da feira. Desde que assumimos temos firmado parceria com a LACA dando suporte e um novo perfil para esta exposição que é o retrato da força, do amor e da dedicação que agricultor tem por sua terra. Com uma agricultura próspera a cidade evolui e cresce cada dia mais", comenta o prefeito Luiz Mestiço.

No domingo (15) motociclistas de toda a região prestigiaram o evento de inauguração do Moto Clube Arautos de Assaí durante 71ª EXPOASA.

O encontro contou com a presença de mais de 150 motos e centenas de apaixonados pelo motociclismo.

O prefeito Luiz Mestiço participou do encontro recebendo os visitantes e prestigiando o clube assaiense "É uma satisfação receber esses motociclistas em nossa festa e poder apoiar e contribuir com o clube Arauto que a partir de agora estarão integrando os eventos da cidade, trazendo entretenimento para população".

1 / 6 Próximo Último

ANEXO D – A produção de flores em Marialva



Maringá
Mudar Cidade. Ligar a Vida.



Impresso Maringá Paraná Geral Mundo Política Economia Polícia Esportes Viva Maringá Jogos Online

História de Maringá Clube do assinante Blog e Colunas Adote um amigo O Diário na Escola Classificados Imóveis Veloculos Empregos Shopping

Economia

[Registrar](#) [Enviar para e-mail](#) [Compartilhar em:](#) [Facebook](#) [Twitter](#) [Google+](#) [LinkedIn](#) [Print](#) [Calcular](#)

: 09/11/2015 13:44:05:52

Simpósio debate a produção de flores em Marialva

Luiz de Carvalho

[Compartilhar](#)

[2](#)

[Tweet](#)

[9](#)

[+1](#)

[9](#)



Discussões sobre mercado nacional e internacional de flores deverão centralizar as atenções durante o 1º Simpósio Paranaense de Floricultura, que acontecerá de 7 a 9 próximos em Marialva com a participação de prefeitos, técnicos e pequenos proprietários rurais dos municípios da região de Maringá. O evento é uma iniciativa do Departamento de Agronomia e Biologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Emater e prefeituras de Maringá e Marialva. Paralelamente será realizado o 2º Ciclo de Estudos sobre Arborização Urbana.

A escola de Marialva para a sede do simpósio deve-se ao fato de o município ser hoje um dos maiores produtores de flores do Paraná, respondendo por 7% da produção estadual, segundo levantamento do Departamento de Economia Rural (Derar) da Secretaria da Agricultura. "A expectativa é de que o evento será um passo decisivo para a concretização de um polo produtor flores e da criação de uma cooperativa especialmente para atender este setor em crescimento", disse o técnico agrícola Ailton Rojas Poppi, da Emater de Marialva.

Um dos palestrantes do evento será o engenheiro agrônomo Antonio Hélio Junqueira, mestre em Comunicação e Prática de Consumo, que falará sobre as perspectivas do mercado nacional e internacional de flores. O agrônomo Paulo Ikeda, responsável pelo Ceasa de Curitiba, falará sobre o mercado paranaense.

Na programação do simpósio estão previstas palestras sobre manejo de pragas e manejo do solo no cultivo de rosas, principais necessidades de uma floricultura na região noroeste do Paraná, uso de substratos alternativos no cultivo de flores e plantas ornamentais, avaliação e diagnose em doenças na cultura da rosa, cultura de orquídea in vitro e cultivo de bonsai.

Os temas a serem abordados no Ciclo de Estudos sobre Arborização Urbana estão relacionados à gestão ambiental na paisagem urbana, uso adequado de espécies arbóreas, plasticidade neural e a paisagem urbana, importância da arborização para a manutenção de espécies de aves, ressarcimento aos municípios por danos ocasionados pelas árvores e estado fitossanitário de espécies arbórea.

Além das palestras e debates, estão previstos minicursos, reunião técnica e dia de campo.

Veja também




Postos aproveitam reajuste da gasolina e aumentam preços

Blog e Colunas

Do Brincante Futebol Clube
"Foi de melhor" vir pra escanteio"

Blog de Saúde
Motoristas querem renovar habilitação com antecedência

Blog do Franke
"Presidente Dilma tem segunda-feira azeda"

Jogos Online

Hoaxie
Entre para a polica de moda e solucione um

MIRIEL
Miralite Entre em um mundo mágico inspirado nos

The Tudors
Viaje pela Europa como a esposa do Rei Henry em

[Ver Todos](#)

CARREGA DE DIA ACENDE DE NOITE



KIT COM 8 LUMINÁRIAS

R\$ 37,91 em boleto

Comprar

oBoticário

mais de **100** produtos masculinos com desconto

APROVEITE

*Promoção válida até 22/02/2015 na presença durante os horários. Não acumulativa com outras promoções.

odiarario.com

Não Procure. Encontre

Classificados

Veloculos Imóveis Empregos



Casa - Londrina - Zona 04 Maringá

R\$ 2.300,00

Classificados - odiario.com

Anuncie (44) 3221-6000

Quer anunciar online? Clique aqui!

Giuliana FLORES

Os + VENDIDOS

50%

de desconto

APROVEITE JÁ!

O Diário do Norte do Paraná

55.431 pessoas curtiram O Diário do Norte do Paraná.










[Plugar aqui no Facebook](#)

Shopping

MCR Bikes

Pedal Cilo Shimano PD-M505 com

MCR Bikes

Belim Vento Challenge Por

R\$ 69,00 ou em

Centro

Espanador 3M Scotch-Brite com cabo extensível

Centro

Tesoura para cozinha - 5" suporte

MCR Bikes

Bicicleta 29er First Xc Shimano 24v.

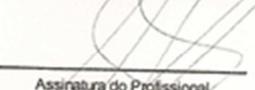
MCR Bikes

Calço 300 Feminina Por

R\$ 89,00 ou

[Ver todos os produtos](#)

ANEXO F – Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA)

Endereço: [REDACTED] CENTRO	CPF/CNPJ: [REDACTED]
CEP: 86990000 MARIALVA PR Fone: [REDACTED]	
Local da Obra: ESTR. CARANÁ KM 08	
QL. RB. AQUIDABAN - MARIALVA PR	Quadra: Lote: 78-C
	CEP: 86990000
Tipo de Contrato 4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Dimensão 1 HA
Ativ. Técnica 21 ORENTAÇÃO TÉCNICA	
Área de Comp. 8100 SERVIÇOS TÊC PROF EM AGRONOMIA, AGRICULTURA, PECUÁRIA-ENG RURAL	
Tipo Obra/Serv 081 CULTURA DE FRUTÍCOLAS ATIVIDADE COMERCIAL	
Serviços contratados 104 ASSISTÊNCIA TÉCNICA	
	Dados Compl. 0
Guia B	
ART Nº	
20093467860	Data Início 21/09/2009
Vlr Obra R\$ 4.000,00	Data Conclusão 21/09/2010
Vlr Serviço R\$ 300,00	Vlr Taxa R\$ 30,00
Base de cálculo: TABELA AUXILIAR - AGRONOMIA	Entidade de Classe 390
Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc	Vigência Contrato/Inspeção: 21/09/2009 à 21/09/2010
CULTIVO DE 1,00 HA DE UVA RÚSTICA	Insp.: 4510
	21/09/2009
Assinatura do Contratante	CreaWeb 1.08
	
Assinatura do Profissional	
2ª VIA - PROFISSIONAL Destina-se ao arquivo do Profissional / Empresa	
Central de Informações do CREA-PR 0800 410067	
A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br	

As Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs - foram instituídas pela Lei nº 6496, de 07/12/1977, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), através da Resolução nº 425, de 18/12/1998, que define os seguintes aspectos:

- * Fatos geradores de ARTs
- * ARTs originais e ARTs vinculadas
- * Substituições de ARTs
- * Desdobramentos de ARTs - casos de co-autoria e co-responsabilidade
- * Responsabilidade pelo preenchimento das ARTs e pagamentos das taxas
- * Condições em que as ARTs serão consideradas nulas
- * Implicações da inexistência/nulidade de ARTs - autuação e aplicação de multas previstas na Lei nº 5194, de 24/12/1966.
- * Outros

O texto completo destas normas estão disponíveis via Internet no seguinte endereço : www.confea.org.br

Autenticação Mecânica

CAVALIN & CAVALIN LTDA.

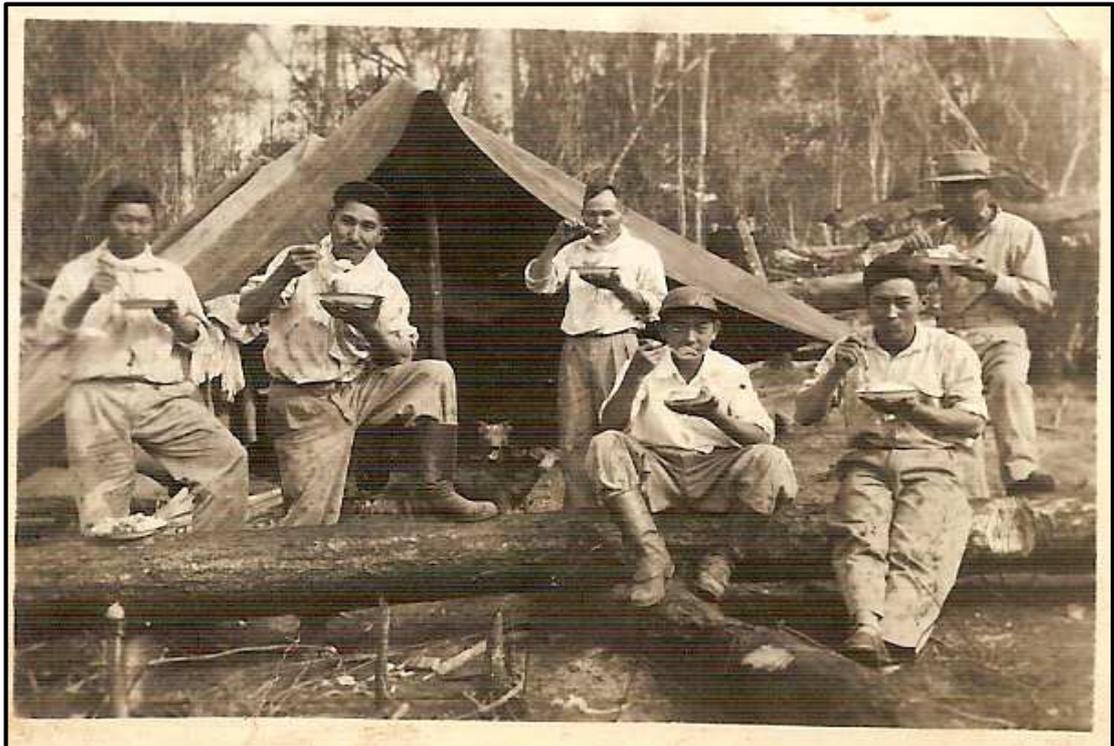
ANEXO G - Material fotográfico sobre a colônia japonesa

Imagens da Exposição Agropecuária de Assaí – Fotos da autora





Japoneses em diferentes momentos históricos de Marialva – Acervo de familiares





Imagens da Exposição Agrícola e Industrial de Uraí – Acervo Prefeitura Municipal



